

Sílvia Helena Zanirato

Organizadora

TEORIA SOCIAL EM TRANSFORMAÇÃO

Dimensões teóricas e práticas sociais
de construção de saberes e de
relações de poder



TEORIA SOCIAL EM TRANSFORMAÇÃO

CONSELHO EDITORIAL

ANDRÉ LUIZ V. DA COSTA E SILVA

CECILIA CONSOLO

DIJON DE MORAES

JARBAS VARGAS NASCIMENTO

LUÍS AUGUSTO BARBOSA CORTEZ

MARCO AURÉLIO CREMASCO

ROGERIO LERNER

COMITÊ CIENTÍFICO

JULIANA RODRIGUES - USP

MARCOS BERNARDINO DE CARVALHO - USP

PATRÍCIA JUNQUEIRA GRANDINO - USP

URSULA DIAS PERES - USP

ZYSMAN NEIMAN - UNIFESP

TEORIA SOCIAL EM TRANSFORMAÇÃO: DIMENSÕES TEÓRICAS E PRÁTICAS SOCIAIS DE CONSTRUÇÃO DE SABERES E DE RELAÇÕES DE PODER

SÍLVIA HELENA ZANIRATO

Organizadora

Mudança Social e Participação Política (6)



2023

Teoria social em transformação: dimensões teóricas e práticas sociais de construção de saberes e de relações de poder

© 2023 Sílvia Helena Zanirato (organizadora)

Editora Edgard Blücher Ltda.

Publisher Edgard Blücher

Editores Eduardo Blücher e Jonatas Eliakim

Coordenação editorial Andressa Lira

Produção editorial Aline Fernandes

Diagramação Joyce Rosa

Revisão de texto Samira Panini

Capa Laércio Flenic

Imagem da capa iStockphoto

Blucher

Rua Pedroso Alvarenga, 1245, 4º andar

04531-934 – São Paulo – SP – Brasil

Tel.: 55 11 3078-5366

contato@blucher.com.br

www.blucher.com.br

Segundo o Novo Acordo Ortográfico, conforme 6. ed. do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, Academia Brasileira de Letras, junho de 2021.

É proibida a reprodução total ou parcial por quaisquer meios sem autorização escrita da editora.

Todos os direitos reservados pela Editora Edgard Blücher Ltda.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Teoria social em transformação : dimensões teóricas e práticas sociais de construção de saberes e de relações de poder / organizado por Sílvia Helena Zanirato. - São Paulo : Blucher, 2023.

274 p.

Bibliografia

ISBN 978-65-5550-201-5 (impresso)

1. Ciências sociais 2. Mudança social I. Zanirato, Sílvia Helena

23-2121

CDD 300

Índices para catálogo sistemático:

1. Ciências sociais

CONTEÚDO

APRESENTAÇÃO	9
SÍLVIA HELENA ZANIRATO	
PARTE 1. DOSSIÊ – OLHAR, SENTIR, ENTENDER: O “OUTRO” NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA	13
1. ESCUTA COMO ESTRATÉGIA DE CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTO	15
LUIZA F. G. MARTINS; MARÍLIA VELARDI	
2. O LOUCO COMO OUTRO DA MODERNIDADE: ENTRE A VIOLÊNCIA COLONIAL-MANICOMIAL E OS CAMINHOS POR ONDE A VIDA RESISTE	29
NATHÁLIA FERREIRA DE SOUZA E SILVA; DOUGLAS ROQUE ANDRADE	
3. O VOO DO TSURU NA LATINOAMÉRICA: UMA DISCUSSÃO SOBRE ESTIGMA E PRECONCEITO ANTIAMARELO	45
MARCIA MAYUMI NINOMIYA; MARTIN JAYO	

4. SER COM A FLORESTA: O MODO DE SER INDÍGENA COM A MATA ATLÂNTICA	61
DENIS ROBSON RODRIGUES; SORAIA ANSARA	
5. MÚSICOS NEGROS NA FORÇA POLICIAL DE SÃO PAULO DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO XX: “PELE NEGRA, MÁSCARA BRANCA”	81
JOSÉ ROBERTO DOS SANTOS; DIÓSNIO MACHADO NETO	
PARTE 2. DOSSIÊ – INVESTIGAÇÕES BASEADAS NAS ARTES: SENSIBILIDADES, PERFORMATIVIDADES	91
6. DESPOÉTICOS TRANSCURSOS: POSSÍVEIS INTER-RELAÇÕES ENTRE CORPO, IMAGEM E PERCEPÇÃO NO MUNDO CONTEMPORÂNEO	93
BEATRIZ FERREIRA PIRES; RENATA PITOMBO CIDREIRA	
7. NOSSO PAÍS, NOSSO LUGAR DE FALA	105
MARÍLIA VELARDI; ANNA CAROLINA LONGANO; KÁTIA SILVA SOUZA DOS ANJOS; MARÍLIA BALBI SILVEIRA; RENATA FRAZÃO MATSUO	
PARTE 3. DOSSIÊ – PARADOXOS PANDÊMICOS	121
8. POLÍTICAS DE SAÚDE NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19: REFLEXÕES SOBRE DINÂMICAS NECROPOLÍTICAS, DESIGUALDADE, RAÇA E TERRITÓRIO	123
CRISTIANE KERCHES DA SILVA LEITE; VINÍCIUS FELIX DA SILVA	
9. POVOS INDÍGENAS, VIOLÊNCIAS E AS DESIGUALDADES DESCOBERTAS NA PANDEMIA	143
JORGE MACHADO; GABRIELA ROSA MEDEIROS	

**10. DIFICULDADES PARA O ACESSO AO ABORTO LEGAL
NO CENÁRIO DA PANDEMIA DE COVID-19** **163**

CLÁUDIA MEDEIROS DE CASTRO; ELIZABETE FRANCO CRUZ

**11. OS JOGOS OLÍMPICOS PANDÊMICOS: O SHOW
“NEGACIONISTA” TEM QUE CONTINUAR** **181**

MARCO ANTONIO BETTINE

**12. SENTIMENTOS PARADOXAIS RESULTANTES DA
PANDEMIA DE COVID-19: UM ESTUDO COMPARATIVO
ENTRE PORTUGAL E BRASIL** **191**

MARTA PAZ; ROSELY IMBERNON; CLARA VASCONCELOS

**PARTE 4. DOSSIÊ – POLÍTICAS URBANAS E DIREITOS
À CIDADE** **207**

**13. AVANÇOS DA EXPANSÃO URBANA SOBRE OS MODOS
DE VIDA DA COMUNIDADE TRADICIONAL DE CATADORAS
DE MANGABA EM ARACAJU-SE** **209**

RAQUEL FERNANDES DE ARAÚJO RODRIGUES;
SÍLVIA HELENA ZANIRATO; ANDRÉ FELIPE SIMÕES

**14. LIMITES E POSSIBILIDADES DA UNIVERSALIZAÇÃO DO
SANEAMENTO NO LITORAL NORTE PAULISTA APÓS A
LEI FEDERAL 14.026 DE 2020** **231**

ESTELA MACEDO ALVES; ANA PAULA FRACALANZA

**15. LEVAR A VIDA URBANA PRODUZINDO ALIMENTOS
NA CIDADE** **251**

RUBIA FERNANDA PANEGASSI DOS SANTOS;
DIAMANTINO ALVES CORREIA PEREIRA

SOBRE OS AUTORES **265**

ÍNDICE REMISSIVO **271**

APRESENTAÇÃO

Sílvia Helena Zanirato

O livro *Teoria social em transformação: dimensões teóricas e práticas sociais de construção de saberes e de relações de poder* trata do tema que dá o título à obra por meio de um conjunto de textos de docentes e discentes do Programa de Pós-graduação em Mudança Social e Participação Política da Universidade de São Paulo, elaborados no decorrer de 2022. É o sexto volume e, como os demais, contempla abordagens interdisciplinares em seus 15 capítulos, organizados, neste volume, em quatro dossiês precedidos por esta **Apresentação**. São textos que incorporam em suas análises a contestação ao modelo cognitivo classificatório ocidental a partir do qual o “mundo é descrito, conceituado e classificado” (MIGNOLO, 2005). Nesses conjuntos se veem o questionamento ao conhecimento eurocêntrico, considerado hegemônico, bem como o olhar dirigido aos sujeitos violentados por esse mesmo modelo que não reconhece a humanidade daqueles que não se adequam ao seu lócus de enunciação e de saber.

O primeiro dossiê intitulado **Olhar, sentir, entender: o outro na sociedade contemporânea** contempla artigos voltados para os processos de afirmação do entendimento de cultura que separa o diferente, concebe-o como deficiente e falho, ou seja, como “o Outro”, que não encontra seu lugar na modernidade capitalista. Nele se veem abordagens a respeito de estratégias de criação que conjugam maneiras de ver o mundo sem privilegiar a palavra, mas a escuta e o silêncio nos processos de construção de conhecimento e seus efeitos subjetivos; sobre os procedimentos sócio-históricos de aprisionamento e silenciamento de sujeitos considerados loucos pelo saber colonial-psi-quiatrico; sobre aspectos do imaginário coletivo brasileiro quanto aos japoneses e

outros imigrantes asiáticos e seus descendentes; acerca da cosmovisão indígena em sua relação com seu habitat e em relação à participação de cativos libertos ou nascidos livres em corporações musicais militares.

O dossiê **Investigações Baseadas nas Artes: sensibilidades, performatividades** contempla textos que tomam corpos, imagens, objetos, redes e sistemas que se destinam a expandir e transcender a corporeidade, o espaço e o tempo. São capítulos que também se contrapõem às concepções de arte herdadas da modernidade ocidental e que tomam a práxis da pesquisa pela/da/nas *artes* e o corpo como um de seus suportes. Nesse entendimento são contempladas as dinâmicas de agir, sentir a arte e corpo e o mundo vivido.

O dossiê **Paradoxos pandêmicos** vem em sequência, tratando dos processos incidentes na política de saúde brasileira no contexto da pandemia de covid-19 e as dinâmicas em territórios e populações vulneráveis. Nesse dossiê encontram-se abordagens que tratam do exacerbamento das desigualdades sociais e econômicas movidas por fatores estruturais, como pobreza, segregação e discriminação, que afeta(ra)m a exposição da população ao risco e à capacidade de recuperação. Nele se veem as situações de vulnerabilidade e violências sofridas pelos povos indígenas durante a pandemia, que implicaram no agravamento de problemas sociais preexistentes; outro que trata do conjunto de desafios para as mulheres no Brasil desde o recrudescimento de ações voltadas para o controle dos seus corpos, cerceamento do acesso aos serviços de saúde reprodutiva e a restrição dos direitos sexuais e reprodutivos. O dossiê continua com um capítulo que considera os modos como a mídia contemplou os impactos da covid-19 nos esportes e competições esportivas, que levam a pensar nas implicações práticas das competitividades esportivas em um cenário de pandemia mundial e é encerrado com o capítulo que contempla as formas de vivenciar a pandemia pela população portuguesa e brasileira, mostrando sentimentos provocados pela vivência da pandemia em ambas as realidades.

A finalizar o livro temos o dossiê **Políticas urbanas e direitos à cidade**, com três capítulos que consideram as disputas que envolvem o direito à cidade, igualmente firmado nas lógicas civilizatórias constitutivas da modernidade. Nessa direção o entendimento de Estado fundado na matriz cultural e ideológica do Ocidente e a prática do direito liberal, com seus processos permanentes de exclusão, que definem o sujeito de direitos e os parâmetros que explicam, como nos diz Henri Lefebvre (2008), a conversão da cidade em uma mercadoria e a serviço dos interesses da acumulação do capital. Nessa acepção está o capítulo que se volta para as influências das políticas públicas de urbanização sobre os modos de vida das catadoras de mangaba, em Aracaju e o papel controverso do Estado ora como mediador dos conflitos que envolvem as comunidades tradicionais e o mercado imobiliário interessado na expansão urbana de Aracaju, ora como interlocutor deste último segmento; na sequência se encontra um capítulo que traz uma análise documental dos marcos legais das políticas públicas de saneamento de municípios brasileiros, tomando como referência contratos entre a principal empresa prestadora de serviços de saneamento no estado de São Paulo e os municípios do Litoral Norte paulista. O dossiê se encerra com o capítulo sobre agri-

cultura presente em espaços edificados da cidade e as possibilidades de levar a vida urbana, resistindo à lógica que exclui populações de pequenos agricultores aos direitos à cidade.

O livro é assim uma crítica ao paradigma da racionalidade/modernidade e colonização e que nos leva a refletir a respeito da hegemonia dos valores que estão na base do poder, do direito e suas explicitações.

REFERÊNCIAS

- MIGNOLO, W. D. *The Idea of Latin America*, Malden, MA: Blackwell Publishing, 2005.
- LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. 5. ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2008.

PARTE 1

**DOSSIÊ –
OLHAR, SENTIR, ENTENDER: O “OUTRO”
NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA**

CAPÍTULO 1

ESCUA COMO ESTRATÉGIA DE CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTO

Luiza F. G. Martins; Marília Velardi

RESUMO

Este texto tem o ensejo de dialogar sobre o lugar da *escuta* como estratégia de construção de conhecimento. Diante do processo hegemônico histórico de construção de conhecimento na academia a partir de uma voz única (branca, masculina, ocidental...), apostamos nos múltiplos modos de pesquisar, investigar e conhecer que exige, muitas vezes, a escuta atenta àquilo que já foi e é produzido por aí, em outros lugares, de outras formas, por outras pessoas... A aposta, portanto, perpassa táticas mais poéticas, inventivas e íntimas do cotidiano.¹

INTRODUÇÃO

Trocar é movimento dialético de escuta e fala. De leitura e escrita. De ser tocado-tocante e de tocar-tocado em uma aula de Filosofia da Ciência no ano de 2022, que se

1 Texto resultante de reflexões e de trabalho final associado à disciplina Filosofia da Ciência – ProMuS-PP – EACH – USP, 1º semestre de 2022.

parece muito com um experimento pedagógico e social de tecer epistemologias a partir de outros lugares, fora de uma normatividade hegemônica. Nessa aula, no dia da apresentação do grupo “Sujeito de Pesquisa”, o qual integrei, falamos sobre Conceição Evaristo e Djamila Ribeiro, sobre escrevivência, lugar de fala e lugar de escuta. É bonito pensar como o processo foi recheado por poemas. Não sei se “recheado” é a melhor palavra, mas foi como se os poemas pegassem em nossas mãos e nos guiassem pela conversa. Conversa? Não sei. Aula? Pode ser... Pode ser troca. Trocar é movimento dialético de escuta e fala. De leitura e escrita. De ser tocado-tocante e de tocar-tocado.

A voz de minha bisavó

ecoou criança

nos porões do navio.

Ecoou lamentos

de uma infância perdida.

A voz de minha avó

ecoou obediência

aos brancos-donos de tudo.

A voz de minha mãe

ecoou baixinho revolta

no fundo das cozinhas alheias

debaixo das trouxas

roupagens sujas dos brancos

pelo caminho empoeirado

rumo à favela

A minha voz ainda

ecoa versos perplexos

com rimas de sangue

e
fome.
A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.

A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem – o hoje – o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
O eco da vida-liberdade.
(EVARISTO, 2017)

Chorar ouvindo, vendo, testemunhando. *Ser chorada.* Os poemas que nos guiaram eram poemas e depois eram falas-poemas, histórias de escrita, de vida, de moradia. O que filosofia da ciência tem a ver com o meu processo de alfabetização? O que “filosofia da ciência” tem a ver com o choro de um colega homem, LGBTQIA+ indígena nos contando a sua história? O que “filosofia da ciência” tem a ver com o choro de uma colega mulher, negra falando sobre suas dificuldades na convivência escolar? O que “filosofia da ciência” tem a ver com o meu choro aqui e agora?

Eu não sou uma mulher leve
Minhas asas pesam liberdade
Meus pés pesam diversos caminhos
Não sou uma mulher leve
A vida me pesa o suficiente pra viver dilemas, todos pesados

*A vida nunca foi uma pluma
Sempre me pesou
Não sou uma mulher, amena
Serena
Pequena diante da grandeza dos problemas
Sou uma mulher pesada
Carrego minhas marcas, minha linhagem, bagagem, conflitos, problemas
E eles pesam sobre meus ombros
eles cortam minhas asas
E o peso também me sustenta
Seria metade, nunca completa
Sem elevar meus sonhos pesados sobre o mundo
Eu sou uma mulher pesada*

*E não me enfeito de mansa tendo garras de leoa
Minha leveza existente tem peso
Minha lágrima tem peso
Meu suor
Meu gozo
Meu suspiro
Meu delinear nos caminhos
pesa
eu me equilíbrio no peso de um salto
E sambo no enredo da vida.*

(ALMEIDA, 2019)

Não precisa, talvez nem deva ser leve o processo de aprendizagem. Construir conhecimento envolve fazer deslocamentos de pontos de vista, de referências, de escuta, de escrita, de vozes. O deslocamento incomoda, gerar músculo para deslocar-se dói. É pesado construir algo sob os escombros do mundo em que vivemos.

Ao longo das aulas algumas perguntas convocaram novos olhares ao meu processo de pesquisa, à minha atuação profissional e à vida desnuda e crua: o que é ciência? O que é arte? O que é saúde? O que é gênero? Sendo a minha pesquisa sobre práticas artísticas endereçadas ao cuidado em saúde mental, pelo método da Investigação Baseada nas Artes (IBA) e, em especial, da Investigação Poética (IP), os novos olhares convocados pela criticidade dos textos e debates na disciplina foram essenciais. Para este texto destacarei algumas leituras, mas focarei naquelas que fiz dentro do eixo temático da apresentação do meu grupo (“sujeito de pesquisa”) para pensar a questão do silêncio e da *escuta* nos processos de construção de conhecimento e seus efeitos subjetivos.

O MITO DA MODERNIDADE (E O QUE PULULA DISSO)

Vivemos tempos de questionamentos radicais aos nossos modos de vida e à forma como aprendemos a estruturar a sociedade e o conhecimento. Se, por um lado, questionamos a ciência e a forma e os lugares onde ela tem sido produzida e validada a partir de uma perspectiva decolonial. A crítica vai desencadeando outra série de questionamentos, como a dos *papéis de gênero*, homem e mulher dentro dos ideais burgueses, e abre a discussão para pessoas que não se reconhecem nessa *binaridade* como as pessoas de gênero não binário (gênero fluido ou agênero, por exemplo). A questão se ramifica, questionamos o *patriarcado*, e chegamos até mesmo, no tema do amor romântico, a *monogamia*. Enfim, todos esses modos de vida, antes tão certos e agora tão polêmicos quando remexidos, fazem parte do tal *mito da modernidade*, calcado no fato de que se diz representar ideais e avanços (da ciência, da saúde, do comportamento...), que só foram possíveis e tiveram um grau de “sucesso” pela exploração de terras e corpos tomados como sua propriedade e analisados diante de seus próprios ideais ditos “civilizatórios” (DUSSEL, 1994). A não monogamia e seu debate atual, por exemplo, surge do questionamento do patriarcado e da exploração do corpo e do trabalho de mulheres. Assim como outros debates envolvendo as temáticas de gênero e sexualidade.

Mesmo que tenhamos passado daquilo que se denominou Colonialismo – o processo de dominação, ocupação e exploração de territórios e culturas por países europeus –, a dominação colonial ainda persiste (QUIJANO, 1992). Aníbal Quijano (1992) nos aponta como as construções intersubjetivas vigentes no período colonial se mantêm e atualizam nos tempos atuais, o que podemos notar pela desigualdade de recursos nos diferentes continentes, assim como por processos xenofóbicos e racistas testemunhados diariamente. A moral e os ideais da classe dominante aqui no Brasil, por exemplo, corresponde aos ideais e à moral desse processo dito “civilizatório”, o que consequentemente exclui, destrói e ameaça culturas tradicionais e originárias.

No caso da produção de conhecimento, o *mito da modernidade* sustenta a ideia de um único discurso científico possível, excluindo outras formas de conhecimento.

Eso fue producto, al comienzo, de una sistemática represión no sólo de específicas creencias, ideas, imágenes, símbolos o conocimientos que no sirvieran para la dominación colonial global. La represión recayó, ante todo, sobre los modos de conocer, de producir conocimiento, de producir perspectivas, imágenes y sistemas de imágenes, símbolos, modos de significación; sobre los recursos, patrones e instrumentos de expresión formalizada y objetivada, intelectual o visual. Fue seguida por la imposición del uso de los propios patrones de expresión de los dominantes, sí, como de sus creencias e imágenes referidas a sobrenatural, las cuales sirvieron no solamente para impedir la producción cultural de los dominados, sino también como medios muy eficaces de control social y cultural, cuando la represión inmediata deja de ser constante y sistemática. (QUIJANO, 1992).

A saúde está evidente como um dos discursos científicos que serviu como justificativa para exploração e dominação. Desde as práticas higienistas, fortes no início do século XX até a construção de discursos sobre saúde mental, responsáveis pela exclusão e maus tratos de diversas pessoas ao longo de todo o século XX e até os dias de hoje. Ainda com Dussel (1994), o *mito da modernidade*, ao se propor como uma verdade acerca de como as sociedades deveriam ser em prol de um progresso, atingiu a forma como entendemos as subjetividades. O ego do homem moderno, europeu branco homem hétero cis, passou a ser a referência de pessoa, de modo que quem não se encaixava nestes termos, era visto como o Outro. Um Outro estereotipado e apagado em sua singularidade, visto apenas como o diferente a ser civilizado, adestrado e/ou controlado. Esse é o caso das mulheres, das pessoas racializadas, LGBTQIA+, assim como de outros grupos excluídos, como os “loucos” (pessoas em sofrimento psíquico internadas em instituições psiquiátricas).

A modernidade e seus ideais de racionalidade e progresso, assim como o avanço do capitalismo, trouxeram consigo uma aversão ainda maior àqueles que se comportam de um jeito diferente e não são produtivos aos olhos liberais, como os loucos (LIMA; PELBART, 2007) e outras pessoas internadas por não corresponderem ao padrão esperado (por processos de racismo, homofobia, transfobia, classicismo etc.). Ao longo do século XX ficaram marcadas denúncias e imagens de abandono e maus tratos às pessoas internadas nos chamados “manicômios”. Mesmo nesses espaços de perpetuação de violência, pululam figuras como a médica Nise da Silveira e, o considerado hoje artista, Bispo do Rosário, que trazem novos olhares e irrompem novas práticas no lugar que habitam. Os dois em hospitais/clínicas psiquiátricas, Nise propondo cuidados para as pessoas em sofrimentos psíquicos mediados pelas artes (em oposição às práticas medicamentosas, choques elétricos e lobotomias comuns na

época) no Hospital do Engenho de Dentro. Bispo, por outro lado, como um dos internos da Colônia Juliana Moreira, começa a produzir esculturas, miniaturas e bordados em tecidos, que ficavam expostos dentro das casas fortes.

Escrevo este texto logo após a exposição do Bispo do Rosário que está acontecendo no espaço Itaú Cultural na Av. Paulista, São Paulo-SP (maio a outubro de 2022). A exposição nos conta sua história de criação e de como sua obra incutiu e ainda incute debates e produções artísticas. Em diálogo com o tema da filosofia da ciência, de uma perspectiva decolonial, a exposição fez pensar que assim como na ciência é importante questionar as raízes de quem produziu conhecimento na academia nos últimos anos – e o poder disso –, e no mundo da arte estes questionamentos também se fazem essenciais. Novos olhares para a produção de conhecimento geram novas perguntas e nos levam para diferentes caminhos. E, ainda: como o discurso científico hegemônico foi o responsável por enclausurar pessoas como Bispo do Rosário a partir de um discurso médico e excludente?

No decorrer das aulas de Filosofia de Ciência foi possível dar uma arejada ao testemunhar que existem várias pesquisadoras e vários pesquisadores buscando outros caminhos. Não no sentido de excluir tudo aquilo que já foi produzido na academia, mas de dar abertura para a pluralidade de vozes e modos de pesquisar e investigar dentro das universidades e instituições de pesquisa. A luta não é por outro discurso único, mas pela possibilidade de acolher a multiplicidade de modos de pesquisar. Para isso é necessário mais do que qualquer outra coisa, um estado de disponibilidade para o outro, para o novo. Nesse sentido, voltando à apresentação do meu grupo para a disciplina de Filosofia da Ciência no tema “Sujeito de Pesquisa”, trago duas autoras que muito admiro: Conceição Evaristo e Djamila Ribeiro, que me evocaram outra grande pensadora, a Audre Lorde.

*Para aquelas de nós que vivem na beirada
encarando os gumes constantes da decisão
crucial e solitária
para aquelas de nós que não podem se dar ao luxo
dos sonhos passageiros da escolha
que amam na soleira vindo e indo
nas horas entre as alvoradas
olhando no íntimo e pra fora
simultaneamente antes e depois
buscando um agora que possa procriar
futuros*

*como pão na boca de nossas crianças
pra que os sonhos delas não reflitam
a morte dos nossos;*

*Para aquelas de nós
que foram marcadas pelo medo
como uma linha tênue no meio de nossas testas
aprendendo a ter medo com o leite de nossas mães
pois por essa arma
essa ilusão de alguma segurança vindoura
os marchantes esperavam nos calar
Pra todas nós
este instante e esta glória
Não esperavam que sobrevivêssemos*

*E quando o sol nasce nós temos medo
ele pode não durar
quando o sol se põe nós temos medo
ele pode não nascer pela manhã
quando estamos de barriga cheia nós temos medo
de indigestão
quando nossos estômagos estão vazios nós temos medo
nós podemos nunca mais comer novamente
quando somos amadas nós temos medo
o amor vai acabar
quando estamos sozinhas nós temos medo
o amor nunca vai voltar*

*e quando falamos nós temos medo
nossas palavras não serão ouvidas
nem bem-vindas
mas quando estamos em silêncio
nós ainda temos medo*

*Então é melhor falar
tendo em mente que
não esperavam que sobrevivêssemos
(LORDE, sem ano)*

COMO TRAZER A ESCUTA PARA A ACADEMIA?

Quando pleiteamos a multiplicidade de conhecimento contra o mito hegemônico da modernidade, estamos falando da coragem de quem foi historicamente calado de falar e irromper as barreiras do silenciamento; assim como estamos falando que aqueles que foram historicamente privilegiados neste sistema, precisam, necessariamente, escutar e escutar melhor.

Outro dia ouvi um escritor comentar um pouco frustrado que o Brasil não é um país que curte muito literatura, em especial a poesia. Algo como “o Brasil não é um país para poetas” ressoou em mim. As tantas outras mulheres, que tenho ouvido e lido mais frequentemente nos últimos tempos, falam de outro lugar: sendo elas negras brancas norte-americanas lésbicas latinas no exterior brasileiras brancas no Brasil periféricas negras paulistas transsexuais recifenses cariocas bissexuais pesquisadoras. Muitas mulheres, parafraseando a poeta brasileira Maria Rezende, *mulheres-multi-dão*. Desses tantos lugares, pontos de vista, essas mulheres falam sobre como a escrita não nos é dada, assim como o lugar da palavra, de modo geral, costuma ser historicamente silenciado. Como mulheres, somos colocadas em lugares outros, que variam de acordo com o nosso território, cultura e racialização, mas que dialogam com a ideia de silenciamento – relação que vai mudando de acordo com estes recortes e experiências de vida.

Retomando a fala do escritor sobre não gostarem de poesia aqui no Brasil, isso me fez pensar sobre os processos históricos, sociais e econômicos do nosso país que fizeram com que, de fato, não fôssemos um país que lê muito – muito menos poesia. No entanto, não acredito que sejamos um país que não goste de poesia. Assim como não acredito que somos mulheres silenciadas, apenas. Somos mulheres que falam, que gritam, que bradam há muitos e muitos anos.

O silêncio é um tema que me interessa muito. Na minha vida pessoal, cultivei o silêncio na palavra falada, criando cada vez mais gosto pela escrita, e fui escrevendo sempre e muito, como que escoando aquelas palavras não ditas em voz alta. O silêncio me captura como um problema em várias vias da vida, normalmente naquelas em que me sinto sendo avaliada ou comparada. No mundo capitalista e machista que vivemos, não é incomum sentir-se avaliada, competindo e tendo suas palavras invalidadas ou simplesmente ignoradas. Na minha experiência pessoal como mulher, brasileira, branca, vinda de uma família classe média que passou por um processo de ascensão social durante a minha adolescência, o silêncio se tornou um lugar de conforto, frustração e invisibilidade. Ao mesmo tempo, o silêncio me ensinou muitas coisas: desde as palavras que o habitam até a importância da escuta em muitos contextos (inclusive, no meu trabalho como psicóloga).

Entre a fala, o silêncio, a escrita e a folha em branco de diversas mulheres mundo afora, penso como o silêncio foi e vai sendo trabalhado e como a fala e a escrita podem ser um instrumento de cuidado de si por meio de uma participação política e um reconhecimento de si como parte de um grupo, de coletivos, de uma rede e da possibilidade de agir e criar algo novo (dizendo, escrevendo, cantando...). Assim como a escuta e a leitura também podem ser instrumentos de luta e cuidado. Esses binômios (fala/escuta, escrita/leitura) não se anulam, somam-se. E podem ser formas de se conhecer e cuidar de si não apenas no âmbito individual, mas como uma transformação subjetiva no campo pessoal que perpassa o coletivo, e está aliada ao que compartilham certos grupos sociais.

Em seu texto “O que é lugar de fala?”, Djamilia Ribeiro explicita que os lugares sociais que ocupamos, afeta a forma como habitamos os lugares e somos ouvidos ou validados nesses. Isso não diz meramente de uma experiência individual, mas de um conjunto de experiências que são compartilhadas por um grupo social e das condições sociais que tornam isso possível. Dentro do recorte das mulheres negras, Djamilia fala como a experiência de gênero é vivida de um jeito diferente daquela vivida e compartilhada por mulheres brancas, por exemplo. Tais diferenças não são marcadas apenas pelos relatos de uma mulher branca ou uma mulher negra sobre o que vivem, mas vão sendo óbvias quando analisamos dados sobre salários, profissões, acesso à saúde/educação/lazer, violência obstétrica, entre outros; somados, sim, aos relatos de experiências compartilhadas entre esses diferentes grupos.

As experiências compartilhadas por certos grupos sociais vão sendo marcadas pela falta de acesso a espaços de construção de conhecimento, como as universidades. A universidade, historicamente ocupada por homens cis brancos e referenciada nos países do Norte, traz no seio de sua construção epistemológica o lugar social que estes sujeitos ocupam, entretanto, não explicitando tal lugar, pelo contrário, considerando o conhecimento construído como verdades universais. No texto comentado, Djamilia fala sobre a importância de romper com a “autorização discursiva” promovendo uma multiplicidade de vozes, quebrando com esse discurso “autorizado e único, que se pretende universal”. Nesse sentido, a multiplicidade de vozes foi, e ainda é, constantemente evitada e rechaçada em diferentes espaços, seja na universidade, na política

institucional e também, ora, na literatura. Entre outros recursos, foi se criando formas elaboradas de invalidar grupos que não fazem parte desses que tem “autorização discursiva” e que vão passando por processos de silenciamento.

Djamila aponta, entretanto, que os processos de silenciamento não podem ser tomados como totalmente bem-sucedidos, ela cita Conceição Evaristo em uma entrevista à Carta Capital:

[...] aquela imagem da escrava Anastácia, eu tenho dito muito que a gente sabe falar pelos orifícios da máscara e às vezes a gente fala com tanta potência que a máscara é estilhaçada. E eu acho que o estilhaçamento é um símbolo nosso, porque nossa fala força a máscara (RIBEIRO, 2019 citando EVARISTO, C., 2017).

Audre Lorde fala também sobre o silenciamento e da transformação deste em ação e luta que perpassa subjetividades. Em “A transformação do silêncio em linguagem e em ação”, capítulo do livro *Irmã Outsider* (2017), Lorde reflete a partir da ideia de travar uma guerra contra as tiranias do silêncio junto de outras mulheres. A leitura desse capítulo reverberou muito em mim. Foi uma daquelas leituras em que senti a autora falando diretamente comigo. E ela me disse que o meu silêncio não vai me proteger. Disse que tenho medo mesmo é da visibilidade e da vulnerabilidade desse lugar de exposição. Isso eu já sabia, mas ninguém nunca tinha me dito assim. E fez toda a diferença. Ela me revelou num sussurro escrito que o meu medo de me machucar, e minha resposta que é o silêncio, não me protege da dor de me sentir, desde já, silenciada, invisibilizada, não levada a sério. Em diálogo direto com esse capítulo, no anterior, Audre Lorde também fala que para nós, mulheres, a poesia não é um luxo.

Para as mulheres, então, a poesia não é um luxo. É uma necessidade vital da nossa existência. Ela cria o tipo de luz sob a qual baseamos nossas esperanças e nossos sonhos de sobrevivência e mudança, primeiro como linguagem, depois como ideia, e então como ação mais tangível. É da poesia que nos valem para nomear o que ainda não tem nome, e que só então pode ser pensado. Os horizontes mais longínquos das nossas esperanças e dos nossos medos são pavimentados pelos nossos poemas, esculpidos nas rochas que são nossas experiências diárias (LORDE, 2017, p. 37).

Audre Lorde, uma mulher negra lésbica, “uma poeta negra guerreira fazendo o meu trabalho”, ela diz, e pergunta se nós, se eu tenho feito o meu trabalho. Lorde faz pensar que nosso silêncio (compartilhado enquanto mulheres) não nos livra da dor e também, muitas vezes, serve como alibi, como desculpa para não fazer o nosso trabalho. Com isso, penso que tenho coisas a dizer: que, talvez, precise dizer algumas coisas

que só eu poderia dizer. Dizer pelos poemas, mas não somente. Retomá-los como força de transformação e ação também. Vejo a importância de trazer esse processo para o contexto das universidades; essa voz para a escrita acadêmica.

A escrita é uma ferramenta de luta, de cuidado e descolonização. Assim como a aliança, a escuta e a leitura também o são. Fico pensando nesse lugar que ocupo, de fazer o meu trabalho de ir pensando e construindo experiências poéticas endereçadas ao cuidado de si, a partir de uma linguagem que escape das pretensas universais preconcebidas e estabelecidas pelo pensamento colonial. Todavia, além de honrar minhas leituras a partir de outras perspectivas, diante das vozes múltiplas que ecoam conhecimentos poéticos de si e do mundo, é de suma importância continuar ouvindo e entendendo que, algumas vezes, o silêncio e, sobretudo, a escuta, são ações necessárias.

No texto *Listening Out as a Technique of Political Life* (2021), Kate Lacey reflete sobre as problemáticas da “política da voz”, apresentando a possibilidade de uma “política da escuta”. A ideia não é opor uma à outra, mas propor uma política de escuta que não começa necessariamente com a voz.

It strikes me that the politics of voice more generally can fall into this trap of requiring marginalised or dispossessed groups to find solutions when we ask how to ‘give people a voice’ or how to ‘make ourselves heard’. Again, feminists have long critiqued how women have to learn to speak in certain ways to be heard in public spaces set up to recognise and validate certain forms of speech over others (LACEY, 2021).

Fazer uma voz ser ouvida é uma tática importante, entretanto, ela se enfraquece em um sistema em que algumas vozes são mais ouvidas e ressoam mais que outras. Uma resposta a isso seria clamar que pessoas no poder e em posições de privilégio tenham a responsabilidade de ouvir as vozes marginalizadas. No entanto, de acordo com Lacey, essa escuta costuma ter os mesmos problemas que as raízes da tal “política da voz”, já que o foco é ouvir mais de perto a vozes específicas como uma resposta às suas demandas (uma escuta responsiva); ou, em situações que as tais vozes falam a partir de perguntas formuladas e realizadas pelo “ouvintes”, o que as induz em uma direção específica dada por aquele que pergunta (como a performance de um ventríloquo). Desse modo, Lacey fala sobre a possibilidade de uma política da escuta que ande lado a lado com uma política da voz, em que a escuta ganhe destaque. Não uma escuta responsiva, mas um estado de escuta, de abertura para ouvir, antes que as vozes precisem berrar para serem ouvidas. Um estado de “antecipação” – *listening out* –, como uma disponibilidade radical para escutar:

It would mean that instead of conceiving critical listening as a kind of decoding or translation practice – a responsive practice – it would recognise the productive power of listening, and its political responsibilities (LACEY, 2021).

O desafio disso, ela aponta, talvez seja sua característica intersubjetiva e sua resistência à mercantilização, saindo de um aspecto individualista de posse sob determinada voz, criando um campo necessariamente coletivo e plural. Apostar em uma política da escuta seria uma ação radical frente à fetichização da voz como único marcador de participação política, já que pontua a responsabilidade dos diferentes sujeitos envolvidos nessa participação. Dialogando com o “lugar de fala” discutido por Djamila Ribeiro e tão debatido na atualidade, em especial nos espaços virtuais, é importante também pensarmos no “lugar de escuta” – quando se fala e se reivindica espaços de fala, é importante pensarmos também em quem e como se escuta.

Retomando o que havia dito, não acredito que as mulheres – apesar de historicamente silenciadas – sejam silenciosas. Mas que, muitas vezes, não sejamos ouvidas. E, outras tantas vezes, não existe uma abertura para escutar o que dizemos. Nesse sentido, parece importante tatear pela via da experiência lugares de escuta, lugares de fala e também de silêncio e silenciamento, explorando como cada um afeta a nossa possibilidade de ação no mundo. Retomando a fala do escritor que comentei anteriormente, também não acredito que o Brasil seja um país que não goste de poesia, talvez para confirmar este meu achismo, é preciso não só procurar a poesia brasileira nos livros literários (e procurar nos livros independentes, zines e slams), mas criar uma abertura para escutar a poesia que se produz aqui, também, por outras vias (nossa cultura de cordel, repente, canção!).

O mesmo pode ser pensado sobre as formas de se produzir conhecimento ao longo do tempo e culturas: há muitas, e já passou do momento da universidade abrir espaço para que ecoem e se fortaleçam neste espaço também.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Raquel. Seis poemas de Raquel Almeida. *Revista Ruído Manifesto*. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://ruidomanifesto.org/seis-poemas-de-raquel-almeida/>.
- DUSSEL, Enrique. 1492. *El encubrimiento del otro*. Hacia el origen del mito de la modernidad. La Paz: Plural editores, 1994.
- EVARISTO, Conceição. *Poemas da recordação e outros movimentos*. 1 ed. Male, 2017.
- HOOKS, bell. *Ensinar para transgredir*. Martins Fontes, 2020.
- LACEY, Kate. *Listening Out as a Technique of Political Life*, 2021. Disponível em: <https://bcmcr.org/research/listening-out-as-a-technique-of-political-life/>. Acesso em: julho de 2022.
- LIMA, Elizabeth Maria Freire de Araújo; PELBART, Peter Pál. Arte, clínica e loucura: um território em mutação. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 709-735, jul.-set. 2007.
- LORDE, Audre. *Irmã outsider* / Audre Lorde; tradução Stephanie Borges. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

QUIJANO, Anibal. Colonialidad y modernidad/racionalidad. *Perú Indíg.* 13(29): 11-20, 1992.

RIBEIRO, Djamila. *Lugar de Fala*. Cap. O que é lugar de fala? Pólen, São Paulo. 2019. Edusc/Anpocs, 2004.

CAPÍTULO 2

O LOUCO COMO OUTRO DA MODERNIDADE: ENTRE A VIOLÊNCIA COLONIAL-MANICOMIAL E OS CAMINHOS POR ONDE A VIDA RESISTE

Nathália Ferreira de Souza e Silva; Douglas Roque Andrade

RESUMO

Frente aos processos sócio-históricos de aprisionamento e silenciamento de sujeitos considerados loucos pelo saber colonial-psiquiátrico, este capítulo pretende trazer reflexões a partir das formas pelas quais estes persistem na atualidade. É traçado um paralelo entre o processo de construção do Outro da modernidade europeia, destacando o papel central da Razão para o pensamento hegemônico moderno, e a violência manicomial brasileira, com seus atravessamentos de raça, gênero e classe. A partir do conceito de pensamento abissal, e da potência a um só tempo disruptiva e reparadora da arte e do delírio, é proposta a ideia de “habitar o abismo” como horizonte ético, epistemológico, estético e político para a construção do conhecimento como ação decolonial. Visando, por fim, identificar caminhos por onde a vida resiste, abrindo brechas dentre as ruínas do mundo em escombros que habitamos, para os mundos que ainda poderemos criar.

PARA FUGIR AO CONTROLE DA RAZÃO: ABRINDO CAMINHOS

Os além dos além é um transbordo. Você sabe o que é um transbordo? Bem, é toda coisa que enche, transborda, então o poder superior real, a natureza superior contorna tudo pras reservas, é lá nas beiradas. Entendeu como é que é? Nas beiradas ninguém pode ir, homem nenhum pode ir lá. E aqueles astros horroroso, irrecuperável vai tudo pra lá e não sai mais nunca. Pra esse lugar que eu tô falando, o além dos além. Lá pras beiradas, muito longe” (Estamira,² em PRADO, 2004, p. 119).

“Loucura: 1. distúrbio, alteração mental causada pelo afastamento mais ou menos prolongado do indivíduo de seus métodos habituais de pensar, sentir e agir; 2. sentimento ou sensação **que foge ao controle da razão**” (Oxford Languages, 2022, grifo nosso).



Figura 2.1 – Estamira no aterro do Jardim Gramacho, Rio de Janeiro (RJ).

Fonte: Estamira [filme], Prado, 2004.

2 Estamira Gomes de Sousa (1941-2011) foi uma pensadora louca que viveu e trabalhou por duas décadas no aterro sanitário do Jardim Gramacho, no Rio de Janeiro. Mulher negra, natural de Jacarepaguá (GO), ficou conhecida como protagonista do documentário “Estamira”, de Marcos Prado (2005), no qual compartilhou seu pensamento filosófico.

I. CABRAS MARCADOS PARA MORRER: BREVE RETOMADA HISTÓRICA

Isto aqui é um depósito dos restos. Às vezes, é só resto. Às vezes, vem também descuido. Resto e descuido. (Estamira, em Prado, 2004, p. 89)

Na história da loucura, em interrelação à ordem capitalista de organização e reprodução social, foi produzida uma patologização do que é desviante porquanto não produtivo, e/ou não submisso – portanto desafiante – à ordem política vigente. Relações íntimas se dão entre o processo de aprisionamento e silenciamento de sujeitos considerados loucos e os processos de construção da modernidade/colonialidade, dos quais a racionalidade moderna é um dos eixos estruturantes (QUIJANO, 1992). Assim, a loucura poderia se caracterizar como uma espécie de desobediência, tanto social e política, como existencial e epistêmica.

A violência do aprisionamento de sujeitos considerados loucos em hospícios acontece de diferentes formas em cada território ocidental. No asilamento à brasileira, este se conjuga com as violências étnico-raciais, de gênero, da LGBTfobia, da miséria, e da ditadura político-militar. As loucas e loucos dos hospícios brasileiros se compuseram, majoritariamente, por pessoas negras, pobres, presos políticos, prostitutas, mendigos, alcoólatras, pessoas com deficiências, homossexuais e toda sorte de “socialmente indesejáveis”, cujo apresamento constituía parte da “limpeza” higienista das ruas e das cidades em franco crescimento no século XX (PLANTIER, 2015).

Nesse período e no contexto das perversas práticas modernas de “tratamento”, justificadas pelo saber psiquiátrico aliado à medicina urbana, essas pessoas foram asiladas nos desérticos e desertificantes territórios das instituições manicomiais, e submetidas a inúmeras violações de direitos humanos. Livros e documentários revelam a violência irracional praticada em nome da razão e do “desenvolvimento nacional” nos manicômios, de forma comparável à barbárie perpetrada “em nome da civilização” pelo fazer colonial, nos territórios produzidos como Terceiro Mundo (DUSSEL, 1992). Segundo Daniela Arbex (2013), sobre o exemplo do Hospital Colônia de Barbacena (MG),

[...] durante décadas, as pessoas eram enfiadas – em geral compulsoriamente – dentro de um vagão de trem que as descarregava na Colônia. Lá, suas roupas eram arrancadas, seus cabelos raspados e, seus nomes, apagados. [...] Eram [...] gente que se rebelava, gente que se tornara incômoda para alguém com mais poder. Eram meninas grávidas, violentadas por seus patrões, eram esposas confinadas para que o marido pudesse morar com a amante, eram filhas de fazendeiros que perderam a virgindade antes do casamento. Eram homens e mulheres que haviam extraviado seus documentos. Alguns deles eram apenas tímidos. Cerca de 30 eram crianças (p. 14).

Louco dava dinheiro e era um negócio crescente. Os internos eram recrutados pela Prefeitura Municipal de Barbacena para prestar serviços urbanos, em trabalho análogo à escravidão. Mais de 1800 cadáveres desse hospital, mortos pela fome e doenças decorrentes da insalubridade do local, foram vendidos para as faculdades de medicina do país nos anos 1970 e 1980. A “modernidade” das ciências e cidades da época ia sendo erguida sobre estas, dentre outras, violências. As dívidas históricas e transgeracional são impossíveis de quantificar e impagáveis.

O fechamento dos manicômios pela Reforma Psiquiátrica Brasileira, que se inicia ao final da década de 1970 e estabelece a garantia legal do direito ao cuidado em liberdade, é fruto de um processo sócio-histórico mais amplo, de transformação social e redemocratização do país. O manicômio, porém, persiste, nas formas atualizadas dos Hospitais de Custódia e das internações compulsórias nas “Comunidades Terapêuticas”, repletas de denúncias de violações de direitos. Persiste também como um “arsenal de saberes, verdades, normas e lugares instituídos sobre e para a loucura e o louco” (PAULON et al., 2013), reproduzindo a marginalização deste Outro do Outro³ moderno.

II. LOUCURA, MODERNIDADE E A INVENÇÃO DO OUTRO

*não sou eu que gosto de nascer/eles é que me botam para nascer todo dia/
e sempre que eu morro me ressuscitam/ me encarnam me desencarnam me
reencarnam/ me formam em menos de segundo/ se eu sumir desaparecer eles
me procuram onde eu estiver/ pra estar olhando pro gás pras paredes pro teto/
ou pra cabeça deles e pro corpo deles (Stella do Patrocínio,⁴ 2009).*

O sujeito hegemônico moderno é branco, europeu, homem heterossexual, e portador de qualidades racionais que lhe instrumentalizam para o sacrifício honroso da tarefa civilizatória que lhe cabe, segundo a narrativa que sustenta ideologicamente a dominação colonial. Nas elaborações iluministas, a razão é separada da emoção e das paixões do corpo, e localizada numa Mente soberana que guia o Homem. Como em Foucault (1987),

3 Em Spivak (2010), o conceito de Outro, grafado com maiúscula, diz respeito à discussão sobre subalternidade e outramento. Ambas as noções se relacionam intimamente, sendo o Outro aquele que é marcado por sua diferença em relação ao que é construído como sujeito essencial pelos ideais hegemônicos da colonialidade.

4 Stella do Patrocínio (1941-1992) foi uma poeta brasileira, mulher negra, carioca, doméstica de profissão, que viveu mais de 30 anos internada no hospício Colônia Juliano Moreira. Lá, seu “falatório” (modo como Stella nomeava sua enunciação poética) chamou atenção da equipe e foi registrado em breves gravações entre 1986 e 1988. Décadas depois, Viviane Mosé transcreveu e editou parte dessas gravações na obra *Reino dos bichos e dos animais é o meu nome* (2009).

a dúvida de Descartes desfaz os encantos dos sentidos, atravessa as paisagens dos sonhos, sempre guiada pela luz das coisas verdadeiras; mas ele bane a loucura em nome daquele que duvida, e que não pode desatinar mais do que não pode pensar ou ser (p. 47).

Geertz (2014), ao realizar uma etnografia do pensamento como artefato cultural, descreve o “pensamento primitivo” da antropologia hegemônica. Enquanto nós, os civilizados, teoricamente “classificamos as coisas analiticamente, as relacionamos sistematicamente e as testamos logicamente; os selvagens perambulam por ‘imagens concretas’, participações místicas e paixões súbitas” (p. 151). Tais caracterizações correspondem impressionantemente às descrições de transtornos psicóticos em determinadas construções diagnósticas psicológicas e psiquiátricas.

Estas descrevem os sujeitos psicóticos como: portadores de pensamento concreto, incapazes de simbolização; acometidos por percepções delirantes e alucinatórias, como “delírios místico-religiosos”; e pela perturbação de seus afetos, tornando-se “embotados” ou propensos a acessos súbitos e “inapropriados” (OMS, 1996). Em elaborações teóricas da psicanálise sobre esses sujeitos, seus mecanismos de defesa, existência e subjetivação também foram historicamente denominados primitivos, em contraposição aos mais refinados que seriam esperados na história “normal” do desenvolvimento psíquico (FREIRE, 1998). Embora esse seja um debate complexo, mercedor de aprofundamentos, neste contexto nos interessa pincelar as relações que esses termos nos trazem, como imagens que nos convocam à reflexão.

O louco seria então um ser estranho e primitivo, que desatina e é movido pelas paixões do corpo? Se o “selvagem” é o infante da humanidade, na concepção linear da história imposta pela modernidade, o louco seria uma espécie de infante psíquico, parado no tempo como um selvagem incorrigível, impossível de submeter plenamente à civilização. A partir disso, o fazer psiquiátrico colonial se justifica em impor práticas de aniquilação e docilização neutralizante desses corpos e mentes que, seja por biologies inescapáveis, deprivações ou outras causas, insistem no desvio.

O conceito de Boaventura de Sousa Santos (2007) de pensamento abissal nos permite aprofundar a reflexão sobre tal construção narrativa. Na ideia moderna da racionalidade há, em um campo, como opostos visíveis e aceitos, o racional e o irracional. Do outro lado de uma linha abissal, porém, estaria a experiência da loucura como de “estrangeiros da razão”, habitando uma zona intersticial de sombra e de não ser. Esta sustenta a desumanização que subjaz às práticas de violência: o reconhecimento de sua humanidade seria negado aos relegados ao “lado de lá”, citando a trilha sonora do filme brasileiro *Bicho de Sete Cabeças* (2000), um marco antimanicomial:

O buraco do espelho está fechado/ Agora eu tenho que ficar aqui/ Com um olho aberto, outro acordado/ No lado de lá onde eu caí/ Pro lado de cá não tem acesso/ Mesmo que me chamem pelo nome Mesmo que admitam meu

regresso/ Toda vez que eu vou a porta some [...]. O buraco do espelho está fechado/ Agora eu tenho que ficar agora/ Fui pelo abandono abandonado/ Aqui dentro do lado de fora (Arnaldo Antunes, 1996).

A partir do conceito de alienação em Frantz Fanon (NKOSI, 2016), é possível afirmar que os loucos não *são* alienados da razão por si só, e sim *foram* alienados por meio de relações sócio-históricas violentas, numa construção que os impede de se constituir como sujeitos de suas histórias. Ao falar da violência racial, Fanon explicita os termos de uma sociedade que separa os pares razão/mente de emoção/corpo em nome da opressão colonial. A emoção seria considerada ameaça à razão, e dominar e adestrar o corpo compõe um ideal de civilização à qual os sujeitos racializados pela colonização são, ao mesmo tempo, excluídos e obrigados.

Fanon era médico, psiquiatra de formação e tem sido resgatado pelo Movimento Nacional da Luta Antimanicomial brasileiro como, também, militante antimanicomial. Essa faceta de sua produção está em obras, como *Alienação e liberdade: escritos psiquiátricos* (2020), na qual traça paralelos entre a alienação colonial, o racismo e o que denomina psiquiatria colonial na história da loucura. Está em um trecho dessa obra que “Uma criança negra, normal, tendo crescido no seio de uma família normal, ficará anormal ao menor contato com o mundo branco” (p. 94), denunciando o fazer etnocida de uma psiquiatria que se dedicou a trancafiar tantos corpos negros, ditos loucos, em seus manicômios.

III. ENLOUQUECER A CONVERSA: METODOLOGIAS DECOLONIAIS

Trata-se sempre de liberar a vida lá onde ela é prisioneira, ou de tentar fazê-lo num combate incerto (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 222).

É impossível para os intelectuais franceses contemporâneos imaginar o tipo de Poder e Desejo que habitaria o sujeito inominado do Outro da Europa (SPIVAK, 2010, p. 45).

Vocês não aprende na escola, vocês copia (Estamira, em PRADO, 2004, p. 115).

A formação interdisciplinar do ProMuSPP (Programa de Pós-Graduação em Dança Social e Participação Política) ensina como é essencial assumir uma perspectiva decolonial na construção de nossos itinerários metodológicos de pesquisa. A partir da necessidade de expandir o olhar e a bibliografia para além de autores e saberes hegemônicos, que têm espaço historicamente garantido na academia, penso sobre a necessidade de não descartar conhecimentos, mas construir diálogos. É necessário localizar nossos lugares de fala e os daqueles com os quais dialogamos, de forma a

situar e alargar sempre a conversa, fazendo pontes com o que possa produzir aliança com nossos horizontes éticos, e com nossa produção de conhecimento também como ato político.

bell hooks (2020) escreve que “quando nossa experiência vivida da teorização está fundamentalmente ligada a processos de autorrecuperação, de libertação coletiva, não existe brecha entre a teoria e a prática” (p. 103). Um esforço político de produzir teoria como prática social libertadora, mapeando novas jornadas por teorizações que tentem “compreender tanto a natureza da nossa situação atual, quanto os meios pelos quais podemos nos engajar coletivamente numa resistência capaz de transformar nossa realidade” (HOOKS, 2020, p. 93), é necessário para a luta por mudança social verdadeiramente emancipadora deste sistema que, de diferentes maneiras, violenta a todos nós.

Meu trabalho de pesquisa habita tanto o território da cidade e do SUS, onde atuo, quanto o território universitário. As universidades, desde seu surgimento, se alinham à epistemologia da modernidade ocidental, que constrói e necessita do Outro como subalterno silencioso. Elena Yehia (2007) fala do projeto decolonial nas universidades e na epistemologia ocidental como uma ruptura interna na modernidade, que toma (auto)consciência e expõe sua falácia. Para isso há a necessidade de autorreflexão constante e de esforço consciente em “*explorar nuestra situacionalidad de manera más explícita así como por dar visibilidad al papel que jugamos en la configuración de los marcos en los que estamos inmersos y de los conocimientos que ellos producen*” (Yehia, 2007, p. 108). (“explorar nossa situacionalidade de forma mais explícita, bem como dar visibilidade ao papel que desempenhamos na configuração dos marcos em que estamos imersos e dos conhecimentos que eles produzem”, em tradução livre).

A ação decolonial diz respeito então não a “dar voz” ao outro – ato que sustenta a desigualdade nas condições de diálogo, resguardando o poder de visibilizar e valorar, positivamente ou não, outros conhecimentos. O que se faz necessário é mudar os termos da conversa, tornando possível dialogar verdadeiramente com aqueles que sempre tiveram voz, mas não têm sido ouvidos. Para isso, é preciso primeiramente escutar os silêncios e recusar a tentação de falar pelo outro. Resistir a nosso ímpeto de interpretação, e não precisar decodificar o outro, tampouco reduzi-lo à nossa necessidade de significação. Respeitar o incognoscível é respeitar o outro como outro, inteiro e complexo, se estendendo muito além do alcance do meu olhar.

IV. TROCADILOS E LUGARES DE FALA: POLÍTICAS DA ESCRITURA ACADÊMICA

O que a razão quer é, desde o seu nascimento platônico, rejeitar uma parte da vida, a que muda, a que delira, a que morre. [...] é produzir um mundo de identidades e verdades, um mundo previsível e claro. Em consequência, tudo que é escuro, imprevisto, móvel, múltiplo, é excluído, transposto para

o lugar do erro, da ilusão, do mal. É nesse espaço que se insere a loucura. E muitas vezes a arte (Viviane Mosé, 2009, p. 22, prefácio ao livro de Stella do Patrocínio).

Eu sou Stela do Patrocínio bem patrocinada/ Estou sentada numa cadeira pregada numa mesa/ Nega preta e crioula/ Eu sou uma negra preta e crioula/ Que a Ana me disse/ Nasci louca/ Meus pais queriam que eu fosse louca/ Os normais tinham inveja de mim que era louca (PATROCÍNIO, 2009, p. 66).

No conto do Etnógrafo de Borges (1999), este descobriu que “*el secreto, por lo demás, no vale lo que valen los caminos que condujeron a él. Esos caminos hay que andarlos*” (p. 335). Se todo investigador é um pouco antropólogo, adentrando mundos, como elabora Carlo Ginzburg (1991), o conto fala, segundo Silvia Cusicanqui (1987), do dilema epistemológico da essencial intraduzibilidade na etnografia. Nesta, não se deve almejar o conhecimento fetichizado, instrumento de prestígio e poder daquele que “toma para si” o conhecimento (e o usa, inclusive, contra a coletividade da qual o tomou).

Na tentativa de evitar esse risco, porém, tampouco basta ficar com o silêncio: ao não falar pelo outro, e não falar mais nada, nos tornamos cúmplices de sua opressão. É necessário, ao contrário, engajar-se ativamente na construção de novos mundos. Para tanto, Cusicanqui (1987) colabora ao refletir sobre os objetivos da pesquisa: abandonar a metodologia positivista, com sua pretensa neutralidade, deve dar lugar a estilos de trabalho que tem novos critérios de rigor e ética. Esses serão definidos não mais por uma exigência interna da lógica do pesquisador, mas por uma exigência “externa e politicamente comprometida”:

Producir conocimientos y resultados de investigación significativos no sólo para el investigador y la comunidad académica, sino también para los intereses del grupo estudiado. Estos eran entendidos por lo general en términos de necesidades de transformación radical de las condiciones de explotación y opresión a que se halla sometido (p. 5).

Citando Latour, Cusicanqui refere que a antropologia deve ser somada às competências do diplomata, na ocasião do encontro entre diferentes: falando o idioma da casa, este articula o coletivo, o comum, e o valor da diferença. Nesse compromisso, nossos afetos e afecções apontam caminhos. A produção de conhecimento não é mais guiada por uma razão insípida, mas pelo corpo todo – que tem afeto, pele, cor, sofre e se engaja. Relata Estamira: “Eu transbordei de raiva. Eu transbordei de ficar invisível com tanta hipocrisia, com tanta mentira, com tanta perversidade, com tanto trocadilho [...]. E a culpa é do hipócrita, mentiroso, esperto ao contrário, que joga pedra e esconde a mão” (PRADO, 2004, p. 119).

O “trocadilo”, conceito trazido por Estamira, trata do que diz uma coisa querendo dizer outra, escondendo suas reais intenções. Se a própria escrita pode ser um ato de violência (BIDASECA, 2017), é necessário mostrar nossas mãos ao falar, e onde pisamos nossos pés. Para essa ciência e sua ética, não precisaremos das luvas e dos jalecos que escondem o corpo, pois é no calor do corpo que o encontro é possível. Diferenciando-se do “trocadilo” do manicomialismo, do colonialismo e de toda forma de opressão, pesquisar pode ser um ato de amor pela vida e nos engajar em nossa verdade, sem pedras ou intenções ocultas, para tocar a verdade do outro – sempre lembrando, como Dona Ivone Lara (1980), de “pisar nesse chão devagarinho”.

Nesse contexto, as reflexões sobre escrevivência (EVARISTO, 2007) e lugar de fala (RIBEIRO, 2017) me ajudam a legitimar a possibilidade de escrever em primeira pessoa, no âmbito acadêmico. E para construir com vozes outras, especialmente de pensadoras e artistas loucas, marcadas pelo silenciamento histórico, mostrou-se necessária uma perspectiva interseccional que reconheça os atravessamentos de marcadores sociais de raça, classe social e gênero que compõem a população que era asilada e, hoje, é acompanhada pelos serviços de saúde mental substitutivos ao manicômio.

Segundo Djamilia Ribeiro (2017), o conceito de discurso diz respeito a poder e controle, em um sistema que estrutura o imaginário social. Marcar os lugares de fala seria necessário para entendermos realidades que foram consideradas implícitas pela normatização hegemônica, que se pretende universal, sem ser de fato contemplados. Esses dizem respeito à inscrição em um lugar social vivido por uma coletividade e que permite, restringe ou limita o acesso a oportunidades, a cidadania e a direitos. Disso parte a importância de coletivizar o debate e localizar esses grupos nas relações de poder, pois

Não poder acessar certos espaços, acarreta em não se ter produções e epistemologias desses grupos nesses espaços; não poder estar de forma justa nas universidades, meios de comunicação, política institucional, por exemplo, impossibilita que as vozes dos indivíduos desses grupos sejam catalogadas, ouvidas [...]. O falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir (RIBEIRO, 2017, p. 66).

Tais reflexões também legitimam a escolha de trazer mais da arte e dos fazeres poéticos para as escrituras acadêmicas. Segundo Audre Lorde (2019), a poesia traz a possibilidade de nomear o inominado para que possa ser pensado, constituindo condições de existência para sujeitos subalternizados – como em seu ensaio no qual defende que, para mulheres negras, “a poesia não é um luxo”, mas uma necessidade. A arte possibilita construir e conhecer mundos sem pretender dominá-los, e lançar luz sobre múltiplas dimensões e possibilidades que constituem a existência, e que são desperdiçadas pelas narrativas e temporalidades lineares da violenta (e entediante) racionalidade moderna-colonial.

VI. SER A BEIRA: HORIZONTES VISLUMBRADOS

*A criação toda é abstrata. O espaço inteiro é abstrato. A água é abstrata. O fogo é abstrato. Tudo é abstrato. Estamira também é abstrato. **Tudo que é imaginário tem, existe, é. Sabia que tudo que é imaginário existe e é e tem? Pois é. Os morros, as serras, as montanhas... Paisagem e Estamira, Estamar, Estaserra. Estamira tá em tudo quanto é canto, tudo quanto é lado. Até meu sentimento mesmo vê, todo mundo vê Estamira. Eu, Estamira, sou a visão de cada um. [...] Eu sou a beira. Eu to lá, eu to cá, eu to em tudo quanto é lugar. E todos dependem de mim (Estamira, em PRADO, 2004, p. 120, grifos meus).***

É preciso sentir a dor de habitar as limitações do olhar que nos é imposto, para poder enxergar o que de mais bonito é possível ao superá-lo. Nos binarismos que nos constituem como sujeitos de um saber colonial, “aqui” e “ali” são falsos opostos, do mesmo campo de visibilidades: falam apenas daquilo que já existe. Mas real não é só aquilo que existe, como nos lembra Estamira. Interessa mais o que pode surgir ao habitar os limites do abismo, que nos une e nos divide, e revela o que ainda teremos a inventar. Nas fronteiras entre razão e loucura há um destes espaços, férteis para criação, onde podemos fincar os pés na “terceira margem do rio” (Rosa, 1994), e buscar as epistemologias da fronteira a partir de nossas experiências vividas e corporificadas:

A epistemologia fronteira emerge da exterioridade (não o exterior, mas o exterior inventado no processo de criar a identidade do interior, ou seja, a Europa cristã) do mundo moderno/colonial, dos corpos espremidos entre as línguas imperiais e aquelas línguas e categorias de pensamento negadas e expulsas da casa do conhecimento imperial (Mignolo, 2017, p. 12).

A sociologia da emergência de Boaventura de Sousa Santos (2007) advém de sua defesa por uma ecologia dos saberes, na qual interessa estar com o que habita uma zona de ainda-não-ser, e com as subjetividades que carregam este gesto criador. Para confrontar os poderes instituídos com os poderes instituintes, é necessário desfamiliarizar o canônico das “monoculturas do pensamento” (Santos, 2007) que engendram ações conformistas. Nessa tarefa, muito aprenderemos com as formas marginais de subjetividade, capazes de agir com o que Boaventura denomina *clinamen*, e que se recusam a serem definidas de acordo com os critérios abissais que se lhes tentam impor.

Os discursos contra-hegemônicos, nesse contexto, trazem outras geografias e referenciais de pensamento, produzindo não somente uma desestabilização da norma, como também “outras possibilidades de existências para além das impostas pelo regime discursivo dominante” (RIBEIRO, 2017, p. 90). Ouvir as estratégias daquelas/es

que (r)existem, apesar de tantos fins de mundo que lhe são impostos (MORAES, 2018), é necessário para o bem de todos. Pode trazer novas respostas (e novas perguntas) para questões cansadas que se esgotam – nas quais, quem sabe, poderemos “adiar o fim do mundo” (KRENAK, 2019), ou ao menos inventar paraquedas – ou veleiros – multicoloridos:



Figura 2.2 – “O Grande Veleiro”, de Arthur Bispo do Rosário.

Fonte: Acervo online, Museu Bispo do Rosário, 2022.

Mignolo (2017) diz que “o ponto sem retorno é que não há mais lugar neste mundo para uma e apenas uma trajetória reinar sobre as outras” (p. 13). Esse ponto sem retorno é o horizonte de nossas utopias, ressoando o mote do Exército Zapatista de Libertação Nacional: por um mundo em que muitos mundos coexistam. Geertz (2014) traz uma interessante citação para caminhar – de preferência, mais trôpegos e menos lúcidos do que começamos – para o fim destas reflexões: “como diz Stevens, ‘racionalistas usando chapéus quadrados, sentados em salas quadradas, pensando pensamentos quadrados, deveriam tentar usar *sombreros*’” (p. 230). Conecto-a a uma obra do artista pernambucano Tunga (1997):



Figura 2.3 – “Inside out, upside down (Ponta Cabeça)”, 1997.

Instalação, performance apresentada em 1997, Kassel, Alemanha.

Nessa performance, sete mulheres caminham pausadamente, vestindo túnicas brancas e levando na cabeça um enorme *sombrero* coletivo, com algumas circunferências viradas para cima e outras para baixo. Em cima deste *sombrero* estão reproduções de partes do corpo humano, como carne e ossos. Carregam vida e morte nesse objeto como um templo móvel, em seu andar de sacerdotisas em ritual, remontando a processos de divinação ancestrais, nos quais o futuro era lido nos órgãos e ossos de animais mortos. Sobre essa obra, comentou o artista em entrevista:

Veo este trabajo como un oráculo. Para mí, es la vuelta a la adivinación, a lo sagrado en el arte (...). Cada vez que un observador percibe algo, ese algo forma parte de su destino, le guste o no. El rango de esta incorporación [a la vida del espectador] depende de la disposición de aceptar el destino para entender lo que se ve. (TUNGA, 1997).

Uma parte da presunção da ciência positivista moderna, ousou dizer, baseia-se em negar a dimensão do mistério – não como concepção religiosa, mas como aquilo que nos constitui e nos ultrapassa. Estamira, em seu filme, diz: “Eu sou feiticeira sim. Eu sou ruim, mas não sou perversa” (PRADO, 2004). É possível contaminar a ciência com a arte de lançar contrafeitiços? Contra o feitiço perverso do capitalismo, esse “sistema de feitiçaria sem feiticeiro” (STENGERS, 2005); contra o feitiço da colonização, do racismo e da opressão, cujas narrativas têm o poder de fechar olhos para aquilo que é óbvio: que todo ser vivo tem direito à vida e à dignidade.

Estamira, como boa feiteira, sabia que há muito que ultrapassa os desígnios da razão moderna: “Cientista nenhum ainda viu o além dos além” (PRADO, 2004, p. 119). A arte e a loucura, prenes de delírio, chegam a quase tocar esse lugar e nos inspiram a pensar cada vez menos “quadrado”, e a produzir conhecimento respeitando sempre o mistério da vida e sua ética. Como um par que caminha de mãos dadas sonhando outros mundos neste mundo, pode enriquecer olhares e corpos exauridos pelo cansaço de nossos tempos, revelando que há belezas resistindo entre os escombros do mundo em ruínas que habitamos – e nos mundos que ainda poderemos criar:

Lugar em que há decadência. [...] Luas encontrarão só pedras mendigos cachorros. Terrenos sitiados pelo abandono, apropriados à indigência. Onde os homens terão a força da indigência. E as ruínas darão frutos (BARROS, 2006, grifo meu).

Nos caminhos de formação do ProMuSPP, tenho aprendido como, na conjugação entre lugar de fala e lugar de escuta, pode se criar um fértil lugar de diálogo, de troca e de encontro. Isso nos diz sobre a vida que vale ser vivida e pela qual lutamos: onde todos tenham espaços onde sintam o reconhecimento de sua humanidade, da valorização da contribuição que trazem em seus corpos e suas palavras, e do poder daquilo que é construído de forma coletiva e horizontal. Pois, nas palavras da poeta Adília Lopes (2000): “Acabou/ o tempo/ das rupturas/ Quero/ ser/ reparadora/ de brechas”. Nas de um cartaz visto por mim nos atos do Movimento da Luta Antimanicomial: “Gente é para voar, não para morrer no manicômio”. Nas de Estamira:

“Eu sou Estamira mesmo e tá acabado.”
(*Silêncio*).

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Arnaldo. *O buraco do espelho* (música), 1996.
- ARBEX, Daniela. *Holocausto brasileiro*. 1. ed. São Paulo: Geração Editorial, 2013.
- BARROS, Manoel. *Seis ou Treze Coisas que Aprendi Sozinho de “O Guardador de Águas”*. Ed. Civilização Brasileira, 2006.
- BIDASECA, Karina. *Lenguas insurgentes y justicia cognitiva. ¿Es posible liberarse de la violencia epistémica del discurso etnográfico y etnológico?* In: *Metodologías en contexto/ Intervenciones en perspectiva feminista/poscolonial/ latino-americana*. Buenos Aires: CLACSO, 2017. p. 49-62.
- BORGES, Jorge Luis. *Borges: Collected Fictions*. London: Penguin. 1999.

- CUSICANQUI, Silvia Rivera. “El potencial epistemológico y teórico de la historia oral: de la lógica instrumental a la descolonización de la historia”. *Temas Sociales*, 1:11, IDIS/UMSA, La Paz, 1987. p. 49-64.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. “*Percepto, afecto e conceito*”. O que é a filosofia? Tradução Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz. São Paulo: Ed. 34, 1992.
- DUSSEL, Enrique. El encubrimiento del otro. (Hacia el origen del. “*mito de la modernidad*”). Buenos Aires: Reimpresión Facsimilar. 1992.
- EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: ALEXANDRE, Marco Antonio (org.). *Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007. p. 21.
- FANON, Frantz. *Alienação e Liberdade*. Escritos Psiquiátricos. São Paulo. Ed. Ubu: 2020.
- FOUCAULT, Michel. *História da loucura na idade clássica*. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- FREIRE, Joyce Gonçalves. Uma reflexão sobre a psicose na teoria freudiana. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental* [online]. 1998, v. 1, n. 1, p. 88-110. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1415-47141998001007>. Acesso em: 19 Julho 2022.
- GEERTZ, Clifford. *O saber local*. Novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis, Vozes, 2014.
- GINZBURG, Carlo. O inquisidor como antropólogo. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 21(1), 1991. p. 09-20.
- HOOKS, bell. *Ensinar para transgredir*. São Paulo: Martins Fontes, 2020.
- KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- KRENAK, Ailton. 2019. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- LARA, Ivone. *Alguém me avisou*. 1980. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/dona-ivone-lara/45561/>. Acesso em: 20 jul. 2022.
- LOPES, Adília. *Obra*. Lisboa: Mariposa Azul. 2000.
- LORDE, Audre. A Poesia não é um luxo (1984). Em: *Irmã Outsider*. Belo Horizonte, Ed, Autêntica. 2019.
- LOUCURA. Em: Oxford Languages Digital Dictionary. Google: 2022. Disponível em: <https://languages.oup.com/google-dictionary-pt/>. Acesso em: 15 jul. 2022.
- MIGNOLO, Walter. Colonialidade: O lado mais escuro da Modernidade. Traduzido por Marco Oliveira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* [online]. 2017,

- 32(94). Disponível em: <https://doi.org/10.17666/329402/2017>. Acesso em: 14 jul. 2022.
- MORAES, Alana. As novas eras não começam de uma vez: saúde, doenças, começos de mundos. *Revista digital Urucum*. Disponível em: <https://urucum.milharal.org/2018/08/01/as-novas-epocas-nao-comecam-de-uma-vez-noticias-do-comeco-de-mundo/>. 2018.
- NKOSI, Deivison. *Introdução ao pensamento de Frantz Fanon*. CyberQuilombo, 2016 [15']. Disponível em: <https://www.coletivoresistencia.com.br/documentarios>.
- OMS. Organização Mundial da Saúde. Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde: CID-10 Décima revisão. Trad. do Centro Colaborador da OMS para a Classificação de Doenças em Português. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 1996.
- PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS Eduardo; KASTRUP, Virginia; ESCOSSIA, Liliana, organizadoras. *Pistas do Método da Cartografia: Pesquisa-Intervenção e Produção de Subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 17-31.
- PATROCÍNIO, Stella. Reino dos bichos e dos animais é o meu nome. Rio de Janeiro: Azougue, 2009.
- PAULON, Simone; TREPTE, Renata; NEVES, Rosane. Todo dia se faz tudo sempre igual...? Recortes da desinstitucionalização da loucura Brasil-Itália. *Mnemosine* 2013; 9(2):180-198.
- PLANTIER, Ana Paula. *Dos muros dos manicômios para os muros (in)visíveis da cidade: sobre os desafios da reforma psiquiátrica brasileira* [tese]. Universidade de São Paulo, 2015.
- PRADO, Marcos. *Estamira* [Filme]. Rio de Janeiro, 2004. p&b. 115min. RioFilme/Zazen.
- QUIJANO, Anibal. Colonialidad y modernidad/racionalidad. *Perú Indig.* 13(29): 11-20, 1992.
- RIBEIRO, Djamila. *Lugar de Fala*. Polen, São Paulo, 2019.
- ROLNIK, Suely. *Cartografia Sentimental: Transformações contemporâneas do desejo*. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.
- ROLNIK, Suely. *Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada*. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- ROSA, João Guimarães. “A terceira margem do rio”. In: ROSA, João Guimarães. *Ficção completa: volume II*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. p. 409-413.
- ROSÁRIO, Arthur Bispo. O Grande Veleiro. Dimensões: 118x158x65 cm. Técnica mista. Disponível em: <https://museubispodorosario.com/acervo/grande-veleiro/>. Acesso em: 10 jul. 2022.

- SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 2007.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Trad. Sandra Regina Goulart Almeida et al. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.
- STENGERS, Isabelle; PIGNARRE, Philippe. *La sorcellerie capitalise: pratiques de désenvoûtement*. Paris: La Découverte, 2005.
- TUNGA. Entrevista, 1997. Disponível em: <https://universes.art/en/documenta/1997/tunga-1>. Acesso em: 10 jul. 2022.
- YEHIA, Elena. Descolonización del conocimiento y la práctica: un encuentro dialógico entre el programa de investigación sobre modernidad / colonialidad / decolonialidad latinoamericanas y la teoría actor-red. *Tabula Rasa* [online]. 2007, 6:1. p. 85-114.

CAPÍTULO 3

O VOO DO TSURU NA LATINOAMÉRICA: UMA DISCUSSÃO SOBRE ESTIGMA E PRECONCEITO ANTIAMARELO

Marcia Mayumi Ninomiya; Martin Jayo

RESUMO

“Ameaça racial”, “brancos asiáticos”, “sorriso amarelo”, “perigo amarelo”, “minoria modelo”: esses são apenas alguns entre os muitos termos e expressões que circulam no imaginário coletivo brasileiro a respeito dos japoneses e outros imigrantes asiáticos e seus descendentes. A crise sanitária desencadeada pela epidemia de covid-19 não criou, mas denotou um preconceito contra asiáticos que sempre esteve latente e disseminado. Este texto resulta em grande parte das mobilizações, discussões e conhecimentos adquiridos na disciplina de Filosofia da Ciência, na qual a primeira autora travou contato com caminhos teóricos e metodológicos importantes para a construção do conhecimento sobre a presença de s no Brasil, a partir de diferentes saberes. Divulgar a discriminação contra os descendentes de asiáticos se faz necessário para que ela seja revelada e não mais apagada e silenciada pela própria comunidade e pelos que estão externos a ela.

AMARELOS NÃO FAZEM PARTE DA LATINOAMÉRICA?

Em 6 de julho de 2018 deparei-me com uma postagem feita pela @MidiaNinja em uma rede social, sobre o preconceito com asiáticos e seus descendentes. Tratava-se do compartilhamento de um ensaio fotográfico intitulado “Estigma e preconceito anti-amarelo no Brasil”, realizado por Jéssica Yumi Ueno e Celina Yoshie Tanaka, estudantes de Psicologia da Universidade Estadual de Londrina.



Figura 3.1 – Abre os olhos; Figura 3.2 – Sua nota não representa sua cultura; Figura 3.3 – JAPA; Figura 3.4 – Mas você aprendeu isso no Japão?; Figura 3.5 – Volta pra sua terra.

Fonte: Reproduzido em 2018 do Facebook.

Estigma? Preconceito? Antiamarelo? Uma crise identitária se instaurou em mim. Em uma busca incessante de significados, mais questionamentos foram despertados: por que a comunidade japonesa/minha família zela tanto pelas suas origens? Por que o meu histórico de vida, meus traços, incomodam os modos de vida operantes em terras brasileiras? A existência e a própria ideia de racismo direcionado a asiáticos-brasileiros, velado em suas mais variadas facetas, e a priori inconsciente e/ou inofensivo, está presente em ações, falas, valores, crenças e sentimentos.

A isso se somaria durante quatro anos, entre 2019 e 2022, uma gestão no governo federal que mobilizou a sociedade a relacionar os asiáticos ao vírus SARS-CoV-2, causador da epidemia de covid-19, ajudando a trazer à tona um lastro de memória que reforça uma identidade homogeneizada, contribuindo para a discriminação. O “perigo amarelo”, que já existia no imaginário e na memória coletiva nacional, ressurgiu potente em 2020, trazendo a necessidade do fortalecimento de movimentos identitários dos brasileiros-nipônicos e dos demais descendentes de asiáticos para refletir e não normalizar situações de discriminação e preconceito.

Porém, fortalecer e refletir com quem? Nesta pesquisa estarei a tornar viva uma ferida ou precisarei mantê-la ocultada? Como romper com esse silêncio? Como parar de negociar identidade? Mas qual identidade? Continuar a ser a japonesa, a japa, a japoronga? Questionar a construção dessa memória coletiva se faz necessário para que a estigmatização e o preconceito sejam revelados e não mais apagados e ignorados pela própria comunidade e pelos que estão externos a ela.

Entender a presença japonesa e o preconceito anti-amarelo no Brasil é necessário e, por meio da disciplina Filosofia da Ciência no Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política (ProMuSPP) (1º semestre de 2022), pude conhecer

caminhos teóricos e metodológicos importantes para ajudar a alicerçar essa tarefa. As mobilizações e discussões com que tive contato na disciplina incitaram-me a necessidade de expressão e comunicação da presença de amarelos a partir de outros saberes, e a possibilidade da construção do conhecimento que advenha das relações entre academia e sociedade, entre conhecimento acadêmico e o conhecimento da vida, entre fora e dentro.

A referência ao tsuru no título do trabalho foi construída quando fui aluna ouvinte da disciplina Investigação Baseada nas Artes, também no ProMuSPP, antes mesmo do meu ingresso formal no mestrado. Ela surge a partir de uma sensação pessoal no contexto das relações sociais. Objeto de origami muito tradicional na cultura japonesa, representando uma ave símbolo de longevidade, o tsuru é feito em papel com dobras geométricas perfeitamente alinhadas, operação na qual não se admite o erro. O tsuru é produto de concentração, diligência e extrema disciplina, e isso me faz pensar naquilo que sempre tive que ser, sem jamais questionar.

Esta é uma pesquisa elaborada por um “eu tsuru”, que olha para a rigidez das suas dobras, mas também para a liberdade das diversas curvas que se cruzam em sua subjetividade, no (re)conhecimento e na (re)existência, e que ainda precisa encontrar espaço, diálogo, escuta e voz.

A MODERNIDADE EUROPEIA COMO MODELO DO SABER

Dezem (2005) relata sobre o início do processo de imigração japonesa, que se deu como resultado do que demandava a economia cafeeira. O quadro era marcado pela necessidade de mão de obra imigrante para a agricultura, mas também pelo interesse na construção de uma identidade nacional brasileira forte, coesa e por consequência homogênea. Esse interesse permeou os discursos do governo federal sobre identidade e raça, do fim do século XIX até a primeira metade do século XX. A imigração japonesa para terras brasileiras estava inserida dentro desse contexto, em que parcelas dos intelectuais e eugenistas brasileiros eram refratárias à imigração, considerada uma ameaça racial, pois prejudicaria o projeto de branqueamento da população. O Brasil, afinal, precisava de uma matriz europeia entre seus braços de lavoura e não de “raças inferiores”, na concepção vigente. A marca de raça inferior fez com que o próprio governo japonês adotasse medidas em sua política exterior na busca da igualdade racial, passando a denominar seu povo como “brancos asiáticos”. Assim, o imigrante japonês é embranquecido, visando um maior enquadramento na expectativa das elites brasileiras de um Brasil menos negro e menos indígena (SHIMABUKO, 2018).

Porém, de que modo essa estratégia do governo japonês de embranquecer os asiáticos reverberou naqueles que aqui desciam dos navios? Como eles experienciaram – e seus descendentes seguem experienciando até hoje – essa expectativa brasileira e essa estratégia de ocultação e marginalização de identidades em nome do branqueamento?

As restrições mais objetivas e radicais (e por que não dizer, mais violentas), de acordo com Dezem (2011), ocorreram na Era Vargas. A Constituinte de 1934 foi marcada por calorosos discursos de matriz eugenista, sanitaria e moral, frente à entrada

de estrangeiros em solo nacional. Os imigrantes japoneses que já se encontravam em terras brasileiras sofriam constantes perseguições e foram alvos de legislação extremamente restritiva a seus direitos.

E a partir da década de 1950, após a Segunda Guerra Mundial, o tratamento que viera sido dispensado aos primeiros imigrantes – de pequenos homens com sorriso amarelo,⁵ a serem tratados com firmeza e bondade paternais, devendo ser adestrados quando necessário, com violência paternalmente dosada para ocupar o seu lugar de subordinação no concerto do mundo – deu lugar a um novo tratamento, empregado até hoje à exaustão, que atribui irrefletidamente a amarelos (em especial japoneses e seus descendentes) do rótulo de pessoas pacientes, honestas e esforçadas, configurando a minoria modelo (SHIMABUKO, 2018). Atribuição dada pela sociedade brasileira e refletida na própria comunidade nipônica, como afirma Takeuchi:

Teve como efeito colateral promover um esforço de esquecimento, mesmo dentro da comunidade nikkei, dos dramas vivenciados pelos seus antepassados. Optou-se em valorizar o sucesso profissional e a ascensão social como forma de se superar os traumas e os asflitos antes e depois do fim da guerra. Contudo, entendemos que resgatar as histórias de intolerância e de estigmas não deprecia o legado deixado pelas primeiras gerações de japoneses no Brasil, pelo contrário, enaltece uma comunidade que soube se reerguer e superar as adversidades da integração em um novo meio (TAKEUCHI, 2008, p. 182).

O estereótipo de minoria modelo, apesar de pressupor atributos de caráter positivo, confere uma grande pressão sobre indivíduos nipônicos, restringindo grandemente as possibilidades de manifestações de individualidade, sobretudo, de diversidade cultural existente dentro da comunidade asiática no Brasil, além do mais, posiciona falsamente pessoas não asiáticas como inferiores no sentido de menos capazes de atingir essas mesmas qualidades. O Coletivo Brasilidades Asiáticas (2019) considera a solidariedade antirracista como um dos principais pontos do movimento asiático: “entender que ocupamos, hoje, um lugar de privilégio em relação a negros e indígenas é fundamental”. Mas a partir disso, como criar espaços para diálogos com a(s) identidade(s) amarela(s)?

Enrique Dussel (1994) enuncia as condições de possibilidade e, ao mesmo tempo, o dever de diálogo universal entre culturas e mundos da vida, para uma riqueza da futura humanidade plural, em que diversidade deve deixar de significar a mera afirmação de “pluralidade” para passar a significar ao mesmo tempo alteridade e interculturalidade (MARTÍN-BARBERO, 1997).

Segundo Lander (2000), as tendências atuais do processo de globalização caracterizada pela hegemonia da visão de mundo liberal, naturaliza seu modelo de vida não apenas como desejável, mas também como o único possível. Dessa forma, modern-

5 Expressão comum carregada de preconceito, que significa sorriso falso ou dissimulado.

dade é sinônimo de colonialidade e ocidentalização. Ou seja, designa o conjunto de projetos que visam à disseminação dos valores da civilização ocidental em escala planetária. Mignolo (2021), por sua vez, retrata como muitos povos e etnias (em alguns casos, o que restou delas), pelas feridas deixadas em seus corpos e pelos estigmas que trazem em sua pele, têm desnudado o truculento e arrasador projeto de ocidentalização ou dominação cultural, econômica e política do mundo pelo Ocidente.

Nesse ponto, encontro um lugar.



Figura 3.6 – Olhar ocidental.

Fonte: São Paulo Times (2014).

A obsessão entre os orientais para ganhar o olhar ocidental é tanta que uma coreana chegou a obrigar a filha de 12 anos a fazer essa cirurgia plástica para ter o rosto ocidental. Lee Min-kyong é uma garota coreana de 12 anos que, apesar de ser uma ótima dançarina de balé, possui uma autoestima baixa. A solução? Cirurgia plástica para ocidentalizar os olhos, sugerida pela sua própria mãe. “Estou animada. Depois da operação, meus olhos vão parecer maiores, acho que vou ficar mais bonita do que eu sou hoje”, acredita a menina. Sua mãe, Hyu Jang-hee, afirma que a ideia partiu dela mesma, e não de sua filha. “Estou mandando ela fazer isso, porque eu acho que vai ajudá-la. Essa é uma sociedade em que você tem que ser bonito para chegar a algum lugar. Ela é minha única filha” (SÃO PAULO TIMES, 2014, s/p).

REDEFININDO A MODERNIDADE

De acordo com Catherine Walsh (2001), não é simplesmente necessário reconhecer a pluralidade, mas também descolonizar o conhecimento, desconstruir os regimes da verdade, o conjunto de representações que eles (re)produzem e das articulações de poder presentes dentro deles, pois “a ‘voz’ dos povos indígenas e afrodescendentes está geralmente ausente na universidade e no mundo acadêmico, deixando sua interpretação diante dos ‘outros’” (WALSH, 2001, p. 72).

Em consonância com Priscila Nucci (2010), quando encontro um lugar de possibilidade para dialogar como amarela, ainda existe a dificuldade de tratar do preconceito contra japoneses num país em que é mais urgente debater a luta dos povos originários e o racismo contra os afrodescendentes, que ainda lutam pela conquista de direitos na sociedade brasileira. Dessa forma, ainda de acordo com Nucci, os estudos de intelectuais de ascendência japonesa preferiram priorizar outros aspectos relacionados à imigração japonesa, notadamente a ascensão e a integração da comunidade à sociedade brasileira:

Por se tratar de um grupo que conseguiu se integrar econômica e socialmente num tempo relativamente pequeno, os pesquisadores, alguns deles japoneses e descendentes, optaram por pesquisas e recortes que destacaram esses pontos. Ao fazerem essa opção, deixaram de dar ênfase a alguns aspectos conflituosos do processo. Houve, portanto, uma dada construção sociológica e antropológica sobre a trajetória do grupo (NUCCI, 2012, s/p).

Além de decolonizar é preciso desocidentalizar, pois segundo Quijano (1992), a Ásia foi colocada como subalterna, empurrada para a europeização total ou parcial. Mignolo (2021) diz sobre um sistema racial de classificação social que inventou o ocidentalismo, que criou as condições para o orientalismo:

[...] opções decoloniais e desocidentalizantes divergem em um ponto crucial e indiscutível: enquanto estas não questionam a “civilização da morte”, oculta sob a retórica da modernização, da prosperidade e da melhoria das instituições modernas (MIGNOLO, 2021, p. 27).

Said (2007) mostra a representação irreal que o Ocidente fez do Oriente, e argumenta que essa representação, que foi aceita com naturalidade pela comunidade científica e pelo imaginário popular ocidental, foi necessária para que o Ocidente se (auto) definisse, encontrando um “outro”, o oriental, que o ajudasse a se conhecer por diferenciação, elevando a si mesmo e legitimando seus interesses colonialistas. Esse “outro”, temido, perigoso, e por isso mesmo alvo de políticas de pacificação, mostra o fascínio por um Oriente distante e desejado que integra o imaginário do homem ocidental.

Shi-Xu (2019) aborda o niilismo disfarçado como desconstrução pós-moderna, “que apaga as diferenças ou iguala os termos e as noções de Oriente e Ocidente, e suas relações, com efeito de negação da dominação, da discriminação e da exploração ocidentais” (SHI-XU, 2019, p. 74). Aplicado indiscriminadamente a culturas orientais, esse tipo de discurso perpetua as representações ocidentais estereotipadas do “outro” oriental, além de mostrar-se incapaz de atender às preocupações orientais.

Mas seguimos tentando achar um espaço para compartilhar, redefinir a modernidade e, de acordo com Shi-Xu (2019), redefinir também os paradigmas orientais.

SABERES DO SUL

O pensamento moderno ocidental continua a operar mediante linhas abissais que separam o mundo humano do mundo subumano, de tal modo que princípios de humanidade não são postos em causa por práticas desumanas. As colônias representam um modelo de exclusão radical que permanece no pensamento e nas práticas modernas ocidentais, tal como no ciclo colonial (SANTOS, 2007, p. 76).

Inexistência, invisibilidade e ausência, ou silenciamento por parte da própria comunidade japonesa?

Segundo Takeuchi (2008), a migração de colonos japoneses inicialmente estabelecidos em São Paulo e no Paraná, Pará e o norte do Brasil, foi vista aos olhos ocidentais do pós-Segunda Guerra Mundial, como a ameaça nipônica no território nacional. Havia a suspeita de que os japoneses instalados no Pará poderiam se unir aos seus compatriotas, localizados no Peru, a fim de se apropriarem de toda a região. O discurso antinipônico do “perigo amarelo” estava na possibilidade de que as conquistas militares permitissem o domínio da raça amarela sobre a raça branca.

Ao mesmo tempo, como relata Takeuchi (2019) referindo-se a um fenômeno também enfocado por Morais (2000), um grupo extremista de imigrantes japoneses, denominado Shindo Renmei, espalhou o boato de que o Japão não havia perdido a guerra. A rendição do Japão em 1945 seria, segundo sua versão, uma falsidade voltada a desmotivar os ânimos nipônicos. Membros do grupo chegaram a perseguir e assassinar os “corações sujos”, isto é imigrantes que aceitavam o fato histórico de o Japão ter perdido a Guerra. Tal fato contribuiu para alimentar a caricaturização e a estereotipação negativa da comunidade como um todo.

Sagawa (2010) relata um episódio histórico ocorrido em 30 e 31 de julho de 1946, que tem sido ignorado ou desconhecido pela historiografia da imigração japonesa no Brasil:

Trata-se de um episódio que colocou brasileiros contra japoneses e vice-versa, envolvendo todo o povoado nascente de Osvaldo Cruz. Tudo começou com dois incidentes avulsos envolvendo alguns brasileiros e japoneses, mas, em seguida, no clímax do final da II Guerra Mundial, foi detonado um episódio de revolta de vários grupos avulsos de brasileiros contra os japoneses. Pelas ruas da cidade, os brasileiros saíram à caça de todo e qualquer japonês, com os brados de “lincha! ”incha!”. Alguns japoneses chegaram a ser lançados e arrastados, de forma cruel e humilhante, pela avenida central da cidade (SAGAWA, 2010, p. 123).

Segundo Hirata (2020), o brutal genocídio indígena e a escravidão negra trouxeram temas urgentes para a academia, que por sua vez, foram utilizados como referencial teórico e base para o entendimento sobre o comportamento da branquitude em relação aos corpos racializados – aí incluídos os corpos asiáticos amarelos, mesmo que o tratamento a estes se manifestasse de outras formas, contribuindo assim para o silenciamento de suas existências.

DIVERSIDADE E PLURALIDADE TEÓRICO-METODOLÓGICA: GÊNERO, ETNIA, DIVERSIDADE E OS DESAFIOS PARA A FILOSOFIA DA CIÊNCIA

Enfrentar o silenciamento, como propõe Bidaseca (2017), é uma alternativa que consiste em poéticas que resistem a uma justiça cognitiva que descoloniza conhecimento, subjetividades, corpos, sexualidades, política e poética.

É possível o surgimento de outros pensamentos? É possível ser diferente?

O projeto de poder é destruir as diferenças e homogeneizar todos no mesmo comportamento e é por isso que perguntamos: ainda é possível ser diferente?

De acordo com Mignolo “a opção descolonial não visa ser a única opção. É apenas uma opção que, além de se afirmar como tal, esclarece que todas as outras também são opções e, não simplesmente a verdade irrevogável da história que precisa ser imposta pela força” (MIGNOLO, 2017, p. 13).

O sociólogo e historiador Clóvis Moura (1978) contribuiu para desfazer o mito de uma “democracia racial” no Brasil. Ao fazer isso, como ressalta Érika Mesquita (2003), Moura “seguiu à risca a premissa de que o intelectual deve ser solidário às minorias, aos subjugados, aos oprimidos, aos discriminados, quando em seu trabalho intelectual buscou enaltecer a importante participação do negro na constituição da sociedade brasileira, este discriminado, preterido e sua luta ofuscada, principalmente no que tange à incansável batalha para pôr fim à escravidão” (Mesquita, 2003, p. 571).

bell hooks (2017) apresenta os impactos do colonialismo no campo da educação. O tecido social é impregnado de estruturas que legitimam opressões sobre as minorias étnicas, estruturas estas que atravessam o espaço educacional. Isso gera a necessidade de um ensino que leve em conta perspectivas críticas:

Apesar de o multiculturalismo estar atualmente em foco em nossa sociedade, especialmente na educação, não há, nem de longe, discussões práticas suficientes acerca de como o contexto da sala de aula pode ser transformado de modo a fazer o aprendizado uma experiência de inclusão (HOOKS, 2013, p. 51).

Desse modo, fica clara a importância dos(as) professores(as) junto com os(as) alunos(as) atuarem de forma criativa e propositiva no espaço da academia, bem como nos processos das lutas sociais, com vistas à ampliação de direitos e formas de resistência. Nesse contexto, é necessário pensar a educação de forma crítica para que mudanças sociais possam ser vistas.

Reflijo neste trecho, como professora e agora pesquisadora, que acadêmicos de ascendência japonesa, devem ter também a premissa de que o intelectual deve ser solidário às minorias. Nas comunidades nipo-brasileiras percebe-se uma forte preocupação, sobretudo por parte das gerações anteriores, com a preservação da cultura japonesa e, sobretudo, da moral trazida pelos antepassados. Segundo Okamoto (2018), no período anterior à Segunda Guerra Mundial, tal preocupação configurava-se quase como uma obsessão por se manterem os ensinamentos morais e culturais do país de origem por meio da educação dentro de casa e nas escolas japonesas particulares, nas quais os livros didáticos, importados do Japão, “não tiveram apenas a função didática de ensinar o vernáculo, mas também a ideologia ultranacionalista do governo nipônico da época” (OKAMOTO, 2018, p. 227), refletindo na visão de mundo, nos valores e no comportamento dos *nikkeis* que aqui se encontram.

ETERNOS GAIJINS

O mito das três raças formadoras do brasileiro – a europeia, a africana e a indígena – surgido no século XX e rapidamente arraigado no imaginário nacional, foi responsável pela divulgação do ideal de democracia racial criado pelos intelectuais da época, que buscava suavizar a experiência escravocrata do país.

Segundo Coelho (2008) no momento da criação do mito, embora a imigração do século XX já fosse uma realidade no Brasil, os imigrantes não foram considerados. Dentre eles, nos termos do autor, os que almejassem se tornar “brasileiros”, embora não sofressem o mesmo grau de discriminação imposto aos afrodescendentes, ainda assim eram submetidos a seleção rigorosa, a partir de sua raça, cultura, moral e religião, e classificados como desejáveis apenas os que satisfizessem o padrão europeu, isto é, branco e cristão; os demais eram repudiados. As minorias étnicas encaradas como ameaças à constituição de uma raça pura e à manutenção da ordem social foram reprimidas.

Hoje em dia, por mais que seja óbvio que os descendentes de japoneses vivendo no Brasil há gerações, são de fato brasileiros, essa é uma noção que ainda demanda um esforço de afirmação. São inúmeras as experiências e relatos cotidianos que o demonstram:

Quando eu passei na direção dela, ela começou a berrar. Ela gritou “chinesa, porca”. Eu perguntei se ela estava bem e eu saí andando. Ela disse “sua nojenta, fica passando doença para todo mundo”. Ela ficou de pé me xingando e ficava mostrando o dedo do meio (Mari Okabayashi, descendente de japoneses, em depoimento a TCHAO, 2020, s/p).

Lutemos pelo lugar onde nenhum ser humano tenha o direito de dominar e se impor a outro ser humano, para que assim, tsurus de todas as cores sejam respeitados e possam voar, livremente, neste país.

REFERÊNCIAS

- BIDASECA, Karina. *Lenguas insurgentes y justicia cognitiva. ¿Es posible liberarse de la violencia epistémica del discurso etnográfico y etnológico?* In: ALVARADO, M.; OTO, A. (org.). *Metodologías en contexto/Intervenciones en perspectiva feminista/poscolonial/latino-americana*. Buenos Aires: Clacso, 2017. p. 49-62.
- BRASILIDADES ASIÁTICAS (perfil de rede social). 2019. Disponível em: <https://www.instagram.com/brasilidadesasiatricas>. Acesso em: 7 jan. 2023.
- COELHO, Alexandre S. C. *O japonês como um imigrante indesejável*. Relatório de Pesquisa (Programa de Iniciação Científica). Brasília: UNICEUB, 2008.

- DEZEM, Rogério. *Um exemplo singular de política imigratória: subsídios para compreender o processo de formação dos núcleos pioneiros de colonização japonesa no estado de São Paulo (1910-1930)*. 2011. Disponível em: http://usp.br/proin/download/artigo/artigo_politica_imigratoria.pdf. Acesso em: 7 jan. 2023.
- DEZEM, Rogério. *Mati“es do “marelo”*: a gênese dos discursos sobre os orientais no Brasil (1878-1908). São Paulo: Editora Humanitas, 2005.
- DUSSEL, Enrique. *1492: El encubrimiento del otro (hacia el orig“n del “mito de la mod”rnidad”)*. La Paz: Plural Editores, 1994.
- HIRATA, Fernanda Nakandakari. *Asiáticos amarelos na publicidade brasileira: representação, estereótipos e microagressões*. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Comunicação Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.
- HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.
- ITO, Carol. Meu nome não é japa: o preconceito amarelo. *Revista Trip* 2020. Disponível em: <https://revistatrip.uol.com.br/trip/meu-nome-nao-e-japa-o-preconceito-amarelo>. Acesso em: 5 jul. 2022.
- LANDER, Edgardo et al. ¿Conocimiento para qué? ¿Conocimiento para quién? Reflexiones sobre la universidad y la geopolítica de los saberes hegemónicos. *Estudios Latinoamericanos*, v. 7, n. 12-13, p. 25-46, 2000.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. Comunicação plural: alteridade e sociabilidade. *Comunicação & Educação*, n. 9, p. 39-48, 1997.
- MESQUITA, Érika. Clóvis Moura e a sociologia da práxis. *Estudos Afro-Asiáticos*, vol. 25, n. 3, p. 557-577, 2003.
- MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica, pensamento independente e liberdade decolonial. *Revista X*, Curitiba, v. 16, n. 1, p. 24-53, 2021.
- MIGNOLO, Walter D. Colonialidade. O lado mais escuro da modernidade. Tradução de Marco Oliveira. *Revista Brasileira de Estudos Sociais*, São Paulo, v. 32, n. 94, p. 1-18, 2017.
- MORAIS, Fernando. *Corações Sujos: a história da Shindo Renmei*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.
- MOURA, Clóvis. *A sociologia posta em questão*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.
- NUCCI, Priscila. *Os intelectuais diante do racismo antinipônico no Brasil: textos e silêncios*. São Paulo: Annablume, 2010.
- OKAMOTO, Monica Setuyo. A educação ultranacionalista japonesa no pensamento dos nipo-brasileiros. *História da Educação*, Porto Alegre, v. 22, n. 55, 2018.

- POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad/racionalidad. *Perú indígena*, v. 13, n. 29, p. 11-20, 1992.
- SAGAWA, Roberto Yutaka. Uma violência massificada de brasileiros contra japoneses. *Psicólogo Informação*, v. 14, n. 14, 2010, p. 122-138.
- SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Cia. das Letras, 2007.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos estudos CEBRAP*, v. 79, p. 71-94, 2007.
- SÃO PAULO TIMES. Aumenta a busca dos orientais pela cirurgia de ocidentalização das pálpebras no Brasil. 2014. Disponível em: <https://saopaulotimes.com.br/aumenta-a-busca-dos-orientais-pela-cirurgia-de-ocidentalizacao-das-palpebras-no-brasil/>. Acesso em: 5 jun. 2022.
- SHIMABUKO, Gabriela. Para além da fábula das três raças: uma introdução à percepção racial do amarelo e do japonês no Brasil. Araraquara, 2018. Disponível em: https://www.academia.edu/37653157/Para_al%C3%A9m_da_f%C3%A1bula_das_tr%C3%AAs_ra%C3%A7as_uma_introdu%C3%A7%C3%A3o_%C3%A0_percep%C3%A7%C3%A3o_racial_do_amarelo_e_do_japon%C3%AAs_no_Brasil. Acesso em: 5 jun. 2022.
- SHIMABUKO, Gabriela A origem do Perigo Amarelo: Orientalismo, colonialismo e a hegemonia euro-americana, 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/36755027/A_origem_do_Perigo_Amarelo_orientalismo_colonialismo_e_a_hegemonia_euro_america. Acesso em: 5 jun. 2022.
- SHI-XU. Reconstruindo paradigmas orientais em estudos do discurso. In: Resende, V. M. (org.). *Decolonizar os estudos críticos do discurso*. Campinas: Pontes Editores, 2019, p. 62-81.
- TAKEUCHI, Marcia Yumi. A comunidade nipônica e a legitimação de estigmas: o japonês caricaturizado. *Revista USP*, São Paulo, n. 79, p. 173-182, 2008.
- TAKEUCHI, Marcia Yumi. *Entre gueixas e samurais: A imigração japonesa nas revistas ilustradas (1897-1945)*. Tese (doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.
- TANAKA, Celina Y.; UENO, Jessica Y.; OLIVEIRA, Katia L. Uso da fotografia como meio de representação do racismo e preconceito contra descendentes de japoneses em Londrina. In: *I Congresso do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UEL*. 2018. p. 291-297. Disponível em: <http://anais.uel.br/portal/index.php/ppgps/article/view/265/269>. Acesso em 7 jan. 2023.
- TCHAO, Eduardo. Idosa de 75 anos é indiciada por racismo e injúria contra estudante cham'da de 'chines' porca' no Rio. *G1*, 2020. Disponível em: <https://g1.globo>.

[com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/07/16/idosade-75-anos-e-indiciada-por-racismo-e-injuria-contra-estudante-de-origem-oriental-no-rio.ghtml](https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/07/16/idosade-75-anos-e-indiciada-por-racismo-e-injuria-contra-estudante-de-origem-oriental-no-rio.ghtml). Acesso em: 5 jul. 2022.

WALSH, C. ¿Qué conocimiento (s)? Reflexiones sobre las políticas del conocimiento, el campo académico y el movimiento indígena ecuatoriano. *Comentario Internacional*, Quinto, v. 2, p. 65-77, 2001.

CAPÍTULO 4

SER COM A FLORESTA: O MODO DE SER INDÍGENA COM A MATA ATLÂNTICA

Denis Robson Rodrigues; Soraia Ansara

RESUMO

O texto procura apresentar a cosmovisão indígena, a partir de pesquisa realizada sobre a relação que os Guarani mantêm com as florestas da Mata Atlântica e a importância que atribuem a essa relação e como ela se conecta com a formação e a conservação das florestas que habitam, em particular as que restaram no Vale do Rio Ribeira, região que abriga a parte mais importante do que ainda resta da Mata Atlântica em São Paulo. Nele se evidenciou que esse modo peculiar de se relacionar com as florestas constitui uma ontologia, cuja existência supõe a necessidade de se conservar as florestas e seus socioecossistemas, assim como suas relações ancestrais como parte integrante fundamental de seu território. Ressalta-se desse modo a diferença radical existente entre esse modo de ser, cujo espaço produzido é incompatível com o modo colonialista capitalista de se impor como força política econômica hegemônica universal. A não compreensão da radicalidade dessa diferença tem impedido um conhecimento mais aprofundado do modo de ser indígena com as florestas, os quais por meio de sua “cosmogênia” têm coproduzido e conservado a pujança das florestas tropicais que exibem até hoje; e, ao mesmo tempo, têm impedido uma reflexão mais

rigorosa sobre a profunda ignorância do outro, manifestado por um modo de conhecimento que se supõe, apesar de suas evidentes limitações, como saber válido universal.

INTRODUÇÃO

“Ser com a floresta” pode ser visto como uma tentativa de descrever, por meio de uma pesquisa científica transdisciplinar e uma ação política conjunta de luta pela conservação das florestas atlânticas, a relação que os indígenas têm, e em particular, os Guarani com as florestas designadas por nós como Mata Atlântica.

Ser-com trata-se de um conceito fundamental da teoria filosófica de Martin Heidegger. Refere-se a uma qualidade fundadora do *ser-aí* humano. Para Heidegger *ser-com* é uma característica intrínseca e específica do *ser-aí*. Desde o início qualquer *ser-aí* já é *com-o-outro*. Porém, o outro a que se refere Heidegger é necessariamente outro *ser-aí*, pertencente ao mesmo mundo no qual os outros que não sejam seres-aí, como animais, plantas e minerais não podem *ser-com*, pois não podem compartilhar com o *ser-aí* os mesmos sentidos do ser.

Em contato com os Guarani e pessoas de outras nações indígenas e a partir da leitura da literatura específica sobre essa relação idiossincrática dos Guarani, em particular, e de outras nações indígenas, em geral com as florestas, foi possível acessar e construir um ponto de vista no qual podemos admitir ontologicamente a existência dessa relação entre ser humano e entidades consideradas, na visão hegemônica cristalizada da nossa cultura, não humanas, como relações humanas ou outra concepção de humanidade. A exposição teórica dessa possibilidade que será resumida neste capítulo foi desenvolvida com base na dissertação de mestrado de Rodrigues (2019).

As questões suscitadas na pesquisa realizada entre os anos de 2013 e 2016 referem-se à centralidade da cosmovisão indígena na sua relação com as florestas, como fator constituinte e estruturador de seu território. Descreve e reflete sobre a importância que os Guarani atribuem a essa relação e como ela se conecta com a formação e a conservação das florestas que habitam, em particular as que restaram no Vale do Rio Ribeira, região que abriga a parte mais importante do que ainda resta da Mata Atlântica no estado de São Paulo.

Utilizando como metodologia a pesquisa-participante, a pesquisa-ação e teorias transdisciplinares, a pesquisa foi realizada com os Guarani dos povos *Peguaou Ty*,⁶ situada no município de Sete Barras em São Paulo, com o objetivo de compreender melhor quais são as fontes geratrizes presentes na dinâmica atual de produção e conservação das florestas atlânticas a partir do modo de viver dos indígenas que as habitam.

Na tentativa de compreender seu *modus vivendi*, foi de fundamental importância que o pesquisador aprendesse ao menos algumas noções importantes referentes à lín-

6 *Tekoa* segundo seu modo de ver é o lugar (tempo-espaco-originário) indicado por Nhanderu para que ali os Guarani pratiquem o seu *teko* ou seu modo de ser.

gua Tupi e Guarani e convivesse com os Guarani ao longo desses três anos participando ativamente de algumas de suas atividades, entre as quais se destaca o trabalho com a escola indígena e a construção de um novo calendário escolar Guarani que considere os ciclos da roça e seus conhecimentos sobre a floresta de seus ancestrais.

Atualmente essa comunidade se encontra sob um conflito social e jurídico com a Fundação Florestal, instituição que administra a Unidade de Conservação Integral, o Parque Estadual Intervales (PEI), que não os reconhecem como população originária e os tratam como invasores. Tal Unidade de Conservação move contra eles um processo jurídico para expulsá-los do local e os têm privado por meios “legais” de cultivarem suas roças tradicionais, exercer sua caça ritualística em suas terras, e até mesmo de criarem alguns víveres para sua alimentação, não obstante a farta legislação que os protege e os garante.⁷ Trata-se de um quadro de violência socioambiental dos direitos humanos e dos povos e das leis brasileiras, em função de uma política de conservação. Tal acusação tornou-se um dos argumentos centrais dessa política que exclui toda atividade humana não regulamentada por essa política de Estado como condição necessária para a conservação dos ambientes naturais. Ela encontra respaldo teórico num complexo de estudos sobre o impacto da atividade humana no conjunto dos socioecossistemas do planeta, sobretudo nos dois últimos séculos, XIX e XX.

Todavia tornou-se crescente a opinião entre os estudiosos do assunto de que há uma profunda ligação idiossincrática no modo de ser das sociedades indígenas com as florestas, que vem contribuindo milenarmente, tanto para o processo histórico de sua formação quanto para a dinâmica de sua conservação.

Entretanto, a compreensão mais plena dessa ligação não é facilmente acessível e muito menos evidente para nós com base apenas nos nossos conceitos e nas ontologias e processos históricos que os sustentam. Requer muitas vezes esforços que estão além, não só das nossas convenções sociais, mas também dos conceitos mais elaborados das epistemologias modernas e “pós-modernas”.

Nesse sentido, ao discorrermos sobre a experiência dos Guarani, a partir da sua relação com a floresta e como esta relação constitui o seu modo de ser, somos convidados a desconstruir o nosso modo de conceber a nossa relação com a natureza e apontar os limites da nossa ontologia e das contradições históricas que as condicionam e desse modo tomar consciência efetiva dela.

Nos primeiros contatos com a tekoa percebemos que a presença da escola era para os Guarani algo absolutamente novo e desafiante para o seu modo de ser, pois tal instituição era absolutamente desnecessária e estranha para seus costumes, servindo apenas como instrumento para aprender lidar com os juruá (os brancos). Em uma das conversas com o cacique Luis Euzébio, ele manifestou que estavam meio perplexos com a ideia de uma escola indígena, uma vez que tudo o que aprendiam ou precisavam apreender vinha da Opy (Casa de reza) e da vivência cotidiana desde criança com as práticas tradicionais Guarani. As crianças, desde cedo, acompanham os pais e os parentes mais velhos nas roças e plantações nas florestas. Elas são responsáveis na

7 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE (SÃO PAULO). *Plano de Manejo Parque Estadual Intervales*. São Paulo: Instituto Florestal, 2008.

tekoa por ajudar a plantar as sementes e a fazer as mudas e os mais velhos observavam as crianças fazerem as mudas. De acordo com o cacique, as mudas que melhor vingassem era um indicativo de que as crianças responsáveis por elas poderiam ser excelentes plantadores. Retirando-as do convívio com as plantações e a floresta por muito tempo, conforme o modelo de escola imposto exigia, poderia enfraquecer, segundo ele, a ligação das crianças com o modo de ser Guarani.

O cacique e a comunidade compreendiam que era importante que na escola também fossem ensinados os costumes Guarani seguindo o *Guarani Ara* (O “calendário” dos Guarani) com os ciclos da roça para as crianças aprenderem a plantar, com os ritos tradicionais e os ciclos de recolhimento da comunidade. Ele fez questão de enfatizar que não concordavam com o calendário *jurua* que era seguido pela Secretaria de Educação, pois tal calendário não considerava os conhecimentos dos Guarani sobre a floresta de seus ancestrais. Então, nos propusemos a contribuir no que fosse possível em relação à construção da Opy e à sua luta por demarcação de terra, participando durante o período da pesquisa da construção conjunta de um currículo alternativo e um novo calendário escolar Guarani para a *tekoa* que fosse conforme os seus costumes. Tivemos acesso desde o início a esta reivindicação da *tekoa* que, segundo suas lideranças, não estava sendo atendida pela Secretaria da Educação do Estado que administra a escola.

Participar com elas dessa experiência, além de permitir uma maior aproximação com as suas lutas cotidianas favoreceu a compreensão de seu modo de ser e dos conflitos ontológicos e políticos (ALMEIDA, 2013; CLIFFORD, 2011) presentes nestas lutas e neste território, em particular, conforme veremos mais adiante.

A CENTRALIDADE DA RELAÇÃO DIALÓGICA COM AS FLORESTAS NAS COSMOLOGIAS INDÍGENAS

Segundo Rodrigues (2019), no intuito de compreender melhor a relação que os indígenas têm com as florestas, o foco de muitas pesquisas tem sido posto nas formas de manejos, por meio das quais eles reproduzem essas florestas. Esse enfoque tem contribuído muito para alargarmos a compreensão a respeito dessa relação e aprofundado a nossa própria concepção da natureza. Todavia quando esse foco é deslocado para o ponto de vista dos próprios indígenas sobre as florestas ressalta-se um aspecto dessa realidade que ainda permanece intrincado e tem promovido um intenso debate, tanto pelos atores diretamente envolvidos quanto por parte dos estudos pertinentes, e que constitui parte fundamental dessa relação. Trata-se da oposição entre natureza e cultura, característica do pensamento ocidental euro referenciado que, como sugere Silva (2013), não faz sentido para o pensamento ameríndio típico das nações indígenas das terras americanas:

Para esses coletivos, particularmente para os Guarani, todos os seres do cosmo, sejam eles humanos, divindades, animais, plantas, minerais, etc., são

considerados persona, e possuidores de subjetividades e atributos de humanidade. Não há, portanto, separação ontológica entre seres da natureza e seres culturais [...] (SILVA, 2013:50).

Nesse sentido, a relação dos Guarani com o território ancestral e tradicional é uma relação com todos os seres extra-humanos deste horizonte ecológico-cultural que constituem os vários domínios cosmológicos, como afirma Silva (2013). Ao mesmo tempo, o modo como se relacionam com o ser da terra *Yvy Pyau*, (Terra nova) os levam a perceber os outros seres como humanos, ou melhor, gente como eles, que a sua maneira, concebe sua própria humanidade ou seu modo de ser e cultivam seus próprios costumes.

Para eles as florestas de *Yvy Pyau* (Terra nova) é o tempo-espaço cosmogônico no qual o processo gerador é atualizado mediante um conjunto de práticas permeadas e direcionadas por sua cosmologia (continuidade do trabalho de *Nhanderu Tenonde*). Suas roças que são formas de dar continuidade ao movimento gerado primordialmente por *Nhanderu Tenonde* são cultivadas no *Guarani Ara*.

Guarani Ara é intraduzível para nós, mas pode ser entendido parcialmente como “tempo-espaço-originário” que sempre se re-origina em *Yvy pyau* (Terra nova), cujo transcorrer constitui o *teko*, modo de ser Guarani:

Quando xamoi fala sobre teko, a gente sabe que ele está falando sobre o nosso modo de viver. Quando falamos de tekoa, estamos falando sobre aldeia, porque é onde vivemos a forma de ser Guarani. Esse espaço é sagrado, pois é onde nossos antepassados viviam. Cada aldeia tem sua própria história para ser seguida. Também, a aldeia é onde nasce a vida, por isso se chama tekoa. Então tudo isso a gente tem que aprender com os mais velhos. É possível a gente se expressar em português, mas o sentimento, a transformação, como que a gente sente nessa vida, de ser guarani, é difícil a gente repassar em português o sentimento que a gente sente (SILVA, 2020:44).

Dois momentos se alternam no ciclo cosmogônico do *Guarani Ara*: *Ara yma* e *Ara pyau*. *Ara yma* (aproximadamente tempo-espaço antigo ou ‘tempo de recolhimento’), inicia-se depois de fevereiro e termina no final de julho, cada *ara pyau* (tempos novos) o *Nhanderu* se renova. No *ara yma*, *Nhanderu* envelhece, por isso que não é praticado nenhuma cerimônia de *nhemongarai* nesse período (SILVA, 2020:29). É o momento em que os Guarani se tornam responsáveis pela manutenção da vida na *Ka’aguy ovy*⁸ e recolhem-se para suas casas e para *Opy* (casa de reza). Essa tarefa é entregue por *Nhanderu etei* (nosso Pai verdadeiro) após recolher-se em sua morada. Em *ara yma*

8 *Ka’aguy ovy* é outro “conceito” intraduzível para nossa língua e nossa ontologia, mas, para fornecer certa inteligibilidade, podemos traduzi-lo como espírito da Floresta.

toda vida em *yvy pyau* se recolhe. Segundo os professores Guarani, da *tekoa Peguao Ty*, os Guarani ficam em recolhimento na *Opy* (casa de reza) ou nas suas casas individuais quando, nas noites de ritual, busca-se manter um estado de harmonia e proteção que mantém a vida na floresta. Trata-se da busca de harmonia nas relações entre os seres dotados das várias intencionalidades que compõe a floresta.

O retorno de *Nhanderu* para a floresta e de *Kuaray* (o Sol) e *Nhamandu* (um deus que se manifesta na energia do Sol trazendo vida a floresta) indicam “tempos novos” (*Ara pyau*) e são anunciados com *yvytu* (ventania) – (este período se inicia no final de julho e vai até o final de fevereiro). Anuncia-se o novo ciclo de expansão com o acasalamento dos animais, momento de semear as sementes, que são presentes divinos. Cada momento do ciclo *Guarani Ara* é influenciado pela presença maior ou menor do Deus demiurgo (*Nhanderu*) e pelo que se pode fazer e o que não se pode fazer em *yvy pyau*, ou seja, o que constitui o seu *teko*. As constelações, a Lua e o Sol são seres primordiais (*mba’e Ypy*) e indicações celestiais das mensagens de *Nhanderu* para os Guarani no interior da floresta.

Segundo o cacique Luis Euzébio, da *Peguao Ty*, antes dos Guarani escolherem um lugar para construir sua *tekoa*, esses lugares são procurados por eles sob a orientação de um pajé xamã onde permanecem dias e noites em ritual na floresta até que recebam um sinal claro de que é um lugar bom, indicado por *Nhanderu*, para os Guarani praticarem o seu modo de ser. Todavia, o realizam mediante uma indicação prévia do consentimento das entidades xamânicas antigas que habitam esses espaços e, assim como eles, praticam suas roças e exercem seu modo de ser.

O Sistema Agroflorestal de manejo e plantio do povo Guarani, repetindo o mesmo exemplo encontrado em outros povos tradicionais, além de constituir acervo fundamental do processo histórico da formação da Mata Atlântica (CAMPOS, 2019) é indicado em sua cosmovisão como continuidade do longo trabalho de *Nhanderu*, um deus “cultivador de florestas” que deixou para os Guarani as sementes para cultivo.

Em relação às plantações e seu consumo se aplica também o procedimento ritualístico quando, em *Ara Pyau* (tempos novos), antes dos primeiros plantios, realizam o ritual xamânico (*Nhemongarai*) das sementes: *avaxi karai*, (milho Guarani) *jety karai*, (batata doce) *kumandá karai* (feijão) [...] (LADEIRA, 2008:170-172). O *nhemongarai* é o mais importante ritual xamânico Guarani, sua mera descrição já é em si uma tarefa difícil, pois se trata de um ritual complexo que envolve também outros rituais (SILVA, 2020):

A fumaça do cachimbo leva o pensamento das pessoas para yva. Quando se fuma o cachimbo tem que ter xerovia⁹ no que se deseja. Precisa enviar a fumaça do cachimbo para o céu e Nhanderu, através disso, terá acesso ao pensamento e assim se alcança a realização desses desejos. É através do pe-tyngua que se busca o conhecimento sobre a cosmologia mbya (SILVA, 2020:26, grifos nossos).

9 “Fé” (minha “fé”).

O *nhemongarai*, assim como sua cosmologia, embora possa ser descrito, sua compreensão não é fácil. Ao indicar que é por meio do *petyngua* que se busca o conhecimento sobre a cosmologia *mbya*, o autor coloca toda tentativa de descrevê-lo como conhecimento exterior – insuficiente para captar tal realidade – e indica, ao mesmo tempo, o caminho ou “método” pelo qual é acessado. Trata-se de uma realidade ontológica que não consegue ser traduzida em nossos conceitos teóricos de certeza e verdade sem reproduzir nossos preconceitos etnocêntricos. O reconhecimento dessa dificuldade do nosso modo de conceitualizá-los nos convida a um diálogo francamente aberto intercultural e interepistêmico como diz Baniwa (2019:25; 27-28):

Ainda não consigo identificar algum lugar ou espaço acadêmico ou antropológico que tenha prosperado de forma mais substantiva, qualitativa e sistemática em processos dialógicos interculturais, ou por que não, diálogos imperepistêmicos, numa relação de diálogo simétrico ou menos assimétrico. [...] Nós, povos indígenas, não compomos a cultura nacional. Não somos uma subcultura da sociedade brasileira. Nós somos culturas e civilizações muito diferentes, por isso falamos línguas diferentes, professamos outras crenças, organizamos outros saberes, conhecimentos e valores. Desenvolvemos outros modos culturais de classificação e organização do mundo; enfim, outras concepções sobre o mundo e sobre a humanidade. Por isso, estabelecemos outras formas de relações com o mundo e com a natureza ao nosso redor. Se isso minimamente não for compreendido e aceito, qualquer diálogo se torna inviável ou, pelo menos, improdutivo e não prosperará para além das formulações retóricas e teóricas muito bem elaboradas, mas impraticáveis.

Esses aspectos evidenciados por Baniwa são relevantes para uma melhor compreensão do papel da centralidade das cosmologias indígenas nas suas relações com as florestas. “[...] Em qualquer fase da lua se pode realizar *nhemongarai* (bênção) dos alimentos colhidos na roça [em especial *avaxi etei* (milho tradicional) *Avaxi nhemongarai*, ‘benção do milho’]. “A escolha do dia, o pajé que sabe [...] Então, na primeira colheita, os pajés têm que benzer antes de se comer” (LADEIRA, 2008:171-172).

Nesse ritual da colheita, transformam a planta em alimento, ou seja, transformam a planta em ato compartilhado consentido entre todos os seres presentes na ceia. Essa transformação, segundo Castro (2013), é constituinte fundamental das formas dialógicas xamânicas indígenas.

O seu *teko*, portanto, atravessa e constitui a multidimensionalidade do espaço ancestral e tradicional Guarani – o *Ka’aguy porã*.¹⁰ Ele está em relação não só com outros coletivos Guarani ou estrangeiros, mas, sobretudo, com todos outros seres extra-humanos, neste horizonte ecológico-cultural [...] que povoa os vários domínios cosmológicos (SILVA, 2013:50).

10 *Ka’aguy porã*, “belas (divinamente sublimes) florestas” na língua Guarani falada nas comunidades no Brasil.

O teko é esse estado xamânico característico dos modos de ser indígena Guarani de relacionar-se com o outro considerando as outras entidades enquanto são, ao mesmo tempo, uma condição cósmica comum compartilhada por todos, sem a distinção marcadamente antropocêntrica de espécie humana e não humana, de vivos e não vivos.

Portanto, questões como as que foram levantadas de se tentar compreender de que modo e o que motiva as sociedades indígenas a se relacionarem com as florestas há milhares de anos, requer uma imersão radical e dialogicamente consentida na cultura que se quer conhecer. Essa necessidade pode nos exigir uma suspensão do nosso paradigma conceitual e cultural para compreendê-los. Ao mesmo tempo, demanda um mergulho profundo nos fundamentos ontológicos do nosso modo de nos relacionarmos com as florestas e concebermos a natureza na sua relação com as sociedades humanas, incluindo o próprio conceito de humano.

O ato de conhecer, dessa forma, exige a busca de um modo de acesso eminentemente dialógico com a humanidade específica do outro que se quer conhecer ou se relacionar e não apenas eminentemente lógico no sentido das determinações que regem a consciência individual. Esse diálogo se constitui por outros modos de se compartilhar pontos de vistas “humanamente” diferentes. A experiência mostra que para conhecer o outro tem que haver uma reciprocidade de trocas de afecções; há uma interpenetrabilidade entre o conhecedor e o conhecido que os facultam – mediante a sua natureza comum – a atingirem a humanidade ambigualmente específica de cada um. Essa metamorfose não mantém os dois lados separados em sujeito conhecedor e objeto conhecido, mas os torna copartícipes do mundo pessoal, ou seja, humano do outro.

O ponto de vista do outro é recebido pelo sujeito sem que seja hierarquicamente necessária a mediação do entendimento como foi definido por Kant (1983), enquanto faculdade exclusivamente humana de julgar – que tem por função fundir, mediante as suas formas puras a priori, das quais o sujeito humano é o portador – os conteúdos da experiência que se apresenta na forma de objetos.

A herança filosófica de Kant, no nosso modo de pensar enquanto cultura, concebe a humanidade essencialmente como uma comunidade linguística na qual os esforços do entendimento estimulam a elaboração de conceitos e da linguagem como meios de adequar-se e comunicar os conteúdos de suas experiências com os objetos ou outros sujeitos. Se não houvesse a necessidade dessa comunicação os conteúdos das experiências ficariam restritos exclusivamente aos âmbitos individuais de cada sujeito empurrando-o para o isolamento. O ato de conhecer se dá aqui por meio da linguagem como meio de conexão universal dos conteúdos das experiências com base na sua função útil de comunicação das experiências individuais e coletivas cotidianas. Portanto, a linguagem é um círculo do qual não participam como sujeitos ou agentes conscientes os demais seres que não sejam humanos.

Ora, quando se procura compreender melhor os usos e o modo como os indígenas compreendem a linguagem observamos uma concepção radicalmente diferente referente aos aspectos importantes do modo de ser indígena. Sua linguagem se dá por

meio da prática de educação bilíngue intercultural que valoriza o pertencimento étnico e cultural e que promove uma educação interepistêmica.

Para Baniwa (2017), tal educação caracteriza-se por sua longa duração superando os limites teórico e práticos das noções de interdisciplinaridade e de transdisciplinaridade, que segundo o autor “estão aprisionadas pela visão fragmentada e colonialista do saber e do poder disciplinar homogeneizador e autoritário” (p. 307).

Uma educação pautada pela perspectiva ontológica de inter-epistemologias e cosmopolíticas abarca a noção holística da epistemologia intercósmica, própria das ontologias indígenas. Neste sentido, a educação bilíngue, intercultural, intercósmica aponta para a necessidade de construção de novos paradigmas epistemológicos e novas atitudes políticas e sociais da sociedade dominante e dos povos indígenas, [...] Os diálogos inter-linguísticos são diálogos filosóficos, cosmológicos e cosmopolíticos que podem ajudar a romper a subalternidade interétnica colonialista, na medida em que ajudem a construir processos educativos e exercitar atitudes objetivas e transformadoras propícias ao diálogo político e epistemológico de rompimento com o poder subjetivo da subalternidade e da colonialidade tutelar, etnocêntrica, eurocêntrica, historicamente enraizada em nossa sociedade (BANIWA, 2017:307).

O diálogo harmônico que se dá entre os povos guaranis configura-se numa lógica de complementariedade, de respeito e solidariedade entre os humanos e não humanos. Para os Guarani a linguagem, embora seja empregada no seu cotidiano na forma de comunicação dos conteúdos das experiências, ela ultrapassa esse sentido, pois eles a empregam, sobretudo no sentido evocativo e como fonte e poder gerador de realidade. No sentido mais intenso da sua cosmologia a linguagem ou *ayvu rapyta* (aproximadamente o fundamento das belas palavras) é evocada no seu cotidiano, preferencialmente, na forma de cânticos acompanhados de instrumentos musicais e da fumaça ou neblina geradora (*tatachina*) que sai de seus *petingua* (cachimbos) como forças geratrizes presentes em *Ara pyau* (tempo ou mundo novo) as mesmas presentes em *Ara yma* (tempos primordiais) em que foram gerados por Nhanderu Tenonde (demurgo primordial) os diversos mundos que compõem a cosmologia Guarani. Empregam, portanto no seu sentido, eminentemente cosmológico. As belas palavras ou palavras geradoras, *nhê'êng porã*, são formas de acesso direto a essas forças engendradoras de realidades cosmológicas, portanto, forças cosmogônicas.

Num trecho de sua obra no qual se reproduz as narrativas Guarani sobre o surgimento de *Ayvu Rapyta* (palavras-almas), Leon Cadogan assim se refere,

Para interpretar correctamente el contenido de estos versos que constituyen, a mi parecer, el capítulo más importante de la religión mbyá-guarani, es indispensable tener presente que ayvu = lenguaje humano; ñe'ng = palabra; y e = decir encierran el, para nosotros, doble concepto de: expresar ideas – porción divina del alma. (...) Ñe'ng, ñe': em guarani común ñe' significa lenguaje humano, aplicándose también al cantar de las aves, chirriar de algunos insectos, etc. (...) Ñe'ng es el espíritu que envían los dioses para que se encarne en la criatura próxima a nacer. Tanto los animales como los árboles tiene alma [...] (CADOGAN, 1959:17 e 19).

Assim, podemos observar a referência a outros seres como copartícipes de uma humanidade comum quando os Guarani utilizam as mesmas palavras, como *membyra* para designar, tanto o filho humano como o não humano, para os quais utilizamos palavras diferentes, como filhote para animais e semente para plantas.

As palavras-almas constituem, portanto, seu *teko*, ou seja, “o nosso modo de ser”, como dizem os Guarani. É o modo pelo qual eles entram em relação entre si e com as florestas e reproduzem os valores e os frutos desse relacionamento. Tal modo de ser não pode ser visto simplesmente como se pudessem vivê-lo em determinados momentos separado da maior parte de suas vidas da floresta. O seu relacionamento com a floresta é vivenciado cosmologicamente em vários momentos que compõem seu cotidiano e a esse relacionamento chamam de *teko*.

Assim, como expressa Eduardo Viveiros de Castro (2018:42), a:

*[...] resistência do perspectivismo ameríndio aos termos de nossos debates epistemológicos ameaça seriamente a transportabilidade das partições ontológicas que os alimentam. É a conclusão a que chegaram muitos antropólogos [...] quando argumentaram que a distinção clássica entre Natureza e Cultura – artigo primeiro da Constituição da disciplina, em que ela faz seu voto de obediência à velha matriz metafísica ocidental – **não pode ser utilizada para descrever dimensões ou domínios internos a cosmologias não ocidentais [...]** (grifos nossos).*

Um dos motivos apresentados pelas teorias perspectivistas¹¹ sobre a intraduzibilidade de pontos de vistas é que para os indígenas não há separação ontológica entre humanos e não humanos. Não há uma linha divisória que separe rigidamente humanos e natureza, uma vez que a condição de humanidade é, para eles, uma condição de

11 As teorias perspectivistas referem-se à síntese conceitual sobre os povos ameríndios, elaborada por Eduardo Viveiros de Castro e Tânia Stolze Lima, que buscam compreender a matriz filosófica amazônica sobre a natureza relacional dos seres e da composição do mundo.

todos os seres. Portanto, o estatuto ontológico de uma humanidade como um acontecimento exclusivo e definidor de uma única espécie não tem sentido. Essa irreconciliabilidade no plano teórico manifesta uma radical irreconciliação entre esses distintos modos de ser.

A compreensão do modo de ser indígena implica para nosso modo de pensar uma revisão radical da concepção do nosso estatuto de humanidade frente aos demais seres terrestres. Os critérios tacitamente aceitos, como a de sua definição de entidade por oposição a natureza, quanto à sua centralidade em relação aos demais entes da natureza, são, em geral, inconcebíveis e inadmissíveis para o modo de ser indígena.

*Não estou afirmando que pensadores euro-ocidentais são inerentemente coloniais. Em vez disso, a distinção epistemológica-ontológica é muitas vezes a base pressuposta na qual argumentos euro-ocidentais são apresentados. É esse pressuposto que, argumento, cria espaços para ocorrência de práticas coloniais. Podemos ver como o pensamento euro-ocidental está começando a abraçar contribuições do mundo não humano; no entanto, **o elemento controverso da agência é frequentemente redesenhado quando aplicado a não humanos, mantendo assim intacta a divisão epistemológica-ontológica**” (WATTS-POWLESS, 2017:263, grifos nossos).*

Essa cisão antropocêntrica entre humanos e não humanos está implicada e justificada como condição na nossa ontologia para sustentar uma suposta centralidade que ocupa os seres humanos como espécie em relação a outros seres do planeta e naturalmente exercer sobre eles o seu *dominium* (BACON, 1973).

Não obstante, essa dualidade rígida manifestada como entidades exteriores fixas entre si foi trazida para o interior do sujeito humano, cindindo no mesmo ser o lado que foi definido na nossa tradição como alma, espírito, cultura etc., e o lado animal, localizado no nosso corpo. Tal cisão ontológica não só separa em duas entidades intocáveis no mesmo ente como faz decorrer, dessa mesma cisão, uma hierarquia de importância entre humano e não humano, entre espírito e corpo, em detrimento do segundo pelo primeiro.

Aqui parece haver uma inflexão incontornável do modo indígena de pensar a relação entre espírito e corpo como relação que separa humanidade de natureza.

De acordo com as teorias perspectivistas, e como ressalta Viveiros de Castro (2013), o espírito, a cultura, a sociedade e demais atributos humanos seriam no modo de pensar indígena, atributos de toda natureza. Natureza e cultura não estão separadas nas cosmologias indígenas,

[...] trata-se agora de mostrar quão pouco humanos somos nós que opomos humanos e não humanos de um modo que eles nunca fizeram: para eles, natureza e cultura são parte de um mesmo campo sociocósmico. Os ameríndios não somente passariam ao largo do Grande Divisor cartesiano que separou a humanidade da animalidade, como sua concepção social do cosmo (e cósmica da sociedade) anteciparia as lições fundamentais da ecologia, que apenas agora estamos em condições de assimilar (REICHEL-DOLMATOFF, 1976; WAGNER, 1977, apud VIVEIROS DE CASTRO, 2013:369-370).

Esse modo de ser indígena não coincide com o conceito de animismo caracterizado como uma subsunção não refletida do conceito de humanidade do sujeito pensante nos demais seres do cosmo.

Trata-se de uma inflexão ontológica, pois para os indígenas a humanidade ou a qualidade que os seres em geral podem vir a apresentar de também ser gente, é uma característica ontológica de outros seres “não humanos” do universo. Ao mesmo tempo em que ela se manifesta e se torna perceptível, de modo evidente para cada um desses seres entre si, ela é camuflada dos demais por meio de metamorfoses para os não indígenas, de forma que permanecem intencionalmente escondidas. Essa “ontologia indígena” parece emergir de modo concreto na sua forma relacional, não de um modo necessariamente proposicional ou intelectual, mas direto e dialógico com as florestas, seu *tekó*, sua morada cósmica.

Desse modo, o sujeito não se objetifica de início para apreender a si mesmo no outro como objeto, mas, sua subjetividade, já é de imediato afetada pelo outro como sujeito/agente com o seu próprio ponto de vista e sua própria efetividade. Um exemplo desse modo de ser com as florestas pode-se encontrar entre o povo Ianomâmi na narrativa de um de seus líderes xamãs e pensador David Kopenawa,

A força do pó de yãkoana vem das árvores da floresta. Quando os olhos dos xamãs morrem sob seu efeito, descem para eles os espíritos da mata, que chamamos urihinari, os das águas, que chamamos mau unari, bem como os dos ancestrais animais yarori. Por isso, apenas quem toma yãkoana pode de fato conhecer a floresta. Nossos antigos nada sabiam do costume dos brancos de desenhar suas palavras. Estes, por sua vez, ignoram tudo das coisas da floresta, pois não são capazes de realmente vê-las. [...] Já os xamãs não desenham nenhum dizer sobre ela, nem rabiscam traçados da terra [...] Bebem yãkoana para poder contemplar suas imagens, em vez de reduzi-las a alinhamentos de traços tortuosos. Seu pensamento guarda as palavras do que viram sem ter de escrevê-las. Os brancos, ao contrário, não param de fixar seu olhar sobre os desenhos de suas falas colados em peles de papel e de fazê-los circular entre

eles [...] Por manterem a mente cravada em seus próprios rastros, os brancos ignoram os dizeres distantes de outras gentes e lugares. Se tentassem escutar de vez em quando as palavras dos xapiri não se empenhariam tanto em destruir a floresta enquanto fingem querer defendê-la com leis que desenham sobre peles de árvores derrubadas! (KOPENAWA; ALBERT, 2015:455).

A humanidade de outros seres não é re-presentada, mas, acessada por meio de interação direta por um modo de conhecer, que levou a tendência das teorias perspectivistas a associá-lo a uma espécie de “corpo” para, dessa forma, obter melhor contraste com as epistemologias ocidentais, centradas no entendimento ou nos sentidos como mediações universais do sujeito humano.

O “corpo” por outro lado pode ser visto por meio do perspectivismo ameríndio não como organismo biológico, mas, como a possibilidade do relacionar-se socialmente dos seres entre si enquanto “alteridades” ontologicamente distintas dotadas da mesma possibilidade de metamorfosear-se um no outro,

Trata-se da concepção, comum a muitos povos do continente, segundo a qual o mundo é habitado por diferentes espécies de sujeitos, ou pessoas, humanas e não humanas, que o apreendem segundo pontos de vistas distintos [quer dizer, “corporalmente” distintos] uma perspectiva não é uma representação porque as representações são propriedades do espírito, mas o ponto de vista está no “corpo” (VIVEIROS DE CASTRO, 2013:379, grifo nosso).

Não obstante, palavras, como “ponto de vista”, “perspectiva” ou até mesmo “corpo” não expressam adequadamente os estados ontológicos aos quais nos referimos aqui, mas pode-se afirmar provisoriamente, conforme o perspectivismo ameríndio, que transformar o “corpo” é a ação de *passar* de uma perspectiva para outra ou *variar*. O “corpo” é concebido como o lugar-pensamento¹² de passagens contínuas para outras ontologias distintas para nós, o centro cosmopolítico no qual se dá a sociabilização com os demais seres cósmicos da Terra. Cosmopolítico porque toda decisão relevante a ser tomada envolve a participação compartilhada e decisória de outros seres do cosmos: “A ideia de nação não se aplica apenas a seres humanos. Nós chamamos de nação os búfalos ou os lobos, os peixes, as árvores, e todos mais. Cada uma é soberana, uma parte igual da criação, interdependente, entrelaçada, todos estão relacionados” (VENNE, 1998 *apud* WATTS-POWLESS, 1998:261).

Como é estabelecida a relação dialógica entre essas nações? Transformando-se momentaneamente ou não em mensageiros, convidados ou admitidos como membros parentes dessas nações. Com qual linguagem? A que for pertinente a esses respectivos povos. Nesse sentido uma narrativa dos povos Tukano ilustra melhor como

12 Analogia com (Watts-Powless, 1998).

se relacionam os diferentes agentes com suas respectivas subjetividades individuais e coletivas configurando um mundo no qual a transição para mundos ontologicamente distintos é sempre iminente.

Trata-se da história do homem que virou omari. Numa comunidade vivia uma pessoa com seus filhos. Certa vez *o gente ser*, saiu cedo de sua casa para ir colher omari para alimentar a si e sua família. Após colher os omaris, o ser subiu numa árvore entre os omarizeiros para descansar um pouco em seus galhos. De repente, viu diante de si, logo abaixo do galho em que repousava, fluir um rio de cor leitosa e no qual se aproximava da margem em que observava, um barco feito de casca de omari que flutuava com uma embarcação vindo em sua direção. Ao se aproximar *o gente ser* percebeu claramente que se tratava de um barco feito com casca de omari, no qual remavam gentes omaris. Ao passarem pelo ser cumprimentaram-no, ao que este perguntou se poderiam explicar como ele veio parar ali e se podia ajudá-lo a chegar até sua casa. Disseram-lhe que não poderiam, pois aquela embarcação não comportava o seu tamanho, mas, que logo chegaria outra tripulação de gentes omaris com um barco no qual ele caberia. Assim sucedeu. Após *o gente ser* embarcar no barco com os omaris, estes o levaram para conhecer diversas nações de gentes omaris. Lá ele conheceu diversos povos omaris com seus diferentes costumes, cor e cultura. Apesar de se sentir muito bem entre eles e a sua hospitalidade, começou a se afligir pela necessidade de retornar à sua casa com a colheita do dia. Ao manifestá-la aos omaris disseram-lhe que havia uma única possibilidade de ele retornar e com uma condição: se tornando omari e não contar a ninguém tudo o que viu. Se o fizesse morreria e tornaria para sempre um deles. O ser aceitou a condição e o desafio. Estendeu sua rede nos galhos do omarizeiro e pôs-se a repousar como os demais omaris que lá estavam. Todos aguardavam o momento em que amadurecessem para saltar para fora do omarizeiro. E essa seria a única possibilidade do ser retornar a sua casa com sua família. No entanto, numa certa manhã o ser viu aproximarem seus filhos. Portavam um grande cesto e estavam bastante ávidos em colher e comer os omaris. Colhiam com rapidez e disputavam os omaris enquanto estraçalhavam em seus dentes diversos omaris, muitos dos quais seu pai havia conhecido e feito grande amizade. Aquele ato chocou o ser. Sobreveio-lhe uma grande tristeza de ser igualmente devorado, ainda mais pelos seus próprios filhos. Assim se reteve ao máximo para não amadurecer até que se tornou uma fruta viçosa e cobiçada. O amadurecimento chegou. O omari foi lançado do omarizeiro. E o ser novamente pôde retornar a sua casa. Chegando lá todos o inquiriram, pois já havia transcorrido muitos anos e lhe davam como morto. O ser, no entanto, notou que havia mudado. Não se sentia bem no mundo em que vivia agora. Não gostava do modo como eram tratados os omaris por seus filhos. Cada dia sentia mais saudade dos omaris e dos amigos que fez entre eles. Certo dia não conseguindo mais conter a vontade de retornar a encontrar-se com os omaris decidiu contar a seus filhos e sua mulher tudo o que ocorrera na sua ausência. Feito isso *o gente ser* veio a falecer em poucos dias (Memória da Mãe Terra: 50-54).

Essa história é real ou ficção? “A História é a narração de fatos considerados verdadeiros, ao contrário da fábula, narração de fatos considerados falsos. [...] E cada povo inventou não somente sua própria origem, mas também a do mundo inteiro” (VOL-

TAIRE, 1978:203). A questão levantada aqui, qual seja, é a da necessidade de estabelecer, para a satisfação do modo moderno de pensar, um critério universal de verdade, a partir do qual pudessem servir a todos que quisessem realmente conhecer os fatos históricos de qualquer povo sem precisar ter que levar a crédito, aquilo que para o entendimento da razão, fosse considerado fábulas ou simples fruto da imaginação. Na busca desse critério – não que se deva ignorar simplesmente a existência de fábulas – o seu conteúdo narrativo, precisamente o modo, a representação e a interpretação que esses respectivos povos, fazem de si mesmos e dos demais não necessitariam de uma validação do conceito de verdade universal.

Outra questão subjacente a essa, é referente ao modo como a busca desse critério universal foi imposto no processo de colonização capitalista moderno no contato com inúmeros povos, que da cultura colonizadora só conheceu como verdade principal o extermínio ou a escravização. Portanto, os critérios estabelecidos incluem o outro para excluí-lo, como mero objeto desprovido de uma objetividade própria. Sua verdadeira objetividade é fornecida não por sua subjetividade, mas pelas operações do entendimento alheio que estrutura de modo necessário as conexões possíveis, do seu ponto de vista, o material empírico coletado sobre esses povos considerando-os, mesmo que de um modo sutil, como selvagens, não civilizados ou pré-históricos.

Essa exclusão, desde o início, ontológica, marcou a formação do pensamento científico a respeito desses povos e o modo como representam e recriam o seu mundo. Por isso tais povos foram durante muito tempo considerados predominantemente objetos da antropologia, pois são considerados povos que pertencem a um tempo ou uma condição em que não havia história, são considerados povos sem história.

Portanto, fica claro que essa nulificação, dos pontos de vistas de outras culturas como as indígenas, se conecta diretamente com a transformação pelo capital e a propriedade privada de seu território cosmológico ancestral em *terra nullius* ou terra sem dono. Essa tendência de anular a alteridade de outras culturas pelo colonialismo está sendo denunciada hoje como epistemicídio pelo movimento indígena mundial, pelos pensadores indígenas e muitos pensadores não indígenas.

Uma resposta a essa questão na perspectiva indígena podemos encontrar no modo como Watts-Powless refere-se às antigas narrativas do evento da criação do mundo ou lugar-pensamento de seu povo Haudenosaunee e Anishnaabe:

Antes de continuar eu gostaria de enfatizar que esses dois eventos (o da criação) aconteceram. Eles não foram imaginados ou fantasiados. Isso não é um conto, mito ou lenda. Estas histórias não são longas versões de um “e a moral da história é...”. Isso é o que aconteceu.

Às vezes, essas histórias de criação gastam dias para serem descritas. [...] O que constitui “sociedades”, nessas perspectivas, gira em torno de interações entre esses mundos mais do que apenas de interações entre huma-

nos. Esses dois relatos descrevem um entendimento teórico do mundo via incorporação física — Lugar-Pensamento. Lugar-Pensamento é o espaço não distintivo onde lugar e pensamento nunca estiveram separados, porque eles nunca puderam ou podem ser separados. Lugar-Pensamento se embasa na premissa de que o território está vivo e pensando, e que humanos e não humanos derivam sua agência das extensões desses pensamentos, (WATTS-POWLESS, 2017:251-252, grifos nossos).

Adentramos aqui em algumas das questões centrais referentes a essa idiossincrasia característica do modo de ser indígena, de que a relação indígena-com-a-natureza é uma relação social e cosmológica – ou sociocosmológica e é ao mesmo tempo uma expressão do conhecimento contido no seu território ou lugar-pensamento enquanto uma totalidade inteligente própria. Uma relação social vivida e pensada como extensão do lugar a partir do qual se encontram, não como seu objeto, mas como sujeito íntimo do qual fazem parte como destino comum. O lugar é uma entidade ontologicamente subjetiva, dotado de inteligência própria. Essa relação é dificilmente concebível na cultura ocidental, pois ela traz no seu âmago a separação ontológica radical entre humanos e não humanos como fundamento da sua concepção de mundo e de verdade. Desse modo, a questão da relação entre ser humano e natureza no curso da crise socioambiental atual não pode ser reduzida, de modo algum, aos conceitos epistemológicos, assim como aos valores ontológicos da nossa cultura, quando se inclui o modo de ser indígena a essa questão.

Porquanto, para nosso modo de pensar,

Os sujeitos, tanto quanto os objetos, são concebidos como resultantes de processos de objetivação: o sujeito se constitui ou reconhece a si mesmo nos objetos que produz, e se conhece objetivamente quando consegue se ver “de fora”, como um “isso”. Nosso jogo epistemológico se chama objetivação; o que não foi objetivado permanece irreal e abstrato. A forma do Outro é a coisa. O xamanismo ameríndio é guiado pelo ideal inverso: conhecer é “personificar”, tomar o ponto de vista daquilo que deve ser conhecido. Ou antes, daquele; pois a questão é a de saber “o quem das coisas” (Guimarães Rosa) [...] A forma do outro é a pessoa (VIVEIROS DE CASTRO, 2018:50; 54; 61).

Portanto, o conceito de sujeito pensante como qualidade exclusiva e distintiva de uma espécie em oposição às outras não dá conta de incorporar sem operar uma exclusão radical do tipo de concepção de sujeito, ou o modo de ser indígena.

Os primeiros filósofos gregos (Pré-socráticos, 1973; Platão, 2013) ao colocar a questão da unidade do *ser* e do *não ser* fundaram uma ontologia que se incorporou ao modo de pensar ocidental, cuja compreensão deslocou histórica e filosoficamente o

foco das ações ou desejos dos deuses, para seguir o curso do fluxo dos seres que os constituem em seu movimento. Fundou-se com essa atitude uma ontologia baseada no ser como entes ou como o movimento de entes, coisas e, por fim, objetos. Tal acontecimento no modo histórico de pensar foi denominado por Heidegger de metafísica, “essa nova determinação da constituição ontológica do ente antecedeu a investigação científica concreta do ente”, (HEIDEGGER, 2009, p. 203). Portanto, a investigação do ser passou a ser substituída pela investigação dos objetos.

Entretanto, essa nova ontologia, no curso da tradição filosófica, sofreu outros deslocamentos no sentido de uma constituição de um sujeito cognoscente especial, cuja singularidade da razão permite captar ou perceber, no fluir do *ser* e do *não ser*, suas múltiplas determinações, assim como suas recíprocas correlações. A discussão em torno do *ser* e do *não ser* tornou-se um pressuposto primário na filosofia antiga e o sujeito cognoscente – no pensamento moderno contemporâneo – o lugar privilegiado no qual as questões referentes a esse pressuposto são buscadas ou admitidas.

A enunciação ou o pensamento discursivo (logos) como característica exclusiva e autodefinidora de um sujeito pensante tornou-se a forma privilegiada de se colocar a determinação do ser, sua aparente indiferença, nas diferenças determinantes do *a ser pensado*. Esse critério do saber desse modo favoreceu a concepção da linguagem humana pensada de um modo antropocêntrico em relação ao ser como um ente específico diferenciando-a da dos não humanos. Esse pensamento contribuiu para consolidar, nessa mesma tradição, o pressuposto antropocêntrico fundamental da nossa cultura, caracterizado pela linguagem pensada como forma determinante e exclusiva que diferencia rigidamente, ou até mesmo opõe o sujeito humano pensante aos demais seres constituintes do universo em relação ao ser.

Ninguém, a não ser um sujeito humano, teria a possibilidade de participar e de partilhar dessa forma da comunidade linguística, ficando de fora os demais entes do ser excluídos sob a forma de objetos passíveis de serem conhecidos, formando-se a respeito deles um julgamento estereotipado e homogêneo. Funda-se, dessa forma, uma ontologia com base numa relação determinada e determinável exclusivamente como sujeito e objeto. A unidade das diferenças sempre foi feita com base no sujeito, cuja atividade fundamental é dar-lhe sentido por meio do pensar, considerado atributo exclusivo de um ente em relação ao ser ou de sua totalidade.

Certamente a filosofia não foi a única condicionante desse modo ocidental de pensar o ser com relação ao humano, uma vez que, as religiões judaicas e cristãs, corroboraram com esse modo de pensar. Mas como tratamos, neste capítulo, de descrever a relação que guarda um modo de ser dos povos indígenas com as florestas e o conjunto da natureza de um modo geral no contexto de uma pesquisa científica, a análise dos pressupostos dos discursos filosóficos e científicos foi de suma importância para essa compreensão.

Heidegger (2009), recolocou o problema do sentido do ser para o pensamento ocidental moderno contemporâneo, ao resgatar a indeterminação do ser como parte de sua natureza essencial que pode ser *entre-visto* ou *re-velado* em meio as suas múltiplas determinações. Ele descreveu as conexões entre o ser indeterminado com a suas de-

terminações, em particular a humana (do *ser-aí*, para ser mais fiel a seu pensamento) com base no conceito de mundo; expôs as dificuldades já citadas ao tentar elaborar uma forma do ser que contivesse basicamente conectadas as três estruturas ontologicamente distintas entre si: *a do ser aí* ou *ser-no-mundo* (“humanos” não como espécie biológica ou entidade histórica no sentido historiográfico, mas como ente singular a partir do qual os demais entes podem vir a ser), a do animal (*ser-carente-de-mundo* ou *pobre de mundo*), e a do mineral (*pedras, ser-ausente-de mundo* ou *ser por si subsistente*). A questão aqui é explicar por que o ser tinha que se distribuir de maneira hierarquicamente desigual entre essas três estruturas ontológicas. Ainda mais com a prerrogativa da vantagem dessa explicação ser expressa unilateralmente colocando ênfase na plena realização do ser na ontologia do ente humano.

A questão central colocada aqui de compreensão do sujeito como marco divisor que separa humanos de outros seres com base na posição fixa de um sujeito unilateral continua sendo o conceito fundamental que vem atravessando milênios de filosofia e séculos de ciência.

A constatação crítica desse modo de pensar e ser, evidentemente contrasta radicalmente com o modo de pensar e ser indígena revelando ser ontologias antagônicas, ou seja, irreduzíveis reciprocamente, no que se referem às suas relações com o que hegemonicamente na nossa cultura é chamado de natureza.

Essa irreduzibilidade tem tido como consequência prática e histórica o conflito que se identifica entre a perspectiva indígena na conservação das florestas e da natureza com a perspectiva antropocêntrica destruidora das florestas, exercidas hegemonicamente nas sociedades capitalistas, desde que essas últimas iniciaram seu processo de colonização destas florestas e de seus povos.

Nesse sentido, este texto procurou evidenciar a imensa importância que as sociedades indígenas, em geral, e as Guarani, em particular, atribuem à natureza e, de um modo que lhes são próprios, exercem efetivamente a conservação das florestas. Suas vivências mostram que as “cosmologias indígenas”, diretamente relacionadas a um modo de ser indígena com a “natureza” é muito diversa do que veio sendo compreendido na nossa sociedade como mitos ou lendas indígenas. Essas cosmologias, nas quais se encontram indissolivelmente ligadas a um destino comum, sociedades humanas e não humanas, parecem se constituir num dos elementos fundamentais de compreensão do papel que as sociedades indígenas exercem na conservação da dinâmica e história das florestas, particularmente as da Mata Atlântica – para os Guarani *Ka’aguy Ovy* (floresta “xamânica”).

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Mauro W. Barbosa de. “Caipora e outros conflitos ontológicos”. *Revista de Antropologia da UFSCar*. Vol 5, n. 1. p. 7-28. 2013.
- BACON, Francis. *Nuovo organum ou verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza*. Tradução de José Aluysio Reis de Andrade. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

- BANIWA, Gersem Luciano. Antropologia colonial no caminho da antropologia indígena. *Revista do PPGCS – UFRB*. “Novos Olhares Sociais”. Vol 2, n. 1. p. 22-40. 2019. Disponível em: <file:///C:/A%20Meus%20Documentos/Bancas%20Examinadoras/admin,+2-Baniwa+1+-+22-40.pdf>. Acessado em: 10 jun. 2022.
- BANIWA, Gersem José dos Santo Luciano. “Língua, Educação e Interculturalidade na Perspectiva Indígena”. In. Seminário Ibero-americano de Diversidade Linguística. *Revista de Educ. Públ.* Cuiabá, v. 26, n. 62/1, p. 295-310, maio/ago. 2017. Disponível em: [file:///C:/A%20Meus%20Documentos/Bancas%20Examinadoras/4996-Texto%20do%20Artigo-15653-1-10-20170501%20\(1\).pdf](file:///C:/A%20Meus%20Documentos/Bancas%20Examinadoras/4996-Texto%20do%20Artigo-15653-1-10-20170501%20(1).pdf). Acessado em: 10 set. 2022.
- CADOGAN, León. “Ayyu Rapta: textos míticos de lós Mbyá-Guarani del Guairá”. *Revista de Antropologia*, 5, Boletim n. 227, FFLCH – Universidade de São Paulo, São Paulo. 1959.
- CAMPOS, Renata Lacerda. *Populações humanas na Mata Atlântica: a longa duração de manejos e cultivos agroflorestais na região do Alto Ribeira*. 128 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. Versão Corrigida, 2019.
- CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 2011.
- HEIDEGGER, Martin. *Introdução à Filosofia*. Tradução Marco Antônio Casanova. 2. ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2009. (Coleção Pensamento humano).
- KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. São Paulo: Abril Cultural, Coleção Os pensadores, 2. ed., 1983.
- KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. Tradução Beatriz Perrone-Moisés. Prefácio Eduardo Viveiros de Castro. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. 730 p.
- LADEIRA, Maria Inês. *Espaço geográfico Guarani-Mbya: significado, constituição e uso*. São Paulo: Edusp, 2008. 228 p.
- OS PRÉ-SOCRÁTICOS. Trad. José Cavalcanti de Souza et al. São Paulo, Abril, 1973. (Coleção Os Pensadores).
- PLATÃO. *Carta VII*. São Paulo: edições Loyola, 2. ed., 2013, 107 p.
- REICHEL-DOLMATOFF, Gerardo. Cosmology as ecological analysis: a view from the forest. *Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland*. Vol 11, no. 3, 1976. p. 307-318.
- RODRIGUES, Denis Robson. *Ser com a floresta: conflitos ontológicos na conservação da Mata Atlântica*. 2019. 142 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. Versão Corrigida. 2019.

- SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE (SÃO PAULO). *Plano de Manejo Parque Estadual Intervales*. São Paulo: Instituto Florestal, 2008.
- SILVA, Darcy da. *Nhemongarai: Rituais de batismo Mbya Guarani*. Santa Catarina: Universidade Federal de Santa Catarina, 2020, 50fls. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/204661/TCC%20-%20Darci%20da%20Silva%20Karai%20Nhe%27ery.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acessado em: 30 maio 2021.
- SILVA, Sergio B. Cosmo-ontológica Mbyá-Guarani: discutindo o estatuto de “objetos” e “recursos naturais”. *Revista de Arqueologia*. São Paulo, v. 26, n. 1, p. 42-54, 2013.
- VIENNE, Sharon H. *Our elders understand our rights: Evolving international law regarding Indigenous peoples*. Penticton, British Columbia: Theytus Books Ltd, 1998.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *Metafísicas canibais*. São Paulo: Ubu editora, n-I edições, 2018. 288p.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. 5. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2013. 552 p.
- VOLTAIRE. *Dicionário filosófico*. 2. ed. Coleção Os Pensadores, Ed. Abril Cultural: 1978. p. 203-209.
- WAGNER, Roy. Scientific and indigenous Papuan conceptualizations of the innate: semiotic critic of the ecological perspective. In: BAYLISS-SMITH, Timothy; FEACHEM, Richard G. (orgs.) *Subsistence and survival: rural ecology in the Pacific*. London: Academic Press. 1977. p. 385-410.
- WATTS-Powless, Vanessa. *Lugar-pensamento indígena e agência de humanos e não humanos... Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 250-272, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EspacoAmerindio/article/view/72435>. Acesso em: 22/junio/2021.

CAPÍTULO 5

MÚSICOS NEGROS NA FORÇA POLICIAL DE SÃO PAULO DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO XX: “PELE NEGRA, MÁSCARA BRANCA”

José Roberto dos Santos; Diósnio Machado Neto

RESUMO

A historiografia sobre a participação dos cativos libertos ou nascidos livres dentro das Forças Armadas e nas Guardas Municipais Permanentes tem se desenvolvido nas últimas décadas. Os trabalhos que cobrem a inserção dessa parcela populacional dentro do universo musical em geral, começam a dar sinais de interesse por parte dos pesquisadores. No entanto, carecemos ainda de estudos mais aprofundados sobre o engajamento de músicos negros nas corporações musicais militares, quer das Forças Armadas, quer das Guardas Municipais Permanentes ou mesmo da Guarda Nacional. Este artigo propõe lançar um pouco de luz sobre esse assunto e discutir essa questão.

INTRODUÇÃO

As Guardas Municipais Permanentes¹³ criadas a partir de 1831 pelas mãos do então ministro da Justiça da Regência Diogo Antonio Feijó, passaram a ter a responsabilidade de manter a segurança e a ordem nas províncias e cuja finalidade era defender a constituição, a liberdade, a independência e a integridade do Império. No mesmo diapasão, Feijó criou a Guarda Nacional¹⁴ que, embora tivesse a ideia de ser parecida com seu modelo inspirador francês, em nada o seguiria durante os anos em que existiu, a não ser reforçar o mandonismo rural, atribuindo e garantindo poderes às elites políticas locais.

No entanto, todas as forças de segurança formadas a partir da Independência – incluindo o Exército brasileiro a partir de sua reestruturação de 1824 – dispuseram de mão de obra que, anteriormente cativa, ao conseguir a liberdade, viram nessas forças a perspectiva de conseguir algum sustento regular mediante um trabalho assalariado.

Tais perspectivas eram aspiradas por profissionais de várias áreas dos contextos urbanos e rurais. Dentre elas, a profissão de músico militar se tornou, ao longo dos séculos XIX e XX, interessante para as forças de segurança uma vez que, sem a presença de mediadores sonoros como o disco e a vitrola – que somente apareceriam no início do século XX – as Bandas de música constituíam peça de suma importância para a vida dentro e fora dos quartéis. Eram as bandas que faziam a costura lúdica das ruas, transformando os hábitos coloniais de convivência social.

No Exército brasileiro, a corrente abolicionista que se implantou – principalmente após a Guerra do Paraguai – tendeu a oferecer cada vez mais suporte e condições para o recrutamento desses músicos. Na Marinha, o conservadorismo da estrutura hierárquica que preservava os postos de oficiais à elite branca e mantinha os negros nas graduações mais baixas – cabos e marinheiros –, atraiu, mesmo assim, parcela de músicos residentes nas cidades litorâneas detentoras de base da Força Naval. Já nas Guardas Municipais provincianas – detentoras de critérios menos rígidos para o ingresso e carentes de efetivo em razão de fatores que dificultavam o alistamento, como os baixos salários, a apertada escala de serviço e a sofrida vida da caserna – o acesso à possibilidade de conseguir uma estabilidade, ainda que por tempo limitado,¹⁵ acenava como uma das únicas oportunidades que os músicos negros possuíam para se profissionalizarem.

13 Consideradas células mater das atuais Polícias Militares estaduais.

14 Quanto às Forças Armadas, o recorte abordado nos permite refletir um pouco sobre o Exército brasileiro e a Marinha do Brasil, uma vez que a Força Aérea brasileira ainda não existia. No tocante às Guardas Municipais Permanentes, é importante frisar que o maior período de criação dessas Forças militares provinciais, deu-se durante o período Regencial, tendo sido criadas 13 das atuais Polícias Militares: São Paulo, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte, Sergipe, Espírito Santo, Santa Catarina, Ceará, Piauí, Mato Grosso, Maranhão, Amazonas e Rio Grande do Sul. Quanto à Guarda Nacional, cabe ressaltar que se tratava de uma força paramilitar criada em agosto de 1831 formada pelas tropas das extintas milícias e ordenanças (segundas e terceiras linhas), e concentrava o poder político do mandonismo local preservando em sua estrutura, espaço para a formação de várias bandas de música.

15 Na Guarda Municipal Permanente da província de São Paulo, o tempo de engajamento mediante contrato era limitado a 4 anos que poderiam ser prorrogados, situação que perdurou até 1896, quando as regras mudaram.

Nesse contexto, quase o mesmo expediente se deu na Guarda Nacional. Contudo, no caso dos músicos há diferenças que precisam ser pontuadas. Como a instituição era mais política que militar, os batalhões que desejavam criar suas bandas de música podiam fazê-lo desde que fornecessem instrumental, uniforme e pagamento para os músicos por conta da “caixinha dos oficiais do batalhão”, ou seja, um recurso subsidiário advindo dos próprios membros efetivos que sustentava a banda (Castro, 1969). Neste caso, cabe ressaltar que a estabilidade adquirida nos corpos militares das Forças Armadas ou dos corpos policiais estaduais não atingia os músicos da Guarda Nacional, que acabou por ser extinta em 1922.

Um caso exemplar do que falamos é o maior expoente dessa cena musical em São Paulo, o Tenente Veríssimo Glória. Negro, livre e pobre, Veríssimo conseguiu se destacar no ofício e foi regente de pelo menos duas das bandas da Guarda Nacional: a do 164º e a do 9º batalhões de infantaria. Seu trânsito entre os mundos civil e militar tornou-se evidente quando foi anunciada sua condução na banda Recreio dos Artistas, por volta de 1890 e, posteriormente, conduzindo outra banda que levava seu próprio nome: banda Veríssimo Glória. Esta última chegando inclusive a produzir muitos fonogramas gravados pela ODEON no início do século XX.

O PERFIL IDEAL

Em um cenário de configuração social como o apresentado, é razoável supor que oriundos de um mundo civil,¹⁶ as duras condições de servidão tendiam a moldar um profissional pouco exigente e adaptado ao trabalho manual. Esses, sendo na maioria das vezes analfabetos, acostumados a conviver em uma rotina de cumprir ordens e cientes dos castigos advindos de seus descumprimentos, se tornaram o efetivo ideal para a formação das corporações que começaram a florescer na quarta década do século XIX. Há vários relatos na historiografia sobre a condescendência de oficiais das Forças Armadas e das Forças Policiais quando, fugindo da situação de escravidão, o negro buscava na farda dessas instituições uma forma de proteção, ganhando com isso sua alforria e, ao mesmo tempo, seu engajamento nos corpos militares.

Corroborando essa ideia, pouco depois da chegada da República, o instrumento jurídico que instituiu o regulamento da Força Pública de São Paulo – o Decreto 348 de 1896 – trouxe como o primeiro e principal dos cinco requisitos básicos à promoção – o critério subordinação. Após esse, seguem inteligência e aplicação, zelo, disciplina e, por fim, bons serviços prestados ao Estado. Nesse sentido, se a subordinação era o principal, o liberto ou nascido livre tornou-se a pessoa ideal para as necessidades dessas forças, deixando em segundo plano dessa forma, os demais requisitos.

Ainda que algumas regras do alistamento tenham mudado em relação às mesmas práticas no decorrer do Império, esse Decreto trouxe além do apresentado anteriormente, a exigência etária de 18 a 40 anos – os menores de 21 anos deveriam ter auto-

16 Para os militares há uma clara distinção entre as práticas civis (eles) e as militares (nós) em todos os aspectos profissionais e pessoais, incluindo o fazer musical pelas bandas de música. Ver CASTRO, Celso; LEIRNER, Piero, *Antropologia dos Militares*, Rio de Janeiro, 2009.

rização expressa dos pais ou responsáveis para assentar praça –, o candidato deveria comprovar sua moralidade por autoridade policial de onde residia, possuir robustez e não apresentar defeito físico. Se estrangeiro (aos estrangeiros que preenchiam os requisitos da fluência da língua portuguesa, era reservada até uma décima parte das vagas abertas por certame, contudo, o total de estrangeiros na instituição não poderia, na soma total, exceder a 10% do efetivo existente), não lhes era exigida alfabetização. Após ser submetido aos exames médicos, firmava-se um contrato pelo prazo de quatro anos que, dependendo do interesse do candidato, poderia ser renovado ao final por mais outros períodos de dois anos, quando então era solicitado o engajamento até o completar 30 anos de serviço para ser reformado. Interessante notar que, nem antes da edição do Decreto que estabeleceu o regulamento, nem após ele, as questões étnico-raciais foram motivos de impedimento para o ingresso. Isso representava, de fato, uma possibilidade singular de emprego dos homens negros no Brasil.

No caso de São Paulo, assim como em boa parte do país, traços comuns nortearam o ingresso dessa população, sendo os principais ser homem e plenamente livre. Havia um terceiro que fugia à formalidade invadindo o campo estrutural, a pobreza (ROSEMBERG, 2010, p. 109-111).¹⁷ E esse fato acaba explicando a estratificação da sociedade naquele momento. Primeiro, de ela ser escalonada, como mostra Ivan Vellasco ao falar do tecido social brasileiro no século XIX.¹⁸ Para o autor, a sociedade era dividida em quatro estratos: a) elites locais; b) camadas médias – funcionários públicos de menor escalão, profissionais liberais, oficiais mecânicos, militares de baixa patente, pequenos comerciantes, artesãos, produtores rurais independentes, pequenos lavradores; c) livres pobres – assalariados sem profissão específica, irregulares ou de ocupação incerta, jornaleiros, roceiros, agenciadores, agregados, capitães do mato, servidores domésticos, lavadeiras etc.; e d) escravos (VELASCO, 2004). Cabe ressaltar que das elites locais saíam os oficiais da Guarda Nacional que seriam o suporte financeiro e político para as bandas de música.

Seguindo a análise, e segundo os estudos de André Rosemberg, o perfil do ingressante no Corpo Policial Permanente de São Paulo era, como vimos acima: homem, livre, pobre, entre 18 e 35 anos, em sua maioria sem ofício,¹⁹ tendo uma altura média de 1,56 m. Quanto às questões étnico-raciais, no período estudado pelo autor (1868 a 1889), 44% eram brancos, 2% não continham informação e 54% eram não brancos, admitindo-se, pelos registros de alistamento, as designações de moreno, pardo, preto,

17 É importante frisar que, assim como em outras partes do país, algumas fazendas que cultivavam café no interior do estado, possuíram bandas de música, compostas por cativos, como foi o caso da banda da Fazenda Santa Maria, de propriedade do Comendador Francisco Teixeira Vilela, e cujo maestro era Sabino Antônio da Silva que, segundo relatos, viera do Rio de Janeiro para estruturar a banda na fazenda. Segundo Lenita Nogueira, uma das apresentações marcantes do grupo, teria sido quando da inauguração da estrada de ferro que ligou Campinas à Jundiaí, em 1872, e outro registro reporta uma apresentação ao bispo diocesano de São Paulo D. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho em julho de 1873 na cidade de Campinas (Nogueira, 2001, p. 419-420).

18 O autor tomou como foco de estudo a região do Rio das Mortes em Minas Gerais durante os oitocentos para a construção de sua análise.

19 O autor analisou os dados de engajamento de 1868 a 1889 e obteve a cifra de que, 77,27% dos ingressantes não declararam ofício definido, porém, dentro dos ofícios declarados, aparecem músicos.

caboclo, entre outras designações (Rosemberg, 2010, p. 107-164). Se levarmos em conta que em 1872 a população negra de São Paulo era de 11.679, dentro de um universo de 23.243 habitantes, chegamos a números que representam cerca de 50,24% da população paulistana negra (Moraes, 1995, p. 58). Os reflexos, portanto, do ingresso maior de negros no Corpo Policial podem representar o óbvio: a desigualdade social acentuada.

Mas, diante do que já vimos em relação aos sujeitos que ingressavam no Corpo Policial, o mesmo ocorria com os músicos, afinal eram produto da mesma sociedade e passavam pelos mesmos problemas que os demais candidatos. Assim, mesmo considerando que a cidade de São Paulo tinha uma vida musical agitada já a partir da metade do século XIX, a sobrevivência desses profissionais não era nada fácil. A maioria deles (se não sua totalidade) era obrigada a acumular empregos diversos para sobreviver; ou seja, a música era apenas uma de suas ocupações. Dentro do semiprofissionalismo forçado, as bandas militares também possibilitavam um exercício mais digno da profissão, desde conseguir um instrumento musical que permitiria tocar em outras corporações, formar grupos musicais e demais atividades, até um melhor status social.²⁰

O CASO DE SÃO PAULO

A banda de música do Corpo Policial de São Paulo foi estruturada em 1843, ou seja, 12 anos após sua criação. Porém, foi oficializada somente em 1857 pela Lei n.24, com um efetivo de 17 músicos e um sargento-mestre. Sua organização inicial coube ao maestro Augusto Pereira Cardoso Portugal, sendo sucedido pelos maestros José Pinto Tavares (1864-1880?), Caetano Tibúrcio de Oliveira Rosa (1880-1890), Bernardo Jorge da Costa (1890-1895) e, a partir de 1895, Joaquim Antão Fernandes (Santos, 2022, p. 241).

Neste processo algumas circunstâncias devem ser sublinhadas. A primeira é que a banda do Corpo Policial agregou diversas experiências dispersas nas muitas organizações musicais da época. Por exemplo, algumas irmandades religiosas – no caso de São Paulo podemos citar pelo menos duas delas como a Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e a de Nossa Senhora dos Remédios – que congregaram músicos negros em suas bandas durante boa parte do século XIX, avançando ainda pelo XX. Muitos destes músicos se tornaram parte do efetivo da banda de música do Corpo Policial (Moraes, 1995, p. 150-151). A outra questão é o agenciamento individual. Esse processo torna saliente a figura do maestro Joaquim Antão Fernandes.

Oriundo da cidade de Batatais, no interior do estado de São Paulo, Antão nasceu em 1864, negro e pobre, porém livre. Filho de cativa liberta, após perder a mãe decidiu aos 16 anos migrar para São Paulo e ingressar no Corpo Policial Permanente (Fernan-

20 É preciso lembrar que em qualquer das Forças Armadas e das Forças Policiais, os músicos sempre foram alocados em Quadros Auxiliares – no caso de oficiais – e em Quadros de Especialistas – no caso de Praças. Isto, de certo modo, sempre os deixou à margem de grandes embates políticos e estratégicos nas instituições de tal modo que, ao longo da história, os músicos-militares nunca tiveram papel relevante nos processos decisórios institucionais.

des, 1943, p. 1-10). Carreira e dissabores à parte, Antão tornou-se o primeiro músico da Força Policial do Estado de São Paulo a cruzar a linha que separava a trajetória do oficialato da carreira de praças.²¹ Este fato se deu em 1895, quando promovido a alferes,²² recebeu a incumbência de organizar todo o serviço musical da já então denominada Banda da Força Pública. Galgou o oficialato até o posto de major músico, permitindo, dessa forma, que a banda obtivesse boas condições para se estruturar e se desenvolver durante as primeiras décadas do século XX, tendo passado definitivamente para a reserva em 1932.



Figura 5.1 – Major Joaquim Antão Fernandes – ABOYM, Eugênio de. O Tenente Antão e sua Banda.

Fonte: *Renascença*. n.8 – out-1904, Rio de Janeiro, p. 120.

A iconografia não nos auxilia muito no período em questão, uma vez que não era comum as bandas de música serem fotografadas no último quartel do século XIX – exceção feita às imagens de bandas militares captadas em treinamento, ou nos teatros de operações dos grandes conflitos. Contudo, a imagem de Antão quebra este paradigma na medida em que torna público um maestro, negro, como uma personalidade militar. Mais que isso, o coloca em pé de igualdade como o mais famoso regente da

21 As carreiras militares são organizadas na seguinte conformidade: Praças – soldado, cabo, 3º, 2º e 1º sargentos e subtenente ou suboficial. Oficiais: subalternos – 2º tenente e 1º tenente, Intermediários – capitão e capitão tenente (Marinha), superiores: major e capitão de corveta (Marinha), tenente coronel e capitão de fragata (Marinha) e coronel e capitão de mar e guerra (Marinha). Para as Polícias Militares, o posto de coronel representa o último da carreira. Nas Forças Armadas, há ainda o círculo dos oficiais gerais, escalonado em 3 postos distintos: general de brigada, brigadeiro e contra-almirante; general de divisão, major brigadeiro e vice-almirante e; general de exército, tenente brigadeiro do ar e almirante de esquadra.

22 **Posto que hodiernamente equivale ao de 2º tenente.**

Banda de música do Rio de Janeiro, Anacleto de Medeiros. Este, maestro da banda Corpo de Bombeiros do então Distrito Federal, igualmente negro, passou ao cânone da música brasileira como grande agenciador de um estilo de interpretação das danças características, ou seja, uma forma “chorada” de tocar, que com o tempo tornou-se um gênero maior da música instrumental brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos fatos é possível traçar caminhos que nos levam a desenvolver a hipótese que ao ingressar para uma banda de música mantida pelo Estado durante o século XIX (e por que não todo o XX também?) o músico negro, de forma compulsória, passou por um importante processo de desnaturalização da alienação colonial que sofrera (Fanon, 2008). Ainda que seus cantos de terreiro não pudessem ser executados na banda onde tomava parte uma vez que seu novo empregador não permitia,²³ sua forma de pensar e interpretar se cristalizaram em diversos caminhos, inclusive naquele que surgiu o *chorinho*. As soluções de resistência passaram por redes de um simbolismo subliminar que alteraram e fundiram ritmos, mesclando os padrões europeus com os afrodiaspóricos, desembocando em uma música que, mesmo com a máscara europeia, acabou por sedimentar valores e sonoridades que, sem elas, não chegaríamos ao maxixe ou ao samba, pelo menos.

Compreendemos que, para ganhar dignidade, esses sujeitos passaram a se verem obrigados ao uso de “máscaras brancas” (Fanon, 2008) adquirindo hábitos, gostos e forma de brancos para conseguir sobreviver em um ambiente que, em troca, lhes garantia o mínimo necessário para sua subsistência. Ao percussionista negro²⁴ a opção que lhe restava era trocar o canto de Oxóssi por Ernani,²⁵ embora de forma dissimulada, incluísse os “pontos” entre uma ária e outra. Submetidos aos critérios injustos de um “evolucionismo cultural” (Castro, 2005) e permanente no meio musical brasileiro até pouco tempo, seria pouco provável que até a metade do século XX, tais músicos conseguissem ter voz dentro dos grupos musicais mantidos por uma instituição predominantemente branca, calcada em valores e gostos essencialmente europeus. Nesta rede de tensões se deu o que era possível.

Podemos enxergar ainda nesse caminho, um processo histórico de apagamento cultural que teve início com o advento da escravização atlântica tendo perdurado todo o período colonial, permanecendo após o processo de Independência, através-

23 Mesmo com o advento da Constituição de 1891 e a decretação do Estado laico, o conservadorismo social se manteve encarregado de manter “a devida ordem” garantindo a segura distância entre as manifestações culturais de matriz africana e as brancas europeias, recorrendo – quando preciso – até mesmo ao ordenamento jurídico para o respaldo de tal comportamento. Para maiores percepções dessas práticas, ver AMADO, Jorge. *Tenda dos milagres*, São Paulo, 2008.

24 Geralmente o início dos músicos analfabetos (que não liam partituras) se dava pela percussão e a iconografia é cruel nesse sentido, corroborando a posição de que a seção da percussão nas bandas (bumbo, pratos e caixa), na grande maioria das vezes era ocupada por negros.

25 Ópera em quatro atos composta em 1844 por Giuseppe Verdi, e libreto de Francesco Maria Piave, cujo tema de abertura foi lugar comum nos repertórios de concerto das bandas militares a partir do final do século XIX e início do XX.

sando os dois reinados e, apesar do ato abolicionista de 1888, avançando pela República, arraigando-se aos modelos mentais que fundaram a moderna sociedade brasileira. Tal processo teimou em persistir ao valorizar o eurocentrismo artístico musical, impondo o gosto ao músico negro ingressante nessas corporações prometendo em troca, a mínima possibilidade de sobrevivência.



Figura 5.2 Banda de Música do 5º Batalhão de Infantaria da Força Pública do Estado de São Paulo.

Fonte: Della Mônica, 1975, p. 44.

Tais considerações advêm da imagem acima. Posando ao centro, Joaquim Antão se destaca dos músicos não apenas por apresentar-se vestindo uniforme de cor diferente, mas, dentre todos os fotografados, por ser o único que traz traços de negritude aparentemente perceptíveis. Imagem rara dentro da Força Pública uma vez que o efetivo de músicos, em sua maioria, era composto por negros. A imagem foi uma das que alimentou o único livro publicado até 2022²⁶ sobre a história da banda da Polícia Militar do estado de São Paulo. Em duas edições, a primeira em 1957 e a segunda em 1975, a autora em momento algum considera a questão racial do maestro, agindo como se calçasse nele a “máscara branca” de Fanon. Permitiu-se, pois se legitima permitindo, um apagamento étnico próprio de seu tempo. A iconografia que visa a apagar, ajuda ao mesmo tempo a compreender a presença na ausência.

Porém, fato é que as bandas militares brasileiras foram alicerçadas sobre um efetivo negro em sua maioria. E, mesmo moldadas segundo o gosto europeu adaptado à medida do possível aos trópicos africanizados, produziu movimento musical. No

26 Em agosto de 2022 foi publicado o segundo livro que trata da história da Banda da Força Pública - Polícia Militar: SANTOS, José Roberto dos. **Artistas enfim: a Banda da Força Pública de São Paulo nos tempos da Primeira República**, Ponta Grossa: Atena Editora, 2022.

entanto, pouco dessa história se mostrou ao longo do século XX, optando-se pelo apagamento protagonizado por um pensamento eurocêntrico e branco, do qual vários grupos musicais tomaram parte; as bandas de música foram apenas um desses.

REFERÊNCIAS

- ABOYM, Eugênio de. O Tenente Antão e sua Banda. *Renascença*. Rio de Janeiro, out. 1904. n. 8, p. 120.
- AMADO, Jorge. *Tenda dos milagres*. São Paulo: Cia das Letras, 2008.
- CASTRO, Celso (org.). *Evolucionismo Cultural: textos de Morgan, Tylor e Frazer*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- CASTRO, Celso; LEIRNER, Piero (org.). *Antropologia dos militares: reflexões sobre pesquisas de campo*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- CASTRO, Jeanne Berrance de. A música na Guarda Nacional. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 31 maio 1969. Suplemento Literário, p. 4.
- DELLA MONICA, Laura. *História da banda de música da Polícia Militar do Estado de São Paulo*. São Paulo: Edanee, 1975.
- DIÁRIO DE SÃO PAULO. São Paulo, 28/02/1867, ano II, edição 462. p. 2. BNDigital/Hemeroteca.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EdUFBA, 2008.
- FERNANDES, Joaquim Antão. *Minha autobiografia*. São Paulo: [s.n.], 1943, Mimeografado.
- HERBERT, Trevor; SARKISSIAN, Margaret. Victorian bands and their dissemination in the colonies. *Popular Music*, Cambridge University Press, vol 16 (2), maio 1997, p. 165-179.
- MACHADO NETO, Diósnio. Curt Lange e Régis Duprat: os modelos críticos sobre a música no período colonial brasileiro. *Revista Brasileira de Música*, Rio de Janeiro: UFRJ, p. 73-94, 2010.
- MORAES, José Geraldo Vinci de. *As sonoridades paulistanas: a música popular na cidade de São Paulo – final do século XIX ao início do século XX*. Rio de Janeiro: Funarte, 1995.
- ROSEMBERG, André. *De chumbo e festim: uma história da polícia paulista no final do Império*. São Paulo: EdUSP-FAPESP, 2010.
- SANTOS, José Roberto dos. *Artistas enfim: a Banda da Força Pública de São Paulo nos tempos da Primeira República*. Ponta Grossa: Atena Editora, 2022.
- SÃO PAULO. Decreto nº 348 de 6 abr. 1896. Dá regulamento à Força Pública do Estado. São Paulo: Assembléia Legislativa Provincial, 1896. Eugenio Egas; Oscar

Motta Mello (orgs.). *Annaes da Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo*, reconstituição desde 1835-1881. São Paulo: Typographia Piratininga; Secção de Obras d' "O Estado de S.Paulo", 1923-1926.

SÃO PAULO. Lei nº 575 de 7 abr. 1857 (Lei nº 24 de 1857). Fixa a Força Policial Permanente para o ano de 1857 a 1858. São Paulo: Assembléa Legislativa Provincial, 1857. Eugenio Egas; Oscar Motta Mello (orgs.). *Annaes da Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo*, reconstituição desde 1835-1881. São Paulo: Typographia Piratininga; Secção de Obras d' "O Estado de S.Paulo", 1923-1926.

VELLASCO, Ivan Andrade. *As Seduções da Ordem – Violência, Criminalidade e Administração da Justiça*, Minas Gerais, Século 19. Bauru: EDUSC, 2004.

PARTE 2

**DOSSIÊ –
INVESTIGAÇÕES BASEADAS NAS ARTES:
SENSIBILIDADES, PERFORMATIVIDADES**

CAPÍTULO 6

DESPOÉTICOS TRANSCURSOS: POSSÍVEIS INTER-RELAÇÕES ENTRE CORPO, IMAGEM E PERCEPÇÃO NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

Beatriz Ferreira Pires; Renata Pitombo Cidreira

RESUMO

Na perspectiva irrefreável de ultrapassar o corpo, o tempo e a própria vida, o ser humano na contemporaneidade encontra-se envolvido por uma série de artefatos mecânicos e digitais. Objetos, redes e sistemas que prometem expandir e transcender a corporeidade, o espaço e o tempo insinuando o cancelamento da morte. O presente artigo procura questionar se tal cenário não estaria promovendo uma fragmentação da própria humanidade. Para sedimentar tal reflexão usaremos, entre outros, os contributos de Ailton Krenak, Byun-Chul Han, David Le Breton, Merleau-Ponty, Paul B. Preciado, Paula Sibília.

INTRODUÇÃO

Dispensável dizer que cada vez mais as atividades, serviços e interações desenvolvidas pela grande maioria das pessoas que compõem nossa sociedade são mediados por maquinários, engenhocas mecânicas e digitais, aparelhos eletrônicos móveis, sistemas operacionais, programas e aplicativos móveis. Enredadas nos labirintos e armadilhas direta e/ou indiretamente propiciados pelo *modus operandi* decorrente de tais instrumentos, plataformas e programas, de forma contínua, crescente e acelerada, essas pessoas abandonam o orgânico pelo inorgânico, o animado pelo inanimado. Encalacradas entre opostos, buscam driblar o tempo, o corpo, a vida.

Entre as engenhocas presentes em nosso cotidiano, a que se destaca pelo número de usuários é o *smartphone* (telefone inteligente). Aparelho móvel de comunicação com capacidades avançadas, como: acesso à internet, sincronização de dados, agenda de contatos, câmera digital, filmadora, editores de texto, sistema de posicionamento global (GPS) e inúmeros aplicativos escolhidos conforme a necessidade ou desejo do usuário, o *smartphone* é responsável por implementar novos gestos e movimentos corporais, novos modos de se relacionar, de estar no mundo, de percorrer e explorar seus caminhos, de desenvolver atividades corriqueiras, de agregar ao cotidiano de seus portadores efeitos especiais, por exemplo, trilha sonora personalizada.

O *smartphone* abre possibilidades que transformam o presente no futuro, tantas vezes exposto em livros e filmes de ficção científica. Para exemplificar apenas algumas dessas possibilidades, podemos elencar: chamadas de vídeo que compreendem eventos, como reuniões, palestras, aulas, nos quais os integrantes estão em locais diferentes; conhecer e transitar por lugares sem estar fisicamente presente neles; sistema de navegação e orientação geográfica; informações sobre qualquer assunto; feitura instantânea de registros imagéticos etc. Curioso é pensar que, na grande maioria dos referidos livros e filmes, o futuro apresentado é inóspito, adverso, hostil ao ser humano. Estaríamos nós desejando o fim da humanidade?

Ideia curiosa, se pensada em paralelo aos inúmeros procedimentos médico-científico-estéticos utilizados com o intuito de se obter a eterna juventude e o cancelamento da morte.

Durante o início da pandemia de covid-19, o uso de *smartphones*, computadores e aparelhos similares se tornou imprescindível para a não paralização de algumas atividades, entre elas a educação. Falando especificamente da questão que envolve o corpo e sua imagem, tal circunstância propiciou uma enorme aceleração em direção ao processo de desmaterialização do corpo, de anulação do outro, de observação da própria imagem – curiosamente invertida. Ver a si próprio desempenhando atividades cotidianas, por não ser algo esperado ou provável, gera afetos de diferentes ordens.

A ideia da fotografia, por exemplo, que não é tão recente: projetar uma imagem para além daquele instante em que você está vivo é uma coisa fantástica. E assim ficamos presos em uma espécie de looping sem sentido. Isso é uma droga incrível, muito mais perigosa que as que o sistema proíbe por aí (KRENAK, 2020, p. 18).

Fagocitados pela imagem e colocados no centro de nossa atenção, nos afastamos ainda mais do outro e do espaço que habitamos.

O OUTRO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

No percurso aqui proposto, juntamente a essa, outras questões relativas à concreitude de objetos, seres, coisas, ambientes e seu oposto se somam. Qual a relevância da materialidade em um ambiente no qual o objeto é sobrepujado pela imagem? Qual o lugar da imaginação em um tempo no qual imagens sobrepujam sonhos e devaneios? Qual o lugar da imaginação em um tempo no qual o ato de projetar, criar, conceber, engendrar é substituído pela busca de imagens veiculadas em *websites*? Basta ao sujeito contemporâneo aquilo que foi por outro imaginado?

Byun-Chul Han, inicia seu livro *A expulsão do outro* dizendo que: “O tempo no qual havia o *outro* passou” (Han, 2022, p. 07). Vivemos em uma sociedade que, embora na teoria enalteça aquilo ou aquele que se difere da maioria, na prática demonstra apreço por aquilo ou aquele que da maioria se assemelha.

Desaparece o outro como mistério, o outro como sedução, o outro como Eros, o outro como desejo, o outro como inferno, o outro como dor. A negatividade do outro dá lugar, hoje, à positividade do igual. A proliferação do igual constitui as transformações patológicas que afligem o corpo social (Han, 2022, p. 07).

O esforço despendido para o aniquilamento do outro, para a pasteurização das autenticidades estéticas expressivas, dos sonhos e dos desejos não é, em nossa sociedade, uma exclusividade do período histórico em que vivemos. O que diferencia o cerceamento praticado hoje dos praticados anteriormente é a forma como ele se faz presente. Essa forma resulta do modo como atualmente nossa sociedade se estrutura.

Um dos pontos principais dessa estrutura é a valorização do fragmento em detrimento da inteireza. Como uma das consequências desse modo organizacional, o ser humano não se percebe, não se sente, não se denomina natureza. Nesse modelo a fragmentação do corpo e a busca pela menor fração é uma constante.

Nas sociedades do tipo comunitário, em que o sentido da existência do homem marca uma submissão fiel ao grupo, ao cosmo e à natureza, o corpo não existe como elemento de individuação, uma vez que o próprio indivíduo não se distingue do grupo, sendo, no máximo, uma singularidade na harmonia diferencial do grupo. Ao contrário, o isolamento do corpo no seio das sociedades ocidentais (cf. infra) testemunha uma trama social na qual o homem

é separado do cosmo, separado dos outros e separado de si mesmo. Fator de individualização no plano social, no plano das representações, o corpo é dissociado do sujeito e percebido com um de seus atributos (BRETON, 2012, p. 33).

Fragmentados, material e imaterialmente, desafiamos o conceito de sociedade: “ambiente humano ao qual o indivíduo se encontra integrado” (<https://michaelis.uol.com.br>).

Beatriz Paul Preciado, em seu livro *Texto Junkie*, pontua que “O corpo já não habita os espaços disciplinadores: está habitado por eles” (Preciado, 2018, p.86), e batiza o período em que vivemos de “era farmacopornográfica.” Como a denominação explícita, os pilares que sustentam e fundamentam essa era são a indústria farmacêutica e a indústria do audiovisual.

O biocapitalismo farmacopornográfico não produz coisas, mas ideias variáveis, órgãos vivos, símbolos, desejos, reações químicas e afetos. Nos campos da biotecnologia e da pornocomunicação, não há objetos a produzir, trata-se de inventar um sujeito e produzi-lo em escala global (Preciado, 2018, p. 56-57).

Em decorrência da estrutura social vigente, não basta ao sujeito contemplar sua representação imagética. Isso não o satisfaz. Hoje, mais que nunca, o sujeito almeja ser imagem. Enquanto imagem, tudo, todas as coisas e todos os seres podem ser trabalhados até atingir o conceito de perfeição em voga.

SEGURANÇA X LIBERDADE, SONHOS X TRAQUITANAS

O anseio pela ideia de perfeição, fundamentada em padrões preestabelecidos que passam desde a estética do corpo, da vestimenta, arquitetura e cidade, até o tipo de carreira, entretenimento etc., a aceitação pela exaltação da produtividade e a preferência pela variável segurança, em relação à equação segurança x liberdade tão bem apresentada por Zygmunt Bauman na entrevista dada ao Fronteiras do Pensamento em 2011, na qual, por meio de uma proporcionalidade oposta, o aumento de uma implica na diminuição da outra, reforçam o individualismo preponderante no tempo atual.

Ressaltando o comportamento fundamentado no individualismo, apontando parte das mazelas que ele acarreta e discorrendo sobre povos cujo agrupamento segue outras formas de organização, nas quais a concepção de sociedade se difere da nossa e os sonhos têm relevância na forma como se compreende os acontecimentos e se elabora as ações do período de vigília, Sidarta Ribeiro, na entrevista, veiculada pelo portal de notícias Metrôpoles, concedida à Érica Montenegro em 20 de junho de 2022, afirma que: “O sonho é uma forma ancestral de construção de adaptação, de futuro, de alternativas e de possibilidades”, e que o sonho: “É importante para termos criatividade e flexibilidade cognitiva”.

Em outro momento, na conversa que estabelece com Ailton Krenak no evento Ciclo dos Sonhos, Sidarta alerta sobre a relação entre humanos e robôs: máquinas não são feitas para amar e evoca o seguinte pensamento de Krenak: “A invenção de um monte de maquininhas deu ao ser humano a sensação de que eles não precisam mais dos sonhos. E olha onde nós estamos” (<https://www.youtube.com/watch?v=g92X-3G832pY>).

“VALE DA ESTRANHEZA”

Em 1º de junho de 2022 o jornal Folha de S.Paulo veiculou a seguinte matéria da repórter Marina Lourenço ‘Robô estil’ *Black Mirror* surta e debocha da gente em peça sem atores de verdade’. A matéria discorre sobre o monólogo, desenvolvido em forma de palestra, intitulado “Vale da Estranheza”. Dirigido pelo suíço Stefan Kaegi e apresentado como parte da programação da Mostra Internacional de Teatro de São Paulo (MITsp), o espetáculo é encenado por um animatrônico de Thomas Melle (autor do livro que compõem o roteiro: *O Mundo às Costas*), que no decorrer da peça aborda questões relacionadas à vida humana, liberdade, saúde mental, bipolaridade, tecnologia, relação entre robôs e humanos.²⁷

As fotos de divulgação da peça explicitam o fato do protagonista ser um humanoide com imagens que mostram a parte posterior de seu corpo. Aberto ao seu interior, a cabeça e o dorso do personagem exibem engrenagens, feixes de fios, plugues e componentes metálicos.

A expressão “Vale da Estranheza”, que nomeia a peça, foi criada em 1970 pelo roboticista japonês Masahiro Mori. Ela designa a sensação de medo, angústia e repulsa que as pessoas têm quando se deparam com robôs que, embora não sejam totalmente idênticos, são, materialmente, muito semelhantes aos humanos.

Ano passado a empresa *Engineered Arts* apresentou ao mundo o robô humanoide Ameca. Ameca se diferencia dos robôs criados por outras empresas, como Boston Dynamics, Toyota e Amazon, pela função que desempenha e pela forma que interage com os humanos. Ameca, que não dança e nem realiza tarefas domésticas, possui várias expressões faciais realistas, conversa com seus interlocutores e foi projetada para hospedar inteligência artificial.

Will Jackson, CEO da *Engineered Arts*, em entrevista à Reuters declara que: “A razão para fazer um robô que se pareça com uma pessoa é para interagir com as pessoas”.

Refletindo sobre essa declaração a partir do pensamento de Preciado anteriormente citado, seria o robô humanoide o novo objeto a ser produzido em escala global?

Os recentes acontecimentos relatados nos confrontam com uma questão fundamental sobre o ato perceptivo e as relações da corporeidade aí envolvidas. Como

27 Importante apontar que as informações sobre o espetáculo se baseiam nas informações veiculadas pela referida reportagem e na sinopse do espetáculo publicada no site da mostra.

concebemos a dimensão perceptiva a partir da profusão das novas tecnologias na contemporaneidade, cuja promessa, inclusive, culmina na substituição do próprio corpo por máquinas?

CORPOREIDADE ATIVADA E SENSIBILIDADE PERFORMATIVA

Em alguns desses exemplos identificamos uma tendência a promover experiências extracorpóreas, uma vontade de prescindir do corpo para ativação da experiência; um desejo de abandono ou de substituição da nossa estrutura corporal para a realização de algumas expressões, sobretudo, artísticas. Mas é preciso salientar que tal tendência não se restringe a esse âmbito do campo das Artes ou dos empenhos criativos/poéticos, também nas atividades cotidianas têm sido empreendidos esforços e estudos cada vez mais sofisticados para suprimir a corporeidade, ou pelo menos limitá-la: acionamento de circuitos inteligentes apenas com dispositivos sonoros, como bater de palmas ou mesmo uma rápida e precisa mobilização vocal, que fazem uma casa inteira funcionar.

É inegável o quanto esses avanços tecnológicos facilitam e agilizam muitas tarefas que realizamos no nosso cotidiano, bem como proporcionam novas e instigantes experiências no campo das Artes, como a já relatada anteriormente na peça teatral. Nesse cenário, chega-se a falar em INTERNET das coisas (IOT), por exemplo, suscitando certa autonomia dos objetos em relação à interferência humana e, portanto, do próprio corpo. A IOT seria uma espécie de interconexão digital de objetos cotidianos com a INTERNET, uma rede de objetos físicos capaz de reunir e transmitir dados, conectando objetos mais do que pessoas. Conforme explicitam André Lemos e Daniel Marques, a INTERNET das coisas (IOT) “é uma rede de objetos relativamente autônomos cujas ações interferem diretamente nos espaços públicos, no lar ou no corpo, seja com os atuais projetos de cidades inteligentes (*Smart city*), casas inteligentes (*Smart Home*) ou objetos vestíveis (*wearables*)” (LEMOS; MARQUES, 2019, p. 4).

Para os autores, a sensibilidade “performativa é “uma forma específica de produção de performances e sensibilidades advinda dos fenômenos de produção, coleta e interpretação de dados e informações retiradas dos objetos” e do ambiente” (LEMOS; MARQUES, 2019, p. 4). E nesse sentido, a sensibilidade performativa é constituída a partir do binômio sensibilidade e performatividade sendo a sensibilidade a capacidade dos objetos da INTERNET das coisas em sentir dados de outros objetos e do ambiente e a performatividade seria essa ampla agência em que objetos executam em uma ampla rede.

A sensibilidade performativa projeta-se em uma rede realizando ações e narrativas (discursos, ideologias) contextualizadas e personalizadas com base nas estratégias de circulação, compartilhamento, processamento e análise agregada de múltiplas bases de dados (LEMOS; MARQUES, 2019, p. 4).

De todo modo, o que constatamos são interações humano/não humano e não humano/não humano, se é que neste caso podemos falar efetivamente de interação. Nesse ambiente de interfaces as *wearables* têm se destacado, à medida que a tecnologia digital se conecta ao corpo do usuário, gerando novos modos de percepção e ação. Corroborando essa perspectiva, Sibília (2002, p. 19) afirma que nossos corpos “se apresentam como sistema de processamento de dados, códigos, perfis cifrados, feixes de informação”, ao que acrescenta: “o corpo humano inserido na esteira digital se torna permeável projetável programável”.

É preciso salientar que as *wearables* são artefatos que começam a estabelecer novos tipos de articulações entre o corpo e o meio ambiente, promovendo novas formas de estar no mundo, em sociedade e consigo mesmo. Há uma configuração social, cognitiva e sensorial.

PRIMAZIA PERCEPTIVA

Decerto tais avanços tecnológicos nos confrontam sobre o tema da percepção e o lugar do corpo próprio. Muito já se falou, inclusive, sobre a perspectiva de uma nova sensibilidade, de um novo dispositivo ou processo perceptivo ou ainda sobre o novo corpo. Mas é preciso reconhecer, para além do entusiasmo que esse cenário nos promove, o fato de que o ato perceptivo é algo intrínseco ao ser humano e de que não necessariamente se trata de uma nova percepção. O importante é reconhecer, como nos esclarece Merleau-Ponty, o primado da percepção.

Um dos aspectos essenciais apontados por Merleau-Ponty (2015, p. 31) é o fato de que não devemos “conceber o sujeito que percebe como uma consciência que ‘interpreta’, ‘decifra’ ou ‘ordena’ uma matéria sensível da qual ele possuiria a lei ideal”. Nesse sentido, compreendemos que toda percepção é circunstancial, está ancorada no tempo e espaço determinado, “tem lugar em certo horizonte e, enfim, no ‘mundo’” (Idem, *ibidem*, p. 31). Assim, a “relação de algum modo orgânica do sujeito percipiente e do mundo comporta, por princípio, a contradição da imanência e da transcendência” (Idem, *ibidem*, p. 32).

*A percepção é, portanto, um paradoxo e a própria coisa percebida é paradoxal; ela não existe senão enquanto alguém puder percebê-la. Não posso por um instante sequer imaginar um objeto em si. [...] Há, portanto, na percepção um paradoxo da imanência e da transcendência; imanência visto que o percebido não poderia ser estranho àquele que o percebe; transcendência, visto que comporta sempre um além do que está atualmente dado (Idem, *ibidem*, p. 37).*

A partir dessas observações preliminares, concluímos que a percepção e o mundo percebido comportam relações. Além disso, a percepção não é decomponível, não se efetiva a partir de uma reunião de partes ou de sensações; o que temos é uma configuração em que o todo é sempre anterior às partes e que a matéria da percepção está sempre “preenhe de sua forma”, como nos alerta Merleau-Ponty (2015, p. 36).

A coisa percebida não é uma unidade ideal possuída pela inteligência, por exemplo, uma noção geométrica; é uma totalidade aberta para o horizonte de um número indefinido de visadas perspectivas, que se recordam segundo certo estilo, estilo que define o objeto de que se trata (Merleau-Ponty, 2015, p. 36-37).

Outra perspectiva extremamente importante realçada pelo pensamento do autor é o fato de que existe uma comunicabilidade entre os indivíduos a partir dos atos perceptivos; a minha percepção não é uma simples sensação privada. Há uma comunicação primordial e, portanto,

[...] é preciso [...] que, pela percepção de outrem, eu me encontre posto em relação com outro eu, que ele esteja em princípio aberto às mesmas verdades que eu, em relação com o mesmo ser que eu. E essa percepção se realiza do fundo de minha subjetividade, vejo aparecer outra subjetividade investida de direitos iguais, porque em meu campo perceptivo, se desenha a conduta de outrem, um comportamento que compreendo, a palavra de outrem, um pensamento que eu abraço, e porque este outro, nascido em meio aos meus fenômenos, apropria-se deles, tratando-os segundo as condutas típicas das quais eu próprio tenho a experiência (Merleau-Ponty, 2015, p. 39).

Nas palavras de Merleau-Ponty reconhecemos que a percepção de algo ou mesmo de alguém nos abre ao ser, e que realiza, desse modo, a síntese paradoxal da percepção, uma vez que ao nos recolocar a nós, nossas perspectivas e nossa solidão incomunicável no campo de visão do outro e de todos os outros, se estilhaça. O primado da percepção já nos convoca a uma partilha; há uma dimensão comunal.

Nessa perspectiva, nos colocamos sempre em presença; nos constituímos enquanto presença e, neste sentido, o corpo próprio tem um protagonismo irrefutável. Vejamos o que nos diz Merleau-Ponty a esse respeito.

REITERAÇÃO DO CORPO PRÓPRIO

Na *Fenomenologia da Percepção* (1999), Merleau-Ponty reaviva o corpo como meio através do qual temos acesso ao mundo e o habitamos e o percebemos. Para o autor, “o corpo é o veículo do ser no mundo e ter um corpo é para um ser vivo, juntar-se ao meio definido, confundir-se com certos projetos e empenhar-se continuamente neles” (Merleau-Ponty, 1999, p. 122). O corpo é um modo possível de ser no mundo e não um objeto, no sentido cartesiano, do qual dispomos a nosso bel-prazer. O corpo age e explora o mundo e, nesse sentido, a disposição corporal nos dá acesso ao mundo e suas aparências; percebemos, experimentamos e sentimos através do nosso esquema corporal.

O que chamamos de esquema corporal é justamente esse sistema de equivalências, esse invariante imediatamente dado pelo qual as diferentes tarefas motoras são instantaneamente transponíveis. Isso significa que ele não é apenas uma experiência de meu corpo, mais ainda uma experiência de meu corpo no mundo, e que é ele que dá um sentido motor às ordens verbais (Merleau-Ponty, 1999, p. 195).

Lidamos, portanto, com um corpo situado e que já traz sua historicidade. Temos habilidades motoras e sensoriais adquiridas, um esquema corporal sedimentado, que está envolto em uma circunstância espaço-temporal. Assim, cada um de nós tem um estilo de agir e de estar no mundo. Como atesta Merleau-Ponty,

O que importa para a orientação do espetáculo não é meu corpo tal como de fato ele é, enquanto coisa no espaço objetivo, mas meu corpo enquanto sistema de ações possíveis, um corpo virtual cujo lugar fenomenal é definido por sua tarefa e por sua situação (Merleau-Ponty, 1999, p. 336).

As medidas impostas pela necessidade do distanciamento social em função da pandemia de covid-19 impuseram temporalidades e distâncias artificiais. Esse outro espaço-tempo exigiu do corpo novas configurações fazendo com que o esquema corporal e o poder habitual fossem expandidos. Diante de telas de computador, realizando atividades sempre mediadas pela imagem, dimensões outras de temporalidade e de espacialidade foram impostas ao nosso corpo fazendo com que a nossa configuração corporal tivesse que encontrar novas possibilidades de estar em situação, a partir dessas novas dimensões temporais e espaciais. O corpo, mais uma vez, distendeu-se, ampliou-se, ressignificou-se mostrando sua plasticidade e sua capacidade de adaptação às circunstâncias nas quais se encontra inserido.

Enquanto instância não objetificável, o corpo se entrelaça ao mundo a partir das funcionalidades que são acionadas. Circunscrevendo-se a cada instante de forma diferenciada no mundo. Daí porque é impossível decifrá-lo claramente.

Se tento pensá-lo como um conjunto de processos em terceira pessoa – “visão”, “motricidade”, “sexualidade” – percebo que essas “funções” não podem estar ligadas entre si e ao mundo exterior por relações de causalidade, todas elas estão confusamente retomadas e implicadas em um drama único. Portanto, o corpo não é um objeto. Pela mesma razão, a consciência que tenho dele não é um pensamento, quer dizer, não posso decompô-lo e recompô-lo para formar dele uma ideia clara. Sua unidade é sempre implícita e confusa (Merleau-Ponty, 1999, p. 269).

O que Merleau-Ponty chama de corpo próprio tem relação com esse hábito corporal; um *poder habitual* que se realiza como comunicação primordial com o ambiente no qual nos encontramos situados. O corpo próprio compactua com o mundo vivido, estabelecendo dinâmicas de agir, de se comportar e de sentir. Somos um eu corporificado em atitude. Outro aspecto importante ressaltado por Merleau-Ponty é um fato de que o nosso corpo também se relaciona o tempo todo com outro, com outros corpos. Assim ele identifica a síntese do corpo próprio como uma unidade que se estabelece pela da interação corpo-mundo-outro. Isso é o alcance do nosso corpo via nosso corpo, enquanto potência, instalamo-nos no mundo e nos relacionamos com o outro.

Para o autor, o corpo afirma-se como corpo estesiológico simultaneamente sensível e senciente. Tal perspectiva fica mais evidente no seu livro *O visível e o invisível* (2005), em que Merleau-Ponty nos adverte que temos a capacidade de sentirmos a nós mesmos e, concomitantemente, abrimo-nos para o outrem, o que não é *si mesmo*.

O mundo está no âmago de nossa carne. Em todo caso, reconhece-se uma relação corpo-mundo, há ramificação do meu corpo e ramificação do mundo e correspondência do seu dentro e do meu fora, do meu fora e do seu dentro (Merleau-Ponty, 2005, p. 132).

O autor explicita ainda essa condição estesiológica, sobretudo pelo do tato, evidenciando que nosso corpo toca as coisas do mundo e toca a si mesmo. “O sujeito que toca passa ao nível do tocado, descendo às coisas, de sorte que o tocar se faz no meio do mundo e como nelas” (Merleau-Ponty, 2005, p. 130). No mesmo sentido, o corpo que vê também é visto por sua condição visível. Assim, tanto na experiência do tato, quanto da visão, encontramos essa reversibilidade do corpo sensível que sente e se afeta com as coisas do mundo e que é capaz de sentir-se a si mesmo e aos outros corpos enquanto sensível exemplar; há uma espécie de “[...] aderência entre meu corpo e os corpos dos outros tecidos na generalidade da massa sensível” (Dias, 2022, p. 64).

É nesse sentido que por mais que algumas experiências tentem e proclamem prescindir do corpo, acreditamos que tal intento é impossível. Tanto a peça teatral “Vale da estranheza”, na qual os robôs humanoides e as criações de vestimentas inteligentes e digitais solicitam um corpo para o acionamento e envolvimento com elas. Seja no processo produtivo ou mesmo na dinâmica receptiva, haverá sempre um corpo próprio, potente, flexível, atualizável e extremamente plástico, disponível para interagir com o mundo circundante e com o outro. Através e com nosso corpo próprio experimentamos e somos afetados por experiências habituais e outras tantas novas, que ampliam nosso horizonte e vivificam nossa vida, nossa condição de estar no mundo.

REFERÊNCIAS

- AMECA, o robô humanoide que chamou atenção na CES 2022. Disponível em: <https://exame.com/tecnologia/ameca-robo-o-que-e/>.
- CI-LO dos Sonhos - Desenho-sonho. Sidarta Ribeiro e Ailton Krenak. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=g92X3G832pY>.
- DIAS, João Carlos. Relevo odontológico do corpo em Merleau-Ponty ou o corpo estesiológico em o visível e o invisível. *Revista Prometeus*, n. 38, Abril, 2022, p. 49-68.
- HAN, Byun-Chul. *A expulsão do outro – sociedade, percepção e comunicação hoje*. Petrópolis: Vozes, 2022.
- KRENAK, Ailton. *A vida não é útil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- LE BRETON, David. *Antropologia do corpo e modernidade*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.
- LEMOES, André; MARQUES, Daniel. Privacidade e internet das coisas: análise da rede Nest a partir da sensibilidade performativa. In *Revista E-compós*, v. 22, 2019, p. 1-26.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *O visível e o Invisível*. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *A fenomenologia da Percepção*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *O primado da percepção e suas consequências filosóficas*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- PRECIADO, Paul Beatriz. *Texto Junkie – Sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica*. São Paulo: N-1 edições, 2018.
- SIBÍLIA, Paula. O homem pós-orgânico: Corpo, subjetividade e tecnologias digitais In MASTROCOLA, Vicente, CASTRO, Gisela. Comunicação e consumo nas wearable technologies. *Revista Geminis*, ano 6, n. 2, 2002, p. 130-147.

SIDARTA Ribeiro explica a importância do sonho e como se lembrar dele. Disponível em: <https://www.metropoles.com/saude/sidarta-ribeiro-explica-a-importancia-do-sonho-e-como-se-lembrar-dele>.

ZYGMUNT Bauman. Fronteiras do Pensamento. 2011. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IyhOBYoBnsU>.

CAPÍTULO 7

NOSSO PAÍS, NOSSO LUGAR DE FALA

Marília Velardi; Anna Carolina Longano; Kátia Silva Souza dos Anjos;
Marília Balbi Silveira; Renata Frazão Matsuo

RESUMO

Neste capítulo convidamos você a refletir conosco sobre novas epistemologias em Pesquisas Baseadas nas Artes a partir de nossos corpos de mulheres brasileiras, nossas práticas artísticas e acadêmicas. Nas próximas linhas nós contaremos sobre uma (re)ação de mulheres marcante para nós: a criação e apresentação de duas performances, *Tra-Vestidas* e *Se eu fosse eu*, e as consequências daqueles processos artísticos e acadêmicos em nossas práticas performáticas. Escolhemos por erguer este texto na mesma base na qual foram erigidas as performances, e na mesma base na qual realizamos nossas produções acadêmicas: as Investigações Baseadas nas Artes, entendidas como possibilidades radicais de realizar um tipo de pesquisa que ficou tradicionalmente conhecida como pesquisa qualitativa. No entanto, compreendemos que as Investigações que se baseiam nas Artes e nas pessoas e coletivos de artistas borram fronteiras entre a pesquisa social, as Artes e a vida comum. Atentas a essa compreensão, nós propomos nossa prática artística e esse texto acadêmico. A literatura sobre o tema afirma que há diversas possibilidades para o uso desse tipo de pesquisa e aquele sobre a qual nos propomos discorrer considera que modos de pensar, agir, criar, mover e performar das artistas podem se configurar como parte de estruturas de produ-

ção e criação de conhecimento capaz de romper com a lógica hegemônica de tradição positiva na pesquisa acadêmica. Dentre as possibilidades artísticas, destacamos a ideia de que o uso da performance é uma estratégia de criação tanto investigativa quanto pedagógica, que conjuga maneiras de tornar o mundo visível sem privilegiar a palavra, mas o conjunto de intervenções performativas – que incluem a palavra e o texto – de modo a fomentar a consciência crítico-reflexiva. Considerando a literatura aqui apresentada, afirmamos a necessidade de construir práticas de investigação e performance como partes de um mesmo processo: nosso lugar, nossa fala, nossa escrita, nossa presença serão performances tanto quanto a arte que criamos e a vida política que partilhamos.

Nossa proposta é conceber que existem epistemologias das Artes. Podemos, radicalmente, conceber Arte como epistemologia e Artistas como epistemologistas. Tomando a criação artística e os modos de criar das artistas como referências, é possível dizer que o método é criado e não dado, construído com base em quem a artista é, o que e como pensa-age durante a pesquisa/criação. Não há uma receita pronta, e não apenas porque não sabemos quais ingredientes usaremos, mas porque talvez precisemos de ingredientes que nunca tenham sido utilizados (LONGANO, 2020b).

Como bem lembraram as professoras Jessica Gerrard, Sophie Rudolph e Arathi Sriprakash (2017), não podemos nos esquecer de que, por anos, e até hoje, práticas de pesquisa acadêmica foram e são validadas por uma elite cujo domínio é de pessoas brancas, cisgênero masculina, heterossexuais privilegiadas. Então, retomamos aos questionamentos que temos feito de maneira recorrente: quais as implicações das questões de gênero na construção de pensamento na Universidade? Como as mulheres se sentem ao fazerem pesquisa? Quais são as marcas deixadas pelo patriarcado no modo de ser da academia? Como uma artista pensa e constrói conhecimento na Academia? (BORZILO et al., 2020).

As Investigações Baseadas nas Artes (IBA) podem favorecer a inspiração, a provocação, a ilustração, a construção, a produção e a apresentação de conhecimentos, mas também, e principalmente, favorecer a consciência e o reconhecimento da sua maneira de ser, de pensar e de agir no mundo, transgredindo o status quo da pesquisa acadêmica (MATSUO et al., 2020).

Diante das possibilidades de que o trabalho artístico seja chave para criação de processos capazes de dialogar com quem somos, de onde viemos, transformando ausências e presenças por vezes incompreensíveis em materialidades, algo que já discutimos anteriormente (BODA; VELARDI, 2020), perguntamos: quais possibilidades se abrem quando aliamos Arte, criação e pesquisa acadêmica?

NOSSO LUGAR, NOSSA FALA

Este texto é considerado, também, uma prática performática nossa. Tentamos trazer movimento, dança e som ao texto. Se as palavras dão conta do discurso verbal, sua posição, sua composição, seu posicionamento, as lacunas e espaçamentos contribuem para que o não verbal de nosso discurso ganhe corpo e movimento o seu corpo (você,

pessoa leitora), ao propor outra forma de comunicação. Questionamos e, quando possível, rompemos a grande quantidade de regras de escrita que nos colocam desde o começo de nossa alfabetização, como limite de linhas, fonte e tamanhos considerados ideais, assim como nos recusamos a tornar as pessoas que produziram este texto, invisíveis, neutras e imparciais (LONGANO, 2020a).

Mas, antes que você continue a ler este texto e nos tornemos apenas mais um punhado de linhas lidas, mais algumas páginas viradas, queremos que você pare seu ritmo de leitura. Dê uma pausa, respire e nos responda:

se você pudesse ser você, quem você seria?

Essa pergunta, retirada do texto da escritora brasileira nascida na Ucrânia, Clarice Lispector (1999), nos inspirou e ecoou em nossas performances. Nós somos cinco mulheres brasileiras, artistas, pesquisadoras e professoras. Cinco mulheres com diferentes idades e formações acadêmicas e artísticas, criadoras da performance *Tra-Vestidas* e deste texto. Ao ler este texto, ao assistir nossa performance, você vê/lê/ouve a Anna Carolina, a Kátia, a Marília, a outra Marília e a Renata. Muitos corpos e muitas vozes que se reuniram ao ouvirem outros corpos e outras vozes emitindo um mesmo som:

#eu também

#moi aussi

#yo también

#me too

Em 2016, essas hashtags invadiram as redes sociais. Mulheres estavam sendo – e continuam, enquanto você nos lê – estupradas e ofendidas pelo mundo. Ainda há normalização de atos de violências contra mulheres, herança de uma cultura patriarcal iniciada há séculos. Só porque são/somos mulheres. E, ainda, somos culpabilizadas pelas agressões que sofremos, seja “porque usamos a roupa errada” ou “porque bebemos muito”.

As *Silence Breakers*, como foram nomeadas Ashley Judd, Susan Fowler, Adama Iwu, Taylor Swift e Isabel Pascual, as mulheres que irromperam o movimento, foram eleitas pela revista estadunidense TIME como “personalidade” do ano de 2017 (FELSENTHAL, 2017). Desde então o movimento continua organizado: na página inicial do site *Me too Movement*, algumas palavras chamam nossa atenção: você não está só, nós vemos e ouvimos você, nós estamos aqui também.

Tratando-se do corpo da mulher, ainda que não sejamos nós a sofrermos diretamente a violência, somos violentadas como coletivo. A cultura ocidental vem, desde seu berço, exercendo controle sobre os corpos das mulheres (BEARD, 2018). Historicamente, cientificamente, academicamente e artisticamente. O controle epistemoló-

gico, epidemiológico, reprodutivo, materno sempre se dá pelo/no corpo. Encontramos na escrita de Silvia Federici (2004, p. 310) que “[...] os corpos das mulheres, seu trabalho, seus poderes sexuais e reprodutivos foram colocados sob o controle do Estado e transformados em recursos econômicos”.

Como pesquisadoras acadêmicas, vivemos muitas vezes o menosprezo pelos nossos estudos, nossas produções e nosso conhecimento. Como define a artista e pesquisadora portuguesa Grada Kilomba (2016) em sua performance-palestra *Descolonizando o Conhecimento*, o próprio conceito de conhecimento é explicitado pela reprodução de relações de poder tanto raciais quanto de gênero, e é definidor de verdade e daquilo em que se pode acreditar.

Uma sociedade racista, colonial e patriarcal produzirá epistemologias com essas mesmas características que, por sua vez, refletirão e induzirão a permanência dos seus interesses políticos. Epistemologias nas quais não nos vemos refletidas, mas excluídas, oprimidas, dominadas.

A busca por conhecer e produzir novas epistemologias passa a ser nossa tarefa como consequência de quem somos e da necessidade de podermos continuar sendo quem somos. E isso significa que muitas vezes fomos e somos violentadas ao apresentarmos nossas pesquisas, por meio de comentários que nos silenciam, de definições dos nossos estudos como desviantes, opinativos, experimentais e não científicos.

Ao escrevermos que refletimos sobre novas epistemologias sobre a performance corporal, estamos afirmando que o tema que nos moveu partiu de referências não acadêmicas. As autoras e as interpretações nas quais embasamos nossos estudos são contra hegemônicas e tanto a produção quanto a comunicação de nossos conhecimentos são pensadas ao mesmo tempo que questionamos e interpelamos nossas maneiras de agir e pensar. E isso aponta que, assim como outras centenas de milhares de mulheres pelo mundo, não aceitamos mais ficar caladas.

Foi assim que, em fevereiro de 2017, a *#eutambém* (*#metoo*) saiu das redes e foi para Academia, saiu do coletivo para o individual, para tornar-se novamente coletivo. Foi em 2017 que teve início a performance *Tra-Vestidas*.

Durante o período do carnaval brasileiro, influenciada por esse movimento ao redor do mundo, Kátia dos Anjos disse à Marília Velardi que estava pensando em uma apresentação em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, dia 8 de março. O ponto de partida foi o videoclipe da música *Mulher do Fim do Mundo* da artista brasileira Elza Soares, lançado em 2015.

Em sua primeira apresentação na Rádio Tupi, no programa *Calouros em desfile*, apresentado por Ary Barroso, Elza Soares foi ridicularizada pelo apresentador por conta de sua aparência e pela roupa ajustada por inúmeros alfinetes. Ao ser perguntada “De que planeta você veio, minha filha?”, Elza respondeu: “Do mesmo planeta que o senhor, Seu Ary: do planeta fome” (FERREIRA, 2019).

Elza Soares, nascida no Rio de Janeiro, em 23 de junho de 1937 e falecida em janeiro de 2022, é uma figura icônica e muito importante da música brasileira. Negra e pobre, trabalhou desde criança, casou-se aos doze anos, viu morrer seus dois primeiros filhos. Aos dezoito anos, Elza já estava viúva e trabalhava como empregada do-

méstica. Ao se casar com o popular jogador de futebol Mané Garrincha, Elza foi novamente julgada por ser a segunda esposa de um homem recém-separado, num país tradicionalmente católico, em um período de governo autoritário, sob o regime militar instaurado pelo golpe de 1964. Do relacionamento com Mané Garrincha, vieram a público histórias de violência, sofrimento, ciúmes e a perda do terceiro filho nascido do relacionamento. Garrincha faleceu em um acidente automobilístico. Elza está viva, até hoje, resistindo, revolucionando. E cantando.²⁸

Na introdução da música *Mulher do Fim do Mundo*, o som surge de um quarteto de cordas em uma sequência repetida de acordes, com harmonias suspensas. Os corpos que surgem são de mulheres negras de olhos fechados. Esse clima tenso e reflexivo é rompido pela entrada da percussão e do violão com ritmos de samba. E do trânsito entre o erudito e o popular rompe um binarismo.

Em seguida ouvimos a voz de Elza Soares, que inicia logo após as notas agudas e dissonantes dos violinos. Violinos, violão, percussão, guitarra, sintetizador e cavaquinho. A melodia é baseada na palavra, com poucas oscilações de intervalos, em uma sequência rítmica repetida. Palavra e voz, som da voz. Ou melhor, som do corpo, já que é nele que se torna viva a voz.

O primeiro momento culminante da música vem junto com as palavras “*deixo a minha dor*”. É a partir do momento em que Elza canta que a dor sai de seu corpo, a sua raça, opinião e vida afloram, e ela se torna a mulher do fim do mundo, a mulher que vai cantar até o fim.

Caminhamos então até o final com a frase “*Me deixem cantar até o fim*”, repetida muitas vezes por distorções vocais e notas “rasgadas” que marcam as interpretações de Elza Soares. Enquanto na música é feita a afirmação de que a mulher do fim do mundo vai cantar até o fim, as frases finais marcam um pedido persistente para que deixem a mulher f a l a r até o fim. E tudo acaba de repente. Como o carnaval. Como a vida de milhares de mulheres. Um samba em tom menor.

A história de Elza e a música performada por ela trazem narrativas muito frequentes em um país como o Brasil e não podemos esquecer que falamos do coletivo, mas também do individual. E as particularidades não podem ser esquecidas ou silenciadas.

Esse é um ponto importante, ressaltado por alguns feminismos, como o feminismo anarquista, latino-americano e negro: as mulheres em todo o mundo possuem particularidades que não podem mais ser esquecidas.

No se trata, entonces, de construir unidad e las mujeres en torno a la idea de “la mujer” porque eso es conservador, absurdo y simple, sino de dismantelar esa visión que es finalmente una visión que encorseta a las mujeres bajo el paraguas de las definiciones y lugares que el patriarcado nos ha asignado (GALINDO, 2013, p. 52).

28 Quando escrevemos pela primeira vez, Elza estava entre nós. Decidimos manter o trecho em que dizemos que está viva porque, quem de nós discordará da sua presença?

A pesquisadora brasileira Jurema Werneck (2005) apontou que as teorias feministas postuladas a partir da perspectiva das mulheres brancas burguesas europeias, em meados da década de 1970, carregam a perspectiva colonial que ignora mulheres não europeias. A professora e feminista argentina María Lugones (2020) é enfática ao dizer o quão danoso foram os feminismos que ignoraram a intersecção.

Muitas mulheres vêm agindo para que o feminismo seja cada vez mais plural e que novas epistemologias feministas sejam criadas a partir de outros saberes, outras crenças, outras origens. É nesse sentido que o termo *Amefricanidade*, cunhado por Lélia Gonzalez (CARDOSO, 2014), faz referência à diáspora negra e às populações originárias das Américas. Com o termo podemos trazer as histórias de lutas e resistências das populações, dizimadas e escravizadas, para o centro. Claudia Pons Cardoso (2014, p. 969-970) propõe que *Amefricanidade* seja uma epistemologia privilegiada, considerado por pesquisadoras como Sonia Alvarez e Kia Lilly Caldwell como capaz de ampliar a visibilidade dos feminismos afrodescendentes na América Latina, um “pensar de dentro” dessas histórias descoloniais de luta e que busca “uma abordagem interconectada do racismo, colonialismo, imperialismo e os seus efeitos”.

A *Amefricanidade* está na narrativa de vida de Elza Soares, na música “*Mulher do fim do mundo*” e no corpo de Kátia dos Anjos: uma marca indelével e evidente nas histórias e narrativas de mulheres negras e latinas, principalmente no Brasil, um dos países que mais tardiamente aboliu a escravidão e que, ainda hoje, perpetua o escravagismo.

Elza se manifesta em seu corpo, no som da sua voz. As mulheres do mundo se manifestavam, naquele momento, através de seus corpos, escrevendo, postando e compartilhando histórias nas redes sociais. E Kátia, naquele momento, queria se manifestar e dialogar com outras mulheres por meio de seu corpo, realizando uma performance corporal.

Partindo da ideia de *Escrevivência*, Kátia queria realizar a sua *Dança vivência*, queria narrar sua história e de tantas outras, partindo de suas experiências, dos acontecimentos e da invenção. *Escrevivência* é o conceito utilizado pela escritora negra brasileira Conceição Evaristo cuja apresentação ela fez pela primeira vez em 1995, durante um seminário que discutia questões sobre as mulheres negras. Ao buscar rever a história da submissão das pessoas escravizadas aos seus donos, a escrita produzida pelas mulheres negras percorre cenários da escravidão e daqueles que nos levam a comunidades formadas por descendentes de pessoas escravizadas, buscando resgatar a tradição africana de contar e cantar. Nas palavras de Conceição Evaristo (2017), entre o acontecimento e a narração dos fatos, há um espaço profundo no qual a invenção explode.

A música de Elza mobiliza Kátia, o desejo de Kátia mobiliza o coletivo, já movido anteriormente pelo movimento *#eutambém* e por nossas próprias experiências. Ampliamos a proposta de Kátia e nos organizamos. E assim as mulheres do grupo de estudos e pesquisa Estudos em Corpo e Arte (ECOAR) – Anna Carolina Longano, Kátia dos Anjos, Marília Silveira, Renata Matsuo e Marília Velardi – criaram a performance *Tra-Vestidas*.

Vindas de diferentes formações artísticas e acadêmicas, nos encontramos no *ECO-AR* para estudar os pontos convergentes de nossas pesquisas: corpo, arte e métodos de investigação artísticos, que impõem uma noção de radicalidade em pesquisa qualitativa.

O que havia de comum entre nós, Elza, as mulheres do *#eutambém*? O corpo. O que tínhamos em comum como mulheres do *ECOAR*? A Arte. O que poderíamos fazer na Academia? Pesquisar. Poderíamos ter realizado uma pesquisa teórica, na qual partiríamos para uma extensa pesquisa documental ou de campo, realizando a escrita de um artigo, ignorando ou suspendendo nossas experiências pessoais e nos tornando autoras neutras – ou, ainda, invisíveis.

Precisávamos de algo que fosse coerente com nossos corpos, nossa história e nossa forma de agir e pensar. Nos propusemos, então, por intermédio de uma performance corporal, realizar uma pesquisa também acadêmica. Partiríamos da prática e da performance artística para depois nos encontrarmos com o referencial teórico que nos permitiria contextualizar o que fora criado.

Uma pergunta nos orientou: quantas vezes trocamos de roupa e de personalidade no dia a dia só por sermos mulheres vivendo em uma sociedade patriarcal, machista, elitista e racista? Quantas vezes não nos deixam cantar até o fim? Dançar até o fim? Atuar até o fim? É nossa escolha?

Tra-Vestidas, dirigida por Marília Velardi, inicia com Kátia, interpretando uma mulher comum, num momento em que veste roupas confortáveis, troca de roupa durante a música de Elza Soares, passando a usar salto alto, e um vestido curto e brilhante. Enquanto Elza pede que a deixem cantar até o fim, Kátia samba, maquia-se diante da plateia, rainha da performance e de si.

Marília Silveira vai na direção oposta: troca suas roupas sensuais de dançarina do ventre pelas roupas do dia a dia. Nessa performance Marília usa a base rítmica de um funk, ritmo muito popular e, ainda assim, marginalizado por muitas pessoas no Brasil. A música é interpretada por Valeska, que, como mulher branca, não foi vítima de violência racial como Elza, mas foi e é vítima de preconceitos devido ao estilo musical que interpreta, considerada obsceno e vulgar, e a sua origem pobre.

Outra parte da performance é interpretada por Renata Matsuo, que se inspirou nos pensamentos de Martha Graham sobre a coreografia *Lamentation*, criada em 1930 com música de Zoltán Kodály. O corpo que dança envolto por uma segunda pele não é humano, mas é a própria dor. Renata extrapola a questão da roupa, presente nas performances de Marília e Kátia, trazendo para nossa pele, para o órgão que veste todo nosso corpo, essa opressão, com o questionamento previamente proposto por Martha: como uma pessoa se sente presa sob a própria pele? Renata constrói a sua performance sobre a música *Sabiá*, composta por Tom Jobim, e interpretada pela cantora portuguesa Carminho. A música fala de uma pessoa que sai de seu lugar de origem e mesmo sabendo que aquilo que existia não está mais lá, sonha em rever o seu passado.

A performance é finalizada por Anna Carolina Longano, que usando roupas comuns, cotidianas, interpreta o texto/poema *Se Eu Fosse Eu*, de Clarice Lispector (1999).

Tra-Vestidas foi pensada para ser apresentada às mulheres com quem convivemos diariamente na universidade (estudantes, professoras e trabalhadoras), nos locais por onde passavam essas pessoas: nos corredores, no saguão em frente à biblioteca, no anfiteatro durante um evento acadêmico. Como nos traz a performer e pesquisadora mexicana Ileana Diéguez Caballero (2016), queríamos habitar diferentes espaços para nos expormos a contaminações, sermos afetadas e, ao mesmo tempo, afetar.

Após a apresentação da performance, nosso objetivo foi atentar para as reações das pessoas, pedindo para que compartilhassem suas opiniões e memórias, para ouvirmos de forma reflexiva como aquelas mulheres da nossa comunidade percebiam a experiência. Um dos trechos da performance foi citado várias vezes pelas diferentes mulheres que assistiram à apresentação: era o trecho performado por Anna, que trazendo para seu corpo as palavras de Clarice Lispector (1999), indagava olhando o público nos olhos:

Pense, se você fosse você, como seria e o que faria?

A performance *Tra-Vestidas* mostrou-se viva assim como são as artistas e a sociedade. A ordem das performances já sofreu alterações, assim como a exclusão de algum trecho, pois a artista que iria apresentá-la precisava lidar com compromissos familiares ou de trabalho. E foi assim que, em 2018, a performance mudou novamente.

Mudou porque o mundo continuava igual para as mulheres.

Em março de 2018, um ano após a estreia de *Tra-Vestidas*, Marielle Franco, vereadora do Rio de Janeiro, foi assassinada. Nascida na favela da Maré, Marielle, negra, bissexual, feminista e ativista dos direitos humanos, foi uma forte crítica da violência policial endêmica em comunidades carentes do Rio de Janeiro e da recente intervenção de segurança das Forças Armadas brasileiras. Para seus seguidores, ela também era uma nova esperança no tradicional ambiente político brasileiro, rico, branco e liderado por homens. O que ela representou foi motivo suficiente para ser morta. E até hoje nos atormenta a pergunta: quem mandou matar Marielle Franco? E por quê? (BRUM, 2022)

2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022. O tempo passa e as mulheres continuam sendo violentadas. De maneira ainda mais extrema, como acabava de acontecer com Marielle. De maneira ainda mais extrema, como aconteceria alguns dias depois de nossa apresentação com Nelly, uma aluna da Universidade que foi assassinada pelo seu vizinho. Entre a violência com Marielle e a violência com Nelly, decidimos acrescentar outra parte da performance. Mas agora o som que nos movia não era mais de uma música ou de um poema, mas sim uma entrevista.

Em 1980, Elis Regina, uma cantora brasileira considerada agressiva por se posicionar como muitos homens estão acostumados a fazê-lo, dizia na entrevista que tinha presenciado, no dia anterior, uma mulher sob a faca de um homem. Ouvimos a sua voz e percebemos que nada havia mudado. Marília Velardi, então, entrou em cena com fones de ouvido, apresentando o discurso de Elis utilizando teatro *Verbatim*, uma forma de teatro que consiste em reproduzir depoimentos reais em cena, cujo discurso, na maioria das vezes gravado, é reproduzido fielmente pela pessoa artista. Marília retira os fones, a voz de Elis Regina passa a ser ouvida pela audiência e o ritmo da fala é acompanhado por uma sequência de movimentos corporais repetidos até a exaustão.

A nova versão da performance continuou sendo apresentada na Universidade e continuamos atentas às diferentes respostas dos públicos: olhares que renegaram e censuraram, julgamentos, expressões de afeto. Mas entre as mulheres que nos abordavam ao final da performance, a reflexão que traziam era ainda a mesma que ouvimos desde a primeira vez que apresentamos a performance: e se você fosse você?

Contando à nossa amiga Isabel Nogueira sobre *Tra-Vestidas* e as repercussões após cada apresentação, ela propôs que perguntássemos às mulheres do grupo “quem vocês seriam se fossem vocês?”. Isabel nos pediu que gravássemos nossas vozes em áudios e enviássemos para ela.

Na época, Isabel Nogueira, artista e pesquisadora brasileira da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e a pesquisadora da Universidade de Cardiff e artista irlandesa Linda O’Keefe trabalhavam em um projeto artístico sonoro, no qual incorporaram nossos corpos através de nossas vozes, além de incluírem suas próprias declarações sobre quem elas seriam se fossem elas. Para Isabel e Linda, compositoras, instrumentistas e intérpretes ligadas à música experimental eletroacústica e arte sonora-*sound art*, os sons daqueles diferentes corpos foram a matéria-prima da composição (NOGUEIRA; O’KEEFFE, 2018).

Em 2018, *Tra-Vestidas* se dilatou e uma nova obra começava a ser construída, nascia *Se eu fosse eu/If I were me*. E assim, mais uma vez, os corpos começam a dançar entre individual e coletivo, coletivo e individual. E, novamente, nossa investigação acadêmica partiria da Arte.

Nossa proposta foi trabalhar em paralelo: Anna Carolina, Kátia, Marília, Marília e Renata iniciaram a pesquisa da performance corporal a partir dos depoimentos que foram enviados à Isabel e Linda. Ao mesmo tempo, Isabel e Linda partiam dos depoimentos para realizarem a composição sonora.

Pensando em nossa performance corporal, essa nova produção artística e acadêmica já teria uma mudança significativa em relação a *Tra-Vestidas*, pois não partiríamos mais de músicas, entrevistas e poemas já existentes para criarmos, mas partiríamos de nosso próprio corpo, dos sons, sentidos, experiências e subjetividades presentes em cada depoimento.

Foram cerca de oito semanas de encontros e diálogos sobre como esses nossos testemunhos surgiram da reflexão individual e compreendemos que os depoimentos

que fizemos não eram compostos por nossas falas, mas por aquelas que já haviam sido produzidas e que escutamos durante as apresentações de *Tra-Vestidas*, nos conectaram com outras mulheres, assim como a pergunta feita por Clarice Lispector.

Diferente do início de *Tra-Vestidas*, no qual milhares de mulheres se reuniam em torno de denúncias de abuso, dávamos agora um passo além. Nesse processo, realizamos uma mudança de foco, como nos alerta a feminista anarquista boliviana María Galindo (2013), no qual paramos de falar de nossos abusadores para olharmos para nós mesmas. Definitivamente, nos colocamos no centro da narrativa.

Continuamos valorizando os diferentes saberes de cada criadora corporal. Anna Carolina, que é escritora, escreveu uma dramaturgia em primeira pessoa, articulando os diversos depoimentos como se fossem de uma única mulher. Assim como em *Tra-Vestidas*, na obra *Se eu fosse eu*, a dramaturgia é interpretada visando o público, incentivando as pessoas a se envolverem, a encará-la.

Incorporamos o sapato de salto já utilizado por Kátia em *Tra-Vestidas*. Marília Silveira não partiria mais de seus conhecimentos em dança do ventre, mas sim de seus conhecimentos circenses. Renata construiria uma performance a partir de movimentos corporais que trazem a sensação de liberdade, e não mais de aprisionamento. E Marília Velardi já estaria em cena desde o começo da criação da performance. Elementos como malas, roupas que são vestidas e despidas, saltos altos, sapatos apertados, desequilíbrios, apoios e suspensões, gestos repetitivos, expressões de apoio e afeto entre nós foram o tom do nosso movimento cênico coreográfico.



Figuras 7.1-7.4 – Cenas da Performance *Se eu fosse eu / If I were me*.

Fonte: (arquivo pessoal).

Após criada a performance corporal, nos encontramos com a música de Isabel e Linda, e fomos positivamente surpreendidas ao percebermos que nossos corpos estavam presentes naquele som, mas também tinham se tornado outros corpos. *Se eu fosse eu* passava a agregar o título em inglês: *If I were me*. As compositoras recortaram os discursos, modificaram a velocidade das palavras e acrescentaram seus depoimentos. O individual tinha se transformado em coletivo. O processo não era usual, pois música e cena não foram compostas em diálogo, mas as interpretações se encontra-

vam. E nesse ponto percebemos a estreita ligação entre a performance corporal e a performance musical. A interpretação corporal, cênica e dramatúrgica das falas estabeleceu uma ligação impressionante com a arte sonora criada e executada por Isabel Nogueira e Linda O'Keefe, como narrativas produzidas em lugares distintos, por mulheres diferentes e desconhecidas, mas que encontram ecos em conteúdos, temas e sentimentos noutras narrativas e vidas

E o que esse processo de unir performances corporais e sonoras criadas em diferentes lugares, por diferentes mulheres, originando uma produção coesa quer dizer? Muitas coisas. Mas, no nosso caso, pensamos em quem somos e nas marcas do patriarcado sobre nós. Nós sete, Anna Carolina, Isabel, Linda, Kátia, Marília, Marília e Renata temos algumas coisas em comum: somos mulheres, artistas e acadêmicas. Somos quase todas latino-americanas, mas no percurso soubemos que apenas uma de nós é ocidental. Também temos milhares de coisas que nos distinguem e mesmo assim, com diferença de idades, de conhecimentos, com um oceano de distância, com diferentes latitudes e longitudes, nossos discursos afetavam e moviam umas às outras. São marcas de dominação patriarcal sobre o corpo das mulheres que desconhecem barreiras geográficas, sociais, econômicas e políticas.

Nos unimos ao reportar essas marcas, pensando em quem seríamos e como seríamos. Declaramos o que nos impede de sermos o que poderíamos ser, e diante daquilo o que nos coloca na condição de querermos ser o impossível, aquilo que só existe num mundo fantástico. Elaboramos interpretações sonoras e corporais na mesma direção, embora profundamente diferentes em termos de forma e estética. Corpo, texto, cena, som e música ligados por sentidos e interpretação e não por métricas. Pelo coletivo e pelo individual.

Em nossa performance corporal estão os medos das mães latino-americanas periféricas pela vida das filhas e filhos. Estão os momentos em que nos calamos nas reuniões acadêmicas, quando não assumimos cargos de liderança, enquanto agimos de forma contundente para rebater microviolências acumuladas. Estão os momentos em que mulheres em cargos políticos são ridicularizadas, humilhadas ou simplesmente afastadas e até mortas.

Como sugere Elizabeth St. Pierre, a investigação pode começar por um estranhamento sobre aquilo que nos é cotidiano, familiar, e não precisa ser iniciada por uma pergunta, a fórmula habitualmente consagrada. O que investigamos pode ser iniciado por um chamado para um mergulho naquilo que, mesmo sendo familiar, nos oculta algo que poderá ser visto, caso seja expressado. E isso nos pede que confiemos na construção criativa, coletiva e dinâmica de um método de investigação (ST. PIERRE, 2017).

Produzimos conhecimento pensando como artistas: olhando para o ordinário e compreendendo *poiesis*, transconfigurando a lógica cotidiana, investigando o que as palavras não podem alcançar, ampliando os sentidos naquilo que não é dito. Não analisamos as opressões cotidianas que vivemos, mas expusemos o que ouvimos, como nos sentimos e como nosso corpo se move ao ser violentado e ao construir a mudança.

Nuestras prácticas de investigación serán performativas, pedagógicas y políticas. A través de nuestra escritura y nuestra charla, promulgamos el mundo que estudiamos. Estas actuaciones son desordenadas y pedagógicas. Ellas enseñan a nuestros lectores acerca de este mundo y cómo nos ven. Lo pedagógico es siempre moral y político; promulgando una forma de ver y de ser, cuestiona, concursa, o hace suyas las formas hegemónicas oficiales de ver y representar el outro (DENZIN, 2016, p. 212).

E quais epistemologias, métodos, conhecimentos e ações permitem comunicar como nos sentimos? Não basta analisar a sociedade e as narrativas: há temas para os quais precisamos aprender, com as pessoas artistas, como escolher peças do cotidiano e amalgamar significados para que as pessoas que nos leem, nos escutam, ou nos assistem, possam sentir, perceber, se emocionar e, quem sabe, refletir.

Essa é a premissa das investigações baseadas nas Artes e suas múltiplas possibilidades, como nos anunciam Norman Denzin (2016), e nos inspiram Grada Kilomba (2016), Ileana Dieguez (2016), dentre tantas outras pesquisadoras.

A performance *Tra-Vestidas* foi o estopim para um novo processo, uma nova criação artística, outra pesquisa acadêmica. *Se eu fosse eu/If I were me* pode ser o estopim de muitas outras coisas. De nosso lado, estamos lidando até hoje com as consequências e reflexões dessa produção artística e acadêmica. Do seu lado, fica o convite para assistir à performance *Se eu fosse eu/If I were me* e responder: se você fosse você, como seria e o que faria?



Figura 7.5 – QR code para acessar o vídeo da performance *Se eu fosse eu/If I were me*.

Nota das autoras:

Nas palavras de Djamilia Ribeiro (2022) seguem também nossa reverência e gratidão:

Elza foi gigante. A maior do milênio. Incomparável. Eterna.

Elza Soares foi uma mãe para as mulheres negras. Cantou as nossas potências, o nosso amor, dores e medos. A nossa fúria, tristeza, indignação. Do “planeta Fome”, ela se espalhou pelo mundo, rasgando como água indomável as cantigas existenciais das mulheres negras brasileiras. Junto a ela, fomos. [...]

Nós festejaremos seu legado imenso, mas o Brasil racista não vai se eximir do que fez com ela. Sim, apontaremos os dedos. [...]

Ela me convidou para escrever a resenha de seu álbum “Mulher do Fim do Mundo”. Na música título do álbum, Elza rasgava “na avenida, deixei lá / a pele preta e a minha voz / na avenida, deixei lá/ a minha fala, minha opinião”. E, no refrão, já anunciava “eu sou, eu vou até o fim cantar / eu vou cantar até o fim”. Parafraseando Elza, o nosso país é nosso lugar de fala.

REFERÊNCIAS

- ALVAREZ, Sonia E.; CALDWELL Kia Lilly. Promoting feminist Amefricanidade: bridging black feminist cultures and politics in the Americas. *Meridians*, 14, 1: 5-11, 2016.
- BEARD, Mary. *Mulheres e poder: um manifesto*. Editora Planeta do Brasil, 2018.
- BODA, Diane; VELARDI, Marília. De pés descalços na estrada: Educação, Arte e utopia. IN: ALMEIDA, Marco Bettine; LINS, Aline. *Mudança Social e Participação Política: Arte, Protesto e Cidadania*. 1. ed. São Paulo: Edições do Programa Pós-graduação em Mudança Social e Participação Política (Documento – e-book, 2020), v. 1, p. 133-143.
- BORZILO, Nathália Bonilha; LONGANO, Anna Carolina; MATSUO, Renata Frazão; PADOVANI, Marina Corazza; VELARDI, Marília. Por uma Investigação Baseada nas Artes. IN: ALMEIDA, Marco Bettine; LINS, Aline. *Mudança Social e Participação Política: Arte, Protesto e Cidadania*. 1. ed. São Paulo: Edições do Programa Pós-graduação em Mudança Social e Participação Política (Documento – e-book, 2020), v. 1, p. 133-143.
- BRUM, Eliane 1.590 dias. Quem mandou matar Marielle? E por quê? Twitter – 6:36 AM, 21 de julho de 2022. Disponível em: <https://twitter.com/brumeliane-brum/status/1550052055070507008>. Acessado em: 01 ago. 2022.

- CARDOSO, Cláudia Pons. Amefricanizando o Feminismo: O Pensamento da Lélia Gonzalez. *Revista Estudos Feministas*, 2014, 22, 3: 965-986.
- DENZIN, Norman K. Autoetnografia analítica o nuevo déjà vu. *Astrolabio*, [S.l.], n. 11, dic. 2013. ISSN 1668-7515. Disponível em: <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/astrolabio/article/view/6310/7398>. Acessado em: 08 set. 2022).
- DENZIN, Norman. 2016. Re-leyendo performance, praxis y política. *Investigación Cualitativa*, 1(1), 57-78.
- DIÉGUEZ, Ileana. *Cuerpos sin duelo: iconografías y teatralidades del dolor*. México: Universidad Autónoma de Nuevo León, 2016.
- EVARISTO, Conceição. *Becos da memória*. Rio de Janeiro. Pallas, 2017.
- FEDERICI, Silvia. *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação Primitiva* (Trad. do Coletivo Sycorax). São Paulo: Ed. Elefante, 2004.
- FELSENTHAL, Edward. The Choice. TIME MAGAZINE, December, 18, 2017. Disponível em: <https://time.com/time-person-of-the-year-2017-silence-breaker-s-choice/>. Acessado em: 20 jul. 2022.
- FERREIRA, Mauro. Elza Soares evoca a primeira vitória profissional, há 66 anos, no título do 34º álbum. Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/musica/blog/mauro-ferreira/post/2019/07/09/elza-soares-evoca-a-primeira-vitoria-profissional-ha-66-anos-no-titulo-do-34o-album.ghtml>. Acessado em: 09 set. 2022.
- GALINDO, Maria. *No se puede descolonizar sin despatriarcalizar*. Teoría y propuesta de la despatriarcalización. Bolívia: Mujeres Creando, 2013.
- GERRARD, Jessica; RUDOLPH, Sophie; SRIPRAKASH. Arathi The politics of pos qualitative inquiry: history and power. *Qualitative Inquiry*, v. 23, issue 5, p. 384-394, 2017.
- KILOMBA, Grada. *Descolonizando O Conhecimento: uma palestra-performance de Grada Kilomba*, 2016.
- LISPECTOR, Clarice *A descoberta do mundo*. (crônicas). Rio de Janeiro: Rocco, 1999.
- LONGANO, Anna Carolina a. As diferentes sensações de um bordado em uma investigação feminista radicalmente qualitativa. *H-ART*. Revista de historia, teoría y crítica de arte, 2020a (6), 130-149.
- LONGANO, Anna Carolina b. *Seu corpo, sua arte: uma jornada artística-pedagógica-corporal*. Dissertação_(Mestrado) Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, 2020b.
- LUGONES, María Colonialidade e gênero. Blog, Pensar o tempo, sobre livros novos Available in: <https://bazardotempo.com.br/colonialidade-e-genero-por-maria-lugones-2/>. Acessado em: 20 jul. 2022.

- MEE TOO MOVEMENT. Disponível em: <https://metoomvmt.org/>. Acessado em: 07 set. 2022.
- NO'UEIRA, Isabel; -O'KEEFFE, Linda - If I Were Me/Se eu fosse eu. 28/Out/2018. Faixas ECOAR-Voces e If I were me Disponível em: <https://estranhasocupacoes.bandcamp.com/album/isabel-nogueira-linda-okeeffe-if-i-were-me-se-eu-fosse-eu>. Acessado em: 09 set. 2022.
- REGINA Elis. *Elis Regina*: viemos fazer o bem no mundo! Available in: <https://www.youtube.com/watch?v=AqQ2mJE7BwY&feature=youtu.be>. 2012. Acessado em: 20 jul. 2022.
- RIBEIRO, Djamilia. Elza Soares foi uma mãe para as mulheres negras, cantou seus amores e dores. Folha de S.Paulo, 20/jan/2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2022/01/elza-soares-foi-uma-mae-para-as-mulheres-negras-cantou-seus-amores-e-dores.shtml>. Acessado em: 10 set. 2022.
- SOARES Elza. “Elza Soares fala sobre “A Mulher” do Fim do Mundo”. Available in: <https://www.youtube.com/watch?v=plHad-Pc0Ss&feature=youtu.be>. 2015. Acessado em: 12 jul. 2022.
- ST.PIERR, Elizabeth A. Post Qualitative Inquiry: the next generation. In: DENZIN, Norman K.; GIARDINA, Michael D. *Qualitative Inquiry in neoliberal times*. New York: Routledge, p. 37-47, 2017.
- VELARDI, Marília. Questionamentos e propostas sobre corpos de emergência: reflexões sobre investigação artística radicalmente qualitativa. *Moringa*, 9(1), 43-54, 2018
- WERNECK, Jurema ; FALQUET, Jules. “Ialodês et féministes. Réflexions sur l'action politique des femmes noires en Amérique latine et aux Caraïbes”. *Nouvelles questions féministes*, 2005, 24(2), 33-49.

PARTE 3

DOSSIÊ – PARADOXOS PANDÊMICOS

CAPÍTULO 8

POLÍTICAS DE SAÚDE NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19: REFLEXÕES SOBRE DINÂMICAS NECROPOLÍTICAS, DESIGUALDADE, RAÇA E TERRITÓRIO²⁹

Cristiane Kerches da Silva Leite; Vinícius Felix da Silva

RESUMO

Este capítulo propõe reflexão sobre processos que incidem na política de saúde brasileira e que operam dinâmicas necropolíticas em territórios e populações vulneráveis. Na pandemia de covid-19 formou-se um paradoxo: a mesma política que institucionalizou a cidadania social no Brasil, o SUS, e estruturou as respostas governamentais na crise sanitária, promoveu dinâmicas necropolíticas em contexto neoliberal de desfinanciamento, descoordenação federativa, acesso à saúde como consumo individualizado e oferta de serviços públicos sem priorização de populações mais vulneráveis. Por meio de metodologia de pesquisa de triangulação de dados (primários quantitativos, secundários – bibliográficos –, e cartográficos) investigou-se indícios que permitem afirmar que a população negra periférica foi o foco deste processo necropolítico, que guarda raízes históricas ainda intocadas na implementação do sistema de saúde.

29 Esse capítulo é uma versão atualizada do trabalho apresentado no 10º Coninter (Leite et al., 2021).

INTRODUÇÃO

Na história da institucionalização de políticas sociais universais no Brasil, dinâmicas conservadoras sempre operaram mobilizando diversos instrumentos e estratégias de ação contra a radicalização da democracia social. No ciclo histórico da redemocratização, nos anos 1980, essas dinâmicas se manifestaram no intenso processo de negociação que marcou a arena da Assembleia Constituinte (ROCHA, 2013), em que as pautas progressistas puderam se apresentar nos debates das subcomissões. No entanto, o resultado do processo foi modulado pela atuação de forças políticas conservadoras (idem, 2013), tanto na arena legislativa, quanto no debate social mais amplo, envolvendo a grande mídia corporativa (historicamente resistente e reacionária frente a avanços na democracia social no Brasil) (FONSECA, 2005).

A pauta da constitucionalização da Seguridade Social (em que a saúde é um capítulo) avançou, sobretudo se comparada aos 80 anos de exclusão anteriores a 1988 (TEIXEIRA, 2009). No entanto, o projeto da Reforma Sanitarista de democratização social radical em um “Estado integral”, na acepção de Gramsci (2013), foi abalado por dilemas entre o “instituinte e o instituído” (idem, 2009). A “hora histórica” de fins dos anos 1980 era de recrudescimento de dinâmicas neoliberais, que atravessam e configuram subjetividades, mapas cognitivos em políticas públicas e alternativas políticas consideradas “factíveis” (LEITE; ANDRADE; FONSECA, 2021). A medicina mercadorizante e a tônica da individualização do risco (TEIXEIRA, 2009) assaltaram as pautas da medicina socializante e a ideia da saúde como “bem público”. Segundo Menicucci (2006), o SUS que se constituiu enquanto política que afeta e age sobre nossos corpos é um sistema híbrido, estruturado por arranjos públicos e privados. Aspectos das dinâmicas endógenas ao sistema, como o acesso à saúde caracterizado como consumo individualizado de assistência médica, desfigurando o caráter preventivo e coletivo da política de saúde (MEIRELLES, 2021), são sintomáticos da hibridização do sistema.

Neste capítulo desenvolve-se reflexão sobre elementos do paradoxo do SUS, que se evidenciou no período da pandemia de covid-19, sobretudo nas ações que incidem diretamente em territórios e populações mais vulneráveis. O mesmo sistema de política de saúde que representou avanços históricos inquestionáveis do ponto de vista epidemiológico, político e social (MENICUCCI, 2009; PAIM, 2018), configurou dinâmicas necropolíticas em populações historicamente alijadas de cidadania, residentes em territórios de alta vulnerabilidade social. As causas desses processos passam por alguns elementos abordados neste capítulo.

Dinâmicas neoliberais que se expressam na histórica hegemonia do pensamento ortodoxo econômico na academia e nas instâncias decisórias governamentais legitimam instrumentos de corte de gastos sociais e vetam instrumentos de justiça social, como a tributação progressiva. Não se trata de um processo novo, mas que recrudescceu desde o Golpe Parlamentar de 2016, que abriu janela de oportunidade para a aprovação da Emenda Constitucional do Teto dos Gastos (MARIANO, 2017), selando o desfinanciamento do SUS (FERNANDES; PEREIRA, 2020).

O processo político das relações subnacionais na pandemia de covid-19, catalisado pelo governo que ascendeu ao poder como resultado das eleições de 2018, interrompeu a tradição brasileira de protagonismo da União na coordenação das políticas sociais no país. Estabeleceu-se o que recente literatura denomina como descoordenação federativa (ABRUCIO et al., 2021; LIMA et al., 2020) e a consequente variabilidade de respostas municipais e estaduais à pandemia, celeiro para a escolha de critérios de priorização de vacinação que reforçam desigualdades (critérios etários e desempenho vacinal deficitário em regiões vulneráveis e periféricas).

O advento da pandemia de covid-19 em 2020 aprofundou, explicitou e evidenciou a complexa crise de ordem política, econômica, social e sanitária, envolvendo desafios de coordenação federativa do SUS anteriores à crise da pandemia. Lima et al. (2020) delineiam um quadro de características institucionais e desigualdades socioterritoriais que reforçam a complexidade e a assimetria do processo decisório, em que há “[...] forte dependência política e financeira de estados e municípios em relação ao Governo Federal” (idem, p. 2). Formou-se um contexto governamental no Brasil particularmente inóspito à coordenação de respostas governamentais articuladas, justamente em meio à crise da pandemia, momento em que ações coordenadas e aumento do gasto social são estratégicos.

Neste capítulo, por meio de uma metodologia de pesquisa de triangulação de dados (primários quantitativos, secundários e cartográficos), objetiva-se discutir aspectos das raízes necropolíticas que atravessam as políticas sociais universais de saúde, e que reproduz, em contexto de pandemia, dinâmicas excludentes e reforçadoras de desigualdades nos territórios. De forma específica, objetiva-se explorar alguns elementos que caracterizam dinâmicas de territórios locais no quadro de descoordenação federativa, que incide de forma heterogênea e assimétrica em diferentes grupos populacionais, inseridos em territórios e contextos socioeconômicos distintos. Complementando a análise bibliográfica, realizou-se análise exploratória de dados quantitativos (indicadores sociais compostos e simples) da região da Grande SP e representações cartográficas (também com base em indicadores) referentes ao município de São Paulo.

A análise bibliográfica envolveu a discussão dos paradoxos democráticos do SUS (MEIRELLES, 2021) e sobre relações federativas e produção de respostas de políticas sociais à pandemia. Trabalhos recentes (ABRUCIO, 2021; LIMA et al., 2020, LUI et al., 2021; SANTOS et al., 2020; SCHAEFFER et al., 2020) permitem argumentar que, no quadro de intenso conflito político que se instaurou desde as primeiras semanas da pandemia covid-19 em contexto nacional, predomina grande variabilidade, heterogeneidade e assimetria de respostas governamentais entre os estados e os municípios. A ausência do governo federal, em contexto federativo que historicamente contou com o protagonismo deste ente, tem afetado as capacidades estatais dos municípios e produzido reiteração da desigualdade de acesso aos serviços de saúde no âmbito local do SUS. A análise de relatórios sobre a atuação do governo federal na pandemia, produzidos no Centro de Pesquisas de Direito Sanitário (Cepedisa), da FSP/USP, e pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco); dados cartográficos produzidos no LabCidade da FAU/USP e na Rede Nossa São Paulo (Mapa da Desigualdade,

2021) e estudos da Rede de Políticas Públicas e Sociedade (P²S), permitem delinear um conjunto de elementos que sustentam a hipótese de que o SUS, ao mesmo tempo que se configura como uma estrutura fundamental de oferta de serviços de saúde, nos marcos da Constituição Federal de 1988, reproduz historicamente na sua implementação, dinâmicas que reforçam históricas desigualdades sociais.

As próximas seções tratam do contexto político pandêmico que marcou a gestão do SUS e a análise exploratória dos dados, com duas subseções: sobre as desigualdades territoriais no estado de São Paulo e sobre os impactos na população negra. Por fim, são apresentadas as considerações finais.

O SUS E A PANDEMIA DE COVID-19 EM CONTEXTO POLÍTICO INÓSPITO

Desde os primórdios do SUS nos anos 1970 e 1980, a formulação do direito à saúde esteve articulada à universalização do acesso aos serviços de saúde, tendo em vista a enorme exclusão dos setores populares ao sistema que, à época, somente incorporava os trabalhadores previdenciários (GERSCHMAN; SANTOS, 2006). Em termos de sua engenharia político-institucional, o SUS caracteriza-se como um dos maiores e mais complexos sistemas nacionais e públicos de saúde do mundo, sendo hierarquizado em termos de complexidade tecnológica e assistencial, concretizando-se nos diferentes níveis de atenção (Atenção Básica, Urgência e Emergência, Atenção Especializada, Atenção Hospitalar etc.) ao lado de ações de proteção à saúde, com as vigilâncias epidemiológica, sanitária e ambiental, e com a saúde do trabalhador, e da assistência farmacêutica (idem 2006).

O Programa Nacional de Imunizações (PNI), por exemplo, é o maior do mundo, induzindo a autossuficiência de imunobiológicos no país, e a Atenção Básica, também conhecida como Atenção Primária à Saúde, vincula cerca de 60% da população brasileira às Equipes de Saúde da Família (GIOVANELLA, 2021), tido como o modelo assistencial de maior excelência nesse nível de atenção, por estar diretamente relacionado a uma maior execução de ações de promoção e prevenção em saúde e à ampliação do acesso ao atendimento ambulatorial, traduzindo em uma melhora da eficácia e da efetividade das ações em saúde (MENICUCCI, 2009).

No entanto, o processo de implementação da saúde “instituído” (TEIXEIRA, 2009) foi caracterizado pela permanência de marcas históricas estruturantes do sistema de saúde, como a assistência médica individualizada e eminentemente curativa, e o consumo individualizado de serviços (MEIRELLES, 2021). Essas características na conformação da política de saúde se radicalizaram no combate à pandemia, uma vez que o foco esteve na adoção de medidas de assistência médica às pessoas infectadas pelo vírus e não na prevenção ou no controle de sua transmissão, contribuindo diretamente para a disseminação da doença em território nacional e para o agravamento das desigualdades no que se refere à dinâmica da transmissão do vírus e seus efeitos sobre diferentes localidades e grupos sociais (VENTURA; AITH; REIS, 2021).

A variabilidade, a assimetria e a heterogeneidade de respostas governamentais à pandemia também se somam como elemento explicativo do processo de disseminação do vírus e agravamento das desigualdades. Em grande medida, a descoordenação federativa (ABRUCIO et al., 2020; LIMA et al., 2020) que marcou o quadro das relações governamentais no país sob pandemia de covid-19 está na raiz desse processo, comprometendo a eficácia, a eficiência e a efetividade do plano nacional de vacinação (LUI et al., 2021). As omissões coordenativas do governo federal geraram graves descompassos em realidades municipais com capacidades muito distintas de organização das ações do Plano Nacional de Imunização covid-19 (PNI covid-19).

A partir de 2019, sob a presidência de Jair Bolsonaro, houve convergência de três processos que operaram contra a mobilização das capacidades estatais federativas em resposta à pandemia: 1) omissão do papel do governo federal como ente coordenador das ações federativas, definido constitucionalmente (ABRUCIO et al., 2020); 2) produção de narrativas e discursos governamentais divergentes dos parâmetros científicos epidemiológicos internacionais, considerados legítimos e aceitos internacionalmente, produzidos em inúmeros *think tanks* e organismos internacionais (DUARTE et al., 2021); 3) manutenção da agenda econômica ultraliberal, que tem promovido um histórico processo de desfinanciamento do SUS (FERNANDES; PEREIRA, 2020),³⁰ justamente no momento em que o aumento do gasto público é fundamental para financiar as políticas de emergência, como vem ocorrendo em outros países (RODRIGUEZ DÍAS et al., 2020).

Em suma, de acordo com Assano et al. (2021) e Ventura, Aith e Reis (2021), há desde o início da pandemia uma “estratégia de propagação do vírus conduzida de forma sistemática pelo Governo Federal” (ASSANO et al., 2021, p. 2). Essa estratégia tem afetado a capacidade de funcionamento do SUS enquanto sistema estruturante na produção de respostas governamentais à pandemia.

ANÁLISE EXPLORATÓRIA DOS DADOS

COVID-19 E DESIGUALDADES TERRITORIAIS

O alinhamento entre a disseminação do vírus, as estratégias adotadas pelo governo federal (que redundaram na descoordenação federativa) e o agravamento das desigualdades sociais, raciais e territoriais em contexto pandêmico no Brasil pode ser verificado na discussão de dados quantitativos que apresentamos nesta seção. Os focos de análise se concentram primeiramente na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) e, subsequentemente, no território do município de São Paulo (SP).

Um olhar exploratório dos dados sobre indicadores do processo de implementação do programa de vacinação nos municípios da RMSP é revelador da amplitude das desigualdades e assimetrias da política da saúde. A RMSP é composta por 39 municí-

30 Aqui destaca-se o desfinanciamento histórico, a despeito do pontual aumento do gasto público federal em saúde em 2020, em plena pandemia (PERES; SANTOS; LEITE, 2022).

pios com condições sociais bastante distintas, conforme o Índice Paulista de Responsabilidade Social de 2018 (IPRS).³¹ Trata-se de um indicador sintético que informa sobre condições de desenvolvimento social dos municípios paulistas, a partir das três dimensões que também caracterizam a construção metodológica do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): saúde, renda e educação.

Tabela 8.1 – Classificação dos municípios da RMSP – IPRS/2018

Grupo IPRS	Características	% populacional	Municípios
Desiguais	Níveis de riqueza elevados, mas indicadores sociais insatisfatórios (longevidade e/ou escolaridade baixa)	76,98	Arujá, Barueri, Cajamar, Cotia, Diadema, Embu das Artes, Guarulhos, Itapeçerica da Serra, Itapevi, Jandira, Osasco, Poá, São Lourenço da Serra, São Paulo, Taboão da Serra, Vargem Grande Paulista = 16 municípios
Dinâmicos	Índice elevado de riqueza e bons níveis de indicadores sociais (longevidade e escolaridade média/alta)	13,89	Caieiras, Guararema, Mauá, Mogi das Cruzes, Ribeirão Pires, Santana do Parnaíba, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul = 9 municípios
Em transição	Baixos níveis de riqueza e indicadores intermediários de longevidade e/ou escolaridade (níveis baixos)	4,83	Biritiba-Mirim, Carapicuíba, Ferraz de Vasconcelos, Mairiporã, Pirapora do Bom Jesus, Suzano = 6 municípios
Equitativos	Baixos níveis de riqueza, mas com bons indicadores sociais (longevidade e escolaridade média/alta)	1,04	Embu-Guaçu, Juquitiba, Rio Grande da Serra, Salesópolis, Santa Isabel = 5 municípios
Vulneráveis	Municípios mais desfavorecidos do estado, tanto em riqueza como nos indicadores sociais (longevidade e escolaridade baixa)	3,26	Francisco Morato, Franco da Rocha e Itaquaquecetuba = 3 municípios

Fonte: Leite et al. (2021) apud <http://www.iprs.seade.gov.br/>.

31 Para retrato dos municípios paulistas pela lente do IPRS, ver: http://www.iprs.seade.gov.br/downloads/pdf/iprs_release_site.pdf.

Segundo os dados públicos emitidos pela Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo, até a primeira quinzena de agosto de 2021, houve diferença significativa entre o percentual de doses aplicadas dos imunizantes entre os municípios da RMSP. De um lado, concentram-se os municípios que têm tido um ótimo desempenho na aplicação das vacinas, apresentando melhores condições materiais, institucionais e organizacionais para a implementação e operacionalização da vacinação contra a covid-19, ou seja, melhores capacidades estatais (PIRES; GOMIDE, 2016). Desses, oito ganharam destaque por terem aplicado a totalidade das vacinas recebidas no período de janeiro à primeira quinzena de agosto, correspondendo aos municípios de Cajamar (106,8%), Salesópolis (105,6%), Santo André (105%), Guararema (104,3%), São Paulo (103,6%), São Bernardo do Campo (102,4%), Franco da Rocha (101,1%) e Osasco (100,6%). A grande maioria dos municípios se enquadra nos grupos do IPRS de índice elevado de riqueza (“Desigual” ou “Dinâmico”), com exceção de Salesópolis (“Equitativo”) e Franco da Rocha (“Vulneráveis”).

Esses oito municípios, além de aplicar a totalidade das doses recebidas até a primeira quinzena de agosto de 2021, também estão entre os dez municípios com os maiores percentuais da população vacinada, com ao menos uma dose da vacina, na região metropolitana de São Paulo. Desses, o município que apresenta o maior percentual da população vacinada na RMSP é Santo André, com 85,6% de seus habitantes vacinados com a primeira dose de alguma das vacinas disponíveis, seguido por Guararema (77,7%), São Paulo (76,7%), São Caetano do Sul (76%), Salesópolis (74,8%), Osasco (73%), Cajamar (70,8%), São Bernardo do Campo (70,6%), Santana de Parnaíba (70,2%) e Franco da Rocha (69,8%).

Do outro lado, estão aqueles municípios com os menores percentuais de aplicação das doses dos imunizantes recebidos, no mesmo período. São eles, Vargem Grande Paulista (83%), Itaquaquecetuba (82,9%), Ferraz de Vasconcelos (82,6%), Juquitiba (82,1%), Itapeverica da Serra (80,9%), Embu-Guaçu (77,8%), Itapevi (75,2%) e, com o menor percentual de doses aplicadas de toda a RMSP, Rio Grande da Serra (58,4%). Esses municípios também representam aqueles que, até a primeira quinzena de agosto de 2021, tiveram os menores percentuais da sua população vacinada com, ao menos, a primeira dose de algumas das vacinas disponíveis. Rio Grande da Serra é o município que apresenta a pior cobertura vacinal contra a covid-19 até o período analisado, com apenas 46,1% de sua população vacinada com a primeira dose, seguido por Itapevi (54,1%), Itaquaquecetuba (56,7%), Juquitiba (58,3%), Ferraz de Vasconcelos (58,3%), Itapeverica da Serra (58,4%), Jandira (59,6%), São Lourenço da Serra (60,9%), Mauá (60,9%) e Poá (60,9%). Dentre os municípios com o pior desempenho na vacinação, metade se enquadra na categoria “Desigual” do IPRS, estando os demais em categorias de “baixo nível de riqueza”, com exceção de Mauá (“Dinâmico”).

Entre Cajamar e Rio Grande da Serra, municípios nos extremos opostos na aplicação das doses recebidas dos imunizantes, há uma diferença de 48,5% no que se refere à execução das doses aplicadas na população residente. Entre Santo André e Rio Grande da Serra, municípios opostos no que tange à cobertura vacinal, há uma diferença de 39,5% na população vacinada entre eles. Essas diferenças expressam, ainda que de modo genérico, realidades municipais extremamente desiguais no que tange à

disponibilidade de recursos para a implementação do PNI covid-19 - fenômeno que se encontra relacionado a dinâmicas amplas de perenização da desigualdade na distribuição de recursos públicos e do acesso aos serviços de saúde anteriores à pandemia. No que tange à vacinação contra a covid-19, essa relação encontra maior expressão quando os indicadores de desempenho no processo vacinal são articulados com indicadores socioeconômicos.

Ao comparar esses conjuntos de municípios com o IPRS de 2018, na dimensão riqueza percebe-se que, dos oito municípios com maior percentual de doses aplicadas, seis deles estão entre os quinze municípios com as maiores pontuações pelo IPRS, sendo eles Cajamar, Osasco, São Paulo, São Bernardo do Campo, Santo André e Guararema. O contrário também ocorre; dos oito municípios com os menores percentuais de doses aplicadas, cinco deles estão entre os quinze municípios com as menores pontuações na dimensão riqueza pelo IPRS em 2018, sendo eles Ferraz de Vasconcelos, Jquitiba, Itaquaquecetuba, Embu-Guaçu e Rio Grande da Serra.

Este “cruzamento exploratório” mostrou que a organização das ações que envolvem a vacinação em municípios têm apresentado características bastante díspares, o que reitera desigualdades sociais, dada a falta de coordenação federal na formulação e na condução das estratégias de vacinação contra a covid-19. O maior percentual de doses aplicadas concentram-se nos municípios que apresentam melhores condições materiais, institucionais e organizacionais para a implementação e operacionalização da vacinação contra a covid-19. Ou seja, por hipótese, melhores capacidades estatais. Esse quadro tenciona os processos de articulação federativa, que envolve regionalização de ações para dirimir quadros de capacidades assimétricas de oferta de serviços.

Há também diferenças intermunicipais: em Mauá e Santo André (por exemplo), o percentual de vacinados foi maior nas áreas mais centrais e consolidadas, seguindo o mesmo padrão apresentado em São Paulo. Osasco e Diadema apresentaram processo mais homogêneo, ao incorporarem em suas prioridades categorias profissionais que ainda não tinham sido vacinadas na capital, como profissionais da limpeza urbana (LabCidade FAU/USP).

Olhares para o território com base em estudos cartográficos produzidos pelo LabCidade FAU-USP, no município de São Paulo, permitem verificar que há grande carência de políticas formuladas de forma territorializada e interseccionalizada no combate à pandemia e suas consequências. Em relatório da Abrasco intitulado “População Negra e covid-19”, alerta-se para que a “[...] formulação e a implementação de políticas públicas de enfrentamento das desigualdades, particularmente num contexto pandêmico, exigem que se considerem os marcadores sociais de diferença de raça, classe e gênero” (ABRASCO 2021, p. 18). Reforçam e complementam esses dados as informações da Rede Nossa São Paulo³² (Mapa da Desigualdade 2019, 2020 e 2021) e da Rede de Políticas Públicas e Sociedade (P²S).³³

32 <https://www.nossasaopaulo.org.br/campanhas/#13>

33 <https://rededesquisasolidaria.org/>

IMPACTOS DA COVID-19 SOBRE A POPULAÇÃO NEGRA

As desigualdades territoriais abordadas neste capítulo se sobrepõem, se estruturam e se completam em outras dimensões de desigualdade social, como gênero, raça e cor. Desigualdades essas que condicionam resultados e efeitos diferenciais para as políticas públicas, mesmo que sua adoção por distintos governos e unidades territoriais seja razoavelmente uniforme, pelo menos de um ponto de vista formal. Pois, em contextos de marcada desigualdade social, políticas públicas de orientação universalista são incapazes de inibir as iniquidades que se expressarão no acesso e no usufruto objetivos a seus benefícios e seus benefícios por diferentes grupos sociais.

Um país extremamente desigual como o Brasil provê diversos exemplos concretos dessa dinâmica, especialmente no que concerne ao direito mais primário e fundamental, que é o direito à própria vida. Particularmente, por conta de um histórico de racismo institucionalizado na forma de políticas de Estado de escravização e discriminação da população negra, e de promoção do “embranquecimento” da população nacional (ANDRÉ, 2008) que foram capazes de instaurar e perpetuar uma forma de estratificação social na qual os marcadores sociais de raça ou cor despontam como elementos determinantes do exercício concreto de direitos, apesar de avanços pontuais no sentido de sua positivação.

Nesse sentido, mesmo as políticas públicas de saúde, que têm como racional fundamental garantir e potencializar o direito à vida, ao ignorarem, em sua formulação ou implementação, as dimensões nas quais se estruturam as gritantes desigualdades de uma sociedade como a brasileira, podem se provar inefetivas, quando não incorporarem um caráter flagrantemente *necropolítico*, ao expor inteiros contingentes populacionais a riscos cada vez mais acentuados de morte (SANTOS et al., 2020; MBEMBE, 2003).

A pandemia de covid-19 expôs, de maneira dramática, tais aspectos necropolíticos da saúde pública brasileira que, embora potencializados pelo papel mais que negligente, disruptivo, do governo federal na coordenação federativa das ações emergenciais de testagem, tratamento e vacinação, já estavam profundamente enraizados no funcionamento do SUS. É sintomático que organizações e associações societais, como a Abrasco, tenham proposto desde o início da pandemia que “grupos indígenas e quilombolas, a população em situação de rua, os encarcerados, os servidores do serviço prisional, os servidores da educação e os mais pobres (fossem) priorizados nos planos de vacinação” (ABRASCO, 2021: p. 21), tendo influenciado o debate em estados, mas com pouca ressonância no governo federal.

Conforme apontado por Santos et al. (2020), o registro e uso dos dados de raça/cor ainda é incipiente nas análises epidemiológicas no âmbito do SUS, apesar das diretrizes postas pelo Estatuto da Igualdade Racial,³⁴ que prevê o acesso universal e igualitário da população negra aos serviços de saúde; e pelas Portaria MS 992, de 13 de maio de 2009, que institui a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PN-SIPN), e 344, de 1º de fevereiro de 2017, que dispõe sobre o preenchimento do quesito raça/cor nos formulários dos sistemas de informação em saúde.

34 Lei federal 12.288, de 20 de julho de 2010.

No que concerne especificamente aos boletins epidemiológicos da covid-19, Santos et al. (2020) apontam que, em meados de 2020, “de 27 boletins epidemiológicos e painéis de monitoramento analisados [...] dos 26 estados brasileiros e Distrito Federal apenas 5 (19%)” - Alagoas, Amapá, Paraná, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul - adotavam a variável raça/cor em, pelo menos, uma das categorias de análise - casos confirmados, casos de SRAG por covid-19 hospitalizados e óbitos por covid-19 (SANTOS et al., 2020, p. 4215). Após mais de 2 anos de pandemia, esse cenário não se modificou em relação ao estado de São Paulo. Tanto os boletins do governo do estado³⁵ quanto da capital³⁶ não desagregam os dados de casos e óbitos por critérios de raça/cor.

A própria carência desses dados impede a avaliação direta dos impactos da covid-19 na população negra. Porém, considerando as sobreposições de desigualdades - de rendimento, ocupação, escolarização, habitação etc. - às quais a população negra brasileira está sujeita, são possíveis inferências sobre seus efeitos nessa população.

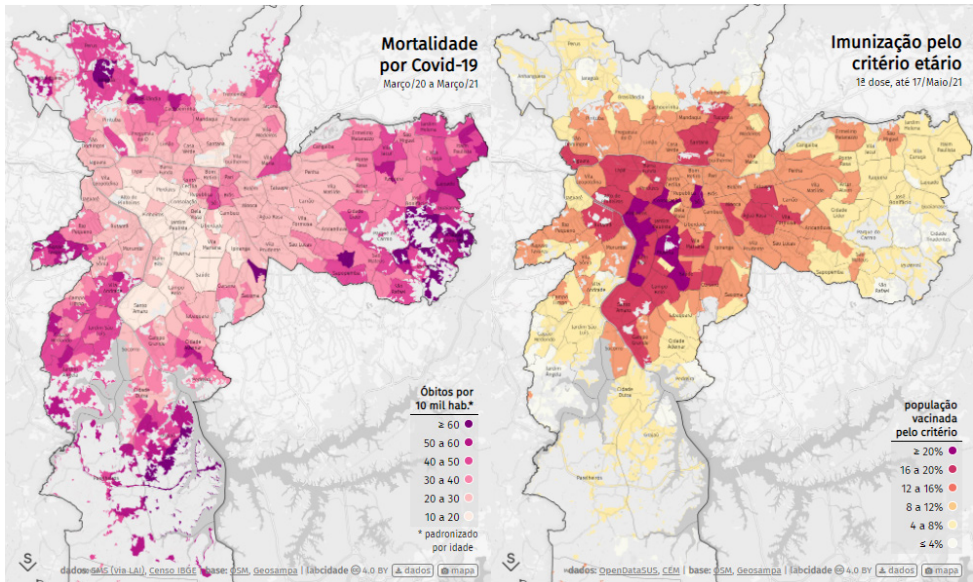
Os “[...] critérios de prioridade na vacinação, por exemplo, negligenciaram a geografia da covid-19 em São Paulo, o que pode ser verificado comparando a territorialização da vacina com o mapa das concentrações de contágio”.³⁷ A prevalência do critério etário com poucos critérios adicionais de priorização até aquele momento (maio de 2021) reiterou e reproduziu as desigualdades, já que as diferenças na expectativa de vida são territorialmente demarcadas (LabCidade FAU/USP). Predominância de critérios etários de priorização da vacinação na capital paulistana redundou em dinâmica em que os mais ricos e moradores do centro expandido foram os primeiros vacinados, em uma cidade com expectativas de vida territorialmente demarcadas: Moema, expectativa de 80 anos; Cidade Tiradentes, 57,3 anos; média geral, 68,7 anos (Mapa de Desigualdade, 2019). Os mapas a seguir ilustram: regiões da cidade de São Paulo com menor percentual de vacinação foram as mesmas em que houve maior mortalidade por covid-19.

Ademais, a análise das faixas etárias elegíveis para serem vacinadas, ponderadas pelo território, mostrou que houve lugares em que a vacinação caminhou de forma muito mais lenta, justamente “territórios populares e periféricos”, em que se concentram domicílios de maioria negra/parda (idem).

35 <https://www.seade.gov.br/coronavirus/>

36 https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/saude/vigilancia_em_saude/index.php?p=295572

37 <http://www.labcidade.fau.usp.br/vacinacao-avanca-de-forma-desigual-em-sao-paulo/>



Figuras 8.1

Fonte: LabCidade FAU/USP (<http://www.labcidade.fau.usp.br/prioridade-na-vacinacao-negligencia-a-geografia-da-covid-19-em-sao-paulo/>).

As desigualdades reproduzidas pelos critérios de vacinação adotados também podem ser vistas no descompasso entre o avanço da cobertura vacinal e os territórios com grandes concentrações de contágios por covid-19 (LabCidade FAU/USP). O mapa a seguir evidencia a “desigualdade na distribuição de hospitalizações por covid-19, com uma maior concentração de casos em bairros periféricos”.

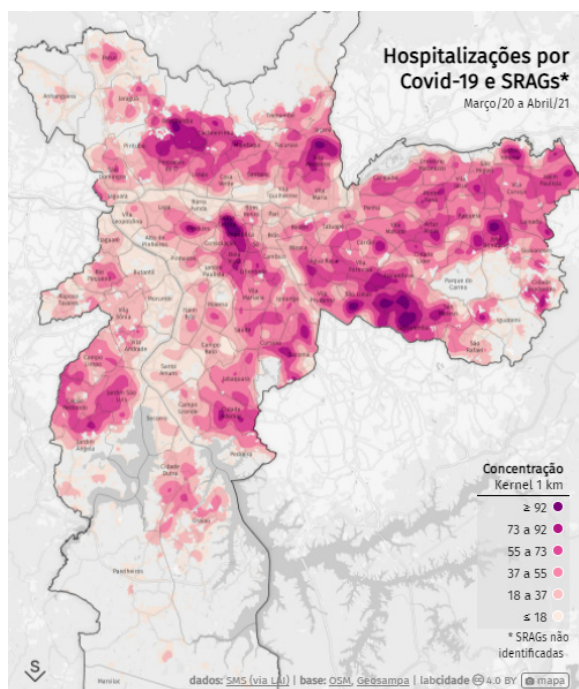


Figura 8.2

Fonte: LabCidade FAU/USP (idem).

A análise dos distritos de São Paulo indica que regiões de maior renda apresentam menor coeficiente de mortalidade por covid-19; enquanto os de menor renda, maiores coeficientes (exemplo, Alto de Pinheiros e Lajeado, ver quadro a seguir) (Mapa da Desigualdade 2020 RNSP).

Esses dados da Rede Nossa SP reiteram os dados dos mapas do LabCidade/FAU/USP (a despeito das técnicas cartográficas distintas): em regiões mais pobres e vulneráveis da cidade a vacinação teve pior desempenho no período analisado, territórios que já apresentavam desde março de 2020 hospitalização e mortalidade por covid e SRAGs maior, em comparação a outras regiões da cidade.

Quadro 2: Relação entre Coeficiente de Mortalidade por Covid-19 para população com menos de 60 anos (período de de janeiro a julho de 2021) e Renda Média Familiar Mensal

Distrito	Classificação	Coef Mortalidade <60 anos	Desigualtômetro	Renda Média	Desigualtômetro
Lajeado	Pior	114,3	5,54	R\$ 2.876,26	3,65
Alto de Pinheiros	Melhor	28,0		R\$ 10.495,51	
Perus	Pior	109,6	8,59	R\$ 2.891,88	3,54
Perdizes	Melhor	12,8		R\$ 10.229,23	
Parelheiros	Pior	116,7	8,79	R\$ 2.893,17	3,53
Jardim Paulista	Melhor	13,3		R\$ 10.205,75	
Cidade Tiradentes	Pior	111,8	5,73	R\$ 3.021,23	3,29
Moema	Melhor	19,5		R\$ 9.936,98	
São Rafael	Pior	73,4	2,16	R\$ 3.032,50	3,31
Santo Amaro	Melhor	34,0		R\$ 10.022,59	

Figura 8.3

Fonte: Rede Nossa São Paulo | A covid-19 e as desigualdades – setembro de 2021.

Os dados cruzados de três fontes deste estudo (LabCidade, Rede Nossa SP e Rede de Políticas Públicas e Sociedade (P²S)) explicitam que o racismo estrutural é marcador transversal mais evidente nos impactos da pandemia de covid-19 no município de São Paulo. Territórios com maior incidência de covid-19 são territórios onde mora a maior parte da população negra da cidade (LabCidade FAU/USP), conforme comparação entre os mapas de hospitalizações e mortes por covid-19 supracitados (Figuras 8.1 e 8.2) e o da territorialização da população negra em São Paulo reproduzido a seguir (Figura 8.4). Interessante notar que, mesmo em territórios de baixa vulnerabilidade social, há diferenças de impacto da pandemia em termos de desigualdade da mortalidade entre a população negra e a população branca (Rede Nossa SP).

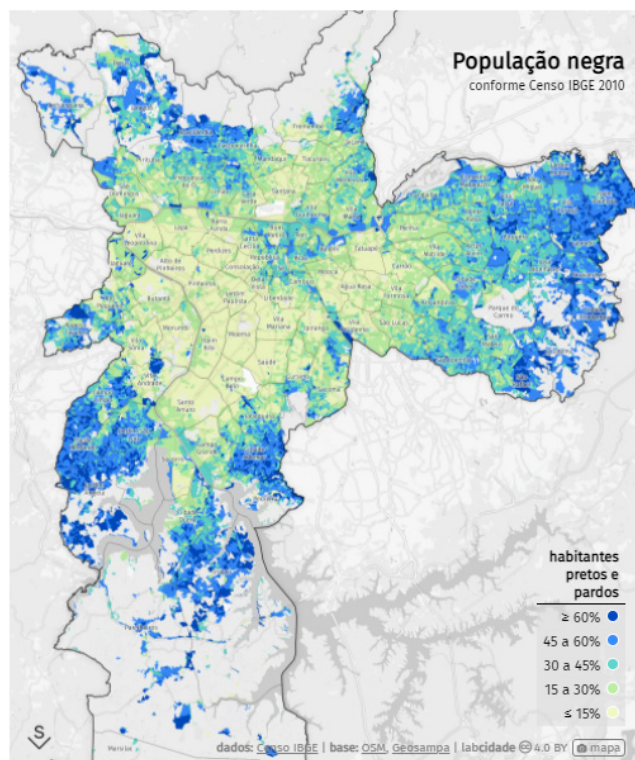


Figura 8.4

Fonte: LabCidade FAU/USP (<http://www.labcidade.fau.usp.br/prioridade-na-vacinacao-negligencia-a-geografia-da-covid-19-em-sao-paulo/>).

Os dados analisados pela Rede de Políticas Públicas e Sociedade (P²S) corroboram o quadro dos impactos da covid-19 derivado da análise cartográfica do LabCidade FAU/USP e do Mapa de Desigualdade da Rede Nossa São Paulo. Na Nota Técnica no 34³⁸ da Rede de Políticas Públicas e Sociedade (P²S), de 27 de setembro de 2021, discute-se “como as chances de morte por covid-19 expressam as desigualdades de gênero e raça/cor dentro das ocupações” (P²S, 2021, p. 2). Segundo a nota, homens negros morreram mais de covid-19 do que homens brancos no primeiro ano da pandemia (2020), sendo um fator transversal a todo mercado de trabalho “independentemente do tipo de atividade, do setor, de se tratar de ocupações que se encontram no topo ou na base da pirâmide social” (idem, p. 8).

A pesquisa ainda indica que as mulheres negras compõem o grupo que mais apresentou mortes, independente da ocupação, dentre todos os outros (mulheres brancas, homens negros e brancos).

As variáveis que explicam a maior vulnerabilidade da população negra à pandemia referem-se a “fatores ambientais que afetam condições de saúde (moradias mais insalubres, acesso inadequado à água, dieta com baixa qualidade nutricional, espaços

38 <https://redepesquisasolidaria.org/boletins/boletim-34-boletins/desigualdades-raciais-e-de-genero-aumentam-a-mortalidade-por-covid-19-mesmo-dentro-da-mesma-ocupacao/>

que afetam o estado psíquico, entre outros)” (P²S, 2021, p. 8); acesso mais escasso a serviços de saúde e inserção laboral mais precária do que a população branca, o que significa estar em um ambiente de trabalho com “condições mais vulneráveis de exercício das atividades e exposição ao vírus” (idem, *ibidem*).

Com relação à dimensão laboral, os dados analisados na nota sugerem que houve maior impacto na população negra em função da maior presença de trabalhadores negros e negros em atividades profissionais que exigiram presença física e não seguiram os protocolos de máximo distanciamento físico (idem). Da mesma forma, o trabalho remoto em 2020 foi impactado pelo nível de instrução, dimensão fortemente demarcada por clivagens raciais (P²S, 2021; MARQUES et al., 2021).

A ausência de planejamento territorializado, diagnóstico e dados interseccionais nas respostas governamentais à pandemia - incluindo vacinação e medidas de distanciamento - conduziram a um quadro em que os mais vulneráveis (sobretudo a população negra periférica) foram mais expostos aos riscos de contágio e de óbito vinculados às dinâmicas epidemiológicas da pandemia. Sistemicamente, no contexto de tomada de decisão federativa, desigualdades históricas e estruturais, principalmente no que tange à questão racial, foram reproduzidas e reforçadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O SUS é um sistema que representa grande avanço frente à tradição excludente, privatista e hospitalocêntrica na oferta de serviços de saúde no Brasil. No entanto, processos históricos que marcaram sua implementação, como a hegemonia da assistência médica, o crônico subfinanciamento (que se tornou desfinanciamento), e a subutilização de dados desagregados sobre grupos socialmente discriminados (por critérios de raça, gênero, orientação sexual etc.) nas análises epidemiológicas, prejudicaram a territorialização do sistema nos moldes planejados pela Reforma Sanitarista, com equidade, universalidade e integralidade. A garantia da equidade, por exemplo, demanda diferenciar e identificar territórios e populações mais vulneráveis, a fim de elegê-las como vetor para a tomada de decisões.

Na pandemia de covid-19 o SUS foi o principal “muro de contenção”, contudo ainda mais fragilizado pelo processo político que se configura no país desde 2016 (pioorado a partir de 2019), em que há convergência e encadeamento de elementos disfuncionais, como a omissão do papel coordenador do governo federal na liderança das iniciativas governamentais e a perenidade da agenda econômica ultraliberal. A falta de coordenação federal na organização das respostas governamentais à pandemia se manifestou também na dimensão do financiamento. Segundo Peres, Santos e Leite (2022) as transferências federais extraordinárias realizadas em 2020 não redundaram em melhores políticas de enfrentamento à pandemia, em função da falta de mecanismos de controle/indução para ação mais específica nas áreas de saúde e educação (idem, p. 77). Consequentemente, houve grande variação de respostas subnacionais à pandemia, que dificultaram a capacidade de gestão e planejamento, além de critérios de priorização de vacina que reforçaram desigualdades, redundando em baixa cobertura em territórios já vulneráveis.

Os estudos cartográficos do LabCidade FAU/USP no município de São Paulo demonstraram que as áreas de maior incidência da doença foram, não coincidentemente, as áreas onde reside a maior parte da população negra da cidade. “A suposta neutralidade do critério etário escamoteia fatos largamente conhecidos sobre nossas cidades: a desigualdade na expectativa de vida é territorialmente demarcada, as atividades laborais são social e territorialmente demarcadas”.³⁹

A pandemia ensinou que o planejamento em saúde deve considerar dimensões territoriais e interseccionais, procurando a raiz das desigualdades como farol da implementação das ações governamentais, pois há corpos mais expostos às contingências da interdependência social, “[...] em razão das condições desiguais de suas existências” (MARQUES et al., 2021). Não se trata de falta de conhecimento técnico, mas de iniciativa política coordenada e intersetorial para desenvolver ações públicas voltadas a combater a vulnerabilidade social que afeta prioritariamente os corpos negros. No relatório da Abrasco “População Negra e a covid-19”, especialistas elencam medidas essenciais para superarmos nossas mazelas coloniais na saúde, como a priorização do SUS; a implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra; ampliação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), sobretudo de serviços e benefícios socioassistenciais para assegurar proteção, renda e segurança alimentar (p. 18). Sugere-se que devemos nos inspirar em experiências internacionais de políticas interseccionais, como o serviço integrado ao sistema de saúde sem fins lucrativos do *Mass General Brigham*, em Massachusetts, nos EUA, onde foi possível obter e analisar dados de forma interseccional para compreender o impacto da covid-19 e projetar estratégias para reduzir os danos causados pelo racismo e outras formas de racismo estrutural (p. 30). Por fim, o monitoramento do preenchimento qualificado da “raça/cor de pele” nos sistemas de informações em saúde, regulamentado pela Portaria 344 GM/MS, de 01 de fevereiro de 2017, se faz urgente para enfrentar o caráter necropolítico dos instrumentos de política pública que incidem sobre a população negra no país.

REFERÊNCIAS

- ABRASCO. *População Negra e covid-19*. Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO); Organização Grupo Temático Racismo e Saúde da ABRASCO. Rio de Janeiro, RJ: ABRASCO, 2021.
- ABRUCIO, Fernando Luiz et al. Combate à covid-19 sob o federalismo bolsonarista: um caso de descoordenação intergovernamental. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, p. 663-677, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122020000400663&lng=pt&nrm=iso.
- ANDRÉ, Maria da Consolação. *O ser negro: a construção da subjetividade em afrobrasileiros*. Brasília: LGE, 2008.

39 <http://www.labcidade.fau.usp.br/prioridade-na-vacinacao-negligencia-a-geografia-da-covid-19-em-sao-paulo/>

- ASSANO, Camila L.; VENTURA, Deisy et al. *Boletim Direitos na Pandemia: Mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à covid-19 no Brasil*. São Paulo: Conectas, n. 10, 2021. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2021/01/boletim-direitos-na-pandemia.pdf>.
- DUARTE FERREIRA, Eric; AGNOLETTI, Ana Cristina; SERAGLIO, Maruana K. T. O discurso bolsonarista sobre o viés ideológico na pandemia da covid-19. *Revista Heterotópica*, v. 3, n. 1, p. 301-327, 2021. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/RevistaHeterotopica/article/view/59091>.
- FERNANDES, Gustavo Andrey Almeida Lopes; PEREIRA, Brenda Leite Saturnino. Os desafios do financiamento do enfrentamento à covid-19 no SUS dentro do pacto federativo. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, p. 595-613, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122020000400595&lng=pt&nrm=iso.
- FONSECA, Francisco. *O consenso forjado: a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil*. Editora Hucitec, São Paulo, 2005.
- GERSCHMAN, Silvia; SANTOS, Maria Angélica Borges. O Sistema Único de Saúde como desdobramento das políticas de saúde do século XX. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* [online], v. 21, no. 61, p. 177-227, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092006000200010>.
- GIOVANELLA, Ligia et al. Cobertura da Estratégia Saúde da Família no Brasil: o que nos mostram as Pesquisas Nacionais de Saúde 2013 e 2019. *Ciência & Saúde Coletiva* [online], v. 26, supl. 1, p. 2543-2556, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232021266.1.43952020>.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. Edição Carlos Nelson Coutinho.
- LEITE, Cristiane Kerches da Silva; ANDRADE, Daniel Pereira; FONSECA, Francisco. Políticas Públicas, Neoliberalismo e Democracia: agendas para a gestão pública. *CADERNOS DE GESTÃO PÚBLICA*, v. 26, p. 1-13, 2021.
- LEITE, Cristiane Kerches da Silva; MEIRELLES, Rodrigo; PEREIRA, Eduardo Silva; SILVA, Julia Motta. Desigualdades, Federalismo e Território: dilemas da política de saúde nas respostas governamentais à pandemia de covid-19. In: 10º CONINTER – Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades, 2021, Niterói/RJ. *Anais do 10º CONINTER – CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES*. Niterói/RJ: Even3, v. 10, p. 1-300, 2021.
- LIMA, Luciana Dias; PEREIRA, Adeline Maria Mendes; MACHADO, Cristiani Vieira. Crise, Condicionantes e desafios de coordenação do Estado federativo brasileiro no contexto da covid-19. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 7, e00185220, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2020000700504&lng=pt&nrm=iso.

- LUI, Lizandro et al. Disparidades e heterogeneidades das medidas adotadas pelos municípios brasileiros no enfrentamento à pandemia de covid-19. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 19, e00319151, Jan. 2021. Available: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462021000100504&lng=en&nrm=iso.
- MARIANO, Cynara Monteiro. Emenda constitucional 95/2016 e o teto dos gastos públicos: Brasil de volta ao estado de exceção econômico e ao capitalismo do desastre. *Revista de Investigações Constitucionais* [online], v. 4, n. 1, p. 259-281, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/rinc.v4i1.50289>.
- MARQUES, Ana Lucia Marinho et al. O impacto da covid-19 em grupos marginalizados: contribuições da interseccionalidade como perspectiva teórico-política. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação* [online], v. 25, supl. 1, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/Interface.200712>.
- MBEMBE, Achille. Necropolitics. *Public Culture*, v. 15, n.1, p. 11-40, 2003.
- MENICUCCI, Telma Maria Gonçalves. O Sistema Único de Saúde, 20 anos: balanço e perspectivas. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 7, p. 1620-1625, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2009000700021&lng=en&nrm=iso.
- MENICUCCI, Telma Maria Gonçalves. Implementação da reforma sanitária: a formação de uma política. *Saúde e Sociedade* [online], v. 15, n. 2, p. 72-87, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902006000200008>.
- MEIRELLES, Rodrigo. *Interfaces entre saúde e democracia no contexto contemporâneo: dilemas entre o sucesso e a crise*. 2021. Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-graduação em Saúde Pública da Universidade de São Paulo.
- PAIM, Jairnilson Silva. Sistema Único de Saúde (SUS) aos 30 anos. *Ciência e saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 6, p. 1723-1728, jun. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232018000601723&lng=pt&nrm=iso.
- PERES, Ursula Dias; SANTOS, Fabio Pereira; LEITE, Cristiane Kerches da Silva. Descoordenação e desigualdades federativas no Brasil com a pandemia de covid-19. In: VALENTIN, Agnaldo; MOUNTIAN, André G.; VAZ, José Carlos; PERES, Ursula D.; URQUIDI, Vivian G. F. D. (org.). *Políticas públicas e covid-19: a experiência brasileira*. São Paulo: Edições EACH, 2022. 1 ebook. DOI 10.11606/9786588503225.
- PIRES, Roberto Rocha Coelho; GOMIDE, Alexandre de Ávila. Governança e capacidades estatais: uma análise comparativa de programas federais. *Revista de Sociologia e Política* [online], v. 24, n. 58, p. 121-143, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1678-987316245806>.
- ROCHA, Antônio Sérgio. Genealogia da constituinte: do autoritarismo à democrati-

zação. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política* [online]. n. 88, p. 29-87, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452013000100004>.

RODRÍGUEZ DÍAZ, Raime Rolando et al. Economic measures against covid-19 pandemic: mapping the economic policy debate in Brazil. *Research, Society and Development*, [S. l.], v. 9, n. 9, e975998177, 2020. Disponível em: <https://rsd-journal.org/index.php/rsd/article/view/8177>.

SANTOS, Herbert Luan Pereira Campos dos et al. Necropolítica e reflexões acerca da população negra no contexto da pandemia de covid-19 no Brasil: uma revisão bibliográfica. *Ciência & Saúde Coletiva*, n. 25, supl. 2, p. 4211-4224, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/5FLQN6ZV5yYPKv6bv4fTb-Vm/?lang=pt>.

SCHAEFER, Bruno Marques et al. Ações governamentais contra o novo coronavírus: evidências dos estados brasileiros. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 54, n. 5, p. 1429-1445, out. 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122020000501429&lng=pt&nrm=iso.

TEIXEIRA, Sônia Maria Fleury. Retomar o debate sobre a reforma sanitária para avançar o sistema único de saúde (SUS). *Revista de Administração de Empresas* [online], v. 49, n. 4, p. 472-480, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-75902009000400010>.

VENTURA, Deisy; AITH, Fernando; REIS, Rossana. *A linha do tempo da estratégia federal de disseminação da covid*. CEPEDISA, FSP/USP, 2021. Disponível em: <https://cepedisa.org.br/publicacoes/>.

CAPÍTULO 9

POVOS INDÍGENAS, VIOLÊNCIAS E AS DESIGUALDADES DESCOBERTAS NA PANDEMIA

Jorge Machado; Gabriela Rosa Medeiros

RESUMO

Os povos indígenas no Brasil estão em alto risco e vulnerabilidade social diante das crises ambientais e ameaças de não indígenas. A pandemia de covid-19, por sua vez, tirou o véu que encobria problemas crônicos de violência e evidenciou desigualdades. Esse capítulo tem como objetivo analisar a piora da situação de vulnerabilidade e as violências sofridas pelos povos indígenas durante a pandemia, que implicaram no agravamento de problemas sociais preexistentes. Esta pesquisa teve como base a análise de 18 relatórios produzidos pelo CIMI de 2003 a 2021 com dados de violência de territórios indígenas de todo país, no tocante à saúde, ao direito territorial e à reprodução da vida. Damos especial atenção ao período pandêmico, que coincide também com a paralisação da política fundiária, quando se registrou aumento de problemas relacionados à saúde, conflitos territoriais, aos assassinatos e aos suicídios.

INTRODUÇÃO

A pandemia da covid-19 iniciada no Brasil em janeiro de 2020 logo foi sentida entre as populações historicamente afetadas por pandemias e epidemias: os povos indígenas. Muitos destes encontram-se em situação de alto risco e vulnerabilidade social diante de crises ambientais, sanitárias e ameaças territoriais, que se acentuaram a partir de 2020. Essa pandemia também revelou e acentuou problemas crônicos de violência, saúde e evidenciou desigualdades preexistentes, agravadas pelas ameaças aos seus territórios, como demonstram os Relatórios de Violência contra os Povos Indígenas, cuja série se iniciou em 2003, produzida pelo Observatório de Violência do Conselho Indígena Missionário (CIMI), que analisa anualmente a violência aos indígenas no tocante à saúde, à mortalidade infantil, à desnutrição, ao território e acerca das omissões do Estado brasileiro.

Além dos relatórios do CIMI⁴⁰ esta pesquisa se baseou nos levantamentos da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) publicados no Relatório “covid-19 e os Povos Indígenas: o Enfrentamento das Violências durante a Pandemia” e no Painel de Monitoramento da covid-19, do Instituto Socioambiental (ISA), que compilou dados oficiais do Ministério da Saúde e da própria APIB. Esses são os dados mais completos até o momento, suprimindo uma lacuna de conhecimento.

Cabe dizer que ainda se consiste num desafio a coleta de dados de todas as aldeias indígenas espalhadas pelo território brasileiro. Esse importante trabalho de coleta e registro é feito pelo CIMI, com apoio de organizações indígenas, com especial papel da APIB, além de organizações ambientalistas.

As análises desse estudo se centraram em seis tipos de violências: i) assassinatos; ii) suicídios; iii) conflitos relativos a direitos territoriais; iv) invasões, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio; v) morte por desassistência à saúde; e vi) mortalidade infantil. Os dados foram compilados em tabelas e transformados em gráficos, apresentados ao longo do texto.

Com base no estudo dos dados coletados no território, cruzados com outras informações e levantamentos de instituições acadêmicas, informações socioeconômicas e dados epidemiológicos governamentais, este capítulo tem como objetivo analisar a evolução do quadro de violência aos povos indígenas ao longo das últimas duas décadas.

A síndrome respiratória aguda grave (SARS-CoV-2) impactou, até agosto de 2022, 74.729 pessoas indígenas de 162 povos, de modo a conduzir 1.317 pessoas à morte.⁴¹ No entanto, além dos efeitos diretos provocados pela covid-19, houve também o agravamento de problemas sociais relacionados à saúde, ao território, à segurança alimentar e nutricional e às ações do Estado.

40 O acervo de todos os relatórios publicados pode ser encontrado em: Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Observatório da Violência contra os Povos Indígenas no Brasil. Relatórios e edições anteriores. Disponível eletronicamente em: <https://cimi.org.br/observatorio-da-violencia/edicoes-anteriores/>

41 Dados do [Comitê Nacional de Vida e Memória Indígena](#), composto por organizações indígenas de base da APIB, frentes de enfrentamento à covid-19, SESAI, Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde e Ministério Público Federal. Disponível em: <https://covid19.socioambiental.org/>.

Pesquisa publicada em abril de 2020 pelo Núcleo de Métodos Analíticos para Vigilância em Saúde Pública e do Grupo de Trabalho sobre Vulnerabilidade Sociodemográfica e Epidemiológica dos Povos Indígenas no Brasil, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) apontou que os povos indígenas são mais vulneráveis à pandemia de covid-19. O estudo indicou haver “condições de desvantagem dos indígenas em comparação à população não indígena em inúmeros indicadores sociodemográficos e sanitários” (FIOCRUZ, 2020, p. 9). Isso se deve aos altos índices de transmissibilidade do vírus em terras indígenas, níveis de desnutrição, anemia, diarreia e as altas taxas de mortes ocasionadas por infecções respiratórias (um dos principais motivos de letalidade indígena). Essa situação se agrava pelas distâncias dos territórios indígenas aos hospitais e unidades de tratamento intensivo (UTI), a complexidade da logística de transporte de enfermos, a precariedade de saneamento básico, a falta de segurança alimentar e problemas relacionados à garantia de seus territórios (FIOCRUZ, 2020:9; CSR-UFMG/ISA, 2020:1).

Tão logo as consequências da pandemia desvelaram os conflitos territoriais que envolvem as comunidades indígenas. No contexto pandêmico, as entradas ilegais em territórios indígenas, bem como a exploração ilegal de minérios através de garimpos, a extração ilegal de madeira e a caça e a pesca ilegal, aumentaram abruptamente. Segundo os dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE, 2022), até 2020 foram desmatados no Bioma Amazônia 729.781,76 km², e na Amazônia Legal 813.063,44 km². A mineração na Amazônia Legal degradou 39,6 mil hectares de terras públicas e privadas, segundo o pesquisador Antonio Oviedo do Instituto Socioambiental a partir de dados do sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter), também do INPE.

Além dos desafios com o território e com a saúde, existem as adversidades relacionadas à segurança e soberania alimentar e nutricional dos povos originários. A fome, problema relacionado com a garantia do território e a proteção de seus recursos naturais, assola as comunidades regularmente. O primeiro Relatório de Violências contra os Povos Indígenas do CIMI, já revelava em 2003 que um dos principais motivos da mortalidade infantil entre os povos indígenas tinha suas causas na desnutrição (CIMI, 2003, p. 168).

Durante a pandemia de covid-19, a fome se alastrou pelas comunidades indígenas. As medidas de restrições sanitárias contribuíram para fragilizar a integridade econômica dessas pessoas, devido à natureza das atividades comercial, cultural e alimentar exercidas e o obstáculo do isolamento. Isso se deu, principalmente, em territórios onde ao menos parte da alimentação é adquirida em centros comerciais urbanos, fora das terras indígenas.

Segundo a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), a insegurança alimentar nos territórios indígenas se tornou preocupante e de grandes proporções, demandando ações do Estado com urgência e a garantia permanente a alimentos culturalmente adequados (2021, p. 1). Diante disso, a reivindicação por ações do Estado no combate à fome, junto a outras demandas, foi judicializada pela APIB, no Supremo Tribunal Federal (STF), por meio da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 709.

A responsabilidade pelas medidas de combate à covid-19 nos territórios indígenas cabe legalmente ao governo federal. Com relação aos povos indígenas, notou-se intensa morosidade na implementação de políticas de combate ao vírus e de assistência social diante do agravamento da fome, da diminuição de renda e da cobertura vacinal para esses povos. Tais fatos levaram instituições internacionais a se pronunciarem e expedirem orientações ao governo brasileiro, como o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos com as diretrizes para o enfrentamento da covid-19; do pronunciamento da Secretaria Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) e da Resolução 01/2020 sobre ‘Pandemia e Direitos Humanos nas Américas’, da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH).

Na seção seguinte apresentamos de forma breve o panorama sociodemográfico dos povos indígenas do Brasil, tendo como referência o Censo de 2010 – o último até o momento desta publicação – com dados relacionados ao número de povos, populações, línguas e acerca da distribuição espacial destes povos. Na seção 3, são apresentados dados de violência, divididos em três partes, com análises quantitativas a partir de tabelas e gráficos acerca de: a) a saúde indígena; b) mortalidade infantil, desnutrição e insegurança alimentar; e c) os conflitos territoriais, assassinatos e suicídios. Esses dados compreendem o período de 2003 a 2021, com destaque a uma análise do atual contexto pandêmico. A seguir, apresentamos as considerações finais.

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

O Brasil é o país com a maior diversidade étnica da América Latina, com a existência de 305 povos indígenas (IBGE, 2010). Há exatos 21 anos desde que o Censo Demográfico iniciou a coleta de dados específicos sobre a população indígena (1991), nota-se um crescimento demográfico expressivo. Atrélado principalmente ao aumento de autorreconhecimento e não às taxas de natalidade (idem, 2010), os povos indígenas passaram de 294 mil pessoas em 2000 para um total de 896 mil pessoas em 2010, falantes de 274 línguas. Há a presença indígena em todos os 26 estados do Brasil e no Distrito Federal, sendo que o estado do Amazonas é o que concentra a maior parte desta população.

Dos indígenas aldeados e em contexto urbano, o primeiro grupo é predominante no Brasil, com 572 mil pessoas, ou 63,8% que vivem em áreas de floresta.⁴² Residentes em contexto urbano foram identificadas 374 mil pessoas, ou 57,7% (IBGE, 2010). A diferença pouco expressiva aponta para os desafios a serem enfrentados pelo Estado na garantia de direitos à população indígena residente em centros urbanos e capitais.

Ao falarmos sobre povos indígenas é importante mencionar a grande diversidade para além da etnia, relacionada principalmente aos fatores históricos, econômicos e contextos sociais. Há indígenas residentes em aldeias e terras indígenas, os chamados *aldeados*, bem como aqueles que residem em centros urbanos, reconhecidos como

42 O censo denomina essas áreas como rurais, no entanto, há reivindicações entre o movimento indígena e no meio acadêmico para a alteração para “áreas de floresta”, já que a maior parte das terras indígenas encontra-se em áreas de mata.

indígenas em contexto urbano. Há aqueles que não querem estabelecer contato com a sociedade não indígena e tampouco com outras sociedades indígenas, denominados como isolados ou de recém-contato. Por fim, há os indígenas agrupados entre a categoria de pardos, mas que sabem e reconhecem a presença indígena entre seus antepassados, e no resgate desta memória se autorreconhecem como indígenas em processo de retomada de identidade.

Em síntese, os povos indígenas podem ser agrupados em alguma destas categorias: i) aldeados; ii) *não aldeados* ou em contexto urbano; iii) isolados e de recém-contato; e iv) indígenas em processo de retomada de identidade. Para esta pesquisa, na ausência de dados desagregados de qualidade, considerou-se o universo total de povos indígenas.

DESGUALDADES HISTÓRICAS DESCOBERTAS NA PANDEMIA: ANÁLISE DE 2003 A 2021

A SAÚDE INDÍGENA

A saúde indígena no Brasil se tornou um serviço público institucionalizado a partir de 1991, sob responsabilidade inicialmente da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), subordinada ao Ministério da Saúde. Em 2010, no entanto, o tema ganha espaço com a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) pertencente ao Sistema Único de Saúde (SUS), que implementa a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, de modo a prever, dentre outras especificidades, os tratamentos médicos a partir de práticas tradicionais. Tendo em vista a complexidade territorial e geográfica das comunidades indígenas, a SESAI atua de forma descentralizada, por meio dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI).

No entanto, nem todos os atendimentos são prestados no tempo e na forma devida, ao ocasionar mortes por desassistência à saúde. Os casos são diversos, a partir de dados da SESAI (SIASI/SESAI/MS, 2003-2021 *in* CIMI, 2003-2021), o CIMI identificou casos relacionados à falta de repasse de recursos da Funasa para as prefeituras que atendem a população indígena ou para as entidades conveniadas; falta de combustível da SESAI para transporte de vítimas; infecções hospitalares; falta de atendimento apropriado, como as visitas periódicas de agentes de saúde aos territórios, principalmente os mais distantes dos centros urbanos; e a dificuldade de solicitação de pedidos de emergência devido à falta de estrutura disponível (CIMI, 2003, p. 157).

O Gráfico 9.1 a seguir retrata de 2003 a 2021 o número de mortes de pessoas indígenas por desassistência à saúde:

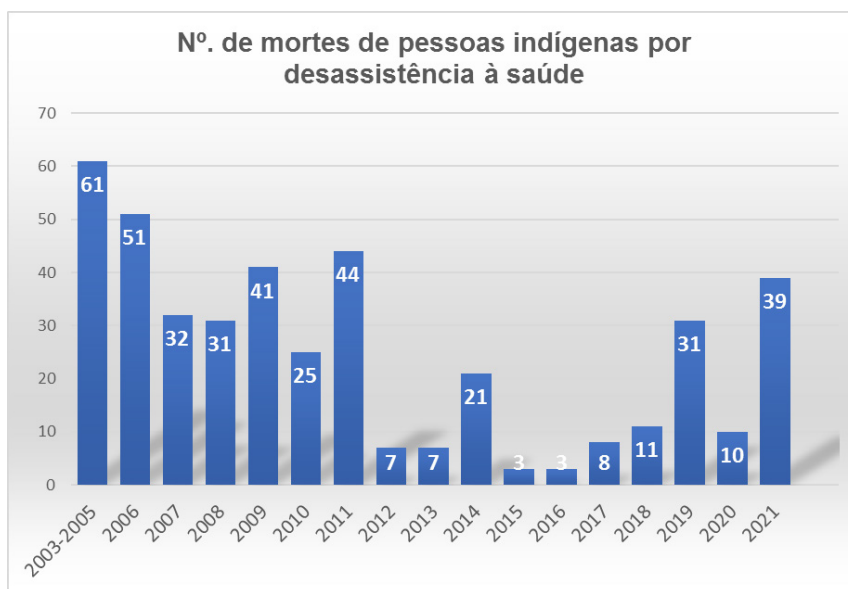


Gráfico 9.1 - Nº. de mortes de pessoas indígenas por desassistência à saúde de 2003 a 2021.

Fonte: Observatório da Violência, CIMI. Relatórios de Violência contra os Povos Indígenas de 2003 a 2021. Produção própria dos autores.

Ao olharmos para as mortes por desassistência à saúde desde 2003, temos uma diminuição entre 2003 e 2008, período de governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva. Isso se deve à intensificação da Política Nacional de Saúde Indígena. Entretanto, esse número voltou a crescer a partir de 2009, motivado por casos de imperícia médica e negligência.

Perde-se tempo pela falta de transporte, pela demora no atendimento, pelo atraso na realização de exames e pela lentidão no encaminhamento dos tratamentos. Há, inclusive, vários casos de exames que nem sequer foram realizados e de pacientes que sequer receberam tratamento. Os mais desastrosos são os casos que combinam a imperícia com lentidão e negligência (CIMI, 2009, p. 107).

Passados os períodos de alta e queda constantes, as taxas chegam a números nunca antes vistos, com a estabilidade de sete casos em 2012 e em 2013. A gestão nesse período era da presidenta Dilma Rousseff. Todavia, em 2014 o número volta a subir de forma alarmante, com 21 casos, o que representa 300% a mais do que no ano anterior. Importante destacar que nesse período houve uma ampliação do poder político dos ruralistas, atores importantes nas discussões de alterações da legislação fundiária de demarcação de terras indígenas. Ainda nos dois primeiros anos do segundo mandato do governo de Dilma Rousseff, entre 2015 e 2016, os números voltaram a cair e acabou por refletir a menor taxa em onze anos.

Em 2017, primeiro ano após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff e primeiro ano de governo do presidente Michel Temer, do partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o número voltou a subir, motivados por “doenças prolongadas que não recebem tratamento adequado, cirurgias que não se realizam porque o paciente não foi colocado na lista de espera e condições de saúde agravadas, atendido tardiamente” (CIMI, 2017, p. 134).

No ano de 2019 os números cresceram drasticamente, motivados principalmente pelas políticas levadas a cabo pelo governo de Jair Bolsonaro. Com a pandemia, observa-se o aumento das mortes por desassistência à saúde. Durante o contexto pandêmico, a saúde da população indígena foi drasticamente impactada. Para além dos números de desassistência, é importante mencionar o número de mortes geradas pela covid-19, o que totaliza 1.318 pessoas. Destaca-se a primeira vítima indígena, contaminada por um agente de saúde indígena que retornava de férias e não realizou protocolos adequados de testagem (ISA, 2022). Os territórios mais vulneráveis à covid-19 são aqueles que estão mais próximos aos centros urbanos, como é o caso do Território Indígena (TI) Barragem, T.I. Jaraguá e T.I. Guarani do Krukutu, localizados na cidade de São Paulo e identificados como três entre os cinco territórios mais vulneráveis à covid-19 do Brasil segundo o ISA e o Centro de Sensoriamento Remoto da Universidade de Minas Gerais (2022).

A APIB (2020, p. 12) produziu um mapa sintetizando como a negligência do Estado auxiliou na disseminação da covid-19 entre a população indígena, presente na Figura 9.1 a seguir.



Figura 9.1 - Principais casos de contaminação da covid-19 nos territórios indígenas.

Fonte: Relatório - covid-19 e os povos indígenas: o enfrentamento das violências durante a pandemia - da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), 2020, p. 12.

A gestão do governo Bolsonaro impactou diretamente esses números, com a tardia publicação do Plano Emergencial de Enfrentamento à covid-19, levado a cabo apenas após judicialização das demandas indígenas pelo Supremo Tribunal Federal, representadas na ADPF 709. Segundo dados da Abrasco, no período entre 2020 e 2021, em uma comparação com faixas etárias padronizadas, constatou-se que a taxa de mortalidade da covid-19 entre a população indígena foi 29% maior do que entre a população geral do Brasil (ABRASCO, 2021, p. 1-2). Sobre a vacinação, segundo o monitoramento da Fiocruz publicado na Nota Técnica 23, ao final de 2021, somente 16% dos municípios do Brasil obtiveram mais de 80% de sua população com o esquema vacinal completo. No entanto, não constava nesse número os estados com a maior população indígena, como é o caso de Amazonas, Acre, Amapá e Roraima (FIOCRUZ, 2021, p. 1).

Além das mortes, 74.834 pessoas indígenas foram contaminadas por covid-19⁴³ e mais de 50% dos povos afetados, de tal forma a totalizar 162 (ISA, 2022). Soma-se, de igual maneira, as perdas imateriais, de grande importância para os povos indígenas. Para a APIB (2020, p. 5):

Muito mais do que números, foram nossos pajés, nossas rezadeiras e rezadores, parteiras, anciões e anciãs, cacicas e caciques que partiram. Perdemos os nossos velhos que guardavam as lembranças da memória de nossa ancestralidade, guardiões do conhecimento, dos cantos, das rezas, da nossa espiritualidade.

Nota-se que essa desigualdade de acesso ao direito constitucional à saúde foi agravada em momentos de crise política, como foi o período pós-impeachment de Dilma Rousseff; e de crise sanitária, como é o caso da covid-19 e de governos mais alinhados politicamente na centro-direita, como foram as gestões dos presidentes Michel Temer (2016-2018) e de Jair Bolsonaro (2019-2022).

A seguir, os dados relacionados à mortalidade infantil serão apresentados, ao ilustrar como a desnutrição está diretamente relacionada a estas mortes e como a fome e insegurança alimentar-nutricional foi agravada com a pandemia.

43 Dados de 31/08/2020 do [Comitê Nacional de Vida e Memória Indígena](https://comite-nacional-de-vida-e-memoria-indigena.org/), composto por organizações indígenas de base da APIB, frentes de enfrentamento à covid-19, SESAI, Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde e Ministério Público Federal. Disponível eletronicamente em: <https://covid19.socioambiental.org/>

MORTALIDADE INFANTIL, DESNUTRIÇÃO E INSEGURANÇA ALIMENTAR-NUTRICIONAL

Entre os territórios indígenas, a mortalidade infantil é uma realidade antiga desde o contato com os não indígenas, as invasões territoriais, e a contaminação por exploração mineral, madeireira e atividades pastoris e de cultivo intensivo. Os principais fatores relacionados às situações de indigência entre indígenas são a escassez de terras para plantio, da falta de recursos naturais para a construção de moradias tradicionais, a contaminação de água e a degradação da terra. Ademais, a desnutrição muitas vezes vem acompanhada e é agravada por outras enfermidades, como as verminoses, as doenças de pele e a tuberculose, muitas delas trazidas pelos não indígenas ou pelas condições de vida que são submetidos face a esse cenário

As causas diretas de mortalidade são muitas: diarreia, anemia, desidratação, pneumonia e desnutrição. Entre elas, segundo dados do Relatório de 2021 do CIMI (p. 242), a principal e mais letal é a pneumonia. Em segundo lugar está a desnutrição. A seguir, a série histórica de 2003 a 2021 demonstra no Gráfico 9.2 como a mortalidade infantil está presente nos territórios e o seu agravamento em períodos específicos.

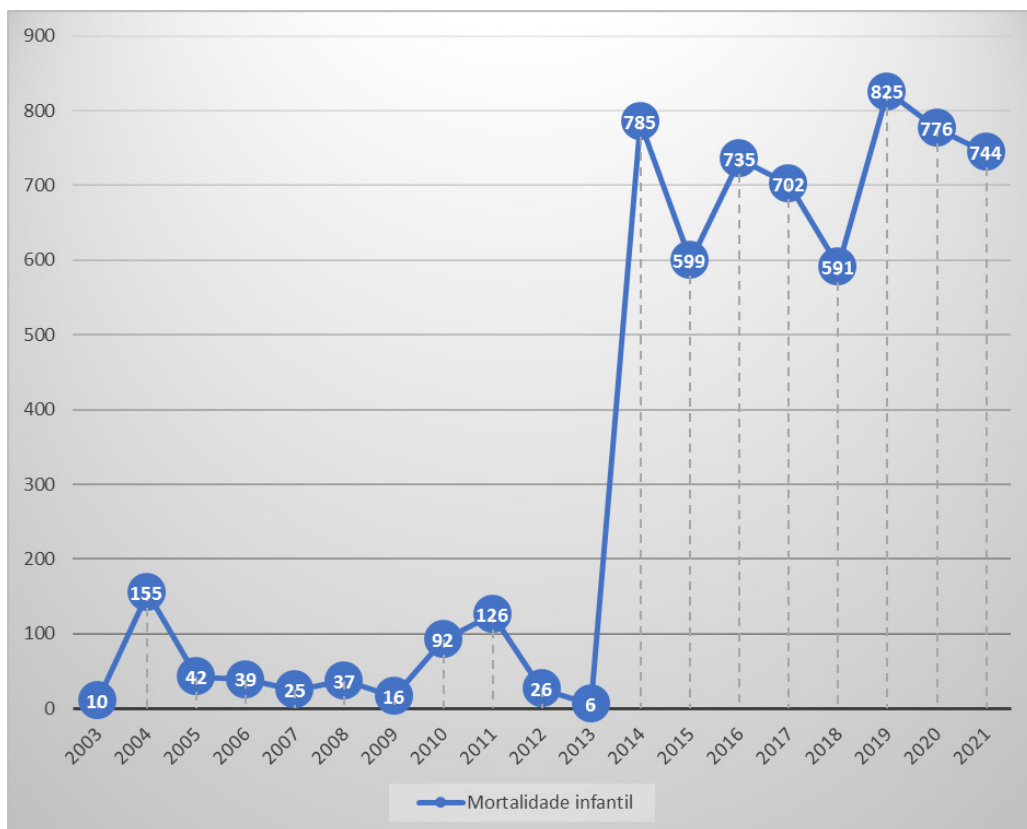


Gráfico 9.2 - Mortalidade infantil (nº. de vítimas) de 2003 a 2021.

Fonte: Observatório da Violência, CIMI. Relatórios de Violência contra os Povos Indígenas de 2003 a 2021. Produção própria dos autores.

Observa-se certa constância de 2003 a 2013, com altas e quedas nos números, mas pouca diferença numérica. Nesse período, três picos chamaram atenção, o primeiro ocorrido em 2004 durante gestão do presidente Lula tem suas causas nos altos casos de tuberculose entre o povo Xavante (Mato Grosso) e os casos de pneumonia e contaminação de água por mercúrio entre o povo Yanomami (Roraima/Amazonas). Em 2010 e 2011 sucedem os outros dois picos do período de 2003-2013, ambos na gestão do primeiro mandato da presidenta Dilma e estão diretamente relacionados com o baixo índice de demarcações de terra, o aumento das condições precárias de vida e a escalada dos conflitos territoriais.

Em 2014, o índice de mortalidade infantil cresce a números nunca registrados, passando de 6 a 785 vítimas. Assim como os dados de mortes por desassistência à saúde que aumentaram nesse período, a mortalidade infantil foi um dos efeitos das medidas do governo de Dilma Rousseff, que em 2014 impôs a paralisação de todos os procedimentos de demarcação de terra, ao passo que aumentou o diálogo e aceite de demandas da bancada ruralista. Os números de 2014 somente foram ultrapassados pelos de 2019, primeiro ano da gestão do presidente Bolsonaro.

A desnutrição, segunda principal causa da mortalidade infantil, foi sentida na pandemia em todas as faixas etárias. A pandemia da fome atingiu os territórios e aumentou a insegurança alimentar e nutricional de muitos povos. Diante desse contexto, as organizações indígenas regionais e organizações parceiras tiveram papel fundamental se suprir uma lacuna do Estado. Segundo o Relatório da APIB de 2020:

[...] as organizações indígenas e parceiros realizaram diversas mobilizações on-line para articular, através do Plano Emergência Indígena, a entrega de mais de 100 toneladas de cestas básicas para garantir a segurança alimentar dos nossos parentes (APIB, 2020, p. 9).

É importante relacionar essa ação da sociedade civil diante da lacuna de políticas do governo federal nesse período. Na contramão das demandas, a Funai teve seu orçamento reduzido. Desse valor diminuto, o valor efetivamente gasto foi abaixo do autorizado. Esses números são evidenciados no gráfico a seguir, a partir de dados da Siga Brasil.

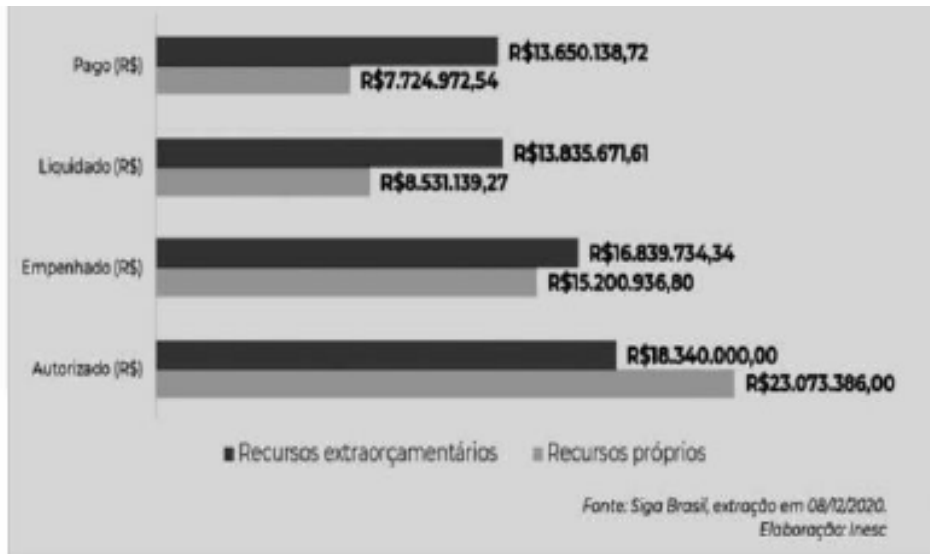


Gráfico 9.3 - Recursos destinados ao enfrentamento da covid-19 na Funai.

Fonte: Elaboração do Inesc, a partir de dados da Siga Brasil extraídos em 08/02/2020. Disponível no Relatório de Violência contra os Povos Indígenas 2020 do Observatório da Violência, CIMI, p. 14.

Os números denotam uma política deliberada de precarização da assistência aos povos indígenas. O aumento da mortalidade infantil e da desnutrição alimentar, que poderia ser evitado, foram consequências diretas de uma política de abandono dos povos indígenas, que transcorreram em paralelo com o aumento das invasões de território e violência, que se mostrará adiante. Não por acaso que os períodos quando as demarcações de terras diminuíram, as negociações com a ala ruralista do governo aumentaram.

CONFLITOS TERRITORIAIS, ASSASSINATOS E SUICÍDIOS

Com a Constituição Federal de 1988, o direito ao território tradicional indígena foi garantido, e a política fundiária de demarcação de terras foi reestruturada pela Fundação Nacional do Índio (Funai), órgão subordinado ao Ministério da Justiça. As áreas indígenas correspondem a aproximadamente 14% do território nacional (FUNAI, 2022) e correspondem com as Unidades de Conservação, a maior parcela de vegetação nativa do Brasil.

Essas áreas enfrentam constantemente invasões para a exploração ilegal de madeira e de minérios, pesca e caça ilegais e incêndios criminosos para a produção de pastos em franco conflito com a lei. Essas invasões são contabilizadas desde 2003 pelo CIMI e constam a seguir no Gráfico 9.4.

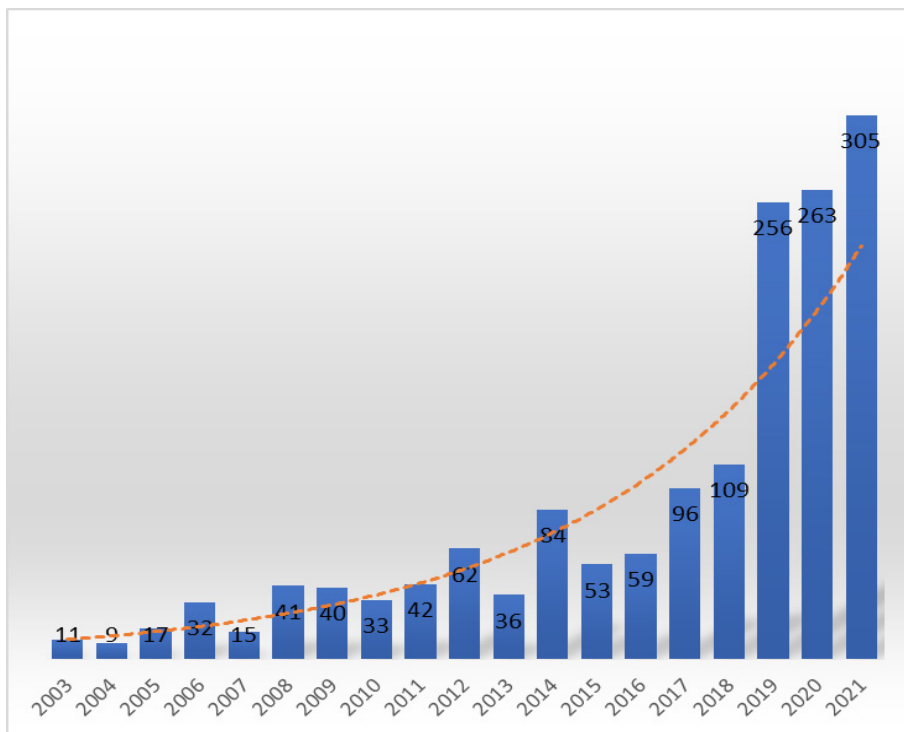


Gráfico 9.4 - Número de casos de invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio de 2003 a 2021.

Fonte: Observatório da Violência, CIMI. Relatórios de Violência contra os Povos Indígenas de 2003 a 2021. Produção própria dos autores.

Assim como as violências analisadas anteriormente, os períodos de 2014, 2017-2018 e 2019-2021 tiveram em comum, contextos políticos parecidos: nestes três períodos as demarcações de terras diminuíram e/ou foram paralisadas. Em 2014, havia uma movimentação política iniciada em 2013 de tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215/2000, que previa transferir ao poder Legislativo, a responsabilidade pela demarcação das terras indígenas. Em 2017, o então presidente da República Michel Temer assinou o parecer 001/17, o qual obriga a administração pública federal a aplicar a tese do Marco Temporal e as condicionantes do caso Raposa Serra do Sol (Petição 3388).

Em 2019, com a gestão de Bolsonaro, ocorreu a tentativa de transferir do Ministério da Justiça ao Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento a responsabilidade de execução da política de demarcação de terras indígenas. Nesse mesmo ano, houve um aumento de 134,9% dos casos relacionados às invasões, comparado com os registrados em 2018, o que representa mais que o dobro (CIMI, 2019, p. 78). Além disso, desde a redemocratização em 1988, o presidente Bolsonaro é o primeiro a não demarcar nenhuma terra indígena em quatro anos de governo (FUNAI, 2022). Esses contextos também foram refletidos nos índices de conflitos territoriais ilustrados no Gráfico 9.5 a seguir.

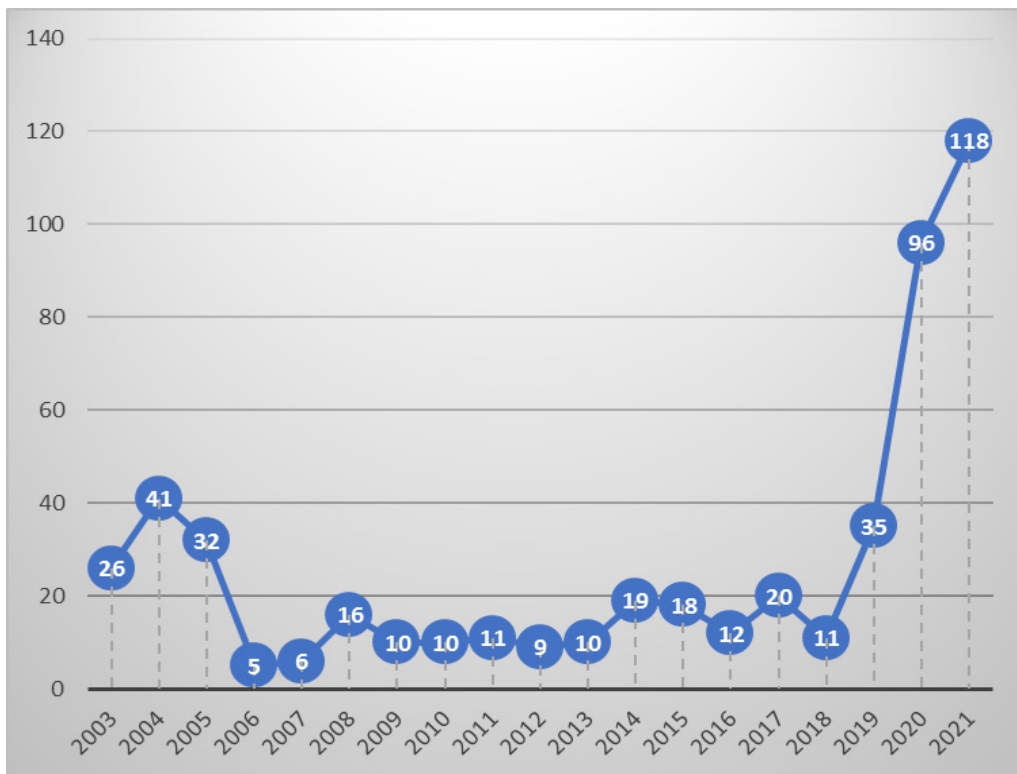


Gráfico 9.5 - Número de casos de conflitos territoriais de 2003 a 2021.

Fonte: Observatório da Violência, CIMI. Relatórios de Violência contra os Povos Indígenas de 2003 a 2021. Produção própria dos autores.

Os conflitos territoriais aumentaram expressivamente a partir de 2019, atingindo seu pico no período pandêmico. Importante mencionar o número de assassinatos de pessoas indígenas, ilustrados no Gráfico 9.6.

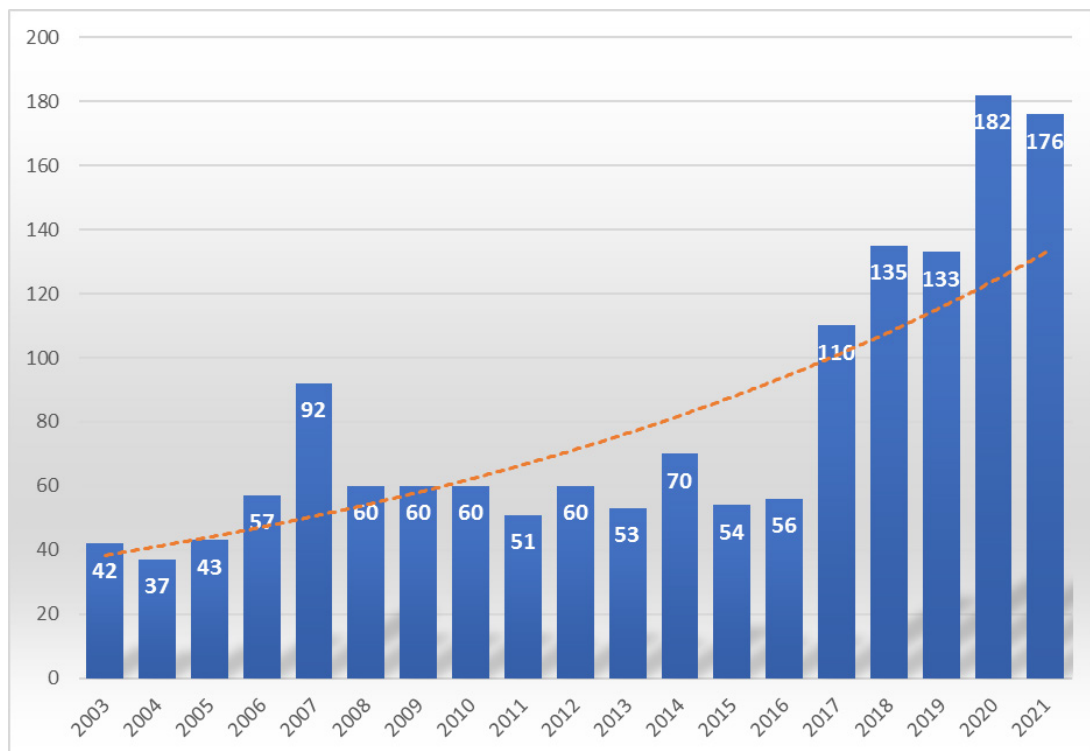


Gráfico 9.6 – Número de pessoas indígenas assassinadas de 2003 a 2021.

Fonte: Observatório da Violência, CIMI. Relatórios de Violência contra os Povos Indígenas de 2003 a 2021. Produção própria dos autores.

O maior número de pessoas assassinadas ocorre exatamente no contexto de governos que negaram ou negligenciaram os direitos dos povos indígenas. Segundo o CIMI, há casos de mortes associadas a perseguições, racismo e desavenças familiares, mas a maioria se relaciona com conflitos territoriais. Para o Cimi, “há uma estreita relação entre a falta de demarcação de terras e a violência que os povos indígenas enfrentam. A situação encontrada no Mato Grosso do Sul confirma esta regra” (2008, p. 59). O estado possui desde 2003 a 2021 o maior número de conflitos territoriais, invasões de terra e assassinatos, que envolvem principalmente o povo Guarani Kaiowá.

Durante o contexto pandêmico, o número de conflitos territoriais e assassinatos foram drasticamente acentuados, como bem se nota nos Gráficos 9.5 e 9.6 respectivamente. Em 2020 registrou-se um número 61% maior do que o registrado em 2019 de assassinatos, com 182 indígenas mortos. Sobre os conflitos territoriais, o número passou de 35, em 2019, para 96, em 2020, até atingir seu pico de 118, em 2021. Em paralelo a essa elevação dos conflitos, ocorreram acirradas movimentações políticas para alterações da política fundiária, como a tramitação do PL 490/2006 em tramitação na Câmara dos Deputados e da tese do Marco Temporal, no Supremo Tribunal Federal.



Gráfico 9.7 - Número de suicídios entre indígenas de 2003 a 2021.

Fonte: Observatório da Violência, CIMI. Relatórios de Violência contra os Povos Indígenas de 2003 a 2021. Produção própria dos autores.

O Gráfico 9.7 demonstra que o contexto pandêmico impactou no aumento do número de pessoas que cometeram suicídios. A linha ascendente demonstra como o suicídio está presente desde 2003 entre os territórios indígenas, mas que assim como os casos de assassinatos, de invasões territoriais e de conflitos territoriais, experimentou-se uma escalada. Esta se associa ao aumento da situação de vulnerabilidade diante da redução de políticas públicas aos povos indígenas. Seu pico ocorreu durante o segundo ano de pandemia e o terceiro da gestão de Bolsonaro, em 2021.

Diante dessa conjuntura e durante a pandemia, mesmo com o risco de contaminação, o movimento indígena organizou diversas ações e acampamentos para denunciar os riscos aos seus territórios, como a mobilização Luta pela Vida (2021), o Levante pela Terra (2021), a Marcha das Mulheres Indígenas (2021), e a participação na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 26).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto sistematizamos e analisamos os dados atuais relacionados com a saúde e violências aos direitos dos povos indígenas. O capítulo revela um quadro amplo e factual sobre a situação da violência aos indígenas, que veio a atingir em 2021 seu pico histórico desde o início das políticas indigenistas do Brasil. Esses dados referentes a assassinatos, escaladas de conflitos, mortalidade infantil, suicídios e fim das demarcações apontam claramente para o quadro de uma política não declarada de guerra aos povos indígenas por intermédio da precarização e ameaça às suas formas de vida e da omissão deliberada às invasões de seus territórios por garimpeiros, madeireiros, fazendeiros, grileiros, pescadores e caçadores. Em paralelo são tomadas iniciativas legais e políticas que visam legitimar e ampliar a invasão de seus territórios, cujos direitos estavam garantidos pela Constituição de 1988. A reprodução da cultura indígena depende da proteção de seus meios de vida, que estão associados ao território e seus recursos naturais. Em outras palavras, observa-se que nos últimos anos houve uma retomada de uma política etnocida de colonização territorial, já conhecida por esses povos desde que tomaram contato com os colonizadores. A omissão do Estado brasileiro tem servido de incentivo ao aumento das invasões e ameaças aos territórios indígenas em todas as regiões do país, bem como a pressão sobre a população pela violência e crescente vulnerabilização.

Este estudo demonstrou que a mortalidade infantil, desnutrição, conflitos territoriais, assassinatos e suicídios aumentaram em períodos em que o governo federal diminuiu ou paralisou a política fundiária de demarcação de terras indígenas, assim como as demais medidas de proteção à sua integridade territorial e a vida aos povos originários. Na ausência de medidas protetivas, os povos indígenas se vulnerabilizam frente à ação de grupos que historicamente os ameaçam.

Os dados evidenciam também que a pandemia teve um impacto 29% maior entre a população indígena em relação à população geral do Brasil. Além disso, o contexto pandêmico contribuiu para acentuar as desigualdades preexistentes, como demonstrado no texto.

Em face de tantas mobilizações e alertas das organizações indígenas, ambientalistas e o CIMI, seria muita ingenuidade analisar esse quadro sem considerar que as omissões ocorridas se tratam de uma política genocida e racista contra os povos originários.

REFERÊNCIAS

- ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL (APIB). (2020). *Nossa luta é pela vida: impacto da pandemia entre os povos indígenas*. [S.l.]: APIB, 10 dez. 2020. 1 vídeo (187 min). Publicado pelo canal APIB. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CfSS2yfvrR4>. Acesso em: 01 set. 2022.
- ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL (APIB). (2020). *Relatório "covid-19 e os povos indígenas: o enfrentamento das violências durante*

a pandemia” da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. Disponível eletronicamente em: https://emergenciaindigena.apiboficial.org/files/2020/12/APIB_nossalutaepelavida_v7PT.pdf. Acesso em: 05 set. 2022.

ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL (APIB). *Luta pela vida*. Disponível eletronicamente em: <https://apiboficial.org/luta-pela-vida/>. Acesso em: 01 set. 2022.

ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL (APIB). *Levante Indígena*. Disponível eletronicamente em: <https://casaninjaamazonia.org/levante-indigena/>. Acesso em: 01 set. 2022.

ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL (APIB). *Marcha das Mulheres*. Disponível eletronicamente em: <https://anmiga.org/marcha-das-mulheres/>. Acesso em: 01 set. 2022.

ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL (APIB). *Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 26)*. Disponível eletronicamente em: <https://apiboficial.org/cop26/>. Acesso em: 01 set. 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA (ABRASCO). (2020). *A covid-19 e a situação alimentar entre os povos indígenas: recomendações para o enfrentamento da pandemia*. Publicado em 17/04/2020. Disponível eletronicamente em: <https://www.abrasco.org.br/site/noticias/posicionamentos-oficiais-abrasco/a-covid-19-e-a-situacao-alimentar-entre-os-povos-indigenas-recomendacoes-para-o-enfrentamento-da-pandemia/47017/>. Acesso em: 01 set. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei 490, de 20 de março de 2007*. Altera a Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Estatuto do Índio. Brasília: Câmara dos deputados, 2007. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=345311>. Acesso em: 05 set. 2022.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 709*. Distrito Federal. Relator: Ministro Roberto Barroso. Pesquisa de Jurisprudência, Acórdãos, 31 de agosto de 2022. Disponível eletronicamente em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5952986>. Acesso em: 05 set. de 2022.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Recurso Extraordinário (RE-RG) 1.017.365 - Santa Catarina*. Relator: Ministro Edson Fachin. Pesquisa de Jurisprudência, Acórdãos, 6 de fevereiro de 2019. Disponível em: <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/repercussao-geral10442/false>. Acesso em: 05 set. 2022.

CENTRO DE SENSORIAMENTO REMOTO – UFMG (CSR-UFMG) (Brasil); INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA) (Brasil); OLIVEIRA, Ubirajara et al. *Modelagem da vulnerabilidade dos povos indígenas no Brasil ao covid-19. Nota Técnica*. 2020. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1H596_oDMOGf4mOTziHGfIrbyYM17PdyVj/view. Acesso em: 5 set. 2022.

- COMISIÓN INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS (CIDH). Pandemia y derechos humanos en las Américas. *Resolución 1/2020*. Disponível eletronicamente em: <https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/pdf/Resolucion-1-20-es.pdf>. Acesso em: 01 set. 2022.
- CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). Observatório da Violência contra os Povos Indígenas no Brasil. *Relatórios e edições anteriores (2003 à 2021)*. Disponível eletronicamente em: <https://cimi.org.br/observatorio-da-violencia/edicoes-anteriores/>. Acesso em: 01 set. 2022.
- FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (Funai). Ministério da Justiça e Segurança Pública. *Demarcação de terras indígenas*. Disponível eletronicamente em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/terras-indigenas/demarcacao-de-terras-indigenas>. Acesso em: 05 set. 2022.
- FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (Fiocruz). (2020) Risco de espalhamento da covid-19 em populações indígenas: considerações preliminares sobre vulnerabilidade geográfica e sociodemográfica, *4º relatório*, abril de 2020. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/documento/4o-relatorio-sobre-risco-de-espalhamento-da-covid-19-em-populacoes-indigena>. Acesso em: 01 set. 2022.
- FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (Fiocruz). (2021) Monitoracovid-19 – ICICT / FIOCRUZ. *Nota técnica 23*. Desigualdades na vacinação contra covid-19. Publicado em 20 dez. 2021. Acesso eletronicamente em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/monitoracovid-19-avalia-desigualdades-no-processo-de-vacinacao>. Acesso em: 05 set. 2022.
- INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE). Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. *Perguntas frequentes*. Disponível eletronicamente em: <http://www.inpe.br/faq/index.php?pai=6>. Acesso em: 01 set. 2022.
- INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). *Plataforma de monitoramento da situação indígena na pandemia do novo coronavírus (covid-19) no Brasil*. Disponível eletronicamente em: <https://covid19.socioambiental.org/#:~:text=Primeiro%20informe%20da%20Sesai%20durante,se%20espalhar%20muito%20mais%20r%C3%A1pido>. Acesso em: 01 set. 2022.
- JORNAL O GLOBO. Época. Coluna Expresso por Murilo Ramos. “Não demarcarei um centímetro quadrado mais de terra indígena”, diz Bolsonaro. Publicado em 12/12/2018. Disponível eletronicamente em: <https://oglobo.globo.com/epoca/expresso/nao-demarcarei-um-centimetro-quadrado-mais-de-terra-indigena-diz-bolsonaro-23300890>. Acesso em: 01 set. 2022.
- ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). *Comunicado de la Secretaría General de la OEA sobre situación de la población indígena durante la crisis del covid-19*. Publicado em 03/04/2021. Disponível eletronicamente em: https://www.oas.org/es/centro_noticias/comunicado_prensa.asp?sCodigo=C-029/20. Acesso em: 01 set. 2022.

ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Oficina do Alto Comissariado das Nações Unidas. *Directrices Relativas a la covid-19*, p. 8. Genebra, 14 de abril de 2020. Disponível eletronicamente em: https://www.ohchr.org/Documents/Events/covid-19_Guidance_SP.pdf. Acesso em: 01 set. 2022.

SENADO FEDERAL. Nelson Oliveira em Agência Senado. “*Garimpos na Amazônia revolta indígenas, assusta estudiosos e mobiliza senadores*”. Publicado em 03/09/2021. Disponível eletronicamente em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/09/garimpo-na-amazonia-revolta-indios-assusta-estudiosos-e-mobiliza-senadores>. Acesso em: 01 set. 2022.

CAPÍTULO 10

DIFICULDADES PARA O ACESSO AO ABORTO LEGAL NO CENÁRIO DA PANDEMIA DE COVID-19⁴⁴

Cláudia Medeiros de Castro; Elizabete Franco Cruz

RESUMO

O cenário da pandemia de Covid-19 impactou as mulheres no Brasil, pois além do adoecimento e das mortes, houve aumento da violência, recrudescimento das ações voltadas para o controle dos seus corpos, cerceamento do acesso aos serviços de saúde reprodutiva com a consequente restrição aos direitos sexuais e reprodutivos. O governo brasileiro de extrema direita eleito em 2018 foi fortalecido e fortaleceu internamente a onda conservadora, especialmente nas questões da saúde da mulher, enquanto externamente se alinhou aos países que criaram uma aliança internacional conservadora antiaborto. Nosso objetivo neste ensaio é tecer uma reflexão sobre a questão do aborto no Brasil durante a pandemia de covid-19. Com vistas a alcançar esse objetivo

44 Em janeiro de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o mundo encontrava-se em uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional por conta da disseminação do novo coronavírus. Em março, a disseminação geográfica dos casos de covid-19 levou a OMS declarar que estávamos em uma pandemia. OPAS. Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional. Folha informativa sobre covid-19. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 31 ago. 2022.

apresentamos uma introdução ao tema, depois um breve histórico sobre aborto no Brasil, posteriormente destacamos o desenvolvimento desta questão em tempos de pandemia e finalizamos com reflexões que nos parecem importantes em termos de preservação e promoção dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres.

INTRODUÇÃO

Neste ensaio apresentamos a discussão sobre as tentativas de cerceamento ao direito de acesso ao aborto legal no Brasil promovido pelo governo Bolsonaro durante a pandemia de covid-19, entendido como uma estratégia bio-necropolítica, ou seja, uma estratégia de controle dos corpos e da vida e da morte das mulheres. Nossas reflexões estão apoiadas em estudos feministas e de gênero que abordam questões de saúde e direitos sexuais e reprodutivos, além de autores como Foucault e Mbembe. A pandemia desenhou a necessidade de distanciamento social e dificultou o acesso a serviços de saúde e este contexto foi vivenciado num tempo histórico em que o país tinha um governo federal de extrema direita, eleito em 2018, que defendeu um conjunto de pautas retrógradas para a vida e saúde das mulheres. O amálgama dessas duas dimensões significou retrocesso, fortalecimento de discursos de controle dos corpos das mulheres e perda de direitos, especialmente na dimensão do aborto, mas não somente nesta questão, pois outras áreas também viveram retrocessos, especialmente aquelas que envolvem direitos humanos ligados à interseccionalidade de marcadores sociais da diferença, como raça/etnia, classe e idade.

É preciso observar a capilaridade da discursividade de controle e retrocesso, que, apesar de orquestrada por discursos e diretrizes do Governo ganha força nas iniciativas que partem do legislativo nos âmbitos federal, estadual e municipal, judiciário, conselho de medicina, igrejas e mídia.

A análise dessa situação nos remete a algumas ferramentas conceituais, especialmente o conceito de relações de gênero, que aponta a construção sociocultural de um lugar de subalternidade para o feminino, que deve ter seu corpo regulado no exercício da sexualidade e da reprodução. Sempre importante lembrar que existem resistências, por isso em várias pautas as mulheres conseguem resgatar seus direitos, mas esse jogo de poder impacta negativamente a vida das mulheres. Precisamos observar que as questões de gênero são determinantes do lugar social que ainda enfrentamos, especialmente quando consideramos fenômenos, como violência, direitos sexuais e reprodutivos.

Lamentavelmente estivemos diante de um governo que operou a necropolítica, não somente em relação ao aborto, mas também em relação à covid-19 e outras pautas. Além disso, misoginia, racismo, homofobia e transfobia fazem parte do nosso cotidiano.

Com Foucault (2003) pensamos que esse processo faz parte de uma biopolítica destinada ao governo dos corpos da população, no caso em cena, das mulheres.

O autor descreve que o poder sobre a vida se desenvolveu em dois polos interligados

[...] o primeiro a ser formado, ao que parece, centrou-se no corpo como máquina: no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos que caracterizam as disciplinas: anátomo política do corpo humano. O segundo, que se formou um pouco mais tarde, por volta da metade do século XVIII, centrou-se no corpo espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade e com todas as condições que podem fazê-los variar: tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores: uma bio-política da população (FOUCAULT, 2003, p. 131).

A biopolítica sobre os corpos das mulheres tem foco especial no controle da reprodução e no fortalecimento da ideia da maternidade como destino, o que se coaduna perfeitamente com discursos de defesa da família nuclear como único modelo aceitável, e de discursos antigênero que atacam todas as possibilidades de abrir portas para sexualidades, identidades e famílias não hegemônicas.

Nessa discursividade, a ideia de natureza atrelada ao feminino é especialmente voltada para manutenção do sexo biológico como definidor do feminino e a maternidade é tomada como sina inquestionável. Por isso nessa lógica é tão importante combateras direito ao aborto. Essa perspectiva define lugares e (im)possibilidades socioculturais para as mulheres. A biopolítica que controla os corpos das mulheres faz um grande investimento na maternidade. E, tal investimento ao mesmo tempo se ocupa de negar o direito ao aborto e envolve uma política que recrudescer a morte de mulheres.

Mbembe (2016) cunha o termo necropolítica e mostra um cenário no qual as fronteiras entre sacrifício, redenção, liberdade desaparecem, e o que se faz é deixar morrer. A falta de direito ao aborto e a perseguição às mulheres que têm o direito legal de fazê-lo podem ser lidas como parte de uma necropolítica, basta ver o sofrimento e a morbi-mortalidade das mulheres neste cenário. E cabe destacar que as mulheres negras são mais prejudicadas do que as mulheres brancas.

Quando acionamos a ideia de bio-necropolítica estamos falando do diálogo entre estas duas formas de poder que são trazidas nos trabalhos de Foucault e Mbembe, o governo sobre a vida e sobre a morte.

A regulação da vida ao redor do controle dos nascimentos e do aborto também é marcada pela mortalidade ligada ao aborto que acontece, especialmente com mulheres que não têm recursos para pagar um aborto ilegal. Nesse sentido, o controle do aborto também permite a morte, mas a morte de algumas mulheres.

Na pandemia o governo brasileiro adotou uma política de morte, de deixar morrer (sem vacina, sem medidas de educação para prevenção, sem oxigênio) e esta política se entrecruzou à necropolítica já existente em relação ao aborto. A vida das mulheres, especialmente das pobres, negras e indígenas que já representavam vidas de menos valor, tão pouco foram valorizadas na pandemia. Nos próximos tópicos deste ensaio apresentamos uma breve trajetória da (des)criminalização do aborto, o contexto no cenário pandêmico e algumas reflexões finais.

TRAJETÓRIA DA (DES) CRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO NO BRASIL

O aborto é criminalizado no Brasil, porém, desde 1944 é previsto em duas situações no Código Penal: quando a vida da mulher está em risco e nos casos de estupro. Apesar dessa previsão legal foi apenas em 1989 que o primeiro serviço de aborto legal do Brasil foi criado, na cidade de São Paulo. Na época, Luiza Erundina era prefeita e foi escolhido o Hospital Municipal Dr. Arthur Ribeiro de Sabóia, mais conhecido como Hospital do Jabaquara, para que a equipe de saúde fosse capacitada e o serviço disponibilizado para as mulheres (COLÁS et al., 1994).

Nos anos seguintes outros serviços foram criados em hospitais públicos, por exemplo, no Hospital Pérola Byington, também na cidade de São Paulo (TALIB; CITELI, 2005); no Centro de Atenção Integral à Saúde da Mulher (CAISM) da Unicamp, em Campinas; no Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo. Entretanto, faltavam diretrizes do Ministério da Saúde para a promoção do cuidado ético, humanizado, tecnicamente adequado e que oferecessem mais segurança para as equipes que proviam o atendimento no território nacional. Foi essa busca de oferecimento do cuidado integral para as adolescentes e mulheres que resultou na publicação pelo Ministério da Saúde em 1999 de uma Norma Técnica específica para a atenção às adolescentes e mulheres que sofreram violência sexual. A Norma apresentava os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil no sentido do enfrentamento da violência contra a mulher, como a *Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar e a violência contra a mulher*, conhecida como Convenção de Belém do Pará, que tinha como princípios norteadores o respeito aos direitos sexuais e reprodutivos, informava sobre os marcos legais, e oferecia segurança para a tomada de decisão por parte dos profissionais de saúde. Trazia também os aspectos éticos, o cuidado humanizado, a importância da atenção multidisciplinar e as boas práticas clínicas. A Norma Técnica foi revisada em duas ocasiões e em 2011 foi publicada a terceira edição (BRASIL, 2011).

Em 2012, o Supremo Tribunal Federal, em resposta a uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF-54), movida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Saúde, julgou como inconstitucional a criminalização das mulheres que interrompem a gestação de feto anencéfalo. Prevaleceu o entendimento de que não se deve obrigar uma mulher a seguir com gestação de feto incompatível com a vida humana – uma vez que não desenvolverá as funções cerebrais que caracterizam o humano –, e ampliou o direito de interrupção da gravidez. A condição fetal que

permite a “antecipação terapêutica do parto” deve ser atestada por médicos, conforme regulamentado pelo Conselho Federal de Medicina (DINIZ; MEDEIROS; MADEIRO, 2016).

Destacamos que anos se passaram até o julgamento favorável à ADPF-54, evento que foi antecedido por decisões jurídicas que datam de 2004, ocasião em que o Ministro do STF Marco Aurélio de Melo deu liminar favorável à ação, que em seguida foi cassada após parecer contrário do Procurador Geral da República Cláudio Fonteles.

Ribeiro e Spink (2012) analisaram as estratégias retóricas contidas nos textos produzidos nessa disputa no âmbito do judiciário. Aqueles a favor da criminalização usaram argumentos religiosos e morais para impor sua visão parcial, em detrimento de uma perspectiva plural esperada dos representantes de Estado, enquanto os que defendiam o direito das mulheres evitaram o uso da palavra aborto, usaram recursos retóricos como a expressão “antecipação terapêutica do parto”, mas, sem se esquivar da defesa do direito de escolha.

A decisão do STF ampliou o direito das mulheres fazerem suas escolhas reprodutivas e ofereceu condições legais para evitar situações em que grávidas de fetos anencéfalos dependam de autorização judicial para interrupção da gestação, que em alguns casos chegava tardiamente ou era negada, como relatado no texto da decisão citada. Entretanto, as barreiras para o acesso à interrupção legal da gravidez persistem no país. Estudo de Diniz, Medeiros e Madeiro (2016) que fez uma abordagem censitária dos serviços de aborto legal no país identificou 67 serviços, sendo que 60% estavam concentrados na região sudeste. Por ocasião do estudo, em sete estados, os serviços já não estavam em atividade. Estudo anterior, realizado no estado de São Paulo, identificou que 268 dos serviços de saúde que informaram realizar algum tipo de atenção às pessoas em situação de violência, porém menos de 50% dispensavam contracepção de emergência ou medicamentos para prevenção ou tratamento de ISTs e apenas 9 serviços hospitalares informaram que realizavam aborto legal (CASTRO; LAGO; BATISTA, 2014).

Os contornos perversos das barreiras para o acesso ao aborto legal no Brasil podem ser exemplificados especialmente nos casos noticiados pela mídia, que envolvem meninas que foram estupradas e engravidaram. Em 2020, no estado do Espírito Santo, uma menina de dez anos que foi estuprada pelo marido da tia, teve que viajar até o Recife para conseguir realizar o aborto, pois o atendimento foi negado no seu estado de origem. Encaminhada para realizar o atendimento no Recife, a menina teve que ser escondida no porta-malas do carro, para evitar a fúria de um grupo contra o aborto que fazia manifestação na entrada do hospital (EXTRA, 2020). Em 2022, no estado de Santa Catarina, uma menina de onze anos, grávida após estupro, foi questionada pela promotora se “suportaria” mais algumas semanas de gestação, durante audiência em que era solicitada a permissão para o aborto legal. O pedido foi negado (CORREIO BRAZILIENSE, 2022). Cabe lembrar que a mãe da menina também foi ouvida e que a menina foi institucionalizada, afastada da mãe, em nome de uma “proteção” que inviabilizava o aborto. A juíza era branca e a família da menina era negra.

A divulgação dos casos pela mídia e a repercussão nacional resultou em mobilização que garantiu o respeito ao direito de interromper as gestações. Lamentavelmente, são situações que provavelmente se repetem cotidianamente no país.

Embora neste texto nosso foco seja o aborto legal, é importante assinalar que a criminalização do aborto no Brasil não impede que milhares de mulheres se submetam a práticas inseguras para a interrupção da gravidez. Estudo divulgado em 2008 estimou entre 729.614 e 1.250.767 ocorrências de aborto inseguro em 2005, com maiores taxas de aborto nas regiões mais pobres do país (ADESSE; MONTEIRO, 2008). Enquanto estudo mais recente, a Pesquisa Nacional do Aborto de 2016, estima que aos 40 anos, 1 em cada 5 mulheres, alfabetizadas e de centros urbanos, tenha realizado pelo menos um aborto ao longo da vida reprodutiva (DINIZ, 2017). Cabe ressaltar que a criminalização do aborto afeta especialmente as mulheres mais pobres. Como assinala Heilborn (2012) em estudo sobre itinerários abortivos, entre mulheres de estratos médios, o aborto é assunto discutido e há maior possibilidade de realização do aborto de forma mais segura, enquanto nas chamadas camadas populares, há maior rejeição na discussão do tema. Para as mulheres pobres, os itinerários são mais longos e as experiências mais dramáticas, o que evidencia “a imensa iniquidade social presente no país” (HEILBORN, 2012, p. 1709).

A discussão sobre descriminalização do aborto no Brasil sempre encontrou forte resistência de setores conservadores. Ações articuladas para a restrição do acesso ao aborto ganharam força nos últimos anos, exemplificadas com os projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional, como o PL 5069 de Eduardo Cunha, que veta orientações sobre o aborto previsto em lei e até mesmo dificulta a prescrição da contracepção de emergência. Em 2015, após o PL ter sido aprovado na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, ocorreram protestos das mulheres em diversas cidades como São Paulo e Rio de Janeiro (ROSSI, 2015).

Outra iniciativa que evidencia o desrespeito às mulheres é o Projeto de Lei 5435/2020 que ficou conhecido como “bolsa estupro”, por propor que o Estado pague um auxílio às mulheres até que a criança gerada a partir de um estupro complete 18 anos. O PL prevê que o estupro assuma as funções de “genitor”, com o pagamento de pensão alimentícia. Além das ações no legislativo, há também tentativas de calar as mulheres organizadas, como a ação promovida pelo Centro Dom Bosco, que visava proibir a organização “Católicas Pelo Direito de Decidir”, – que defende os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e a descriminalização do aborto –, de usar a palavra “católicas”. O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) acatou o pedido e determinou que organização alterasse o nome e até mesmo o estatuto. Porém, em agosto de 2022, o Supremo Tribunal de Justiça derrubou a decisão (CFMEA, 2022), vitória importante por colocar limite em mais uma investida contra as mulheres.

A Constituição Brasileira afirma que o Estado é laico, entretanto, no governo de extrema direita de Jair Bolsonaro a onda conservadora ganhou mais fôlego e teve o espaço de atuação ampliado em várias frentes. No legislativo, contou com parlamentares alinhados à chamada agenda de costumes, vide a proposição do PL 5435/2020, citado no parágrafo anterior. No executivo, o governo criou o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), subordinado à Secretaria Nacional de

Políticas para as Mulheres. O MMFDH teve como ministra uma pastora evangélica, que afirma ser contra a “ideologia de gênero”, como fartamente anunciado pela imprensa (CARTA CAPITAL, 2019). No plano internacional o governo brasileiro se alinhou aos países conservadores que têm uma agenda antiaborto. O governo eleito em 2018 passou a integrar um grupo com cerca de 32 países que assinaram a Declaração do Consenso de Genebra,⁴⁵ que foi capitaneado por Donald Trump quando ocupava a presidência dos Estados Unidos. O documento produzido pelo grupo defende o modelo de família resultante da união homem-mulher, afirma importância do acesso às ações para saúde da mulher “sem incluir o aborto”, afirma que o direito internacional não obriga os Estados a financiarem ações relativas ao aborto. É um documento incompatível com os acordos internacionais que visam à proteção dos Direitos Humanos, em especial das pessoas LGBTQIA+ e das mulheres (PEREIRA, 2021). Após a eleição de Joe Biden em 2021, o país saiu do grupo, o mesmo aconteceu com a Colômbia que também se retirou em 2022, após Gustavo Petro assumir a presidência. Fazem parte do grupo países como Bahrein e Egito, conhecidos pelas restrições impostas às mulheres, por exemplo, a recente perseguição às influenciadoras digitais no Egito. Com a saída dos Estados Unidos do grupo, o Brasil se colocou como liderança na ofensiva mundial contra o aborto⁴⁶ (CHADE, 2022).

Internamente, os tentáculos da agenda conservadora se estenderam ao Ministério da Saúde (MS), órgão do governo no qual são elaboradas e atualizadas as diretrizes e operacionalizadas as ações voltadas para a saúde da população, como as ações de enfrentamento da covid-19. É no MS que estão áreas técnicas, como a Área Técnica da Saúde da População Negra, Saúde da Criança, Saúde da Mulher. Como veremos adiante, foi em pleno cenário pandêmico que as conquistas das mulheres em relação à saúde sexual e reprodutiva foram profundamente atacadas.

PANDEMIA E O ACESSO AO ABORTO LEGAL: RETROCESSOS NOS DIREITOS REPRODUTIVOS DAS MULHERES

A pandemia de covid-19 impactou enormemente a população mundial, pois além da letalidade e agravos à saúde física e emocional, resultou também em impactos econômicos. No Brasil, a morte de quase 700.000 pessoas por covid-19, nos coloca como

45 O texto do Consenso de Genebra está disponível na íntegra em sites de organizações pró vida, como o *Americans United for Life*. Disponível em: <https://aul.org/wp-content/uploads/2021/06/geneva-consensus-declaration-english.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2023.

46 Luis Inácio Lula da Silva foi eleito para seu terceiro mandato que teve início em janeiro de 2023. No dia 16 de janeiro anunciou o encerramento de sua participação no Consenso de Genebra, em nota afirmou seu compromisso com a defesa dos direitos das mulheres e das liberdades fundamentais. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/janeiro/brasil-encerra-participacao-no-consenso-de-genebra-e-anuncia-novas-relacoes-com-mecanismos-internacionais-em-defesa-dos-direitos-humanos-1#:~:text=COOPERA%C3%87%C3%83O%20INTERNACIONAL-,Brasil%20encerra%20participa%C3%A7%C3%A3o%20no%20Consenso%20de%20Genebra%20e%20anuncia%20novas,em%20defesa%20dos%20direitos%20humanos&text=A%20troca%20de%20informa%C3%A7%C3%B5es%20e,perspectiva%20a%20partir%20de%202023>. Acesso em: 24 jan. 2023.

o terceiro país em mortes por 100 mil habitantes.⁴⁷ Entretanto, as mortes não afetaram igualmente a população. Se, no início da pandemia os idosos e idosas foram os que mais morreram, nos meses seguintes, os dados desagregados mostraram que as mortes refletem a histórica desigualdade de classe, raça e gênero que perdura no país. Morreram mais pobres e moradores de bairros da periferia e, quando os dados são desagregados por cor, os negros foram as principais vítimas, como exemplo citamos os das internações e óbitos em Semanas Epidemiológicas de abril a maio de 2020, que indica mais internações de brancos, porém, maior número de óbitos de negros (OLIVEIRA et al., 2020). A desigualdade racial também pode ser expressa nos dados que indicam que ocorreu uma morte para cada 3 negros hospitalizados e uma morte para cada 4,4 brancos hospitalizados pela Síndrome Respiratória Aguda (SOUZA; SILVA, 2022). Quanto às mulheres, especialmente as que estavam grávidas ou no pós-parto, houve aumento da mortalidade materna, conforme estudo feito com dados dos primeiros meses da pandemia de covid-19, que encontrou 124 mortes de gestantes e puérperas, o que já evidenciava esse aumento. O mesmo estudo mostrou que 71% eram mulheres “não brancas”, destacando também que 22,6% não foram internadas em UTI e, para 14,6% delas não foi ofertado nenhum cuidado para desconforto respiratório (TAKEMOTO et al., 2020). Ou seja, eram mulheres grávidas ou no pós-parto que morreram em extremo sofrimento.

Uma das recomendações para conter a disseminação do vírus SARS-CoV-2 foi para que as pessoas ficassem em casa, que fizessem o distanciamento social. O objetivo era reduzir o contato entre as pessoas de maneira que aquelas infectadas com vírus, mas não diagnosticadas não seguissem disseminando para outras pessoas (AQUINO et al., 2020). Assim, escolas tiveram as aulas suspensas, alguns locais de trabalho substituíram as atividades pelo trabalho em casa, o chamado trabalho remoto, eventos públicos foram cancelados. Para muitas mulheres, adolescentes e crianças, ficar em casa, afastadas do trabalho e da escola, significava ficar em contato muito próximo com o agressor. Estima-se que uma em cada três mulheres no mundo já tenham sofrido algum tipo de violência (física e/ou sexual),⁴⁸ sendo o parceiro um dos principais agressores, ou seja é um evento que ocorre em todo o mundo, sendo mais comum em países mais pobres, assim, temia-se que a proximidade resultasse em aumento da violência doméstica e sexual, situação que poderia ser agravada pela dificuldade em buscar ajuda (CORTES et al., 2020).

Como afirmado pelo Ministério da Saúde “a violência sexual não é somente reveladora da desigualdade de gênero, mas também é emblemática desta” (BRASIL, 2012, p. 12), assim, no cenário de crise, com exacerbação das desigualdades, as situações de

47 Dados atualizados em 23 de janeiro de 2023 pelo *Resoucer Center Coronavirus* da *Johns Hopkins University of Medicine* informam que o Brasil registrou 696.257 mortes, com taxa de 327,56 mortes/100 mil habitantes. Disponível em: <https://coronavirus.jhu.edu/data/mortality>. Acesso em: 24 jan. 2023.

48 O Relatório da OMS e grupo de trabalho denominado *Global, regional and national estimates for intimate partner violence against women and global and regional estimates for non-partner sexual violence against women*, apresenta dados de 161 países sobre violência contra a mulher. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/115652-oms-uma-em-cada-3-mulheres-em-todo-o-mundo-sofre-violencia>. Acesso em: 24 jan. 2023.

violência sexual, de estupro, certamente resultariam em casos de gravidez. Assim fazia-se necessário garantir o acesso das mulheres aos serviços de saúde para atenção integral às pessoas em situação de violência sexual, para que pudessem receber o tratamento para profilaxia de Infecções Sexualmente Transmitidas (IST) e outras doenças e ter acesso ao acolhimento, aconselhamento e o aborto, caso desejassem interromper a gravidez resultante da violência sexual.

Cabe aqui destacar a iniciativa de países, como Inglaterra, Irlanda, Escócia e País de Gales, para garantir o respeito às escolhas reprodutivas das mulheres no cenário pandêmico. Lá o aborto é permitido até 23 semanas e 6 dias de gravidez. No período pandêmico, as mais de 60 clínicas de uma organização não governamental, que realizam aborto com apoio financeiro do *National Health Service* (NHS), disponibilizaram atendimento por telemedicina para consulta, acolhimento e orientação das mulheres com teste positivo de gravidez e distribuíram as pílulas abortivas para uso em casa, com possibilidade de retirada dos medicamentos no local ou entrega no domicílio. A justificativa era garantir o acesso e evitar a circulação do vírus SARS-CoV-2, bem como contribuir para o uso mais racional dos recursos humanos da saúde, uma vez que havia grande demanda de profissionais de saúde para trabalho relativo à pandemia (MSI REPRODUCTIVE CHOICES, 2021).

A experiência da permissão para realização do aborto até 10 semanas em casa, iniciada no primeiro ano da pandemia, posteriormente foi objeto de consulta pública na Inglaterra. Na página do NHS referente à consulta há dados que mostram o aumento do número de abortos em todos os meses de 2020, quando comparados à 2019, o que, em nosso entendimento, mostra a importância da iniciativa (NATIONAL HEALTH SERVICE, 2022).

No Brasil, o que vimos foi o contrário: restrição de acesso. O Hospital Pérola Byington, que é referência para a atenção às crianças, adolescentes e mulheres vitimizadas por violência sexual e na realização do aborto legal no estado de São Paulo, resolveu interromper o atendimento. Em março de 2020, o local onde eram atendidas as adolescentes e mulheres que buscavam o aborto legal foi transformado em posto de atendimento para casos de gripe. As mulheres passaram a ser orientadas a buscar maternidades que, segundo o hospital, estavam preparadas para realizar o procedimento (FUNDAÇÃO PATRÍCIA GALVÃO, 2020). Houve reação do movimento de mulheres e do Ministério Público e a direção do hospital voltou a oferecer o procedimento.

Levantamento feito pela reportagem do site AzMina identificou que apenas 55% dos serviços estavam funcionando no país no decorrer da pandemia. Esse dado mostra a imensa vulnerabilidade das mulheres, das que sofrem estupro, correm riscos ou em gestação de fetos anencéfalos (FERREIRA; SILVA, 2020).

Em um cenário de retrocesso, há que se destacar a iniciativa de uma médica do Núcleo de Atenção Integral a Vítimas de Violência Sexual do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia, em Minas Gerais, que ofereceu atendimento em telemedicina para as mulheres com gravidez resultante de estupro que buscavam o aborto legal (UFU COMUNICA, 2021). Nessa universidade foi elaborada a *Cartilha Aborto Legal via tele saúde – orientações para serviços de saúde 2021*.

Lamentavelmente, o Ministério da Saúde, o Ministério Público Federal, a Defensoria Geral da União e o Conselho Federal de Medicina posicionaram-se contra esse tipo de atendimento, como pôde ser visto na circular 182/2021 do Conselho Federal de Medicina (CFM, 2021). Alegam que o uso do misoprostol (medicamento usado para o aborto) fora do ambiente hospitalar, oferece risco para as mulheres. Nos países citados anteriormente (Inglaterra, Escócia, País de Gales) são dispensados dois medicamentos para as mulheres que farão a interrupção da gestação em casa: mifepristone e o misoprostol. Isso nos leva a indagar quais as motivações para as decisões das autoridades de saúde do Brasil, no que diz respeito ao aborto medicamentoso.

Ainda em 2020, no mês de agosto, o Ministério da Saúde revogou a Norma Técnica para redução dos agravos resultantes da violência sexual contra adolescentes e mulheres e substituiu pela Portaria 2282, com o nítido objetivo de dificultar a realização do aborto previsto em lei. O texto indicava que os casos de autorização de aborto fossem repostados para autoridade policial e a realização de ultrassonografia, no artigo 8º recomendava que fosse mostrado o exame de ultrassonografia fetal para mulher. Uma ação entendida como mais uma violência, perpetrada por quem deveria cuidar das mulheres.

Houve uma grande reação das organizações de mulheres, profissionais da saúde, operadores e operadoras do direito, entre tantos atores sociais. A reação foi tamanha que até resultou no *Dossiê – reações da sociedade brasileira contra a Portaria 2282 de 27 de agosto de 2020* (CFEMEA, 2020). A Portaria foi revogada e substituída pela Portaria 2561, em setembro. No novo texto, foi retirada a recomendação sobre mostrar o resultado da ultrassonografia fetal. Não há no novo texto, por exemplo, as informações técnicas sobre profilaxia de Infecções Sexualmente Transmitidas e outras doenças, bem como outras informações técnicas necessárias para nortear o trabalho das equipes de saúde.

Em 2022, o Ministério da Saúde, publicou o documento *Atenção Técnica para Prevenção, Avaliação e Conduta nos Casos de Abortamento* (BRASIL, 2022), que pode ser entendido como um substituto da *Norma Técnica – Redução de agravos resultantes da violência sexual contra adolescentes e mulheres*, anteriormente publicada pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2011). Na apresentação constam informações sobre as principais causas de morte materna, e, embora admita que o aborto é a quinta causa de morte materna no Brasil: afirma que “mortes por aborto correspondem a um número pequeno” (BRASIL, 2022, p. 7) e que o enfrentamento da mortalidade materna não devem ser norteados por “causas ideológicas”; e adota um tom que consideramos minimizador ao apresentar dados de mortes por aborto por ano no país,⁴⁹ seguidos da argumentação de que eventos de grande magnitude para a população é que devem ser tratados como problemas de saúde pública.

Nas primeiras páginas do texto apresenta os compromissos internacionais firmados e acrescenta o Consenso de Genebra de 2020, que é parte da ofensiva internacional dos países contra o aborto, como já explicado anteriormente. Afirma que “não

49 Como o aborto é criminalizado, os dados dos sistemas de saúde não informam a real magnitude desse evento na vida das mulheres do país.

existe aborto legal” e utiliza “aborto por excludente de ilicitude”, em detrimento da expressão que sempre foi utilizada nos textos sobre o tema no país (BRASIL, 2020, p. 14). Ao longo de quatro páginas apresenta informações sobre sobrevivência de bebês extremo prematuros, que nasceram com idade gestacional a partir de 22 semanas. Afirma que as consultas para aborto legal por telemedicina não são recomendadas pelo MS e que tal ação é “ilegal”. Os dados sobre aborto, apresentados no documento, parecem ter a clara intenção de se contrapor aos estudos que estimam o número de abortos no país, como os estudos já mencionados nesse texto: o estudo que estimou entre 729.614 e 1.250.767 ocorrências em 2005 (ADESSE; MONTEIRO; LEVIN, 2008) e a Pesquisa Nacional do Aborto de 2016 que considera que aos 40 anos, 1 em cada 5 mulheres, tenha realizado pelo menos um aborto ao longo da vida reprodutiva e estimou a ocorrência de 4,7 milhões de abortos⁵⁰ (DINIZ, 2017).

A falsa ideia de que a descriminalização do aborto⁵¹ aumenta o número de casos, contribui para embasar as ações de controle dos corpos das mulheres pelo legislativo, judiciário e pelas religiões. Mas, os dados que estimam a magnitude do aborto, indicam que as ações restritivas não impedem a realização do aborto.

Estudo de (SEVIERI; SANTOS, 2022) mostrou que entre 2018 e 2020 ocorrerem 1.052 registros de processos judiciais relativos à “autoaborto” no Brasil, ou seja, muitas mulheres são de fato denunciadas, processadas, julgadas e presas. O mesmo estudo afirma que a criminalização afeta “desproporcionalmente” as mulheres pobres e pretas. As ações restritivas ao aborto se constituem em mais uma violência contra as mulheres, contribuem para dificultar as possibilidades de decisão e também para empurrar mais e mais mulheres para situações que colocam suas vidas em risco.

Além dessas questões, ao longo do tempo, antes mesmo da pandemia, já observávamos um conjunto de tentativas de retrocesso por parte dos poderes executivo e legislativo, para além do aborto, mas também no âmbito das escolhas reprodutivas. O governo conservador e parlamentares se articulavam por meio de suas práticas de retrocesso, no sentido de regular os corpos e a reprodução das mulheres e das meninas, colocando-as sob a dominação biomédica e do modelo de Estado que representam.

Como exemplo podemos citar o PL 435/2019 da deputada Janaína Paschoal, que buscava garantir o direito à cesárea por escolha da mulher, mas com nítido incentivo à cesariana em detrimento do parto normal. Vale assinalar aqui que o Brasil figura entre os países que mais realizaram a cirurgia de cesariana no mundo. O projeto teve forte contestação do movimento de humanização do parto e nascimento, mas foi aprovado, depois foi contestado na justiça pelo deputado Campos Machado e, por fim, foi considerado constitucional (GERVASIO, 2022).

50 O estudo considerou mulheres urbanas, alfabetizadas, de 18 e 39 anos, moradoras de áreas urbanas do Brasil.

51 Relatório sobre aborto no mundo, do *Guttmacher Institute*, indica que ocorrem mais abortos em países em desenvolvimento, indica ainda que países com legislação mais restritiva e países não restritivos não apresentam grandes diferenças: 37 e 34/1.000 mulheres. Disponível em: https://www.guttmacher.org/sites/default/files/report_pdf/abortion-worldwide-2017.pdf. Acesso em: 25 jan. 2023.

Outro exemplo, anterior à pandemia, foi o posicionamento oficial do Ministério da Saúde sobre violência obstétrica afirmando que o termo “tem conotação inadequada, não agrega valor e prejudica a busca do cuidado humanizado [...], desta forma, a impropriedade da expressão ‘violência obstétrica’ no atendimento à mulher”. (BRASIL, Ministério da Saúde despacho 03/05/19). Após pressão dos movimentos sociais o Ministério da Saúde e do Ministério Público Federal⁵² o Ministério da Saúde retrocedeu.

Além de episódios como esses, o Ministério da Saúde também adotou medidas higienistas, como a recomendação do implante subdérmico de etonogestrel (medicação contraceptiva aplicada sob a pele) para grupos específicos e frequentemente vulneráveis e discriminados como mulheres, como pode ser visto nos grupos especificados a seguir:

Torna pública a decisão de incorporar o implante subdérmico de etonogestrel, condicionada à criação de programa específico, na prevenção da gravidez não planejada para mulheres em idade fértil: em situação de rua; com HIV/AIDS em uso de dolutegravir; em uso de talidomida; privadas de liberdade; trabalhadoras do sexo; e em tratamento de tuberculose em uso de aminoglicosídeos, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS (BRASIL, 2021 Ministério da Saúde PORTARIA SCTIE/MS Nº 13, DE 19 DE ABRIL DE 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dagmar Meyer (2006) utiliza conceito de “politização da maternidade” para se referir a um conjunto de ações e discursos que resultam na colocação da mulher como mãe na centralidade das políticas voltadas para a vida, resultando na ideia de uma mulher que precisa reproduzir e adotar certas medidas de cuidado com seu filho.

O governo de ultra direita que tivemos no período de 2019 a 2022 é um retrato desse tipo de “politização da maternidade” e, ao carregar densamente nas tintas do binarismo de gênero e de uma concepção de família nuclear e heterossexual buscou aprisionar as mulheres a este modelo hegemônico e, não por um acaso, o aborto, inclusive o aborto legal, foi alvo de tantos ataques.

Como dissemos no início deste texto, esse desenho das políticas implementadas no governo Bolsonaro, especialmente no período pandêmico, pode ser lido como uma bio-necropolítica, pois legisla sobre a vida e também sobre a morte. A articulação da perspectiva governamental com a perspectiva fundamentalista resultou na tragédia populacional que vivemos na pandemia e nos retrocessos em relação aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. A esse respeito Gonzaga et al. sinalizam:

52 <https://www.mpf.mp.br/sp/sala-de-imprensa/noticias-sp/mpf-recomenda-ao-ministerio-da-sau-de-que-atue-contra-a-violencia-obstetrica-em-vez-de-proibir-o-uso-do-termo>. Acesso em: 23 jan. 2023.

A aliança entre Estado e perspectivas fundamentalistas em torno do argumento de pretensa defesa da vida e suas variáveis, o racismo estrutural e a política anti-mulher seguem legitimando a negação de direitos e mortes evitáveis em prol de um projeto eugenista de brasilidade que cada vez mais, explicita suas premissas de quais vidas são ou não dignas de defesa (GONZAGA et al., 2021, p. 163).

Sem dúvida nos referimos aqui a um tempo árido da história do país e das mulheres brasileiras, mas cabe dizer que o movimento feminista, movimento humanização, movimento negro, movimentos sociais, judiciário, profissionais de diferentes áreas resistiram e resistem:

[...] A inclusão da perspectiva das mulheres nas proposições progressistas de mudança social também. É fundamental a radicalização da ideia que sem a garantia dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos seguiremos em um processo de democratização incompleto. A história tem nos mostrado alguns caminhos: o trabalho coletivo e em rede, a política do cuidado e do bem viver, a defesa e construção do estado laico e a reflexividade que nos aponta a necessidade de vigilância política e epistemológica constante (GONZAGA et al., 2021, p. 164).

Na caminhada da construção dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, que são direitos humanos, escritos, mas pouco respeitados, enfrentamos inúmeros desafios desde manter a democracia e o estado laico, como apontam Gonzaga e colaboradoras, até a transformação de relações de gênero e a superação da necropolítica. Não são tarefas pequenas, mas têm grande importância quando pensamos na vida das mulheres.

Começamos a pensar este texto no final do governo Bolsonaro e o finalizamos nas primeiras semanas do governo Lula. Com muita dificuldade conseguimos eleger um governo que reacende a esperança na democracia e nos direitos humanos.

Temos onze mulheres ministras, mais do que tínhamos antes, mas ainda que não tenhamos paridade, contamos agora com o Ministério dos povos indígenas e com a retomada de ministérios como o Ministério da Igualdade Racial, Ministério das mulheres e Ministério dos direitos humanos e cidadania.

A estrutura ministerial e as primeiras iniciativas do novo governo Lula nos enchem de esperança.

O governo progressista que tomou posse em janeiro de 2023, de pronto fez um conjunto de revogações de normatizações que fragilizavam direitos. Aqui destacamos a ação da Ministra da Saúde Nísia Trindade com a revogação da Portaria 2561, que exigia que os profissionais notificassem a polícia em casos de aborto legal.

No caso, não só do aborto, mas da saúde e da vida das mulheres, especialmente as pobres, as negras e indígenas, nosso desafio é superar tal banalização que extrapola um presidente e faz parte de uma cultura que esperamos seja minoritária e suplantada pela dignidade. Que o discurso de “valorização da vida” deixe de ser apropriado pela necropolítica fascista e seletiva na qual a vida de alguns vale mais que a vida de outros, e possa, de fato, refletir a ideia de que todas as vidas importam.

Os temas que aqui discutimos não estão apartados de um projeto de país. Temos uma esperança, mas ela precisa ser seguida de trabalho em terra arrasada, inclusive no campo das disputas conceituais sobre democracia, equidade, estado laico e também sobre gênero, aborto, direitos sexuais, reprodutivos e o próprio direito à vida, tanto das mulheres como de todos os segmentos socialmente marginalizados por iniquidades de raça, etnia, idade, classe e gênero.

Desafio está posto! Sigamos, com as tocantes palavras de Silvio Almeida ao assumir o Ministério dos direitos humanos no dia 04 de janeiro de 2023. Palavras que esperamos que o governo e o povo brasileiro possam tornar realidade.

Trabalhadoras e trabalhadores do Brasil, vocês existem e são valiosos para nós. Mulheres do Brasil, vocês existem e são valiosas para nós. Homens e mulheres pretos e pretas do Brasil, vocês existem e são pessoas valiosas para nós. Povos indígenas deste País, vocês existem e são valiosos para nós. Pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, intersexo e não binárias, vocês existem e são valiosas para nós. Pessoas em situação de rua, vocês existem e são valiosas para nós. Pessoas com deficiência, pessoas idosas, anistiados e filhos de anistiados, vítimas de violência, vítimas da fome e da falta de moradia, pessoas que sofrem com a falta de acesso à saúde, companheiras empregadas domésticas, todos e todas que sofrem com a falta de transporte, todos e todas que têm seus direitos violados, vocês existem e são valiosos para nós. Com esse compromisso, quero ser ministro de um País que põe a vida e a dignidade em primeiro lugar” (ALMEIDA, 2023).

REFERÊNCIAS

- ADESSE, Leila; JANNOTTI, Claudia B.; SILVA, Katia S.; FONSECA Vania M. Aborto e estigma: uma análise da produção científica sobre a temática. *Cien Saude Colet.*, v. 21, n. 12, p. 3819-3832, 2016.
- ADESSE, Leila; MONTEIRO, Mário F. G. LEVIN, Jacques. Panorama do aborto no Brasil Grave problema de saúde pública e de justiça social. *Radis.* n. 66, p. 10-15, 2008.

- AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO. *Hospital referência para aborto legal no Brasil suspende procedimento e se torna local de triagem de gripe em SP*. Disponível em: <https://agenciapatriciagalvao.org.br/mulheres-de-olho/dsr/hospital-referencia-para-aborto-legal-no-brasil-suspende-procedimento-e-se-torna-local-de-triagem-de-gripe-em-sp/>. Acesso em: 1 set. 2022.
- ALMEIDA, S. *Discurso de posse no Ministério dos Direitos Humanos*. Brasília, 4 de janeiro de 2023. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/leia-a-integra-do-discurso-de-silvio-almeida-somos-a-vitoria-dos-nossos-antepassados/>. Acesso em: 25 jan. 2023.
- AQUINO, Stela et al. Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de Covid-19: potenciais impactos e desafios no Brasil. *Ciência e Saúde Coletiva*, v.25 (supl. 1), p. 2423-2446, 2020.
- BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde da Mulher. *Norma Técnica: Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes: norma técnica 3ª ed. atual. e ampl.* Brasília: MS, 2011.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de atenção à saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Coordenação-Geral de Ciclos da Vida. Coordenação de Saúde das Mulheres. *Ofício nº 296/2019/COSMU/CGCIVI/DAPES/SAPS/MS*. Brasília: MS, 7 jun. 2019b. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/sp/sala-de-imprensa/docs/oficio-ms>. Acesso em: 23 jan. 2023.
- BRASIL. *PORTARIA Nº 2.282, DE 27 DE AGOSTO DE 2020*. Dispõe sobre o Procedimento de Justificação e Autorização da Interrupção da Gravidez nos casos previstos em lei, no âmbito do Sistema Único de Saúde-SUS. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2020/prt2282_28_08_2020.html. Acesso em: 18 set. 2022.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. *Atenção técnica para a prevenção, avaliação e conduta nos casos de abortamento*. Brasília: Ministério da Saúde, 2022.
- BRASIL. Ministério da Saúde Secretaria de Atenção à Saúde Departamento de Ações Programáticas Estratégicas *Despacho*. Disponível: <https://www.sogirgs.org.br/pdfs/SEIMS-9087621-Despacho.pdf>. Consulta em: 18 set. 2022.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Portaria SCTIE/MS nº 13, de 19 de abril 2021*. [HTTPS://BRASILSUS.COM.BR/INDEX.PHP/PDF/PORTARIA-SCTIE-MS-NO-13/](https://brasil.sus.com.br/index.php/pdf/portaria-sctie-ms-no-13/). Acesso em: 18 set. 2022.
- CARTA CAPITAL. *Damares apoia decisão de retirar estudos de gênero de escolas de SC*. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/damares-apoia-decisao-de-retirar-estudos-de-genero-de-escolas-de-sc/>. Acesso em: 1 set. 2022.

- CASTRO, Claudia M.; LAGO, Tania G., BATISTA, Karina C. Mapeamento dos serviços de saúde que atendem mulheres em situação de violência doméstica e sexual no SUS/SP: conhecer para dar visibilidade e ampliar o acesso. *BIS*, v. 15, n. 14, 2014.
- CFEMEA. *Dossiê: Reações da sociedade brasileira contra a portaria 2282 de 27 de agosto de 2020*. Disponível em: https://www.cfemea.org.br/images/stories/DOSSIE_sobre_Portaria_do_MS_2282_de_2020_rev3.pdf. Acesso em: 15 set. 2022.
- CFEMEA. *STJ derruba decisão que proibia ONG pró-aborto legal de usar “católicas” no nome*. Disponível em: <https://www.cfemea.org.br/index.php/pt/?view=article&id=5109:ccd1-julgamento&catid=562>. Acesso em: 1 set. 2022.
- CHADE, J. *Ao lado de ditaduras, Brasil promove a expansão do lobby antiaborto no mundo*. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2022/05/12/ao-lado-de-ditaduras-brasil-promove-expansao-de-lobby-antiaborto-no-mundo.htm>. Acesso em: 1 set. 2022.
- COLÁS Osmar R.; ANDALAFT-NETO Jorge; ROSAS Cristiano F.; KATER José R.; PEREIRA Irotilde G. Aborto legal por estupro – primeiro programa público no país. *Bioética*, v. 2. n. 1, p. 81-85, 1984.
- CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. *Circular 182/2021 CFM/GABIN*. Assunto: Da impossibilidade do uso de misoprostol fora do ambiente hospitalar. Disponível em: https://www.cremeb.org.br/wp-content/uploads/2021/09/lsp_b8de9556b6da0f6832bfebe75695fba7_010921-032622.pdf. Acesso em: 12 set. 2022.
- CORREIO BRAZILIENSE. “*Me senti um nada*”, diz mãe de menina de 11 anos que teve aborto legal. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2022/06/5018327-me-sentia-um-nada-diz-mae-de-menina-de-11-anos-que-teve-aborto-negado.html>. Acesso em: 12 set. 2022.
- CORTES, Laura Ferreira. Desafios na proteção às mulheres em situação de violência no contexto da pandemia de Covid-19. *Cienc. Cuid. Saúde*, v. 19, e27984, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CiencCuid-Saude/article/view/54847/751375150747>. Acesso em 31 ago. 2022
- DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo; MADEIRO, Alberto. Pesquisa Nacional de Aborto 2016. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 22, n. 2, p. 653-660, 2017.
- FERNANDES, Iulia B., XAVIER, Rozania B. M, SÃO BENTO, Paulo A. S; RODRIGUES, Andreza. Nas vias de interromper ou não a gestação: vivências de gestantes de fetos com anencefalia. *Ciênc. saúde coletiva*, v. 25, n. 2, p. 429-438, 2020.
- FERREIRA, Letícia; SILVA, Vitória R. *Só 55% dos hospitais que faziam aborto legal seguem atendendo na pandemia*. (2020). Disponível em: <https://azmina.com.br/>

[reportagens/so-55-dos-hospitais-que-faziam-aborto-legal-seguem-atendendo-na-pandemia/](#). Acesso em: 18 set. 2022.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade. A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Editora Graal, 2003.

GERVÁSIO, Mariana G. *Lei da cesárea: sentidos produzidos na mídia e no cotidiano dos serviços de saúde*. 2022. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública. Universidade de São Paulo.

GONZAGA, Paula; GONÇALVES, Letícia; MAYORGA, Claudia. *O conservadorismo distópico à brasileira: Direitos sexuais e direitos reprodutivos e a pandemia da covid-19 no Brasil*, v. 9, n. 1, 2021. Disponível em: www.feminismos.neim.ufba.br ISSN: 2317-2932.

HEILBORN, Maria Luiza et al. Itinerários abortivos em contextos de clandestinidade na cidade do Rio de Janeiro - Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 17, n. Ciênc. saúde coletiva, 2012 17(7), p. 1699-1708, jul. 2012.

IPAS. *Geneva Consensus Declaration denies human rights, a statement from Ipas*. Disponível em: <https://www.ipas.org/news/geneva-consensus-declaration-denies-human-rights-a-statement-from-ipas/>. Acesso em: 1 set. 2022.

MADEIRO, Alberto P.; DINIZ, Debora. Serviços de aborto legal no Brasil - um estudo nacional. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 21, n. 2, p. 563-573, 2016.

MALINVERNI, Claudia; BRIGAGÃO, Jacqueline I. M. Covid-19: scientific arguments, denialism, eugenics, and the construction of the antisocial distancing discourse in Brazil. *Frontiers in Communication*, p. 92, 2020. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fcomm.2020.582963/full?fbclid=IwAR2lW0PscajhwjHcBQ4nlp0fUTKZ3r5O9PPC6fOUmgkrX7f2U4UqeJgggEQ>. Acesso: 15 jul. 2022.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. *Artes & Ensaios*, n. 32, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>. Acesso em: 25 jan. 2023.

MEYER, Dagmar. *A politização contemporânea da modernidade*. Gênero: núcleo transdisciplinar de estudos de gênero – NUTEG, Niterói, v. 6, n. 1, 2006.

MSI. REPRODUCTIVE CHOICES. *How to Get Abortion Pills during covid19 Pandemic*. Disponível em: https://www.msichoices-org-uk.translate.google.com/news/blog-how-to-get-abortion-pills-during-covid19-pandemic/?x_tr_sl=en&x_tr_tl=pt&x_tr_hl=pt-BR&x_tr_pto=sc. Acesso em: 1 set. 2022.

OLIVEIRA, Roberta G. et al. Desigualdades raciais e a morte como horizonte: considerações sobre a covid-19 e o racismo estrutural. *Cadernos de Saúde Pública* [online], v. 36, n. 9, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00150120>. Acesso em: 15 set. 2022.

PEREIRA, Hellen A. D. *O direito internacional dos Direitos Humanos e o oportunismo desconstituente: uma análise sobre a Declaração do Consenso de Genebra para promoção da saúde da mulher e fortalecimento da família*. 2021. Trabalho

- Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Departamento de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Federal Rural do Semiárido. Mossoró, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufersa.edu.br/handle/prefix/7305>. Acesso em: 24 jan. 2022.
- RIBEIRO, Flavia R. G.; SPINK, Mary J. Estratégias retóricas de la controversia moral sobre la legalización del aborto: el caso de anencefalia en Brasil. *Interface - Comunic., Saude, Educ.*, v.16, n.40, p. 35-49, jan./mar. 2012.
- ROSSI, Marina. Mulheres vão às ruas: “pílula fica, Cunha sai”. *El País*. 31 out 2015. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/30/politica/1446222175_318913.html. Acesso em: 24 jan. 2023.
- SANTOS, Fernanda B.; SILVA, Sergio L. B. Gênero, raça e classe no Brasil: os efeitos do racismo estrutural e institucional na vida da população negra durante a pandemia da covid-19. *Revista Direito e Práxis [online]*, v. 13, n. 3, p. 1847-1873, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2022/68967>. Acesso em: 15 set. 2022.
- SEVERI, Fabiana Cristina, SANTOS, Gislene Aparecida. Aborto no Brasil: falhas substantivas e processuais na criminalização de mulheres. Relatório sobre mulheres e meninas. Clooney Foundation for Justice. Universidade de São Paulo. 2022
- TAKEMOTO, Maira L. S.; MENEZES, Mariane; ANDREUCCI, Carla B.; NAKAMURA-PEREIRA, Marcos; AMORIM, Melania M. R.; KATZ, Leila; KNOBEL, Roxana. The tragedy of covid-19 in Brazil: 124 maternal deaths and counting. *Obstetrics & Gynaecology*, v. 151, 2020.
- TALIB, Rosângela; CITELI, Maria Teresa. *Serviços de aborto legal nos hospitais públicos brasileiros (1989-2004)*. São Paulo: Católicas pelo Direito de Decidir, 2005.
- UFU COMUNICA. *Conheça o primeiro serviço a realizar aborto legal por telemedicina no país*. Disponível em: <https://comunica.ufu.br/ufu-na-midia/2021/07/conheca-o-primeiro-servico-realizar-aborto-legal-por-telemedicina-no-pais>. Acesso em: 12 set. 2022.

CAPÍTULO 11

OS JOGOS OLÍMPICOS PANDÊMICOS: O SHOW “NEGACIONISTA” TEM QUE CONTINUAR

Marco Antonio Bettine

RESUMO

O objetivo do capítulo é analisar como a mídia internacional do Ocidente noticiou os Jogos de Tóquio. A primeira vez na história que os Jogos são realizados fora do período olímpico. Como hipótese central partiu-se da ideia que esses Jogos de 2021 foram realizados para cumprir os contratos com os patrocinadores, e não para manter o espírito olímpico. Os mais beneficiados foram os meios de comunicação de massa. Os Jogos sem torcida passam a ser consumidos exclusivamente pelas redes sociais, a bolha olímpica que isolou os atletas do resto do mundo contribui para um Jogo sem lugar, quase que virtual, Tóquio-2021 os Jogos Inexistentes. Foram jogos das mídias e para as mídias. Mesmo com a opinião pública japonesa contrária à realização dos jogos eles aconteceram, imposição do governo, dos patrocinadores e do COI. Para discutir as questões éticas dos jogos analisamos as reportagens de seis grandes mídias internacionais. Com o seguinte questionamento: Jogos Olímpicos Pandêmicos: para quem?

INTRODUÇÃO

A pandemia de covid-19 se coloca como um dos eventos mais significativos do século XXI. A difusão global da doença e a subsequente resposta dos governos de diferentes países com a adoção de isolamento social e variadas formas de quarentena influenciaram os mais diversos aspectos da vida da população. As ramificações e os impactos desse processo na vida das pessoas serão parte importante dos estudos acadêmicos nos próximos anos.

Particularmente o esporte, base de análise deste capítulo, foi profundamente impactado por esse processo em todas as suas variáveis. No esporte de alto rendimento pela primeira vez na história houve uma parada total nas competições profissionais.

O esporte profissional, ao contrário de outras atividades, como escolas e restaurantes, não ficaria parado por muito tempo. Com as atividades suspensas as agremiações correram para desenvolver protocolos de segurança e provar para as autoridades que a atividade não apresentava risco para os envolvidos ou contribuía para a disseminação da covid-19.

Na Europa as ligas de futebol pararam em sua maioria na primeira quinzena de março de 2020 retornando às atividades nas primeiras semanas de junho de 2020 e não sofrendo mais interrupções (MOORE, 2021).

No caso dos jogos Olímpicos, a cerimônia de abertura estava marcada para o dia 24 de julho de 2020. O avanço da pandemia e o cancelamento de diversos eventos para alcançar os índices olímpicos tornou inviável a realização do evento.

Assim, no dia 24 de março de 2020 o comitê organizador anunciou que as olimpíadas seriam postergadas, tendo início no dia 23 de agosto de 2021, tornando o primeiro evento a ser disputado fora do ciclo oficial (LEE, 2021). No caso da Primeira e da Segunda Guerra, os jogos olímpicos haviam sido cancelados, retornando à normalidade após o fim do conflito.

O retorno das competições esportivas levantaria uma série de questões interessantes para serem discutidas que vão muito além das implicações práticas. Qual é a real necessidade do esporte? É certo, em meio às mortes e dores causadas pela pandemia, realizar celebrações desse tipo? A volta do esporte profissional foi apenas por questões mercadológicas ou um desejo do público? (MOORE, 2021).

Essas questões serão discutidas por muito tempo na sociologia do esporte, sendo que dado o seu caráter atual ainda não foram realizados estudos amplos sobre o tema. Propõem-se, neste texto, uma análise de cinco veículos de notícias mais acessados em língua inglesa que cobriram os Jogos Olímpicos de Tóquio.

Utilizamos seis veículos de mídia mais acessados durante os Jogos: CNN, BBC, The New York Times, Daily Mail, The Guardian, Fox News.

A análise se deu com foco em como esses veículos abordaram as questões éticas envolvidas na realização de um evento desse tipo durante uma pandemia global.

Com base nessa análise, o presente capítulo é apresentado em 4 seções, além desta introdução, primeiro um debate sobre a importância política dos Jogos Olímpicos e os

Megaeventos Esportivos. Segundo, trabalhar com as contradições de uma Olimpíada na Pandemia. Terceiro, a desinformação no contexto pandêmico e como os Jogos contribuíram nesse contexto. Por último, considerações acerca da análise embrionária proposta.

MEGAEVENTOS ESPORTIVOS UM AMBIENTE DE DEBATE POLÍTICO

Os Megaeventos Esportivos são uma oportunidade interessante para se debater questões éticas e sociais. Esses eventos cresceram em tamanho sendo acompanhado por uma audiência global. As mudanças na própria forma de se cobrir o esporte tornam os Jogos Olímpicos uma oportunidade interessante para se discutir as diferentes interpretações da pandemia (LEE, 2021).

O jornalismo esportivo foi por muito tempo considerado apolítico, havia dentro das redações e de parte da audiência a noção de que a área deveria se focar principalmente nas modalidades, buscando ao máximo se afastar das questões políticas, mesmo que frequentemente o esporte fosse uma arena para esse tipo de debate (OH et al., 2020).

A situação se alterou nos últimos anos com os atletas se tornando cada vez mais politizados (SADRI, 2021), assim muitos jornalistas encontram espaço para abordar questões sociais. Movimento que também parte do próprio esporte, como protestos, o posicionamento de atletas que resolveram falar contra o assédio, racismo, homofobia entre outros temas contribuíram também para deixar a cobertura mais politizada.

No caso da pandemia havia a expectativa de que os atletas contribuíssem para incentivar comportamentos positivos por parte da população, o que ocorreu em alguns casos mas não em todos, havendo inclusive comportamentos de alguns atletas que foram bastante criticados.

Esses exemplos negativos foram, por exemplo, o do tenista Novak Djokovic considerado um dos atletas mais vencedores da modalidade que se posicionou contra a vacina, e o do tenista grego Stefanos Tsitsipas que declarou que não via a necessidade de se vacinar devido à sua idade, posicionamento que levou o governo grego a emitir uma nota defendendo a vacinação dos jovens.

AS CONTRADIÇÕES DE UMA OLIMPÍADAS PANDÊMICA

A divulgação dos primeiros casos da doença da covid-19 em Wuhan no início de 2020 não gerou muita repercussão no Ocidente. Assim, enquanto na China medidas drásticas eram tomadas pelo governo, no caso do esporte por exemplo, a liga chinesa de futebol foi oficialmente suspensa no dia 30 de janeiro de 2020, o Ocidente continuava sem restrições. No dia 19 de fevereiro de 2020 a equipe de futebol Atalanta recebeu o Valencia em Milão em partida válida pelas oitavas de final da UEFA Champions League em uma partida que se tornaria infame pelo grande número de contaminados

que contribuiriam para que a cidade de Bergamo, sede do Atalanta, próximo a Milão se tornasse um dos epicentros da pandemia na Europa, com uma das maiores taxas de mortalidade do mundo (MOORE, 2021).

Com as medidas variando de país, a partida em Milão seria uma das últimas a serem disputadas sem restrições, sendo o jogo da volta disputado em Valencia, no dia 10 de março 2020, com os portões fechados. O futebol europeu, com exceção da Bielorrússia, seria totalmente interrompido nos dias 12 e 13 de março de 2020, configurando a primeira interrupção de diversas ligas desde a Segunda Guerra. Nos EUA, a NBA também seria interrompida, movimento que foi acompanhado pela maior parte dos países (NBA, 2020). Assim, no final de março de 2020, o esporte mundial sofria uma parada completa.

A suspensão do esporte eventualmente levou à discussão sobre a suspensão dos Jogos Olímpicos. Ainda não havia clareza sobre a duração e gravidade da pandemia, mas com a suspensão de diversos torneios classificatórios e com os atletas em sua maioria presos em casa, e sem acesso a locais adequados de treinamentos devido às restrições impostas na maior parte dos países, a realização do evento estava prejudicada.

Inicialmente, o COI pressionaria pela realização dos jogos, a desistência de países importantes, como Alemanha, Itália, Portugal, Espanha e Reino Unido, porém colocou mais pressão no comitê que, em 24 de março de 2020, capitulou anunciando o adiamento dos jogos, remarcados para ter início no dia 23 de junho de 2021, na esperança de que a pandemia houvesse sido resolvida até o início dos jogos.

O esporte profissional não ficaria parado por muito tempo, pois, sem jogos as organizações esportivas passariam a conviver com prejuízos milionários. Assim as ligas e clubes passariam a pressionar as autoridades para o retomar as atividades, desenvolvendo protocolos que protegeriam atletas e funcionários, garantindo o retorno dos jogos, assim as principais ligas de futebol europeu retornariam no início de junho, com uma rotina de testes nos jogadores e sem público nas arenas. A NBA optaria por criar uma bolha reunindo todas as equipes em um resort na Flórida, retornando no dia 30 de junho de 2020.

As entidades esportivas e os seus apoiadores defendiam que o retorno do esporte era importante para elevar o moral da população, visto que estando presas em casa as pessoas poderiam encontrar uma válvula de escape preenchendo as longas horas de isolamento com as emoções do esporte. Por outro lado, além das dúvidas em relação à segurança, os opositores criticavam a prática do esporte profissional, pois daria argumentos para grupos negacionistas da covid-19 afirmarem que não havia pandemia, apontando as questões financeiras por trás da decisão e questionando se realmente em meio a tantas dificuldades o esporte teria tanta relevância assim.

Os Jogos Olímpicos apresentariam desafios adicionais, a pandemia continuava a ocorrer em junho de 2021. O Japão, que havia sido pouco afetado pela covid-19 tinha recorde diário de casos com o pico coincidindo com o período dos jogos olímpicos. Alimentando muitas dúvidas em relação à viabilidade dos jogos.

A DESINFORMAÇÃO NO CONTEXTO PANDÊMICO E OS JOGOS

A informação e desinformação teve um papel importante na pandemia. Os grandes conglomerados de mídia, a comunicação governamental, as mídias sociais e a produção de fake news foram um campo de batalha para diferentes discursos influenciando a opinião e as atitudes.

As diferentes medidas adotadas pelos diferentes governos, a validade do discurso científico, a questão da liberdade individual versus direitos coletivos foram temas importantes dentro da pandemia, envolvendo interesses sociais e políticos muitas vezes conflitantes e que se alteram dentro da experiência da própria pandemia.

Buscando entender esses conflitos, analisamos a cobertura dos Jogos de Tóquio pelos seis veículos de mídia mais acessados CNN, BBC, The New York Times, Daily Mail, The Guardian, Fox News.

O discurso utilizado nesses veículos transcende os seus leitores, ele é traduzido e replicado por pequenos veículos ao redor do mundo e compartilhado pelos usuários pelo Facebook ou WhatsApp. Esses veículos pautam a discussão colocando questões e opiniões que podem ser posteriormente debatidas ou desacreditadas pelos usuários. Por esse motivo, entender como esse discurso foi construído e quais seus elementos predominantes pode contribuir para um melhor entendimento da pandemia e de como ela afetou o esporte.

Politicamente podemos destacar as diferenças editoriais entre os veículos, nesse sentido The Guardian, CNN e The New York Times se posicionam geralmente como de centro-esquerda apoiando o partido Trabalhista na Inglaterra e o Democrata nos Estados Unidos, The Daily Mail e Fox News se posicionam mais à direita se vinculando aos Tories no Reino Unido e o Partido Republicano nos EUA. A BBC é um caso à parte, no papel de uma rede pública não pode se posicionar oficialmente sobre diversos assuntos buscando manter assim certa imparcialidade.

A coleta das reportagens começou no dia 20 de julho de 2021, dois dias antes da cerimônia de abertura e se encerrou no dia 10 de agosto de 2021, dois dias depois do encerramento. Os pesquisadores selecionaram todas as reportagens que abordavam o impacto da pandemia nos jogos olímpicos. Após a primeira coleta foi realizada uma discussão sobre a forma como os jornais interpretaram o fenômeno e realizada uma segunda leitura agora focando nos temas definidos. Assim foram definidos três temas principais de análise: i) o evento; ii) os atletas; e iii) o Japão.

Os jornais avaliaram o evento de maneira diversa, apresentando interpretações frequentemente divergentes. Ao contrário do esperado, mais de um ano após a data prevista dos jogos, a pandemia não havia acabado, pelo contrário, enquanto a Europa e América do Norte mostravam sinais encorajadores no controle da pandemia, no Japão, que tinha relativamente um número modesto de casos, houve uma aceleração nos contágios.

A cobertura do evento começou com os veículos apontando os diversos riscos associados aos jogos. A possibilidade de uma explosão no número de casos no Japão ou dentro da bolha olímpica foi um dos temas mais discutidos. A rejeição dos japoneses aos jogos também era uma questão importante com os veículos retratando os jogos

reiteradamente como um visitante indesejado. A ausência de público também foi um elemento importante, com os jornais destacando como seria a reação dos atletas ao comemorar em estádios vazios.

O início dos jogos marcaria o início das divergências entre os veículos. Nesse sentido, a cobertura mais positiva veio por parte do *The Guardian*, o jornal inglês foi desde o início a favor da realização dos jogos, apontando que os benefícios eram superiores aos riscos, e esse sentimento, à medida que os jogos transcorreram sem incidentes se intensificou. Até mesmo a cerimônia de abertura, realizada em um estádio sem público, vista como estranha ou desconfortável pelos outros veículos foi interpretada como uma poderosa metáfora dos tempos de pandemia pelo jornal.

O balanço final destacaria os aspectos positivos do evento, as histórias inspiradoras dos atletas, as formas como eles superaram diversos obstáculos para chegar aos jogos. Na visão do jornal, os jogos uniram a população mundial trazendo alívio e alegria em tempos sombrios, um exemplo de superação e união diante de uma ameaça global.

No extremo oposto está o *The New York Times*, o jornal foi o mais crítico ao evento discutindo os possíveis impactos negativos do começo ao fim da cobertura, e nesse sentido ele foi o único a discutir abertamente as ramificações éticas de se assistir à competição “*Are You a Bad Person for Watching the Olympics?*” (Você é uma má pessoa por assistir às Olimpíadas?).

Na interpretação do jornal, os jogos olímpicos tinham problemas antes de Tóquio, as denúncias de corrupção, o envolvimento com ditaduras, a interferência no país-sede, os custos exorbitantes e a degradação ambiental. A pandemia então seria mais um elemento negativo em um evento já corrupto e moralmente discutível que se somaria às outras questões tornando ainda mais complexo o prazer indulgente de se acompanhar os jogos olímpicos “*I’m Tired of Being Cynical. I’m Watching the Olympics*” (Estou cansado de ser cínico. Estou assistindo as Olimpíadas”).

Os outros quatro veículos tiveram uma cobertura menos extrema. Dentre esses, avaliamos que CNN e BBC fizeram uma análise balanceada. A BBC, talvez por ser uma entidade pública, foi o veículo que menos discutiu as ramificações éticas e políticas do evento, preferindo apontar os riscos no início do evento e evitando dar um veredito final, apontando as diversas possibilidades de interpretação.

A CNN deu um grande destaque para a possibilidade de contágio dos atletas e os riscos de uma epidemia dentro da bolha, sendo o veículo que mais discutiu esses aspectos. Assim, a partir do momento que ficou claro que os protocolos eram suficientes para controlar a disseminação da covid-19, garantir o bem-estar dos atletas e não contribuir para disseminar o vírus no Japão, a rede de televisão começou a focar nos aspectos positivos.

Fox News e *The Daily Mail*, os únicos veículos com tendências conservadoras, fizeram uma análise similar dos jogos, deram pouco destaque para as ramificações éticas e a possibilidade contágio dos atletas. O foco dos dois veículos esteve principalmente na ausência de público e como a falta de espectadores afetou a qualidade em geral do evento.

A ausência de público foi um tema muito debatido antes dos inícios dos jogos e um tema em destaque desde o retorno do esporte profissional durante a pandemia. Nesse sentido, com exceção da Fox News e do The Daily Mail, os outros veículos não viram um grande impacto na ausência de público.

Os veículos preferiram destacar as histórias esportivas e os feitos inspiradores. As mídias sociais mudaram a forma como consumimos esporte e os veículos parecem concordar que o público no estádio é pouco influente no evento. Assim o atleta não comemora sozinho em um estádio, mas compartilha essas emoções com milhões de espectadores interagindo com os fãs em tempo real pelas redes sociais.

Os atletas são a figura central dos jogos, os principais participantes e os responsáveis pela sua realização. Como figuras públicas com grande apelo, os atletas sempre tiveram influência sobre questões políticas e sociais impactando o comportamento do público e suas opiniões. As redes sociais ampliaram essa influência, antes dependente da cobertura midiática, agora os atletas podem interagir diretamente com seus seguidores, que muitas vezes passam a barreira das dezenas de milhões (LENG, 2020).

Essa situação alterou o papel dos veículos de mídia, como os atletas podem agora se comunicar diretamente com o público, os veículos perderam parte da sua influência, não pautando mais o debate ou escolhendo quem dar voz. Agora essas empresas passam a reverberar comentários e discussões dos atletas nas redes sociais.

As atitudes dos atletas durante a pandemia foram extensamente discutidas, fossem estas positivas ou negativas. O desrespeito às regras de isolamento social, a decisão de se vacinar, e outras atitudes passaram a fazer parte do debate esportivo, assim como o grau de influência que esses atletas têm sobre a população mais ampla.

Na preparação para os jogos a condição dos atletas foi um tema importante. A possibilidade de contraírem covid-19 e de ocorrer um surto dentro da vila olímpica eram possibilidades discutidas na imprensa. Além disso, o próprio espírito dos jogos era posto em dúvida, oportunidade única na vida dos atletas, os jogos são vistos como um evento festivo no qual os participantes têm a oportunidade de se conectar e festejar com companheiros do mundo todo.

Apesar das possibilidades de utilizar a condição e opiniões dos atletas para se discutir a pandemia, a cobertura dos veículos é bastante homogênea e limitada a alguns temas pontuais. Nesse sentido as restrições são vistas como mais um obstáculo na preparação dos atletas do que um problema em si. Assim, o risco de ter um teste positivo de covid-19 vem da possibilidade de se perder a oportunidade de competir e não dos riscos da doença como colocado pelo The Guardian.

A cobertura então é dominada por alguns eventos específicos, como camas de papelão, interpretadas por alguns como um dispositivo 'anticovid', feitas para evitar a possibilidade de sexo entre os atletas.

Uma possibilidade que se coloca é que as condições de isolamento se aplicavam à imprensa também, que cobriu a maior parte do evento dos seus quartos de hotel, sem contato com os atletas a cobertura ficou limitada às entrevistas.

O distanciamento entre os atletas e a grande mídia pode ser um fator importante na ausência de reportagens abordando possíveis violações dos atletas. A conduta dos atletas foi um tema recorrente durante a cobertura de outros campeonatos, principalmente o desrespeito às regras de isolamento social, com atletas sendo pegos em festas clandestinas e outras situações proibidas.

A única exceção fica por conta da CNN, a rede de televisão norte-americana foi a única a abordar a questão da covid-19 na vida dos atletas de maneira mais aprofundada, discutindo seu impacto na saúde dos atletas e suas sequelas ao longo do tempo, mesmo em pessoas consideradas saudáveis e bem preparadas fisicamente.

O país-sede é uma parte importante da cobertura dos megaeventos esportivos, em uma situação normal a imprensa discutira a cultura do país, curiosidades, o funcionamento geral do evento. No Japão, porém a situação foi diferente, sem torcedores e com os jornalistas sujeitos a uma rígida rotina de testes e isolamento, elementos tradicionais desse tipo de cobertura foram deixados de lado.

Os jogos de 2021 foram feitos para a televisão e internet. Muito do contato da imprensa com a cultura do país-sede vinha da interação dos torcedores com os atletas, e sem torcida os jogos passam a ser consumidos exclusivamente pelas redes sociais. A bolha olímpica que isola os atletas do resto do mundo contribuiu para um *Jogo sem Sede*, quase que virtual: Tóquio-2021, os Jogos inexistentes. Foram jogos das mídias e para as mídias.

Os jornais no geral possuem dois ângulos da cobertura do Japão e da covid-19: um factual, descrevendo o aumento sucessivo do número de casos, com recordes sendo quebrados sucessivamente durante os jogos e as declarações das autoridades relativas à segurança e ao sucesso do evento. O outro trata da reação do público japonês.

Na véspera da abertura dos jogos a opinião pública japonesa, segundo as pesquisas apresentadas pelos veículos pesquisados, era majoritariamente contrária a realização dos jogos, sendo estes uma imposição do governo e do COI. Todos os veículos, com exceção da BBC, discutiram a decisão da Toyota, principal patrocinadora dos jogos, de não veicular anúncio durante os jogos, vista como uma validação da hostilidade da população japonesa. Outra imagem destacada pelos veículos foram os protestos organizados contra os jogos que podiam ser ouvidos dentro do estádio durante a abertura dos jogos.

O foco na população japonesa diminui à medida que fica claro que a bolha garantirá a segurança dos atletas e evitará que os jogos sejam um foco de covid-19 dentro do Japão.

No geral a mídia retrata a reação da opinião pública japonesa aos jogos como uma resignação hostil aos jogos. Hostilidade que varia de acordo com o veículo, sendo no caso do NYT que apresenta a visão mais pessimista, no qual o jornal entende que os jogos impõem problemas para a cidade-sede e no caso deste evento privou os moradores de uma das poucas vantagens de se ter os jogos, que seria assisti-los presencialmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia de covid-19 é um fenômeno com amplas ramificações sociais criando novos conflitos e exacerbando questões já presentes. Nesse sentido, os Jogos Olímpicos se apresentam como um ambiente interessante para discutir questões sociais mais amplas quanto ao papel dos jogos.

Os Jogos Olímpicos de 2021 foram históricos por diversos motivos: os primeiros a serem disputados fora do ciclo oficial, os primeiros a ocorrer durante uma pandemia, e os primeiros com arenas vazias. Essas questões também foram acompanhadas de discussões éticas sobre como interpretar esses jogos e quais seriam as razões para a sua realização.

A cobertura reflete essas contradições, com os jornais apresentando uma visão variada e às vezes conflitante das principais questões relacionadas aos jogos, perguntas que só serão mais bem respondidas com pesquisas futuras. A maior delas está relacionada à própria necessidade de realização dos jogos. Ao contrário do que se poderia esperar, isso não está relacionado ao posicionamento político dos veículos, mas sim à própria interpretação destes sobre a questão específica. Fox News, Daily Mail, BBC e CNN, apesar das diferenças editoriais e políticas, têm uma visão equilibrada destacando as diversas questões relacionadas aos jogos. The Guardian e New York Times têm as opiniões mais fortes sobre os jogos, apesar das semelhanças, são jornais impressos de centro-esquerda, o primeiro britânico e o segundo americano têm visões diametralmente opostas.

Os ingleses são os mais favoráveis ao evento, defendendo sua necessidade pelo importante papel que teria naquele momento, os nova-iorquinos são contra. Nesse sentido, o NYT é o único a destacar os problemas anteriores dos jogos, como corrupção, degradação ambiental e desrespeito aos direitos humanos, então a pandemia seria mais um problema, o que tornaria os jogos quase insuportáveis de assistir.

A mídia também abordou questões importantes para o futuro dos jogos, e a falta de torcedores nos estádios foi um tema muito discutido na preparação para o evento. A atmosfera é uma parte importante do esporte, e muitos a consideram essencial. A cobertura de Tóquio mostra que em muitos aspectos isso acabou sendo evasivo com as redes sociais, pois os atletas foram assistidos pelo mundo e a mídia não teve problemas em retratar a emoção de vencedores e perdedores na frente de câmeras e telas de celulares.

Isolados do Japão, os jogos aconteciam em um não lugar, protegido pela bolha, os atletas não tinham contato com o mundo exterior, comunicando-se apenas pelas redes sociais e pela imprensa. A Olimpíada poderia ser realizada em qualquer lugar sem prejudicar o evento.

REFERÊNCIAS

- LEE LUDVIGSEN, Jan A. (2021). When ‘the show’cannot go on: An investigation into sports mega-events and responses during the pandemic crisis. *International Review for the Sociology of Sport*.
- LENG, Ho K.; PHUA, Yi X. P. (2020). Athletes as role models during the covid-19 pandemic. *Managing Sport and Leisure*, 1-5.
- MOORE, K. (2021). Football is not ‘a matter of life and death’. It is far less important than that. Football and the covid-19 pandemic in England. *Soccer & Society*, 22(1-2), 43-57.
- NBA Suspende temporada por conta do coronavírus. *Globo Esporte*, 2020. Disponível em: <https://ge.globo.com/basquete/nba/noticia/nba-suspense-temporada-por-conta-do-coronavirus.ghtml>. Acesso em: 15 set. 2022.
- OH, Taeyeon; KIM, Seungmo; Love, Adam; SEO, Won J. (2020). Media framing of the unified Korean olympic women’s ice hockey team. *Communication & Sport*.
- Sadri, Sean R.; Buzzelli, Nicholas R.; Gentile, Patrick; Billings, Andrew C. (2021). Sports Journalism Content When No Sports Occur: Framing Athletics Amidst the covid-19 International Pandemic. *Communication & Sport*.

CAPÍTULO 12

SENTIMENTOS PARADOXAIS RESULTANTES DA PANDEMIA DE COVID-19: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE PORTUGAL E BRASIL

Marta Paz; Rosely Imbernon; Clara Vasconcelos

RESUMO

A história da humanidade está repleta de surtos de epidemias e pandemias, cujo impacto nas sociedades foi devastador não apenas em termos da perda de vidas humanas, mas também no que concerne às repercussões econômicas, políticas, sociais e até psicológicas. Em março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a covid-19 como uma pandemia. Por todo o mundo, fecharam-se fronteiras, instituiu-se o teletrabalho, as aulas online, e o distanciamento social entre colegas, familiares e amigos, como forma a conter a propagação do vírus. Os sorrisos esconderam-se atrás de máscaras e o computador passou a ser uma ferramenta de trabalho generalizada para todas as idades. Percebeu-se o incrível contributo da ciência e da tecnologia para que uma grande parte da população pudesse continuar numa “normalidade aparente”, a trabalhar ou a estudar, ainda que confinada às paredes das suas casas. A percepção do tempo e do espaço mudou. Dois anos depois, numa altura em que a pandemia parece estar mais controlada e a caminhar para o seu fim, quais serão os sentimentos dominantes na população em resultado desse período de avanços e

recuos constantes nas medidas restritivas impostas pelos diversos países? Esta investigação, apoiada na mistura de métodos, resulta da análise de um breve questionário composto por três questões, incluindo a solicitação de um desenho. A aplicação do questionário contou com 90 respondentes. O estudo pretendeu obter indicadores sobre: (i) quais os sentimentos resultantes da covid-19 dominantes na população; e (ii) a existência, ou não, de diferenças entre a população portuguesa e a população brasileira, no que concerne aos sentimentos provocados pela vivência desta pandemia. Apesar das diferenças no impacto da pandemia nos dois países, os resultados sugerem alguma homogeneidade na forma como esta foi sentida pelos participantes.

INTRODUÇÃO

Ao longo da história, o Homem enfrentou inúmeros fenômenos impactantes, entre os quais se encontram diversos surtos epidêmicos e/ou pandêmicos. Os primeiros registos desses fenômenos datam de há cerca de 3 mil anos, com o aparecimento de uma doença que se pensa ter sido o início da epidemia de varíola (HENDERSON, 2009; TOMASI, 2020). A última pandemia, ainda em curso, foi decretada no dia 11 de março de 2020. O seu agente etiológico é um vírus que pertence à família dos *Coronaviridae*, o SARS-CoV-2, sendo a doença por ele provocada denominada covid-19. Desde 31 de dezembro de 2019, data em que o primeiro caso foi conhecido, à data de 23 de setembro de 2022, a OMS reporta o contágio de mais de 611 milhões de pessoas no mundo, tendo já ultrapassado as 6,5 milhões de mortes (WHO, 2022).

Para além de provocar a atual pandemia, outros coronavírus foram igualmente responsáveis pela ocorrência de surtos de doença durante o presente século XXI (PUSTAKE, 2022). A epidemia que provocou a doença Síndrome Respiratória Aguda Severa (SARS), em 2009, e três anos depois, no ano 2012, a Síndrome Respiratória do Médio Oriente (MERS). Apesar de exibirem taxas de mortalidade mais elevadas que a covid-19 (PUSTAKE, 2022), não apresentaram uma disseminação tão global quanto a atual pandemia.

Os aumentos da população mundial, da urbanização e da sobre-exploração da natureza, a desflorestação e a consequente destruição de habitats, exercem uma crescente pressão sobre o mundo natural (CHIN et al., 2020; LINDAHL; GRACE, 2015; VASCONCELOS; ORION, 2021). Adicionalmente, o aumento do comércio de animais e a globalização das viagens, estabelecem as condições para mais agentes patogênicos superarem a barreira entre espécies, o que pode originar novas e mais frequentes pandemias de origem zoonótica (CHIN et al., 2020; LINDAHL; GRACE, 2015; PIRET; BOIVIN, 2021; VASCONCELOS; ORION, 2021). De fato, apesar do aparecimento de doenças infecciosas com potencial pandêmico sempre ter fustigado a humanidade com alguma regularidade temporal (PIRET; BOIVIN, 2021), esse ritmo parece estar a acelerar nos últimos anos (LINDAHL; GRACE, 2015; MADHAV et al., 2018; PAZ et al., 2022; YUAN et al., 2021).

Com o surgimento da covid-19, a vida quotidiana alterou-se. Durante esse período, o distanciamento social foi instituído como regra por todo o mundo, inúmeros países fecharam as suas fronteiras, milhões de trabalhadores e estudantes foram for-

çados ao teletrabalho, muitas empresas tiveram de fechar portas, muitos trabalhadores perderam o seu emprego, a sociedade adaptou-se ao fecho de lojas comerciais/restrições nos horários de abertura ou ao cancelamento de eventos festivos e culturais. A economia mundial ressentiu-se, o turismo deixou de existir e surgiram vozes de protesto contra as medidas impostas pelos governos em inúmeros países. Em suma, as repercussões desse evento inesperado fizeram sentir-se em todas as esferas que compõem uma sociedade (CRAIGHEAD et al., 2020; HO; GAN, 2021).

A atual pandemia contribuiu indelevelmente para o desenvolvimento científico e tecnológico e promoveu a cooperação entre diversas instituições na prossecução de uma vacina eficaz contra a nova ameaça viral, o que acabou por acontecer em tempo recorde (ERDURAN, 2021; LURIE et al., 2020). Não obstante, emergiu num cenário marcado por uma crescente desconfiança na ciência (ERDURAN, 2020), enfatizando a necessidade de se preparar os cidadãos e a sociedade para enfrentarem estes acontecimentos de uma forma mais eficiente, entendendo os contornos da pandemia de uma forma holística e apostando na educação e na comunicação da ciência como forma de promover comportamentos consentâneos com uma resposta mais adequada a futuras crises (ERDURAN, 2020; PAZ et al., 2022).

Vários autores apontam a existência de manifestações psicológicas negativas nas populações afetadas por pandemias, particularmente fruto da incerteza do novo contexto, econômico, social e político, do medo da doença, e da alteração das rotinas dos cidadãos, com imposição de quarentenas e de distanciamento social. Por sua vez, o experienciar desses sentimentos negativos alavanca o crescimento de fenômenos, como a ansiedade, a depressão e até mesmo o stress pós-traumático (BODEN et al., 2021; BROOKS et al., 2020; MAK et al., 2009; YUAN et al., 2021).

Apesar disso, historicamente, os fatores psicológicos associados a pandemias sempre foram negligenciados. Dado que as crenças e comportamentos dos indivíduos podem, por um lado, influenciar a disseminação do surto, ou, por outro, auxiliar a sua contenção, as pandemias podem, por si só, serem consideradas fenômenos psicológicos (JONAS, 2013; TAYLOR, 2022). Ao mesmo tempo, os fatores psicológicos podem ainda influenciar a extensão do sofrimento emocional e da eventual desordem social provocada por um evento tão imprevisível quanto uma pandemia (TAYLOR, 2019, p. 2).

O presente fenômeno pandêmico promoveu o estudo da psicologia das pandemias como uma importante linha de investigação (ACKERMAN et al., 2021; TAYLOR, 2022). Esse campo do conhecimento tornou-se vital para moldar a prática clínica e as diretrizes de saúde pública, não apenas para o presente, mas fundamentalmente para as pandemias que possam emergir no futuro. Os fatores psicológicos são importantes para determinar: (i) a adesão aos métodos de mitigação de pandemia (por exemplo, adesão ao distanciamento social, ao uso de máscara e às medidas de higienização das mãos); (ii) comportamentos de disrupção social relacionados com a pandemia (por exemplo, pânico social, racismo, protestos antimedidas de contenção); e (iii) presença de angústia, ansiedade, depressão, transtorno de stress pós-traumático (TAYLOR, 2022).

Assim, afigura-se como essencial perceber as pandemias, não apenas sob a vertente da saúde das populações, do impacto na economia das famílias e dos países, nas relações comerciais mundiais, na política interna e externa, mas também nas implicações sociais, nomeadamente ao nível do bem-estar psicológico dos indivíduos. Vários autores defendem uma abordagem multidisciplinar à “psicologia positiva”, enfatizando o papel de cultivar as emoções positivas, como a felicidade, a gratidão ou a compaixão, como forma de fortalecer a resiliência e os recursos internos que, por sua vez, permitam a resposta a situações desafiantes e potencialmente causadoras de ansiedade ou stress (WATERS et al., 2022; WATERS et al., 2021).

O atual nível de desenvolvimento da ciência e da medicina permite amenizar um pouco o impacto desses fenômenos nas sociedades, mormente no que diz respeito ao número de mortos e à descoberta de um tratamento ou vacina eficaz num curto período temporal. Contudo, a globalização do mundo moderno e a forma disruptiva como o homem se relaciona com o meio natural, não respeitando a cadência do seu tempo, poderão ser fatores potenciadores da emergência de novas pandemias com impacto global. Nesse contexto, pautado por um crescente risco do ser humano poder vivenciar a emergência de várias pandemias durante o seu tempo de vida, é primordial entender como os cidadãos percecionaram os anos atribulados da covid-19, em termos psicológicos, de forma a melhor responder em situações semelhantes no futuro.

METODOLOGIA

Este estudo comparativo apoiou-se na combinação de métodos, tendo como instrumento de recolha de dados um breve questionário composto por três questões. As duas primeiras questões foram analisadas por intermédio do software IBM SPSS, versão 27, enquanto a terceira questão, baseada na execução de uma tarefa de desenho, foi alvo de análise de conteúdo. A amostra de conveniência foi constituída por 90 participantes voluntários (n=90), com idades compreendidas entre os 12 e os 73 anos, sendo a média de idades igual a 37,9 anos. Desses, 55 eram participantes portugueses [PP] (n=55, 61,1%) e 35 eram brasileiros [PB] (n=35, 38,9%). Relativamente ao gênero, 52 participantes eram do gênero feminino (n=52, 57,8%), 37 do gênero masculino (n=37, 41,1%) e um participante não binário (n=1, 1,1%). Todos os respondentes se encontravam na esfera de relações familiares, de amizade ou profissionais, das três autoras. Por esse motivo, as suas profissões encontravam-se maioritariamente relacionadas com a docência, a investigação em meio universitário, o estudo em diversos níveis (desde a escolaridade básica até ao doutoramento), ou o exercício de funções na área da engenharia (Tabela 12.1). Na categoria “outras” foram englobadas as profissões com frequência igual ou inferior a dois, como assistente social, biólogo, técnico de laboratório, técnico de diagnóstico e terapêutica, designer, informático, funcionário público, estagiário, operador de loja, ferroviário ou trabalhador qualificado da indústria têxtil.

Tabela 12.1 – Caracterização da amostra quanto às profissões dos participantes

Profissões	Frequência	
	n	%
Especialista área engenharia	19	21,1
Professor/Educador	17	18,9
Estudante doutoramento/Investigador	14	15,6
Estudante	11	12,2
Especialista área Gestão/Administração	7	7,8
Reformado	6	6,7
Empregado balcão	3	3,3
Funcionário público	2	2,2
Estagiário	2	2,2
Outras	9	10,0

Fonte: Autoria própria.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A primeira questão do questionário solicitou aos respondentes que, a partir de uma nuvem de palavras fornecida, escolhessem apenas uma, que considerassem estar mais associada à pandemia de covid-19. As referidas palavras diziam respeito a sentimentos ou acontecimentos comumente associados à pandemia (Figura 12.1).



Figura 12.1 – Nuvem de palavras apresentada na primeira questão do questionário.

Fonte: Autoria própria.

Os resultados obtidos na resposta a essa questão, totais e por nacionalidade, são apresentados na Tabela 12.2.

Tabela 12.2 – Resultados totais das respostas à questão 1 do questionário “Observe atentamente a nuvem de palavras e rodeie a palavra que mais associa à covid-19”

Palavra escolhida	Total	
	n	%
Distanciamento social	24	26,7
Incerteza	19	21,1
Ansiedade e depressão	12	13,4
Receio/Medo	7	7,8
Mais tempo em família	6	6,7
Solidão	5	5,6

Saudade	5	5,6
Aulas online	3	3,3
Teletrabalho	3	3,3
Falta de afetos	2	2,2
Mais tempo livre	1	1,1
Dormir mais	1	1,1
Menos contacto com natureza	1	1,1
Silêncio	1	1,1

Fonte: Autoria própria.

A análise da Tabela 12.2 permitiu verificar que as três palavras mais respondidas foram: “distanciamento social” (n=24, 26,7%), “incerteza” (n=19, 21,1%) e “ansiedade/ansiedade e depressão” (n=12, 13,4%).

A Tabela 12.3 mostra as respostas dos participantes à mesma questão, separando-as por nacionalidade.

Tabela 12.3 – Resultados, por nacionalidade dos participantes, das respostas à questão 1 do questionário “Observe atentamente a nuvem de palavras e rodeie a palavra que mais associa à covid-19”

Palavra escolhida	PP		PB	
	n	%	n	%
Distanciamento social	14	25,5	10	28,6
Incerteza	12	21,8	7	20,0
Ansiedade e depressão	8	14,5	4	11,4
Receio/Medo	3	5,5	4	11,4
Mais tempo em família	5	9,1	1	2,9
Solidão	2	3,6	3	8,6
Saudade	3	5,5	2	5,7
Aulas online	2	3,6	1	2,9
Teletrabalho	3	5,5	---	---
Falta de afetos	1	1,8	1	2,9
Mais tempo livre	1	1,8	---	---
Dormir mais	---	---	1	2,9
Menos contacto com natureza	1	1,8	---	---
Silêncio	---	---	1	2,9

Fonte: Autoria própria.

Analisando os dados obtidos dos participantes de ambos os países, verifica-se que as duas respostas mais frequentes são idênticas: em primeiro lugar, o “distanciamento social”, e em segundo lugar, a “incerteza”. Relativamente à terceira resposta mais frequente, os participantes portugueses referiram a “ansiedade/ansiedade e depressão” (n=8, 14,5%), enquanto os respondentes brasileiros consideraram “ansiedade/ansiedade e depressão” e “receio/medo” com igual número de respostas (n=4; 11,4%). A quarta resposta mais frequente dos respondentes portugueses foi “mais tempo em família” (n=5, 9,1%), enquanto os participantes brasileiros referiram a “solidão” como quarta resposta mais frequente (n=3, 8,6%).

Em seguida, foi pedido que os participantes atribuíssem o sinal (+) ou (-) à palavra escolhida, consoante a associassem, respetivamente, a uma sensação positiva ou negativa. Apenas 12 participantes (n=12; 13,3%) atribuíram à palavra que mais associavam à pandemia de covid-19 uma sensação positiva, enquanto 78 dos respondentes (n=78; 88,7%) conferiram-lhe um sentimento negativo. Na Tabela 12.4 apresentam-se os resultados a essa questão por nacionalidade dos participantes.

Tabela 12.4 – Resposta à questão 2 do questionário, “Relativamente à palavra escolhida, atribua o sinal (+), caso a associe a uma sensação positiva, ou (-), caso a associe a uma sensação negativa”, por nacionalidade dos participantes

Sensação atribuída à palavra escolhida	PP	PB
	n (%)	n (%)
Positiva	9 (16,4)	3 (8,6)
Negativa	46 (83,6)	32 (91,4)

Fonte: Autoria própria.

No sentido de perceber se havia diferenças entre a nacionalidade dos participantes e a atribuição de uma sensação positiva ou negativa à palavra que mais associam à pandemia de covid-19, foi realizado o teste exato de Fisher. Este não revelou diferenças estatisticamente significativas ($\chi^2=1,124$; $p=0,355$) entre os respondentes de ambos os países.

Constatou-se ainda que todos os participantes que escolheram as palavras “mais tempo em família” (n= 6), “mais tempo livre (n= 1) e “dormir mais” (n= 1), as vincularam a sentimentos positivos. O “distanciamento social” foi considerado como um acontecimento associado a uma sensação positiva apenas por um dos respondentes que o tinha selecionado (n=1, 4,2%). Os restantes (n= 23; 95,8%) consideraram-no uma consequência da pandemia com carácter negativo. De igual modo, todas as restantes palavras referidas foram apontadas como sentimentos negativos.

Os resultados obtidos encontram-se alinhados com a literatura da especialidade, já que vários autores relacionam a vivência de uma pandemia com sentimentos negativos, fruto da incerteza do novo contexto, econômico, social e político, do medo da doença, e da alteração das rotinas dos cidadãos, com imposição de quarentenas e de distanciamento social (BODEN et al., 2021; BROOKS et al., 2020; MAK et al., 2009;

YUAN et al., 2021). Por sua vez, o experienciar desses sentimentos negativos pode alavancar o crescimento de fenômenos como a ansiedade e a depressão. Por outro lado, outros autores relataram efeitos positivos da vivência de pandemias, nomeadamente, no que diz respeito a um aumento do suporte familiar (LAU et al., 2021). A generalização do teletrabalho poderá contribuir para esse aumento.

Procedeu-se ainda à análise da possível relação entre a profissão e a escolha da palavra mais associada à pandemia. No grupo profissional “estudante de doutoramento/investigador” verificou-se a maior percentagem de escolha da palavra “ansiedade/ansiedade e depressão” (n=5, 35,7%). De forma a verificar se esse valor tinha significado estatístico, foi efetuado o teste exato de Fisher. Este revelou que existe dependência entre ser estudante de doutoramento/investigador e a escolha da palavra ansiedade/ansiedade e depressão para caracterizar a pandemia ($\chi^2=7,187$; $p=0,019$). Esse fato encontra-se alinhado com os estudos da literatura da especialidade, já que vários autores reconhecem que esse grupo profissional é particularmente propenso a esses fenômenos (BYROM, 2020; LESHNER, 2015; SATINSKY et al., 2021), podendo esses sentimentos terem sido agravados pela covid-19. De acordo com esses indicadores, torna-se essencial que as instituições estejam atentas e se apoiem na investigação, por exemplo, nos contributos da psicologia positiva (WATERS, et al., 2021; WATERS et al., 2022), como forma de minimizar o impacto negativo desse fenômeno nos seus estudantes de doutoramento/investigadores.

A terceira questão do questionário solicitou aos participantes a elaboração de um desenho simples, que melhor expressasse o seu sentimento dominante na pandemia. Com essa tarefa, as autoras pretenderam obter um conhecimento mais profundo sobre os sentimentos dos participantes, dado que os desenhos podem materializar um pensamento, um conceito, uma ideia ou uma emoção (BROADBENT et al., 2019; CHEUNG et al., 2016). Adicionalmente, o uso do desenho pode criar uma rede de segurança para os participantes expressarem abertamente questões que podem considerar difíceis de abordar (BODEN et al., 2019; CHEUNG et al., 2016).

Nas Figuras 12.2 e 12.3 apresentam-se alguns dos desenhos realizados pelos participantes, todos relacionados com sentimentos negativos atribuídos à pandemia de covid-19.



Figura 12.2 – Exemplos de alguns dos desenhos elaborados pelos participantes, relativos à expressão do sentimento que associam ao “distanciamento social”, quatro desenhos em cima, e à “incerteza”, três desenhos abaixo na imagem.



Figura 12.3 – Exemplos de alguns dos desenhos elaborados pelos participantes, relativos à expressão de sentimentos que associam: às “aulas online” em cima à esquerda, ao “receio/medo”, em cima à direita, à “saudades”, à esquerda embaixo e à “ansiedade e depressão”, à direita, embaixo.

Apesar da maioria dos participantes ter associado a covid-19 a um sentimento negativo, cerca de 13,3% (n=12), relacionou-a com algo positivo. A Figura 12.4 trata de alguns dos desenhos elaborados esses participantes.

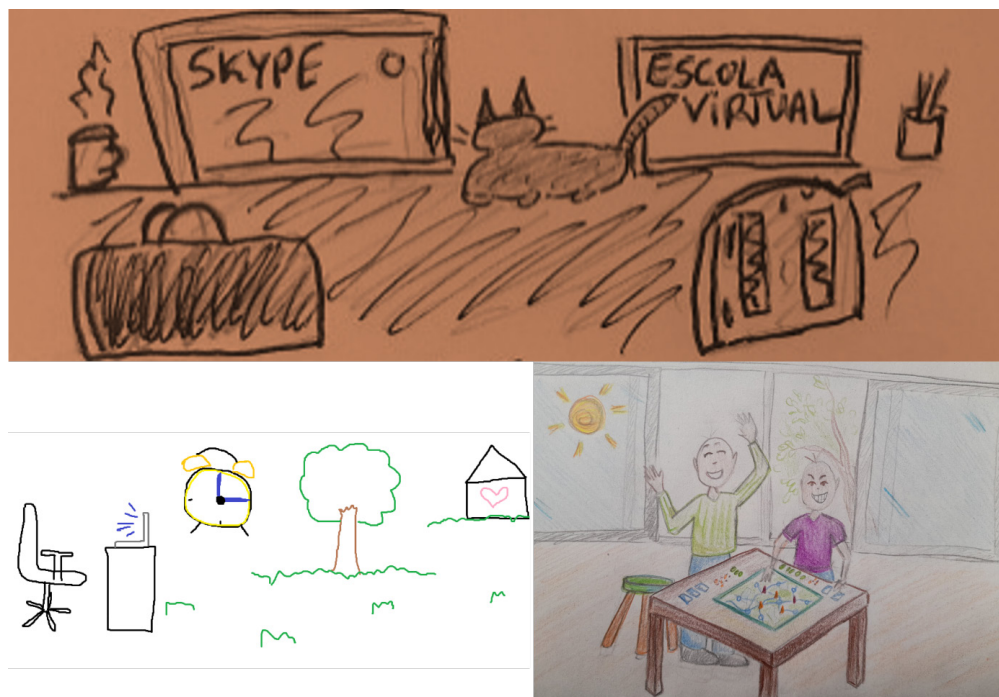


Figura 12.4 – Exemplos de alguns dos desenhos elaborados pelos participantes, relativos à expressão de sentimentos positivos que associam: ao “teletrabalho”, em cima, e ao terem passado “mais tempo em família”, embaixo.

Todos os desenhos foram analisados pela equipe de investigação, sendo contabilizados o tipo/natureza dos itens desenhados. A Tabela 12.5 apresenta a contagem dos dez itens mais ilustrados, por nacionalidade dos participantes (Nota. Em cada um dos desenhos, foram considerados todos os itens desenhados).

Tabela 12.5 – Os dez itens mais representados nos desenhos, por nacionalidade dos participantes

Item desenhado	PP	PB
	n (%)	n (%)
Isolamento/distância (por exemplo, casa com pessoa sozinha)	15 (27,3)	11 (31,4)
Cara triste/cara triste a chorar	15 (27,3)	10 (28,6)
Ponto de interrogação	8 (14,5)	5 (14,3)
Família	5 (9,1)	1 (2,9)
Cara feliz	4 (7,3)	1 (2,9)
Computador	4 (7,3)	4 (11,4)
Máscara	3 (5,5)	5 (14,3)
Elementos da natureza (por exemplo, árvores, flores, sol)	4 (7,3)	3 (8,6)
Vacina (por exemplo, desenho de uma seringa)	---	4 (11,4)
Morte (por exemplo, desenho de uma campa)	---	3 (8,6)

Como já tinha sido possível verificar na Tabela 12.3, que analisou, por nacionalidade dos participantes, a escolha da palavra que mais associavam à pandemia de covid-19, a Tabela 12.4 também evidencia alguma homogeneidade nos desenhos efetuados pelos PP e PB. O item mais desenhado está de acordo com a palavra mais escolhida “distanciamento social”. De realçar o desenho de uma “cara triste/cara a chorar”, como segundo item mais representado. A tristeza não figurava na nuvem de palavras, pelo que não era uma palavra que pudesse ser escolhida pelos participantes. Em terceiro lugar, surgem os pontos de interrogação, alinhados com a incerteza imposta pela situação pandêmica, segunda palavra escolhida pelos participantes.

Analisando os outros itens menos desenhados, é de se referir algumas diferenças entre os PB e os PP, mormente, no que diz respeito ao desenho de itens, como as máscaras (14,3% contra 5,5%), itens relacionados com a vacinação (11,4% contra 0%) ou mesmo com a morte (8,6% contra 0%). A pandemia de covid-19 teve um impacto diferente em ambos os países, com o Brasil a ser mais penalizado em termos de número de doentes e de mortes que Portugal, e apresentando ainda uma menor cobertura vacinal (WHO, 2022). Adicionalmente, o Brasil viveu uma gestão política da pandemia mais descoordenada e sem diretrizes comuns nos diferentes estados, o que prejudicou o controle da progressão dos contágios (CAPONI, 2020). Os movimentos anti-ciência e a disseminação de fake news foram também fenômenos com elevada expressão no Brasil (GALHARDI et al., 2020; NETO et al., 2020). Esses fatos poderão explicar não só essa maior representação de itens relacionados diretamente com a doença da covid-19, como, concomitantemente, poderão estar relacionados com maiores sentimentos de receio/medo por parte dos PB relativamente aos PP (11,4% contra 5,5%), conforme já evidenciado na Tabela 12.3. Para além disso, o diferente contexto pandêmico experienciado pelos dois países, pode ainda fundamentar as ligeiras desigualdades observadas nas respostas dos PP e dos PB, no que concerne aos desenhos relativos a sentimentos positivos sobre a pandemia, com maior representação da “família” (9,1% contra 2,9%) e de “caras felizes” (7,3% contra 2,9%) por parte dos PP.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O surgimento da pandemia de covid-19 será seguramente um dos acontecimentos que marcará a história da humanidade no século XXI. Pelo caráter imprevisível dos seus efeitos sob vários domínios, o real impacto desse acontecimento global na nossa sociedade ainda está por determinar. Como seria expectável, este estudo sugere que a covid-19 foi essencialmente vinculada a sentimentos negativos pela população portuguesa e brasileira, com o distanciamento social, a incerteza e a ansiedade e depressão considerados como as três características da pandemia mais reconhecidas pelos participantes. A possibilidade de passar mais tempo em família e o teletrabalho foram os acontecimentos mais referidos, no que concerne a sentimentos positivos. Apesar de alguma homogeneidade encontrada nos sentimentos evidenciados pelos participantes dos dois países, encontram-se ligeiras diferenças na forma como os portugueses e os

brasileiros perceberam e sentiram a situação pandêmica. Sendo presumível o aumento dos fenômenos epidêmicos e pandêmicos no mundo, é importante pensar em formas de contornar os seus impactos negativos no que concerne aos efeitos psicológicos nefastos que poderão deixar nas populações, potenciando e reforçando os acontecimentos positivos que deles possam advir.

AGRADECIMENTO

Esta investigação foi financiada através de fundos nacionais da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), no âmbito das referências UIDB/04423/2020 e UIDP/04423/2020.

REFERÊNCIAS

- ACKERMAN, Joshua M.; TYBUR, Joshua M.; BLACKWELL, Aaron D. What role does pathogen-avoidance psychology play in pandemics? *Trends in cognitive sciences*, 2021, 25.3: 177-186.
- BODEN, Matt et al. Mental disorder prevalence among populations impacted by coronavirus pandemics: A multilevel meta-analytic study of covid-19, MERS & SARS. *General hospital psychiatry*, 2021, 70: 124-133.
- BROADBENT, Elizabeth et al. A systematic review of patients' drawing of illness: Implications for research using the common sense model. *Health psychology review*, 2019, 13.4: 406-426.
- BROOKS, Samantha K. et al. The psychological impact of quarantine and how to reduce it: rapid review of the evidence. *The lancet*, 2020, 395.10227: 912-920.
- BYROM, Nicola. Covid-19 and the research community: The challenges of lockdown for early-career researchers. *Elife*, 2020, 9: e59634.
- CAPONI, Sandra. Covid-19 no Brasil: entre o negacionismo e a razão neoliberal. *Estudos avançados*, 2020, 34: 209-224.
- CHEUNG, Melissa Mei Yin; SAINI, Bandana; SMITH, Lorraine. Using drawings to explore patients' perceptions of their illness: a scoping review. *Journal of Multidisciplinary Healthcare*, 2016, 9: 631.
- CHIN, Anne et al. Pandemics and the future of human-landscape interactions. *Anthropocene*, 2020, 31: 100256.
- CRAIGHEAD, Christopher W.; KETCHEN JR, David J.; DARBY, Jessica L. Pandemics and supply chain management research: toward a theoretical toolbox. *Decision Sciences*, 2020, 51.4: 838-866.
- ERDURAN, Sibel. Respect for evidence: Can science education deliver it? *Science & Education*, 2021, 30.3: 441-444.

- ERDURAN, Sibel. Science Education in the Era of a Pandemic. *Science & Education*, 2020, 29.2: 233-235.
- GALHARDI, Cláudia Pereira et al. Fato ou Fake? Uma análise da desinformação frente à pandemia da covid-19 no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 2020, 25: 4201-4210.
- HENDERSON, Donald Ainslie. *Smallpox: the death of a disease: the inside story of eradicating a worldwide killer*. Prometheus Books, 2009.
- HO, Linh Tu; GAN, Christopher. Foreign direct investment and world pandemic uncertainty index: Do health pandemics matter? *Journal of Risk and Financial Management*, 2021, 14.3: 107.
- JONAS, Olga B. *Pandemic risk*. 2013.
- KHAN, Ibrahim; SHAH, Dawood; SHAH, Sayed Suliman. Covid-19 pandemic and its positive impacts on environment: an updated review. *International Journal of Environmental Science and Technology*, 2021, 18.2: 521-530.
- LAU, Joseph TF et al. Positive mental health-related impacts of the SARS epidemic on the general public in Hong Kong and their associations with other negative impacts. *Journal of Infection*, 2006, 53.2: 114-124.
- LESHNER, Alan I. Rethinking graduate education. *Science*, 2015, 349.6246: 349-349.
- LINDAHL, Johanna F; GRACE, Delia. The consequences of human actions on risks for infectious diseases: a review. *Infection ecology & epidemiology*, 2015, 5.1: 30048.
- LURIE, Nicole et al. Developing covid-19 vaccines at pandemic speed. *New England journal of medicine*, 2020, 382.21: 1969-1973.
- MADHAV, Nita et al. *Pandemics: risks, impacts, and mitigation*. 2018.
- MAK, Ivan Wing Chit et al. Long-term psychiatric morbidities among SARS survivors. *General hospital psychiatry*, 2009, 31.4: 318-326.
- NETO, Mercedes et al. Fake news no cenário da pandemia de covid-19. *Cogitare enfermagem*, 2020, 25.
- PAZ, Marta; TEIXEIRA, Isabel; LIMA, Dulce. Are new pandemics a historical fate of human evolution? Education and the contribution from a geoethical perspective. *Paedagogica Historica*, 2022, 58.5: 748-767.
- PIRET, Jocelyne; BOIVIN, Guy. Pandemics throughout history. *Frontiers in microbiology*, 2021, 11: 631736.
- PUSTAKE, Manas et al. SARS, MERS and covid-19: An overview and comparison of clinical, laboratory and radiological features. *Journal of Family Medicine and Primary Care*, 2022, 11.1: 10.
- SATINSKY, Emily N. et al. Systematic review and meta-analysis of depression, anxiety, and suicidal ideation among Ph. D. students. *Scientific Reports*, 2021, 11.1: 1-12.

- TAYLOR, Steven. The psychology of pandemics. *Annual Review of Clinical Psychology*, 2022, 18: 581-609.
- TAYLOR, Steven. *The psychology of pandemics: Preparing for the next global outbreak of infectious disease*. Cambridge Scholars Publishing, 2019.
- TOMASI, Susana. *Historia de las pandemias mundiales y la economía*. Argentina: Magaten, 2020.
- VASCONCELOS, Clara; ORION, Nir. Earth science education as a key component of education for sustainability. *Sustainability*, 2021, 13.3: 1316.
- WATERS, Lea et al. Positive psychology in a pandemic: Buffering, bolstering, and building mental health. *The Journal of Positive Psychology*, 2022, 17.3: 303-323.
- WATERS, Lea et al. Collective wellbeing and posttraumatic growth during covid-19: How positive psychology can help families, schools, workplaces and marginalized communities. *The Journal of Positive Psychology*, 2021, 1-29.
- WHO. World Health Organization. *Coronavirus disease (covid-19) pandemic*, <https://covid19.who.int/> (accessed 24 september, 2022).
- YUAN, Kai et al. Prevalence of posttraumatic stress disorder after infectious disease pandemics in the twenty-first century, including covid-19: a meta-analysis and systematic review. *Molecular psychiatry*, 2021, 26.9: 4982-4998.

PARTE 4

**DOSSIÊ –
POLÍTICAS URBANAS E DIREITOS À CIDADE**

CAPÍTULO 13

AVANÇOS DA EXPANSÃO URBANA SOBRE OS MODOS DE VIDA DA COMUNIDADE TRADICIONAL DE CATADORAS DE MANGABA EM ARACAJU-SE

Raquel Fernandes de Araújo Rodrigues;
Sílvia Helena Zanirato;
André Felipe Simões

RESUMO

O tema central do capítulo são as influências das políticas públicas de urbanização nos modos de vida das catadoras de mangaba nos bairros 17 de Março e Santa Maria, em Aracaju-SE. Nessa perspectiva são analisadas as relações espaciais que estão a ameaçar a manutenção dos modos de vida tradicionais das catadoras de mangaba desde a fundação da cidade de Aracaju em 1855 e até os projetos de modernização e expansão urbana do município, intensificados no início do século XXI. Nesse contexto é explicitado o papel controverso do estado, ora como mediador dos conflitos que envolvem as comunidades tradicionais e o mercado imobiliário interessado na expansão urbana de Aracaju, ora como interlocutor deste último segmento.

INTRODUÇÃO

A ameaça à conservação ambiental dos territórios e dos modos de vida de comunidades e povos tradicionais têm sido um dos principais dilemas das sociedades capitalistas, dependentes de bens naturais cada vez mais escassos. Nesse contexto se insere o Brasil, país sob a égide de capitalismo periférico e tipicamente exportador de *commodities* de baixo valor agregado. Tal modelo, em geral, induz à amplificação de pressões sobre a base de recursos naturais e à geração de impactos ambientais e desigualdades socioeconômicas (LÖWY, 2014). Destarte, projetos que se pretendem modernos e de alto interesse do capital avançam sobre áreas até pouco tempo utilizadas como espaços de convivência socioeconômica, cultural, ambiental e política por comunidades quilombolas, indígenas, ribeirinhas, marisqueiras, pescadores, e catadoras de mangaba, por exemplo.

Desde o início do século XX, em face à expansão urbana do país e à industrialização, um número significativo de pessoas foi deslocado dos seus lugares de origem na área rural para os centros urbanos. Os mecanismos que privilegiam determinados grupos sociais no meio rural se espraiam também na esfera urbana de modo que enquanto a elite se estabelece em espaços urbanos caracterizados por investimentos públicos em infraestrutura e serviços, os migrantes pobres se estabelecem em espaços desassistidos do poder público, cujas paisagens se assemelhavam aos seus locais de origem. Nesses casos, as pessoas continuam a exercer práticas comumente associadas ao meio rural (agricultura e extrativismo), e, muitas vezes, também passam a vender sua força de trabalho pouco qualificada para as demandas urbanas, como trabalhadores da construção civil, empregados domésticos, e ambulantes. As experiências relacionadas à coleta e ao extrativismo vegetal, por exemplo, fundadas no acesso aos bens naturais, são mantidas nos poucos e pressionados espaços urbanos onde ainda se veem remanescentes florestais.

Essa situação se fez e se faz presente na capital de Sergipe, Aracaju, e motiva este texto que tem por objetivo analisar as influências das políticas de urbanização nos modos de vida das catadoras e catadores de mangaba dos bairros 17 de Março e Santa Maria. Para tanto o texto se fundamenta na produção bibliográfica que já tratou dos projetos de modernização da cidade do final do século XIX, durante o século XX e início do XXI, bem como se vale de documentos oficiais, emitidos pelo Ministério Público Estadual e pela Prefeitura Municipal de Aracaju, cuja análise permite melhor compreender o processo.

Ainda que se faça necessário, em alguns momentos, recuar no tempo para compreender as ocupações dos bairros escolhidos para análise, o recorte temporal se dá nas duas primeiras décadas no corrente século XXI.

As catadoras de mangaba são mulheres extrativistas, consideradas portadoras de um modo de vida tradicional e culturalmente diferenciado, pois associado à coleta e uso de bens comuns, e reconhecidas como sujeitos de direitos específicos, dentre os quais os de territorialidade (PORRO et al., 2009; MOTA et al., 2011). Ainda que tenham esse reconhecimento formal, a expansão urbana em Aracaju tem exercido pres-

são sobre os modos de vida das catadoras, pondo em questionamento o direito ao território de uso do bem comum e o próprio direito à cidade: duas faces do mesmo problema, como se vê no texto a seguir.

COMPREENDENDO O PROBLEMA

Os modos de vida das comunidades tradicionais localizadas na Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica do Brasil mantêm relação de interdependência com a conservação ambiental e acesso aos territórios. São mulheres e homens, grande parte negros, sem-terra, que se estabeleceram em regiões com ampla oferta de bens da flora e fauna, às margens do modelo de produção agroexportador (MOTA et al., 2010). Segundo Mota et al. (2010), os cultivos alimentares, a pesca, a mariscagem e o extrativismo vegetal são parte das estratégias adotadas por essas populações para garantir a sua reprodução social enquanto comunidade tradicional. Suas práticas cotidianas, mantidas ao longo dos tempos, permitem sentir os territórios acessados como espaços de apreendidos, vividos, territorializados.

A territorialização compreende a apropriação social do espaço tanto no que diz respeito à dimensão material, expressa no acesso aos meios materiais ali presentes, quanto na dimensão simbólica, entendida a partir do sentido de pertencimento ao lugar, de ocorrência de suas identidades (HAESBAERT, 2002). Nesse sentido a territorialização corresponde ao acesso ao território e à apropriação material e simbólica de seus bens, usos e significação, o que confronta, na sociedade capitalista, com as relações de poder, uma vez que a mercadoria espaço não é acessível igualmente a todos. Tendo valor de uso e de troca, o espaço, quanto mais adequado à ocupação humana, menos acessível ele é aos grupos de baixo poder aquisitivo, pois seu valor de mercado é aumentado.

A mangabeira (*Hancornia speciosa* Gomes), árvore da família das apocináceas que pode atingir sete metros de altura, nasce em solos arenosos, classificados pelos agrônomos como pobres em nutrientes. Evidentemente, as mangabeiras discordam desses especialistas apresentando-se com uma copa frondosa, de folhas pequenas e galhos longos, com frutos de sabor adocicado e de formato arredondado e cascas de colorações que variam entre o verde, amarelo e vermelho. A partir da mangaba produzem-se doces, sucos, bebida vinosa (no caso, bebida alcoólica elaborada a partir da fermentação do sumo da mangaba), e sorvetes. Os frutos *in natura*, ou processados (polpa, bolos, compota, geleia, biscoitos, salgados, trufa, bala, licor etc.) são comercializados às margens das estradas de alto fluxo de turistas, lojas especializadas em produtos artesanais, mercados municipais, feiras livres, supermercados e comércio virtual (*e-commerce*). Também são incluídos no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e divulgados em eventos nacionais e internacionais. Além dos usos dos frutos como alimento e fonte de renda, o chá das folhas e o látex da mangabeira – líquido branco e de alta elasticidade extraído do tronco da árvore – é empregado para fins medicinais pela indústria farmacêutica na produção de insumos farmacológicos antialérgicos, anti-inflamatórios, antioxidantes, antitumorais e antibacterianos.

Também é usado na confecção de bolas, utilizadas de maneira lúdica por comunidades tradicionais e povos indígenas no Tocantins, Amazonas, Rondônia, Pará, Maranhão e Alagoas (ROOSEVELT, 1914; COSTA, 2000; MELATTI, 2001; MOTA et al., 2011).

O adentrar ao território e apropriar-se das mangabas implica tanto em usos alimentares e medicinais, intrinsecamente associados aos costumes e tradições das extrativistas, quanto em usos simbólicos, manifestos nos festivais, festas e feiras realizadas em diferentes partes do país para celebrar a colheita, divulgar os produtos e promover as atividades extrativistas da mangaba.

A coleta dos frutos da mangaba pode ser melhor compreendida na Figura 13.1, a seguir, que traz catadoras de mangaba e frutos colhidos.



Figura 13.1 – Catadoras de mangaba praticando o extrativismo e frutos de mangabeira comercializados em barracas de frutas no mercado municipal, em Sergipe.

Fotos: Josué Francisco da Silva Junior e Raquel Fernandes de Araújo Rodrigues.

O estado de Sergipe é um dos maiores produtores de mangaba do Brasil, sendo que no litoral, as catadoras coletam os frutos majoritariamente em áreas de terceiros, com permissão, ou escondido dos proprietários das terras, em grupos de mulheres e crianças. Elas se deslocam a pé, ou por meio de barcos pelos rios Sergipe, Poxim e Vaza-Barris, com roupas leves, ganchos, baldes, bonés, torços e lenços na cabeça para apoiar os baldes com os frutos coletados no dia. Os frutos são coletados do chão (“mangaba de caída”) e retirados dos galhos (“mangaba de vez”), com o auxílio de ganchos. Uma vez coletados, os frutos são armazenados em baldes e levados para casa. Os de “caída”, ou seja, maduros e de alta perecibilidade são lavados e aproveitados em curto espaço de tempo. Os “de vez” são armazenados em recipientes cobertos com tecidos, plásticos, ou papel, para amadurecerem rápida e completamente.

A prática do extrativismo realizada pelas catadoras de mangaba favorece ao auto-consumo e abastecimento dos mercados de alimentos locais e regionais como também à renda familiar. “O extrativismo da mangaba, em ordem de importância, é a

primeira fonte de renda para 38,89% das localidades de catadoras de mangaba do Estado de Sergipe” (RODRIGUES et al., 2017, p. 31). Essas comunidades também coletam e comercializam produtos à base de outras frutas nativas (murici e jenipapo), e empregam as palhas de licurizeiro em trabalhos artesanais, assim como catam aratu e caranguejo nos manguezais próximos aos seus locais de moradia.

Em que pese essa diversidade toda, pesquisadores têm evidenciado que os modos de vida das comunidades tradicionais de extrativistas de mangaba estão ameaçados em diferentes localidades do país, tanto em face da privatização dos espaços de uso comum - áreas de mangabeiras nativas - quanto por ações públicas, em particular para o caso aqui estudado, de expansão urbana. As consequências se veem no Parque Nacional da Chapada Diamantina na Bahia; no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, em Goiás; e no Parque Estadual do Jalapão, no Tocantins, uma vez que as mangabeiras se converteram em remanescentes nativas, mantidas exclusivamente para os olhares curiosos dos turistas e investigações de pesquisadores (MOTA et al., 2011). No município de Maracanã, no Pará, uma área importante que outrora continha pés de mangaba foi desmatada para a instalação de plantio de coqueiro (FERNANDES; MOTA, 2014). Por sua feita, no litoral de Sergipe e Pernambuco deu-se o mesmo para a construção de estradas e pontes, implantação de plantios de *commodities*, instalação de condomínios residenciais e empreendimentos turísticos, priorizados em detrimento da conservação das áreas de mangueiras e demais espécies nativas (RODRIGUES et al., 2017; SILVA JUNIOR, 2018). Tais ações fragilizam as comunidades extrativistas que dependem sobremaneira dos bens naturais e comprometem sua continuidade como população tradicional.

Em Sergipe, as catadoras de mangaba são reconhecidas pela Lei Estadual 7.082/2010 como grupo culturalmente diferenciado, em acordo com a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de 1989, e possuem representatividade no Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), na Comissão Mista Intersetorial do Plano Nacional para Fortalecimento das Comunidades Extrativistas e Ribeirinhas (Planafe) e na Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos Povos Extrativistas Costeiros e Marinho (Confrem).

De acordo com a OIT (2011), a autoidentificação é o critério fundamental para a definição de comunidades tradicionais, e compete ao Estado proteger e conservar o meio ambiente nos territórios onde vivem essas comunidades, de modo a assegurar suas identidades sociais e culturais, seus costumes e tradições e suas instituições. As catadoras de mangaba se encontram nessa condição, sendo sua atividade um fazer a ser protegido.

No entanto, apesar dessas normativas, o que se vê é a redução das áreas naturais de ocorrência de mangabeira; tais áreas, no período de 2010 a 2016, em Sergipe, diminuíram em 29,6% (10.456 hectares), em relação às anteriormente existentes (RODRIGUES et al., 2017). Mesmo nesse contexto de diminuição, 72 comunidades de catadoras de mangaba continuam a existir no estado, resistindo às investidas de projetos de desapropriação de seus territórios, apresentados como necessidades do crescimento econômico.

Na capital Aracaju, as mangabeiras nativas ainda podem ser encontradas nos bairros 17 de Março e Santa Maria, na zona sul da cidade e são as últimas remanescentes da espécie no município (Figura 13.2).

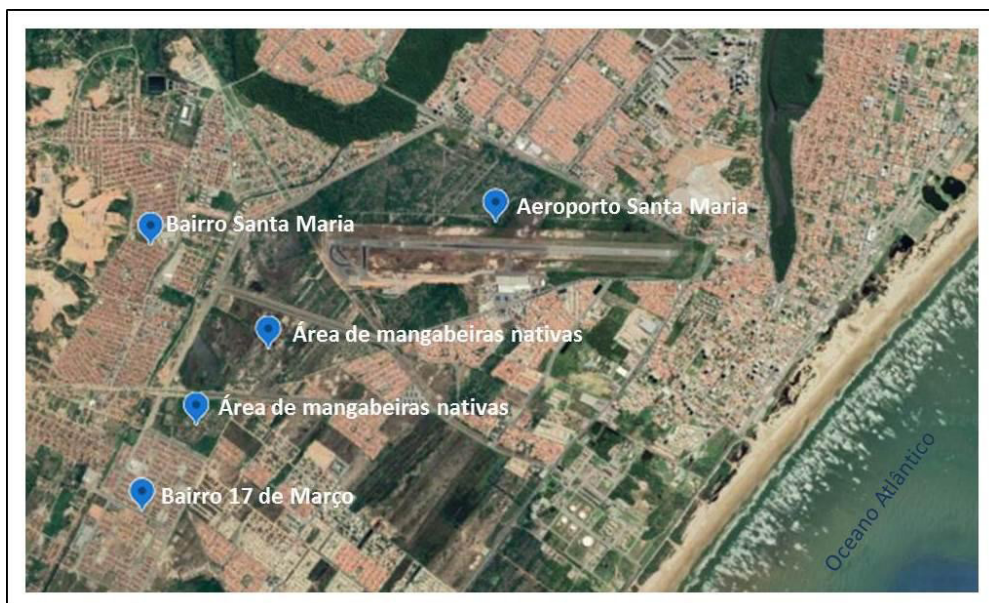


Figura 13.2 - Localização das áreas de mangabeiras nativas nos bairros 17 de Março e Santa Maria, em Aracaju-SE.

Ref. Imagem de satélite: Google Earth, 2022.

Como se pode ver na Figura 13.2, as áreas nativas estão bastante comprimidas tanto pelo espaço dedicado ao aeroporto, quanto pela ocupação imobiliária.

A compressão pode ser entendida ao longo do tempo quando se analisa o formato de tabuleiro de xadrez “Quadrado de Pirro”, concebido pelo engenheiro Sebastião Basílio Pirro em 1855, ao centro urbano de Aracajú. O traçado visou conferir à cidade uma funcionalidade considerada moderna, associada a uma estética originada no início do século XIX, na França (SANTOS, 2009; CRUZ, 2016; SOUZA NETO, 2016; SANTOS; OLIVEIRA, 2018). O traçado se fez em localizações destinadas às pessoas de maior poder aquisitivo – aristocracia rural, industriais e comerciantes abastados e acabou por relegar à população pobre, majoritariamente negra, a moradia nas periferias da cidade, no entorno das áreas de mangabeiras.

Ao longo do século XX, à medida que se transformava no principal centro administrativo do estado e que o setor industrial se desenvolvia, Aracaju passou a atrair tanto pessoas de alto poder aquisitivo, como negros desassistidos pelo poder público após a abolição da escravatura e pobres em geral, em busca de trabalho nas fábricas (CRUZ, 2016). Essas populações se instalavam nas áreas não abrangidas pelo “Quadrado de Pirro”, concebidas como não cidade, distantes do centro e onde ainda se viam concentrações de mangabeiras.

Mas, não tardou a mudar a situação. Primeiro pela construção de pontes, estradas e rodovias por entre as áreas com mangabas e áreas brejosas, com vistas a facilitar o acesso da elite branca às praias na direção sul do município. A expansão urbana chegou aos lugares onde viviam as comunidades tradicionais extrativistas: os pescadores artesanais, as marisqueiras e as catadoras de mangaba. A partir da década de 1940, com o início das obras do Aeroporto Santa Maria, as catadoras que viviam no entorno do Canal Santa Maria, passaram a sentir os efeitos da expansão da urbanização em seus territórios tradicionais, ficando comprimidas nas áreas como mostra a Figura 13.2.

A compressão dos espaços de vida não deixou de acarretar conflitos, como se vê mais detalhadamente na sequência.

“QUADRADO DE PIRRO” E ZONA DE EXPANSÃO, PRESSÕES URBANAS SOBRE AS TERRITORIALIDADES EM ARACAJU

A cidade de Aracaju remonta há mais de um século e meio, mas foi na segunda metade do século XX que ela passou a ter um crescimento mais acelerado, chegando à primeira década do século XXI a ter em torno de 600 mil habitantes, distribuídos por uma área de 182 km² (IBGE, 2010). A expansão urbana em Aracaju, como na maioria das capitais brasileiras, se deu de forma intensa e desordenada (VILAR, 2003).

O processo de modernização foi iniciado em 1855, quando Aracaju passou a ser a capital de Sergipe. Até então esse título pertencia ao município de São Cristóvão. A transferência ocorreu sob a justificativa oficial da superioridade do porto à margem do Rio Sergipe frente ao porto do Rio Vaza-Barris, para o escoamento da produção de açúcar do Vale do Cotinguiba (FREITAS, 2003).

Diante do desafio de forjar uma cidade moderna, onde até então predominavam áreas brejosas e manguezais que serviam de leito do rio Cotinguiba, Inácio Barbosa, presidente da Província de Sergipe, convidou o engenheiro Sebastião Basílio Pirro para projetar a nova capital. Segundo Freitas (2003), Pirro exagerou no “uso das linhas retas” e “regularidade excessiva”, projetando Aracaju com 32 quadras de 100 metros cada, semelhante a um “tabuleiro de xadrez”. O engenheiro se inspirou nos padrões pretensos a universais e modernos vivenciados em Paris no final do século XIX, período conhecido por “Belle Époque”, “onde não cabiam aqueles que não se encaixavam no quesito de cidadão da modernidade” (CRUZ, 2016, p. 18).

A exclusão se fez na lei com a aprovação, pela Câmara Municipal, do Código de Posturas de 1856, que proibia habitações com telhado de palha no “Quadrado de Pirro”. Isso obrigava a população pobre e sem condições financeiras de construir casas mais sólidas, impelindo-a para as periferias do centro urbano.

O início das obras do “Quadrado” foi marcado por “trabalhos de roçagem, alinhamento das ruas, colocação de marcos, concomitante com os serviços de aterramento do espaço onde se erguia a nova capital” (SANTOS, 2007, p. 65), eliminando as áreas úmidas. A modernização de Aracaju pode ser entendida como “um dos marcos histó-

ricos de higienização do espaço público” (SANTOS; OLIVEIRA, 2018, p. 464), uma vez que se acabou por afastar os menos favorecidos para as zonas periféricas. A supressão dos manguezais e áreas brejosas foi associada aos surtos de cólera e febre amarela, mas também a “causas sociais”, vinculadas à ideia de insalubridade que se evidenciava nas casas onde se viam superlotação, insuficiência de ventilação e pouca insolação, bem como “sujeira dos logradouros públicos” (ABREU, 1996, p. 161).

As instituições públicas da época, ocupadas por representantes da aristocracia rural, trataram de estabelecer, por meio dos “Códigos de Condutas”, uma lógica para favorecer “a circulação, o fluxo, a acessibilidade e velocidade” (SANTOS; VARGAS, 2007, p. 122). Ao mesmo tempo, lucraram em levar para as periferias da cidade a população indesejável no centro, entre eles os homens e mulheres pretos e pobres e suas famílias. Essa lógica fundamentava-se “não só sob o aspecto de uma centralidade política, como também na sua inserção em um projeto de desenvolvimento econômico mais amplo” (idem), no qual a população negra foi a principal excluída do direito à cidade.

Desse modo, diferentemente do que consta no imaginário da população e no documento de transferência da capital de Sergipe, Aracaju iniciou o seu processo de modernização no centro, após o deslocamento dos pobres para o norte da cidade, fora do “Quadrado de Pirro”, e não no Povoado Santo Antônio do Aracaju (RABELO, 2009).

As relações sociais, econômicas e políticas que orientaram a continuidade do processo de construção da cidade de Aracaju alicerçam-se nos interesses da aristocracia rural. Mesmo com o fim oficial da escravatura, em 1888, “os senhores de engenho” mantinham, por meio de mecanismos institucionais, o controle de grupos sociais desfavorecidos entre os quais os de não ocuparem os espaços salubres, destinados à população branca. A despeito das mudanças políticas decorrentes da implantação da República, “o burguês se iguala àqueles que no passado ostentavam honrarias, terras e títulos” (CRUZ, 2016, p. 60). Assim, mesmo “o austero homem de negócios” aspirava “o estilo de vida da aristocracia agrária” (NUNES, 2008, p. 240). É nesse contexto, distante a dezoito quilômetros do centro e do “Quadrado de Pirro”, em direção ao Sul, que o povoado Terra Dura se fez. Nele estavam os excluídos da área higienizada. Esse local permaneceu à margem do processo de urbanização e modernização de Aracaju até os primeiros anos do século XX.

No período de 1889 a 1930, a produção de açúcar, seguida da do algodão, eram as atividades mais importantes em Sergipe e devidamente “integradas no modelo agro-exportador, sob a predominância do capitalismo mercantil”, com relevância ainda da pecuária e “culturas de subsistência” (DANTAS, 2004, p. 42).

As primeiras ocupações do povoado Terra Dura ocorreram por volta de 1840-1844, com populações pobres, entre as quais os trabalhadores das obras de abertura do Canal Santa Maria, entre os rios Santa Maria e Poxim, com vistas a melhorar a circulação de produtos e mercadorias oriundas de diferentes municípios de Sergipe. No início da década de 1930, famílias que sobreviviam do extrativismo e da agricul-

tura para autoconsumo, migraram para as áreas periféricas do entorno do Canal Santa Maria, localidades não consideradas urbanas e que compreendem, atualmente, o entorno dos bairros Aeroporto, Santa Maria e 17 de Março (VIEIRA, 2011).

A paisagem dessa região era composta por fruteiras nativas, coqueiros e arbustos. Era uma região brejosa e de lagoas, *habitats* propícios para insetos, aves, mamíferos, anfíbios, répteis, peixes, mariscos e crustáceos (VIEIRA, 2011). A diversidade da fauna e da flora se converteu em fonte de alimentos e renda aos novos moradores, com o extrativismo vegetal e animal (BRITO NETO, 2015).

As dinâmicas agroexportadora, industrial e comercial vivenciadas nos bairros centrais de Aracaju na década de 1930, não deixaram de se expressar no povoado Terra Dura; primeiramente com as obras no Canal Santa Maria. A expansão se fazia sobre os territórios de ocorrência das populações tradicionais, como a da década de 1950, que levou à ocupação formal de Aracaju para outras áreas. Para tanto, se viu a construção de pontes e estradas ligando o centro urbano e a zona sul, seguida da construção do aeroporto e do Terminal Aquaviário de Aracaju (Tecarmo), o que “acabou expulsando ou mesmo dificultando a vida de quem ali já tinha residência fixa, devido, principalmente, ao “encarecimento do metro quadrado” (SANTOS; SOARES, 2021, p. 68). A expansão gerou desmatamento de áreas naturais e expropriação de diversas famílias, sobretudo aquelas que praticam o extrativismo, a exemplo das catadoras de mangaba.

Já no final da década de 1970, ainda em tempos de Ditadura Militar, houve a expansão de Aracaju no sentido sul, impulsionada pela implantação de projetos financiados pelo governo federal e por bancos internacionais e também decorrentes da intervenção do mercado da construção civil (FRANÇA, 2012).

Em 1982, a Lei Municipal 873/1982 extinguiu a zona rural e estabeleceu que a composição do município de Aracaju passaria a ser dividida em Zona Urbana e Zona de Expansão Urbana (ZEU-Aracaju) – no que interessa a este texto, a região ao sul do centro. A conversão da totalidade do território em zona urbana valorizou a terra e estimulou a especulação imobiliária, em especial em direção aos terrenos mais próximos às praias e infraestruturas de lazer e turismo. O aterramento de mangues e de áreas de brejo com toda a infraestrutura necessária resultou em bairros, como Treze de Julho, São José e Jardins, contemporaneamente a parte mais nobre da cidade, enquanto os terrenos adjacentes ao Canal e ao Aeroporto de Santa Maria, a exemplo do povoado Terra Dura, foram aterrados sem o devido cuidado ao escoamento das águas pluviais e destinados à construção de moradias para a população de baixa renda (FONSECA et al., 2013).

O Plano Diretor de 2000 não mudou a excludente e gentrificada ocupação urbana, antes, acentuou-a, como observado por França ao mostrar que de 2000 a 2014 houve o licenciamento de 519 empreendimentos – sendo mais de 80% de responsabilidade do mercado imobiliário – com a oferta de mais de 62 mil unidades habitacionais para as populações de maior poder aquisitivo (FRANÇA, 2019). Ainda em 2000, a Lei Municipal 2.811 mudou a classificação e o nome do povoado Terra Dura para bairro Santa Maria, o que o transformou no segundo bairro mais populoso de Aracaju, com

33.475 mil habitantes, destes, 78% pessoas pretas e pardas (IBGE, 2010). Em 2004, por meio da Portaria 347, de 21 de dezembro de 2004, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a União cedeu parte do bairro Santa Maria à Prefeitura Municipal de Aracaju (PMA). Na área doada foi implantado o bairro 17 de Março, destinado a famílias carentes e de baixa renda, de acordo com a Lei 4024, de 15 de abril de 2011. Ao serem classificados como bairros, o Santa Maria e o 17 de Março deixaram de fazer parte da ZEU-Aracaju.

Segundo o Observatório Social de Aracaju (2019), em 2017, a maior quantidade de pessoas vivendo com rendimento abaixo da linha da pobreza (R\$ 70,00 per capita) residia nos bairros Santa Maria e 17 de Março.

Em 2021, por meio da Lei 5.373, de 23 de março, a PMA extinguiu a ZEU-Aracaju, e setORIZOU seis novos bairros. Uma das finalidades expressas na Lei foi a facilitação das intervenções públicas em áreas específicas, uma vez que a região era demasiadamente extensa e formada por um complexo de condomínios horizontais fechados, casas de veraneio e com infraestrutura turística, bem como parte da área continuava ocupada por uma população caracteristicamente pobre.

A diferenciação se explica, pois, a expansão urbana em Aracaju seguiu com tipologias habitacionais divergentes: por um lado condomínios fechados, por outro, assentamentos precários. A ação da PMA ao ampliar suas intervenções na antiga ZEU-Aracaju aumentou a pressão imobiliária sobre a área até então ocupada pelas comunidades pobres, entre elas, as das catadoras de mangaba.

ESTADO E MERCADO IMOBILIÁRIO: PRESSÃO SOBRE OS TERRITÓRIOS EXTRATIVISTAS

Em 2003 iniciaram-se pesquisas financiadas com recursos públicos, com foco nas catadoras de mangaba. Responsáveis pela maior parte dos frutos que são consumidos em forma de alimento por grande parte da população sergipana e de outros estados do nordeste, as catadoras de mangaba permaneceram por muito tempo invisibilizadas em uma sociedade de estrutura patriarcal e racista. Mota e Silva Júnior (2004) foram os primeiros pesquisadores a caracterizar e analisar as estratégias para reprodução social dessa comunidade em Sergipe. As pesquisas desses autores, numa abordagem qualitativa, trouxeram as narrativas das catadoras de mangaba ao longo de diferentes gerações e espaços, e evidenciaram o pouco (re)conhecimento de suas vidas enquanto grupo social e sujeitas de direitos.

Desde a década de 1940, as catadoras de mangaba dos bairros Santa Maria e 17 de Março vinham sendo expropriadas dos seus territórios de atuação para dar lugar às infraestruturas definidas nas políticas públicas de urbanização. A comunidade não conseguia ter acesso jurídico à terra há gerações, seja pelo preço do solo, seja pelos processos necessários para definição da situação fundiária, envoltos em complexa burocracia e clientelismo (MENDES, 2009).

Os territórios até então ocupados por elas e distantes do centro urbano eram fundamentais para a produção de alimentos e territorialização e para suas reproduções enquanto grupo social.

A territorialização, como define Haesbaert (2002, p. 45), corresponde ao

conjunto das múltiplas formas de construção/apropriação (concreta e/ou simbólica) do espaço social, em sua interação com elementos como o poder (político/disciplinar), os interesses econômicos, as necessidades ecológicas e o desejo/a subjetividade.

Esses espaços passaram a ser disputados pelos setores de recreação e turismo, interessados na implantação de novos empreendimentos. As alterações implicaram no processo de desterritorialização das catadoras de mangaba e esse processo incidiu em suas formas de habitar o lugar, de manter os usos e sentidos do território.

Até os anos 1980, a ausência de políticas públicas de urbanização para a região, havia favorecido o processo de ocupação irregular das margens do Canal Santa Maria, então constituído por sítios e poucas habitações (VIEIRA, 2011). No final da década, os bairros 17 de Março e Santa Maria atraíram migrantes do interior do estado, motivados pelo baixo preço do solo urbano decorrente da falta de infraestrutura (FRANÇA, 1997). No entanto, por estarem localizados próximos às praias e condomínios de classe média e alta, tais bairros passaram a despertar crescente interesse para a ampliação de condomínios residenciais de luxo e a serem vistos, pelo capital imobiliário e pelo poder público, como localidades necessitadas de infraestrutura urbana e habitacional (FRANÇA, 1997). A chegada da infraestrutura se fez no mesmo compasso dos empreendimentos imobiliários associados à reprodução do espaço e foram moldados pelos interesses dos grandes empresários da construção civil.

Apesar de cada vez mais seus territórios se aproximarem do centro urbano, mesmo em meio à insegurança da expansão do “Quadrado de Pirro” e da ZEU-Aracaju, parte das catadoras de mangaba permaneceram, até meados de 2000, a ocupar esses espaços. Seus territórios foram constantemente pressionados por projetos urbanos que se voltaram para a construção de estradas e pontes, de condomínios residenciais e de empreendimentos turísticos, associados ainda à instalação de viveiros de camarão, de cultivos de eucalipto e de cana-de-açúcar. A infraestrutura que o local recebeu alterou o custo do solo e retirou dali aqueles que não tinham como pagar por esse novo valor, e/ou comprovar a posse do solo. Gradativamente as políticas públicas de urbanização alteravam os modos de vida das catadoras de mangaba em nome de um desenvolvimento voltado para os grupos hegemônicos; ampliando, assim, conflitos entre catadoras e empresários de turismo e da construção civil – e isto, evidentemente, em contexto de absoluto desequilíbrio de poder e de força política entre tais entes conflitantes.

Em 2007, aconteceu o I Encontro das Catadoras de Mangaba de Sergipe, promovido por instituições públicas, ocasião em que suas vozes proclamaram. “Nós nunca

fomos ouvidas, nós queremos ser ouvidas”, fala de uma das catadoras de mangaba presente no Encontro (MOTA et al., 2020, p. 109). Essa catadora, conforme Mota et al. (2020) estava feliz em se reconhecer nas outras mulheres, mas isso, por si só, não era suficiente para conter as pressões associadas à compressão de seus territórios em prol de atividades de maior interesse do capital. Por isso, na ocasião, as catadoras de mangaba reivindicaram o reconhecimento jurídico como população tradicional, responsável pela conservação das áreas remanescentes de mangabeiras, com direitos ao acesso às terras que continham as plantas, fossem áreas públicas ou privadas e à participação nas decisões que lhes afetassem enquanto comunidade. Elas também disseram no citado I Encontro, ser preciso que pessoas pertencentes a grupos privilegiados, num primeiro momento, representantes do poder público, tomassem consciência e se juntassem a elas para combater as pressões decorrentes do cada vez mais limitado acesso aos bens comuns.

A partir desse Encontro as catadoras passaram a se organizar em associações, constituindo o Movimento das Catadoras de Mangaba de Sergipe, com representação em diferentes Comissões e Comitês nacionais que visam à proteção de comunidades e povos tradicionais. Passaram também a participar de eventos no Brasil e no exterior e a serem convidadas a contar suas histórias em diferentes mídias, o que ampliou a visibilidade de suas lutas e reivindicações (MOTA et al., 2010).

Organizadas em grupo de autoidentificação, buscaram estratégias para garantir sua reprodução social e o acesso aos territórios de ocorrência da espécie nativa. Isso se pode ver na parceria estabelecida em 2014 entre a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) e a Associação de Moradores da Prainha, que concedeu permissão às mulheres catadoras de mangaba da comunidade da Prainha para coletarem os frutos na área do Aeroporto Santa Maria (RODRIGUES et al, 2017). As ações que se seguiram se deram tanto em direção a acordos com proprietários da terra para acesso às plantas, quanto de envolvimento em atividades não agrícolas, como no que se refere à produção e comercialização de alimentos e bebidas à base de mangaba e de outras frutas litorâneas.

Apesar disso, o direito à permanência em seus territórios de vida e de geração de renda lhes permaneceu negado.

DIREITO À MORADIA, MEIO AMBIENTE CONSERVADO E MODOS DE VIDAS TRADICIONAIS

A partir dos anos 2000, com a promulgação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de Aracaju, verificou-se a intensificação no dinamismo da ocupação e comercialização do espaço urbano, com o apoio do governo do estado, por meio de infraestrutura e de facilidades de acesso ao crédito imobiliário, com recursos do governo federal (FRANÇA, 2019).

Inicialmente os empreendimentos de interesse do mercado imobiliário se voltaram para as áreas de maior renda per capita e disponibilidade de infraestrutura, comércio e serviços, com menor interesse para os bairros com população de menor

renda, infraestrutura e oferta de serviços, com moradias improvisadas ou subsidiadas pelos Programa de Arrendamento Residencial, e Minha Casa Minha Vida. Mas, a partir de 2002, as ações do governo do estado e da prefeitura municipal de Aracaju se voltaram para as periferias e áreas ao redor da ZEU-Aracaju (FRANÇA, 2019), onde se localizam os territórios das catadoras de mangaba em Aracaju.

O bairro 17 de Março, por exemplo, entregue em 3 etapas nos anos 2010, 2012 e 2013, construído em terreno doado pela União à prefeitura para abrigar pessoas dos assentamentos precários do bairro Santa Maria e entorno. A construção do bairro 17 de Março significou a expropriação de comunidades extrativistas como as catadoras de mangaba, que tinham o espaço como território de coleta de bens vegetais e animais.

Em 2014, 300 famílias não contempladas com casas no bairro 17 de Março iniciaram uma nova ocupação da região, conhecida como “Ocupação das Mangabeiras”. O terreno ocupado, localizado em área da União entre os bairros Santa Maria e 17 de Março, era o último território das catadoras e catadores de mangaba em Aracaju (RODRIGUES et al., 2017). Em 2015, o Ministério Público Federal (MPF) conseguiu na Justiça impedir que famílias da “Ocupação das Mangabeiras” permanecessem no local até que fossem incluídas em projetos habitacionais (MPF, 2019). Naquele ano, organizadas na Associação das Catadoras e Catadores de Mangaba Padre Luiz Lemper, formalizada em 2017, as catadoras acionaram o MPF para garantir a conservação de seus territórios e modos de vida.

Mesmo assim, em 2019, já se viam aproximadamente 800 famílias na “Ocupação das Mangabeiras”. Naquele ano a PMA anunciou, por meio das redes sociais, a autorização da Secretaria do Tesouro Nacional para contratação de empréstimo junto à Caixa Econômica Federal, destinado à construção do complexo habitacional Mangabeiras Irmã Dulce dos Pobres, com 1.102 unidades. Diante da iminência de nova expropriação de seus espaços de atuação, as catadoras impetraram nova denúncia junto ao MPF que recomendou que a União não doasse a área em questão à PMA, até que os direitos da comunidade tradicional fossem plenamente atendidos (MPF, 2019). O MPF entendeu que “os direitos à moradia, ao meio ambiente preservado e à manutenção da tradição das catadoras e catadores de mangaba devem ser equalizados na solução do impasse de uso da região” (MPF, 2019).

Apesar das intervenções do MPF, ainda em 2019, a União cedeu uma área de 236.000 m² para a PMA, bem como, em 2020, durante a pandemia de covid-19, a PMA iniciou a remoção de mais de mil famílias e a derrubada das moradias precárias construídas ilegalmente (NASCIMENTO, 2021). Em seguida, iniciou as obras do complexo habitacional, ocasião em que se viu, de acordo com a comunidade, a derrubada de 60 árvores, entre elas, mangabeiras, cajueiros e licurizeiros.

Foi nesse contexto que por meio do Decreto 6.175, de 2 de julho de 2020, a PMA autorizou a criação da Resex Irmã Dulce dos Pobres, com área aproximada prevista de 92 mil m², com o objetivo de “assegurar o uso sustentável e a conservação da mangaba, protegendo os meios de vida e a população extrativista local”. No entanto, a criação da Resex foi efetivada apenas em 2022, conforme detalhamento a seguir.

Em agosto de 2020, a Justiça acatou o pedido do MPF que integrou a ação civil pública 0803409-82.2020.4.05.8500 para a paralisação das obras do Complexo Habitacional, com argumentos sobre a necessidade de saneamento básico para a realização de intervenções urbanísticas na área. Nesse contexto a Justiça autorizou a comunidade a continuar exercendo a catação (MPF, 2020).

Segundo o MPF, a forma como estava sendo conduzido o processo para a instalação do conjunto habitacional poderia “ocasionar o desaparecimento de remanescentes dos campos de mangaba e da atividade extrativista da comunidade tradicional” (MPF, 2020). Conforme a decisão, as catadoras e catadores de mangaba foram permitidos de praticar o extrativismo enquanto as obras estiveram paralisadas; contudo, a Justiça Federal assentiu que PMA desse continuidade à remoção dos barracos da “Ocupação das Mangabeiras” e limpeza do terreno, com a condição de que não fosse derrubada mais nenhuma mangabeira (MPF, 2020).

Em novembro de 2020, a União, por meio da SPU, o MPF e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a fim de dar solução à ação cível em trâmite, apresentaram uma proposta conjunta para criação de duas reservas extrativistas (Resex) nas áreas de mangabeiras nativas, entre os perímetros urbanos dos bairros 17 de Março e Santa Maria.

O terreno cedido à PMA tinha, como dissemos, uma área de 92 mil m². A União apresentou proposta de traçado da Reserva Mangabeiras Irmã Dulce dos Pobres. No terreno ainda sob a sua propriedade, a SPU elaborou a proposta de criação da Resex Mangabeiras Cabo do Revólver, cujo traçado original, de fato, lembrava um cabo de revólver. Nesse caso, a SPU propôs a concessão de 170 mil m² à Associação das Catadoras e Catadores de Mangaba Padre Luiz Lemper, mediante um Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS). Em 2021, a proposta de criação das Resex foi apresentada pelo MPF, SPU e OAB às catadoras de mangaba e a representantes de instituições governamentais e não governamentais, conforme limites apresentados na Figura 13.3.

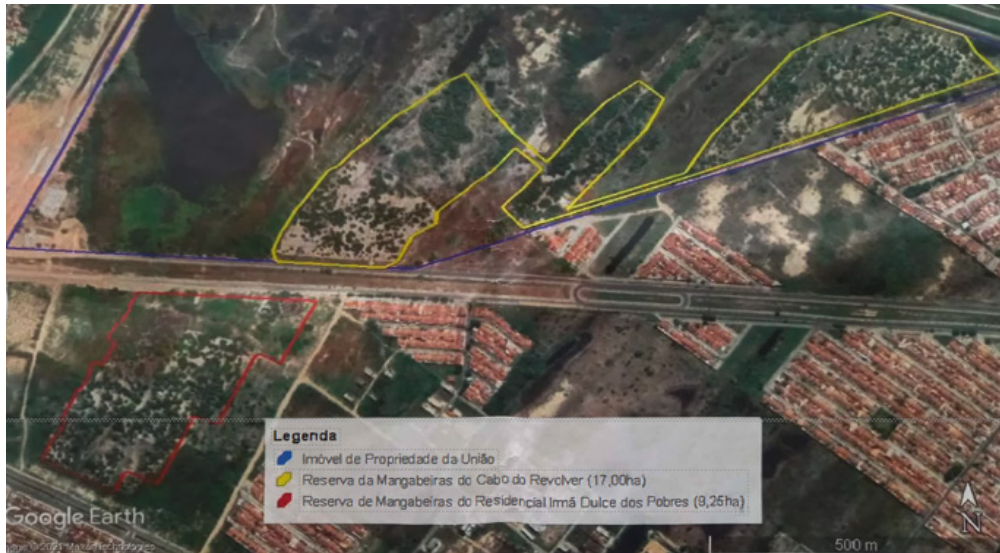


Figura 13.3 - Proposta de acordo para a Ação Civil Pública (0803409-82.2020.4.05.8500) das mangabeiras de Aracaju.

Fonte: OAB/MPF/SPU (2021).

Além dos traçados das Resex, a proposta versava sobre as atribuições de competência da PMA, por exemplo: o cercamento das áreas, a construção de uma passarela suspensa sobre a avenida que separava as duas Resex; o plantio de 100 mudas de mangabeiras; a construção de unidade de processamento, o centro comunitário e de recepção de visitantes; a instalação de uma rua para delimitar a área da Resex do Complexo Habitacional. A proposta considerava também a concessão de auxílio-moradia e inclusão das famílias de catadoras e catadores de mangaba que se enquadrassem nos requisitos legais, como beneficiárias de unidades habitacionais. De acordo com a OAB/MPF/SPU (2021), a PMA deveria apresentar relatórios quadrimestrais para evidenciar a realização das atividades expressas no acordo.

A proposta foi rejeitada na íntegra pela comunidade de catadoras e catadores de mangaba com o argumento de que a Resex Mangabeiras Cabo do Revólver não era aprovada pela comunidade, pois abrangeria uma área de cerca de dezessete hectares, fragmentados em três blocos principais ligados por dois corredores estreitos que poderia constituir um grande problema futuro para esses ambientes, tendo em vista a fragilidade da restinga.

Diante da falta de consentimento das catadoras de mangaba, a SPU não deu continuidade à proposta da Resex Mangabeiras Cabo do Revólver. Por outro lado, a Resex Mangabeiras Irmã Dulce dos Pobres também foi rejeitada pela comunidade tradicional, pois, conforme relatado por suas lideranças na mídia e em suas redes sociais, estava prevista para ser instalada em uma área de 92 mil m², cercada pelo complexo habitacional Mangabeiras Irmã Dulce dos Pobres. De acordo com especialistas em meio ambiente presentes na reunião, a construção do complexo habitacional causaria

impactos negativos na conservação do meio ambiente da Resex, com a supressão de um importante componente florestal, imprescindível para a dinâmica de populações de plantas e animais, a regeneração natural das espécies e o equilíbrio do ecossistema.

No entanto, apesar desses entendimentos, em novembro de 2021 aconteceu a audiência pública para criação da Resex Mangabeiras Irmã Dulce dos Pobres (PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU, 2021). O motivo da audiência, segundo o representante da PMA, foi o de apresentar o traçado da Resex, não havendo possibilidade de mudanças significativas no projeto. Nessa ocasião mais uma vez as catadoras e catadores de mangaba utilizaram o espaço para se colocarem contrários à criação da Resex no formato apresentado pela PMA, ou seja, associado à construção de 1.012 casas no seu entorno. O principal argumento foi: “Com tantos terrenos disponíveis, por que querem construir logo aqui, na área das mangabeiras?” A pergunta se fundamentava na existência de terrenos vazios apontados como pertencentes à União e à PMA, localizados nos espaços circundantes aos da população de renda mais elevada e sob forte especulação imobiliária.

Nessa audiência as catadoras e catadores de mangaba destacaram como principais problemas a ausência de participação da comunidade tradicional no processo de criação da Resex Mangabeiras Irmã Dulce dos Pobres; a derrubada de 60 árvores (mangabeiras, cajueiros e licurizeiros), um dos motivos que levava o MPF a ajuizar a ação emergencial na Justiça Federal que suspendeu as obras do complexo habitacional em 2020; a derrubada de cercas e de barracos de apoio para a atividade da coleta de frutos; e as constantes entradas da Guarda Municipal na área, o que constrangia os extrativistas. Um catador de mangaba destacou a importância da comunidade tradicional para a economia local por meio da comercialização dos frutos nas feiras, nos mercados municipais e na Central de Abastecimento de Sergipe (Ceasa). O mesmo catador evidenciou alguns aspectos dos modos de vida da comunidade tradicional: “Nós sabemos o que é vida comunitária, porque nós experimentamos [...] nós temos um histórico de convivência, nós temos um histórico de resistência, de conservação”, conforme se pode ver no vídeo da audiência pública para a criação da Resex Mangabeiras Irmã Dulce dos Pobres, disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Aracaju (2021).

No vídeo também é possível acompanhar falas de professores, técnicos e estudantes que se referiram a problemas quanto ao cumprimento da Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Snuc), e da Convenção 169 sobre povos e comunidades tribais da OIT. As falas abordaram, especialmente, as ações perpetradas pela PMA às catadoras de mangaba e evidenciadas na consulta pública prévia e livre, além de considerações sobre os possíveis impactos ambientais da construção das casas do complexo habitacional, onde, por lei, deveria ser a zona de amortecimento da Resex (PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU, 2021).

Embora a audiência pública realizada pela PMA fosse para tratar da criação da Resex, o evento contou com a participação de pessoas cadastradas para receberem as casas do Complexo Habitacional. Essas pessoas também se referiram à falta de consulta prévia ainda na etapa de planejamento do complexo habitacional, o que resultou

em obras já em andamento, de casas em formato duplex, inadequadas para carroceiros e catadores de material reciclado, que não teriam onde guardar o material coletado, tampouco suas carroças e cavalos. “Apartamento é para rico”, disse um catador de material reciclado (PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU, 2021, vídeo).

Em que pesem todas essas questões e que haja a presença das catadoras e catadores de mangaba em Aracaju há no mínimo, 70 anos, e que o direito das comunidades tradicionais ao uso dos territórios seja afirmado pela legislação brasileira e por normativas internacionais das quais o Brasil é signatário, em dezembro de 2021, a PMA conseguiu a autorização do Tribunal Regional Federal da 5ª Região para iniciar as obras do Complexo Habitacional Mangabeiras Irmã Dulce dos Pobres. No dia 17 de dezembro de 2021, a 1ª Vara da Justiça Federal emitiu despacho para que a Prefeitura de Aracaju e a Empresa Municipal de Obras e Urbanização (Emurb) suspendessem as obras no Bairro 17 de Março, na área das Mangabeiras (JUSTIÇA, 2021). No entanto, conforme amplamente divulgado na mídia local, a PMA obteve nova liberação para dar continuidade às obras ainda em 2021; tais obras no momento em que este texto é escrito se encontram na fase de terraplanagem e construção da infraestrutura de esgotamento sanitário.

Em abril de 2022, a despeito da falta de consentimento das catadoras e catadores de mangaba quanto às mudanças nos seus territórios tradicionais, a PMA criou a Resex Mangabeiras Irmã Dulce dos Pobres por meio do Decreto 6.775, sob a gestão da Secretaria Municipal do Meio Ambiente. Segundo o decreto, a Resex ocupa uma área de 94 mil m², 36% menor do que a área onde ocorre a prática do extrativismo (RODRIGUES et al., 2017) e totalmente cercada pelo novo complexo habitacional em construção. Em maio de 2022, o prefeito de Aracaju empossou os membros do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Mangabeiras Irmã Dulce dos Pobres, com mandato de 2 anos para a gestão da Unidade de Conservação. Os conselheiros indicados são representantes da Guarda Municipal de Aracaju, da Empresa Municipal de Serviços Urbanos (Emsurb), Emurb, das organizações da sociedade civil na área de defesa e proteção do meio ambiente e das organizações da sociedade civil na área de ensino, pesquisa ou extensão. O representante da comunidade extrativista ainda não havia sido indicado, de acordo com a matéria jornalística (PREFEITURA, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto objetivou verificar as influências das políticas de urbanização nos modos de vida de comunidades tradicionais, tomando como exemplo o ocorrido na cidade de Aracaju, com as catadoras e catadores de mangaba.

A análise permitiu perceber que a ocupação espacial de Aracaju tem sido marcada por políticas públicas que reproduzem as estruturas escravocratas legalmente admissíveis até 1888; ou seja, abolidas há mais de 130 anos. Os mecanismos de manutenção perpetuados por séculos no Brasil se fazem perceptíveis e presentes nas disputas pelo uso do espaço urbano, que tem sido apropriado de forma privilegiada pela elite eco-

nômica branca. Tais estruturas são materializadas na disposição dos locais de moradia: casas-grandes para os que podem pagar por um espaço adequado e seguro, senzalas para os apartados pela condição social e cor; vistas de beleza cênica nos “Quadrados de Pirro” e ZEU-Aracaju para a elite branca, e periferias, a exemplo dos bairros Santa Maria e 17 de Março para os pobres e não brancos, marcadamente os que dependem dos bens naturais para sua sobrevivência.

A expansão urbana de Aracaju por sobre os locais onde essa população vive e de onde retira sua renda: manguezais, áreas florestadas, é uma expressão da histórica exclusão social. Ao mesmo tempo, a organização dessas comunidades em movimentos de luta pelo seu direito de sobrevivência e de territorialidade marca esse processo, mostrando que resistir é verbo, que se conjuga sempre e, como diz uma das catadoras: “Nós sabemos o que é vida comunitária, porque nós experimentamos [...] nós temos um histórico de resistência”.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maurício de A. Pensando a cidade no Brasil do passado. In: CASTRO, Iná E. de C.; GOMES, Paulo C. da; C. CORRÊA, Roberto L. (org.). *Brasil: questões atuais da organização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. p. 145-184.
- BRITO NETO, Aquilino J. de. “Ao sul de Aracaju...”: memória e história da Atalaia Velha (1900-1952). 2015. 131 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/5670>. Acesso em: 05 out. 2020.
- COSTA, Anna Maria R. F. M. da. *Senhores da memória: história do universo dos namibiquara do cerrado: 1942-1968*. 2000. 189 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2000.
- CRUZ, Jeferson A. da. *Uma mão de verniz sobre o Tabuleiro de Pirro: Ecos da Belle Époque em Aracaju (1918-1926)*. 2016. 192 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2016.
- DANTAS, Ibarê C. *História de Sergipe República (1889-2000)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004. 326 p.
- FERNANDES, Thiara; MOTA, Dalva M. ‘É sempre bom ter o nosso dinheirinho’: sobre a autonomia da mulher no extrativismo da mangaba no Pará. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Santa Maria, v. 52, p. 9-24, 2014.
- FONSECA, Vania; MARQUES, Veronica T.; NOGUEIRA JUNIOR, Gabriel R.; SOARES, Ana C. G. M. Expansão Urbana, Direito Ambiental e violência em Aracaju. *Interfaces Científicas – Humanas e Sociais*, Aracaju, v. 2, n. 1, p. 107-120, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.17564/2316-3801.2013v2n1p107-120>. Acesso em: 13 set. 2022.

- FRANÇA, Sarah L. A. Direito à cidade e expansão urbana: interferência do plano diretor na atuação dos agentes produtores do espaço em Aracaju-SE, Brasil. *Revista de Direito da Cidade*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 4, p. 84-113, 2019.
- FRANÇA, Sarah L. A. Urbanização dispersa da Zona de Expansão Urbana de Aracaju/SE: materialização de conflitos socioambientais. *Revista Vitas - Visões Transdisciplinares sobre Ambiente e Sociedade*, Rio de Janeiro, n. 3, p. 1-30. Jun. 2012.
- FRANÇA, Vera Lucia A. *Aracaju: estado e metropolização*. 1997. 266 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Campos de Rio Claro, Rio Claro, 1997.
- FREITAS, Bárbara S. G. A ocupação periférica do quadrado de Pirro: Aribé (1901-1931). *Revista de Aracaju/Prefeitura de Aracaju*, Aracaju, n. 10, 2003.
- HAESBAERT, Rogério. Concepções de Território para Entender a Desterritorialização. In: *Território Territórios*. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia-PPGEO-UFF/AGB, 2002. P. 17-38.
- IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/elatorioi-2010/universo-caracteristicas-da-populacao-e-dos-domicilios>. Acesso em: 08 set. 2022.
- JUSTIÇA Federal suspende obras das unidades habitacionais das Mangabeiras em Aracaju. *G1 SE*, 20 dez. 2021. Disponível em <https://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2021/12/20/mpf-pede-a-justica-federal-que-obras-das-unidades-habitacionais-das-mangabeiras-em-aracaju-sejam-suspensas.ghtml>. Acesso em: 12 set. 2022.
- LÖWY, Michael. *O que é Ecosocialismo?* São Paulo, Cortez Editora, 2014. 128 p.
- MELATTI, Julio C. *Mitos indígenas: a mangaba e o pequi*. [12ª aula]. Universidade de Brasília: Brasília, DF, 2001. 8 p. Disponível em: www.geocities.com/juliomelatti/mitos/mitos/m12pequi.htm. Acesso em: 31 ago. 2022.
- MENDES, José S. R. Desígnios da lei de terras: imigração, escravismo e propriedade fundiária no Brasil Império. *Caderno CRH*, Salvador, v. 22, n. 55, p. 173-184, jan./abr. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/fvpY6tWSVqx-5FchNL4Dcxft/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 6 ago. 2022.
- MPF. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Ministério Público Federal. *MPF recomenda que SPU garanta território para catadores de mangaba em Aracaju (SE): área no bairro 17 de Março sofre com invasões e é pleiteada pela Prefeitura do Município para projeto de urbanização*. MPF, Aracaju, 2 de ago. de 2019. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/se/sala-de-imprensa/noticias-se/mpf-recomenda-que-spu-garanta-territorio-para-catadores-de-mangaba-em-aracaju-se>. Acesso em: 6 ago. 2022.

- MPF. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. *Mangabeiras*: após pedido do MPF, Justiça determina paralisação das obras de complexo habitacional em Aracaju. MPF, Aracaju, 14 de ago. de 2020. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/se/sala-de-imprensa/noticias-se/mangabeiras-@-pedido-do-mpf-justica-determina-paralisacao-das-obras-de-complexo-habitacional-em-aracaju>. Acesso em: 14 set. 2022.
- MOTA, Dalva M. da; SILVA JÚNIOR, Josué F. da. Populações Tradicionais e formas de gestão das áreas de ocorrência natural de mangabeira. *Raízes. Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, Campina Grande, v. 22, n. 2, p. 225-234, 2004.
- MOTA, Dalva M. da; SILVA JUNIOR, Josué F. da; SCHMITZ, Heribert; RODRIGUES, Raquel F. de A. (ed.). *A mangabeira, as catadoras, o extrativismo*. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental; Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2011. 297 p.
- NASCIMENTO, Marcelo S. do. *Conflitos socioambientais e questão habitacional no município de Aracaju*: conflitos ambientais mediados pela questão habitacional no município de Aracaju. [Relatório]. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2021. Relatório final do período da bolsa: (PIBIC 2020/2021 (01/08/2020 a 31/08/2021)). Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/15328/2/ConflitosAmbientaisQuestaoHabitacional.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2022.
- NUNES, Maria T. *História da educação em Sergipe*. 2. ed. São Cristóvão: UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008, p. 87.
- OAB/MPF/SPU. Ordem dos Advogados do Brasil/Ministério Público Federal/Secretaria do Patrimônio da União. *Proposta de acordo para ação civil pública das mangabeiras de Aracaju*. Aracaju: OAB/MPF/SPU, 2021.
- OBSERVATÓRIO SOCIAL DE ARACAJU. *Mapografia Social do Município de Aracaju*. Aracaju: Prefeitura Municipal de Aracaju, 2019. Disponível em: <https://www.aracaju.se.gov.br/userfiles/observatorio/arquivos/OSERVATORIO-Mapografia-Social-de-Aracaju-para-o-Observatorio-Social-final.pdf>. Acesso em: 08 set. 2022.
- OIT. ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT/Organização Internacional do Trabalho*. Brasília, DF: OIT, 2011. v. 1. 48 p. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao_169_OIT.pdf. Acesso em: 07 set. 2022.
- PREFEITO *empessa membros do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista das Mangabeiras*. Agência Aracaju de Notícias, Aracaju, 23 de maio de 2022. Disponível em: https://www.aracaju.se.gov.br/noticias/95643/prefeito_empessa_membros_do_conselho_deliberativo_da_reserva_extrativista_das_mangabeiras.html. Acesso em: 14 set. 2022.

- PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU. *Audiência pública para criação da Reserva Extrativista das Mangabeiras*. Youtube, 5 de nov. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZqPc-8B9X-o>. Acesso em: 14 set. 2022.
- PORRO, Moemi M.; MOTA, Dalva M. da; SCHMITZ, Heribert. Movimentos sociais de mulheres e modos de vida em transformação: revendo a questão dos recursos de uso comum em comunidades tradicionais. *Raízes*, v. 30, n. 2, p. 111-126, jul./dez. 2010.
- RABELO, Josevânia Nunes. Sociabilidades e enobrecimento: o bairro 13 de Julho em Aracaju. 2009. 139f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão. Acesso em: 17 mar. 2023. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/6317/1/JOSEVANIA_NUNES_RABELO.pdf
- RODRIGUES, Raquel F. de A. et al. *Mapa do extrativismo da mangaba em Sergipe: situação atual e perspectivas*. Brasília, DF: Embrapa, 2017. 55 p.
- ROOSEVELT, Theodore. *Through the brazilian wilderness*. [Project Gutenberg]. Sagamore Hill: New York, 1914. 158 p. Disponível em: <https://cdn.fulltextarchive.com/wp-content/uploads/wp-advanced-pdf/1/Through-the-Brazilian-Wilderness.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2022.
- SANTOS, Danielle M. dos. *Assentamentos habitacionais populares e o desenvolvimento sustentável: a realidade do bairro 17 de Março Aracaju - SE*. 138 f. (Dissertação em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2014. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/4140/1/DANIELLE_MENEZES_SANTOS.pdf. Acesso em: 20 jun. 2022.
- SANTOS, Magno F. de J. *Ecos da modernidade: a arquitetura dos grupos escolares sergipanos (1911-1926)*. 210 f. (Dissertação em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2009. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/4711>. Acesso em: 18 ago. 2022.
- SANTOS, Jonatha V.; OLIVEIRA, Wilson J. F. de. “A cidade foi repartida e nós não fomos convidados”: ação coletiva e a construção de uma noção de cidade no Coletivo Debaixo. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 65, p. 457-474, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/BvvxGrgzTq7ZQQ9W-QW689vM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 ago. 2022.
- SANTOS, Jadson de J.; SOARES, Maria José N. Contradições entre o urbano e o natural: o processo de construção e ocupação da Orla de Atalaia em Aracaju, Sergipe. *Revista de Geografia*, Recife, v. 38, n. 2, p. 65-84, 2021.
- SANTOS, Waldefrankly R. de A. *Práticas e Apropriações na Construção do Urbano na Cidade de Aracaju/SE*. 144 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2007. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/4107/1/WALDEFRANKLYN_ROLIM_ASANTOS.pdf. Acesso em: 10 ago. 2022.

- SANTOS, Waldefrankly R. A. VARGAS, Maria Augusta M. Apropriações na Construção do Urbano na Cidade de Aracaju/SE. *Scientia Plena*, São Cristóvão, n. 3, n. 5, p. 117-123, 2007. Disponível em: <https://www.scientiaplenu.org.br/sp/article/view/1196/612>. Acesso em: 13 ago. 2022.
- SILVA JUNIOR, Josué F. Da. et al. *Áreas remanescentes e extrativismo da mangaba no Estado de Pernambuco*. Brasília, DF: Embrapa; Recife: IPA, 2018. 94 p.
- SOUZA NETO, Edvaldo A. de. “Ô levanta nego, cativo se acabou”: experiências de libertos em Sergipe durante o pós-abolição (1888-1900). 183 f. (Dissertação em História) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016, Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/5653>. Acesso em: 15 jun. 2022.
- VIEIRA, Ewerton C. J. *Políticas Urbanas e Imagens da Cidade: Da “Terra Dura” ao bairro “Santa Maria” em Aracaju-SE*. 233 f. (Dissertação em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2011. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/6344/1/EWERTHON_CLAUBER_JESUS_VIEIRA.pdf. Acesso em: 30 jun. 2022.

CAPÍTULO 14

LIMITES E POSSIBILIDADES DA UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO NO LITORAL NORTE PAULISTA APÓS A LEI FEDERAL 14.026 DE 2020

Estela Macedo Alves; Ana Paula Fracalanza

RESUMO

O capítulo discute as mudanças ocorridas nos últimos anos nos contratos entre a principal empresa prestadora de serviços de saneamento no estado de São Paulo, a Sabesp e os municípios do Litoral Norte Paulista – Caraguatatuba, São Sebastião, Ubatuba e Ilhabela. O objetivo central é apresentar uma análise documental dos marcos legais das políticas públicas de saneamento dos municípios. Enfatiza-se o contexto da revisão do Marco Legal do Saneamento no Brasil, que culminou com a promulgação da Lei Federal 14.026, de 15 de julho de 2020. Propõe-se, ainda, discutir a universalização do saneamento ao mesmo tempo que a revisão das diretrizes legais aponta para a ampliação do apoio às empresas privadas, com foco na recuperação total dos custos, somada à redução dos investimentos públicos em água e esgotamento sanitário.

INTRODUÇÃO

Considerando-se que a privação do acesso à água e ao saneamento básico ocorre em maior medida por razões políticas, sociais e econômicas, do que por razões naturais de disponibilidade hídrica (FRACALANZA FREIRE, 2015; DIAS TADEU et al., 2018), este artigo tem como objetivo apresentar uma análise documental sobre os marcos das políticas públicas de saneamento dos quatro municípios do Litoral Norte Paulista (LN-SP) – Caraguatatuba, São Sebastião, Ubatuba e Ilhabela – sob a luz das novas diretrizes do Marco Legal do Saneamento, conforme revisão dada pela Lei Federal 14.026/2020, e avaliar se as alterações contribuem para o alcance da universalização do saneamento básico, especificamente abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Pela Lei Federal 14.026, de 15 de julho de 2020 (BRASIL, 2020), princípios básicos que vinham se consolidando no setor de saneamento desde o Marco Legal do Saneamento representado pela Lei Federal 11.445, de 5 de janeiro de 2007 (BRASIL, 2007), foram alterados por novas formas de planejamento de políticas públicas, de regionalização, de contratação e de participação e controle social. Além disso, as mudanças no Marco Legal do Saneamento interferem na autonomia municipal sobre o saneamento básico – considerando-se água e esgoto – e criam novas regras de financiamento, que restringem o acesso ao financiamento público para os municípios (ONDAS, 2021).

A justificativa para proposição e implementação das alterações na Lei Federal 11.445/2007 por meio da Lei Federal 14.026/2020 é a necessidade de ampliação da participação privada no setor, devido a uma dita incapacidade econômico-financeira dos entes públicos – companhias estaduais e empresas municipais de saneamento, entre outras formas de prestação pública dos serviços – em garantir a universalização do acesso aos serviços de saneamento básico e à necessidade de ampliação de investimentos no setor (SION, 2020; AGÊNCIA SENADO, 2020).

A Lei Federal 14.026/2020 foi aprovada em um contexto político de tendência neoliberal e de exaltação da privatização dos serviços públicos no Brasil. A ideia da privatização do saneamento, que não é nova nem em nível nacional nem internacional, traz o debate sobre a apropriação privada da água e sua venda enquanto mercadoria (BARLOW, 2009; FRACALANZA; FREIRE, 2015). A interpretação do texto da lei (BRASIL, 2020) aponta para formas de assegurar benefícios e facilidades para empresas privadas em detrimento da autonomia municipal sobre os serviços de saneamento, característica da redação original da Lei 11.445/2007 (BRASIL, 2007).

O Marco Legal do Saneamento de 2007 já trazia a expectativa de marco regulatório inovador para o setor e a criação de ambiente institucional estável para a participação das empresas privadas nos investimentos em saneamento (MADEIRA, 2010). Na análise de Madeira (2010), na década de 1980 houve tendência de ingresso de capital privado no setor de saneamento, em diversos países. Porém, a partir de 2002, houve retorno da gestão pública, inclusive em países da América Latina, pois, nesta região os contratos exigiam que as empresas cuidassem de manutenção e expansão de redes e de serviços para o público citado nos contratos, inclusive de baixa renda. Na Europa,

por outro lado, o poder municipal investiu previamente para que toda a população fosse atendida, e os contratos com empresas privadas abrangiam apenas operação dos sistemas (MADEIRA, 2010). Posteriormente, a estratégia adotada pelas empresas privadas para países em desenvolvimento foi a proposição de contratos que não exigissem elevados investimentos, nem compromissos de longo prazo, contemplando apenas a gestão, após o poder público já ter realizado as obras de redes (MADEIRA, 2010).

Quanto aos métodos de pesquisa, para que se compreendessem as ferramentas de políticas públicas que estão sendo produzidas e aplicadas nos municípios do LN-SP, optou-se pela pesquisa qualitativa, adequada quando há necessidade de explicar um problema complexo, para a reflexão sobre os dados levantados (CRESWELL, 2014). Os materiais utilizados nesta pesquisa foram: documentos, leis e planos relacionados ao tema abordado; notícias sobre saneamento, divulgados em meios oficiais dos governos municipais e estaduais; planos e programas da empresa de saneamento atuante na região e análises críticas desenvolvidas nos últimos anos.

MARCO LEGAL DO SANEAMENTO DO BRASIL

Segundo a Lei Federal 11.445/2007, Marco Legal do Saneamento, antes da revisão, os municípios eram titulares dos serviços de saneamento básico e responsáveis por formularem as políticas públicas sobre o tema, a partir da elaboração de planos e programas que definiam parâmetros para a execução dos serviços, além de efetivar a demanda legal de participação da sociedade civil (BRASIL, 2007; BRASIL, 2018). As políticas públicas municipais de saneamento, até então definiam as estruturas físicas que compunham esses serviços e elaboravam medidas estruturantes das políticas, como: prover, regulamentar e submeter ao controle social os serviços necessários (MCIDADES, 2017).

A versão revisada da Lei 11.445/2007 enfatiza a regionalização dos serviços, reduzindo a importância dos municípios como titulares e responsáveis principais pelas políticas públicas de saneamento (BRASIL, 2020). A regionalização dos serviços de saneamento é mencionada em diversos artigos da lei modificada e cria novas condições de atuação dos municípios. Por exemplo, o recebimento de recursos federais está condicionado à regionalização do saneamento básico (ONDAS, 2021), pois o município por si só, não alcança as exigências para receber os recursos federais, como: empréstimos do BNDES, financiamentos, repasses, programas, políticas específicas, como Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), entre outros.

O novo texto da Lei 11.445/2007 justifica que a prestação regionalizada dos serviços de saneamento tem como objetivo ganho de escala, viabilização técnica e econômico-financeira dos serviços com vistas à universalização, além de uniformização do planejamento, da regulamentação e da fiscalização (BRASIL, 2020). A regionalização do saneamento será realizada pela formação de blocos regionais, definidos por leis complementares estaduais, ou por blocos de referência para prestação de serviços de saneamento, por intermédio de decretos do governo federal, com anuência dos municípios (ONDAS, 2021).

Os municípios que não aderirem às unidades regionais de saneamento básico ou à gestão associada do bloco de referência, até o prazo estabelecido na nova redação da Lei 11.445 de 2007 (seis meses após os estados proporem a *unidade regional de saneamento básico*, ou a união propor o *bloco de referência e gestão associada*), ficarão impedidos de acessar recursos públicos federais e os financiamentos com recursos da União ou com recursos geridos ou operados por órgãos ou entidades da União (ONDAS, 2021).

A regionalização proposta na lei de saneamento não implica que obrigatoriamente todos os municípios estejam em algum tipo de unidade regional, no entanto, o princípio da prestação regionalizada descrito no artigo segundo da lei de saneamento determina que a prestação regionalizada é um objetivo da lei, para que se garanta a universalização; pode-se interpretar que o município fora da regionalização não teria que ter os serviços universalizados, dentro do prazo definido na lei. Além disso, para acessar recursos federais, os municípios são obrigados a estarem inseridos em uma unidade regional (ONDAS, 2021).

O controle social das políticas públicas de saneamento estão presentes na Lei Federal 11.445/2007, mesmo após as modificações trazidas pela Lei 14.026 de 2020, porém, o texto do artigo 47 foi substituído. Na nova redação inclui-se a participação de órgãos consultivos de caráter nacional, em especial o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, além dos já previstos: titulares dos serviços, órgãos governamentais do setor de saneamento, prestadores dos serviços, usuários, entidades técnicas, organizações da sociedade civil e de defesa do consumidor (BRASIL, 2020).

A regionalização e a inserção de representantes do governo federal no controle social das políticas públicas de saneamento apontam para um retrocesso, no que diz respeito à descentralização prevista pelas políticas do setor após a década de 1990 e para redução da autonomia dos municípios na relação com usuários e empresas.

AS DEFINIÇÕES PARA UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO

A universalização do saneamento sempre foi fundamental no Marco Legal do Saneamento, Lei Federal 11.445/2007 (BRASIL, 2007), mesmo após o texto da lei sofrer alterações pela Lei Federal 14.026/2020 (BRASIL, 2020). Na primeira versão, o artigo segundo, sobre os princípios fundamentais, tinha como inciso I a universalização do acesso (BRASIL, 2007, Artigo 2º, Inciso I-revogado). O texto alterado, diz:

Os serviços públicos de saneamento básico serão prestados com base nos seguintes princípios fundamentais– I - universalização do acesso e efetiva prestação do serviço (BRASIL, 2007, Artigo 2º, Inciso I).

A alteração foi a inclusão do complemento referente à efetiva prestação do serviço, que mais parece uma obrigação contratual, do que um princípio fundamental da lei em si. Portanto, segue a mesma ideia já existente no Marco Legal em seu formato original.

Entre as definições de termos, a palavra *universalização* tinha em sua redação original: “ampliação progressiva do acesso de todos os domicílios ocupados ao saneamento básico” (BRASIL, 2007, Artigo 3º, Inciso III-revogado). Na revisão, o novo texto ficou:

Artigo 3º. Inciso III. ampliação progressiva do acesso de todos os domicílios ocupados ao saneamento básico, em todos os serviços previstos no inciso XIV do caput deste artigo, incluídos o tratamento e a disposição final adequada dos esgotos sanitários (BRASIL, 2007, Artigo 3º, Inciso III).

Importante alteração, que deixa pontuada a necessidade de tratamento e disposição final adequada dos esgotos, que em linhas gerais, já era previsto na redação original da lei, porém não tão claramente na definição do termo *universalização*.

Em uma visão de negócios, a universalização do saneamento estará baseada na estruturação do mercado de saneamento e atração de investidores privados, com a expectativa de que haja melhorias nos serviços de saneamento, segundo o BNDES (2020-a).

O Artigo 13º da Lei 11.445 já previa, e se manteve após as alterações da Lei 14.026/2020, que:

Os entes da Federação, isoladamente ou reunidos em consórcios públicos, poderão instituir fundos aos quais poderão ser destinados, entre outros recursos, parcelas das receitas dos serviços, com a finalidade de custear, na conformidade do disposto nos respectivos planos de saneamento básico, a universalização dos serviços públicos de saneamento (BRASIL, 2007, Artigo 13º).

Tais créditos mencionados no artigo 13º do Marco Legal do Saneamento, podem ser utilizados como fontes ou garantias em operações de crédito para financiar a universalização dos serviços públicos de saneamento básico, conforme Parágrafo Único do Artigo 13º (BRASIL, 2007). Para que exista de fato esse fundo, é necessário que ele conste dos contratos de prestação de serviços que forem realizados com as prestadoras, como ocorreu nos contratos entre os municípios do LN-SP e a Sabesp, que serão apresentados adiante.

E ainda com vistas à universalização, o Capítulo IX – Da política Federal de Saneamento Básico, artigo 49º, que trata dos objetivos da Política Federal de Saneamento Básico, teve redação alterada no Inciso II, trazendo avanços no sentido da universali-

zação do saneamento, uma vez que retira o caráter ilegal de executar obras de saneamento em núcleos urbanos informais, aqueles que não possuem regulação fundiária ou documentação apropriada de posse dos moradores e mantém a precaução de não implementação de obras de saneamento em áreas de risco. Em linhas gerais, essa é a alteração legal que surtirá os maiores efeitos práticos, pois os municípios poderão executar ou cobrar das prestadoras de serviços que executem expansão de redes e prestação de serviços em favelas e outros loteamentos irregulares, sem que haja problemas legais. Esse pode ser considerado um avanço em relação à segurança jurídica com vistas à universalização do saneamento. Porém, como todos os outros pontos da legislação, dependerá de planejamento, implementação e fiscalização, por parte dos titulares – municípios ou outros formatos definidos após a regionalização.

Sabendo-se que as regiões com maiores déficits de saneamento básico no Brasil sempre foram as de baixa renda, em que a população tem maiores dificuldades de pagamento pelos serviços, entende-se que há necessidade de que os governos subsidiem o pagamento, para que haja interesse na atuação de empresas privadas, garantindo a rentabilidade necessária das empresas (MADEIRA, 2010).

OS PLANOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO DOS MUNICÍPIOS DO LITORAL NORTE PAULISTA

O Litoral Norte Paulista (LN-SP) é composto por Caraguatatuba, São Sebastião, Ubatuba e Ilhabela, municípios interligados pelo ecossistema da Mata Atlântica, pela costa e por relações socioeconômicas estreitas entre eles. Todos estão localizados na Região Administrativa de São José dos Campos; na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN) e estão inseridos na Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos 3 (UGRHI 3) do Comitê de Bacia Hidrográfica do Litoral Norte (CBH-LN) (CBH-LN, 2016a; 2016b).

A população total do LN-SP apresenta significativas variações durante o ano, de acordo com levantamentos feitos para o Plano Diretor de Saneamento Básico dos Municípios Operados pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – Sabesp – na Bacia Hidrográfica do Litoral Norte – UGRHI 03 (CBH-LN, 2016a). Projeções para o ano de 2015 consideraram 304.821 habitantes como população fixa; 337.442 habitantes como população flutuante e 274.647 habitantes adicionais como população flutuante em datas consideradas de pico do turismo de veraneio (feriados). Planos e projetos de saneamento realizados pela Sabesp utilizam a soma das populações fixa e flutuante, totalizando 642.236 habitantes, de acordo com informações do CBH-LN (2016b). Porém, a situação crítica de ocupação dos municípios do LN-SP chega a 916.910 pessoas, nos períodos de pico estimados para o ano de 2015; de acordo com as informações do relatório do CBH-LN (2016b), a Sabesp já tratava o Litoral Norte como uma região, mesmo antes das revisões contratuais, realizadas entre 2019 e 2020. A empresa é a prestadora de serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no LN-SP, desde 1975.

Caraguatatuba tem área total de 484,95 Km²; população estimada para 2020 de 123.389 habitantes (IBGE, 2017); grau de urbanização de 96,32% da população (Seade, 2021); índice de atendimento total de água de 81,51% e de esgoto 69,04%, pela prestadora Sabesp (MDR, 2019). Os indicadores fornecidos pela prefeitura, no diagnóstico do Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico de Caraguatatuba – Água e Esgotamento Sanitário – PMSB-AES, apresenta índices totais de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, iguais aos informados pela Sabesp, ou seja, representam a área atendida pela empresa e não índices totais do município (PMC, 2019). Das 34 sub-bacias da UGRHI 3, 6 estão em Caraguatatuba. A sub-bacia 16, do Rio Juqueriquerê, maior da região com 419,80 Km² é compartilhada com o município de São Sebastião; e a sub-bacia 11, do Rio Tabatinga, compartilhada com Ubatuba (CBH-LN, 2016a).

São Sebastião tem área total de 402,39 Km²; população estimada para 2020 de 90.328 habitantes (IBGE, 2017); grau de urbanização de 98,87% da população (Seade, 2021); índice de atendimento total de água de 73,26% e de esgoto 57,99%, pela prestadora Sabesp (MDR, 2019). Os indicadores fornecidos pela Prefeitura Municipal, no diagnóstico do Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB, apresenta índice total de abastecimento de água de 81,0% e de esgotamento sanitário igual aos informados pela Sabesp (PMSS, 2018). Das 34 sub-bacias da UGRHI 3, 9 estão integralmente no território de São Sebastião e 1 é compartilhada com Caraguatatuba – Rio Juqueriquerê (CBH-LN, 2016a).

Ubatuba tem área total de 708,10 Km²; população estimada para 2020 de 91.824 habitantes (IBGE, 2017); grau de urbanização de 97,67% da população (Seade, 2021); índice de atendimento total de água de 75,12% e de esgoto 33,42%, pela prestadora Sabesp (MDR, 2019). Os indicadores que constam no diagnóstico do Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico do Município de Ubatuba (PMISB) apresentam os índices totais de 80% da área atendível para abastecimento de água e 47% da área atendível para esgotamento sanitário, que inclui serviços prestados pela cooperativa Coambiental (PMU, 2019). Das 34 sub-bacias da UGRHI 3, 10 estão integralmente no território de Ubatuba e 1 é compartilhada com Caraguatatuba-Rio Tabatinga (CBH-LN, 2016a).

Ilhabela tem área total de 346,39 Km²; população estimada para 2020 de 35.591 habitantes (IBGE, 2017); grau de urbanização de 99,31% da população (Seade, 2021); índice de atendimento total de água de 69,04% e de esgoto 38,32%, pela prestadora Sabesp (MDR, 2019). Entre os indicadores apontados pela Prefeitura Municipal no diagnóstico do PMSB Ilhabela, é apresentado índice total de esgotamento sanitário de 46,2% (PMI, 2019). Das 34 sub-bacias da UGRHI 3, 8 estão integralmente no território de Ilhabela (CBH-LN, 2016a).

Os quatro municípios estudados – São Sebastião, Caraguatatuba, Ubatuba e Ilhabela – entregaram seus Planos Municipais de Saneamento (PMSs) revisados, entre os anos de 2018 e 2019. Todos apontam para a universalização do saneamento e preveem que os serviços serão executados parcialmente pela Sabesp. As áreas chamadas de não atendíveis pela prestadora deverão ser atendidas pelas próprias prefeituras, com re-

curso do Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e de Infraestrutura (FMSAI) (CARAGUATATUBA, 2019; SÃO SEBASTIÃO, 2018; UBATUBA, 2019; ILHABELA, 2019).

O Quadro 14.1, a seguir, apresenta denominação, lei referente, data da próxima revisão prevista e o conceito de universalização do saneamento adotado pelos representantes dos municípios estudados.

Quadro 14.1 – Os Planos Municipais de Saneamento e a Universalização

Município	Denominação do Plano de Saneamento	Instrumento Legal / Ano	Próxima revisão prevista	Universalização – conceito adotado
Caraguatatuba	Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico de Caraguatatuba “Água e Esgotamento Sanitário” PMSB-AES (PMC, 2019)	Lei 2.473 15/04/2019 (CARAGUATATUBA, 2019)	2023 (CARAGUATATUBA, 2019)	“[...] ampliação progressiva do acesso ao saneamento básico para os domicílios, conforme disposição do inciso III do artigo 2º do mesmo diploma legal <Lei Federal 11.445/2007>, garantidos o uso sustentável dos recursos hídricos e preservando o meio ambiente” (PMC, 2019, p. 2)
São Sebastião	Plano Municipal de Saneamento Básico de São Sebastião (PMSS, 2018)	Decreto 7.291 de 03/08/2018 (SÃO SEBASTIÃO, 2018)	2022 (SÃO SEBASTIÃO, 2018)	“As metas estabelecidas neste plano dizem respeito a: -Universalização do acesso aos serviços prestados conforme estabelecidos no Capítulo 5, o que implica em ampliação e máxima cobertura dos sistemas [...]” (PMSS, 2018, p. 20)

Ubatuba	Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico do Município de Ubatuba – PMISB (PMU, 2019)	Lei 3.735 de 08/01/2014 (UBATUBA, 2014)	2023 (PMU, 2019)	“As metas estabelecidas neste plano dizem respeito a: -Universalização do acesso aos serviços prestados conforme estabelecidos no Capítulo 5, o que implica em ampliação e máxima cobertura dos sistemas [...]” (PMU, 2019, p. 19)
Ilhabela	Plano Municipal de Saneamento Básico nos componentes: água, esgoto e drenagem urbana (PMSB Ilhabela). (PMI, 2019)	Lei 1.397 de 28/11/2019 (ILHABELA, 2019)	2023 (ILHABELA, 2019)	O texto do plano menciona a universalização apenas uma vez, entre outros aspectos que devem ser considerados (PMI, 2019)

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2021.

O PMS de Ilhabela é o que dá menor ênfase à universalização do saneamento, sendo que o termo aparece apenas uma vez, apontando a universalização do saneamento, entre outras metas do plano (PMI, 2019). Nos planos de saneamento de Caraguatutuba (PMC, 2019), de São Sebastião (PMSS, 2018) e de Ubatuba (PMU, 2019) o conceito de universalização acompanha a definição adotada originalmente na Lei Federal 11.445/2007, antes da alteração dada pela Lei Federal 14.026/2020.

CARACTERIZAÇÃO DOS CONTRATOS ENTRE OS MUNICÍPIOS E A SABESP

Este item traz breves destaques dos contratos entre Municípios e prestadora de serviços, principalmente quanto à visão sobre universalização, controle social e forma de contratação, considerando-se a prestação dos serviços de saneamento nas áreas descritas como atendíveis nos documentos.

Quanto à definição do termo universalização contida nos contratos firmados com a empresa, é diferente da definição adotada nos planos municipais de saneamento dos quatro municípios, constatando-se as múltiplas visões sobre o conceito de universalização, de forma a atender os interesses de cada ator, como segue:

Universalização: tornar comum, gradual e progressivamente, nas áreas adensadas previstas em contrato, o atendimento coletivo dos serviços de (i) captação, adução, tratamento de água bruta; (ii) adução, reservação e distribuição de água tratada; e (iii) coleta, afastamento e destinação final de esgotos sanitários, em preservação da saúde pública e o meio ambiente social e natural (SABESP, 2019b, 2019d, 2020a, 2020b, Capítulo 3 - Glossário, Cláusula 3, p. 9).

Quanto ao controle social, no artigo 47 da Lei federal 14.026 de 2020, afirma-se que “poderá incluir a participação de órgãos colegiados de caráter consultivo” (BRASIL, 2020, artigo 47), texto esse que não garante sumariamente que deverá haver controle social. De qualquer forma, no âmbito do estado de São Paulo, as decisões finais ainda enfrentam barreiras políticas e são centralizadas por agentes do governo, representados pela Secretaria Estadual de Recursos Hídricos e pela Sabesp, como herança de políticas vigentes desde a década de 1970 (BRITTO, 2012; ALVES et al., 2018).

Inicialmente foram celebrados Convênios entre o estado de São Paulo e os municípios de São Sebastião (16/03/2019) (SABESP, 2019a); Caraguatatuba (29/09/2019) (SABESP, 2019c); Ubatuba (18/05/2020) (SABESP, 2020a) e Ilhabela (26/06/2020) (SABESP, 2020b). Em linhas gerais, esses Convênios dão diretrizes gerais dos contratos que foram firmados entre os municípios e a Sabesp, nas mesmas datas.

Os convênios são idênticos em seus conteúdos; consta que os serviços serão regulados pela Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (Arseps) e garante à Sabesp exclusividade na prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, na área delimitada por contrato, estabelecido entre a empresa e cada um dos municípios. O escopo dos serviços abrange: captação, adução e tratamento de água bruta; adução, reservação e distribuição de água tratada; coleta, transporte, tratamento e disposição final de esgotos sanitários. Prevê-se ainda que a estrutura tarifária deva garantir o equilíbrio econômico-financeiro das operações da Sabesp, seguindo as regras da Arseps (SABESP, 2019a; SABESP, 2019c; SABESP, 2020a; SABESP, 2020b).

É comum aos quatro convênios a diretriz de implementar ações conjuntas para que sejam oferecidos serviços de saneamento básico universais e adequados, nos próximos trinta anos; para tanto, a prestadora deverá planejar ações e projetar investimentos em conjunto com os municípios (SABESP, 2019a; 2019c; 2020a; 2020b).

Nos Contratos propriamente ditos, celebrados com cada um dos municípios (SABESP 2019b; 2019d; 2020a; 2020b), foi atribuído à Sabesp a prestação dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário com exclusividade, em áreas atendíveis, de forma regionalizada.

O contrato da Sabesp com cada município prevê investimentos complementares, que podem inclusive ser financiados por repasse da Sabesp para o município, para que este ente realize ações complementares aos serviços prestados pela empresa. Esses

valores complementares já devem estar previstos pela Arsesp na definição do equilíbrio econômico-financeiro da Sabesp, como preveem os contratos (SABESP 2019b; 2019d; 2020a; 2020b Capítulo II, Cláusula II).

A regionalização dos serviços de saneamento do LN-SP, promovido por lei estadual ou federal, implicará na submissão dos municípios e de seus PMSB aos planos regionais, definidos por órgão próprio para tal, quando for criada a região. Se for adotada a RMVPLN, valem as definições da assembleia deste órgão, que é o organismo de governança oficial e que inclui o estado, com papel predominante nas decisões, em relação aos municípios (ALESP, 2012).

No caso de privatização total da prestadora dos serviços, no caso do LN-SP, a Sabesp, o artigo 14 da Lei 14.026/2020 determina que os contratos de programa podem ser substituídos por contratos de concessão (BRASIL, 2020).

Quanto às formas de contratação, de acordo com o artigo 10 da Lei 11.445/2007 alterada (BRASIL, 2020), os contratos de programa que estiverem regularizados e vigentes, poderão permanecer até o término previsto em contrato. Sendo assim, nos quatro municípios do LN-SP, os novos contratos com a Sabesp já foram revistos e regularizados entre 2019 e 2020, todos antes da revisão do Marco Legal do Saneamento ser promulgado (Lei 14.026, 15/07/2020), dessa forma poderão permanecer vigentes por todo o período de trinta anos que valem. Essa estratégia, entre outras adotadas por diversos governos estaduais, garante que as empresas estatais mantenham os serviços sem necessidade de concorrência, como prevê a Lei Federal 14.026/2020 (O ESTADO DE S.PAULO, 2021).

O artigo 10-B da Lei Federal 11.445/2007 modificada (BRASIL, 2020) prevê que mesmo os contratos que já existiam antes das alterações, como é o caso dos municípios do LN-SP, estarão condicionados à comprovação da capacidade econômico-financeira da contratada, seja por recursos próprios da empresa (pública ou privada) detentora do contrato, seja por empréstimo, para que garantam a universalização dos serviços, dentro do território que esteja no escopo do contrato, até 31 de dezembro de 2033. No caso da Sabesp, empresa superavitária de capital misto, essa regra não é um entrave, ao contrário de outras pequenas empresas municipais de saneamento que não contam com os recursos necessários. No entanto, é discutível a legalidade de uma cláusula na lei de saneamento revisada que determina que contratos existentes possam ser revisados se o contratante não comprovar capacidade econômico-financeira, sendo que o contrato já está em exercício (ONDAS, 2021).

Os municípios poderão contratar, pelos meios indicados na legislação federal revisada, outros prestadores que realizem os serviços nas áreas não atendidas pela Sabesp, conforme determinado nos planos municipais de saneamento; ou então, os próprios municípios poderão prestar esses serviços (BRASIL, 2020).

A meta de universalização proposta no artigo 11-B da Lei 11.445/2007 modificada é de que os municípios alcancem 99% da população com abastecimento de água potável, sem interrupções, redução de pressão, nem racionamentos; e 90% da população com coleta e tratamento de esgotos, com prazo até 31 de dezembro de 2033 (BRASIL,

2020). Além disso, deve haver redução da perda de água no sistema e melhoria dos processos de tratamento. Para alcançar as metas de quantidade e qualidade, os municípios do LN-SP deverão planejar o atendimento às áreas não atendidas pela Sabesp.

Ilhabela estabelece em seu PMSB a criação de uma autarquia municipal responsável pelos serviços municipais de água e esgoto, a SANEILHA, que deverá prover os serviços de forma complementar (PMI, 2019).

O planejamento e os investimentos necessários deverão ser decididos em conjunto com o município e o estado e prestados pela Sabesp; e é necessária a articulação entre os serviços de saneamento básico com o desenvolvimento urbano, a drenagem, habitação, combate à pobreza e proteção ambiental e da saúde, de acordo com as cláusulas “k” e “l” do Capítulo I dos instrumentos de contrato com os municípios (SABESP 2019b, 2019d, 2020a, 2020b, p. 4). O Quadro 14.2, a seguir, sintetiza informações objetivas desses contratos, destacando a padronização das cláusulas, com vistas à regionalização da prestação de serviços, no LN-SP.

Quadro 14.2 – Contrato de Prestação de Serviço entre Municípios do Litoral Norte Paulista e a SABESP

Município	Data de Validade	Título	Objeto do contrato – resumo	Agência Reguladora
São Sebastião	16/03/2019 Validade: 30 anos renovável por mais 30, “mediante acordo entre os partícipes” (Estado, Município e Sabesp)	Contrato de prestação de serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no município de São Sebastião - 314/2019	O estado e o município asseguram à Sabesp o direito de explorar a prestação dos serviços públicos de água e esgotamento sanitário com exclusividade, na área delimitada no Plano de Metas, com base no Plano Municipal de Saneamento. Pode haver alterações na área atendível, mediante aditamento e com equilíbrio econômico-financeiro A prestação terá caráter regional	Arsesp
Caraguatatuba	29/09/2019 Validade: 30 anos renovável por mais 30	Contrato de prestação de serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no município de Caraguatatuba - 325/2019	O estado e o município asseguram à Sabesp o direito de explorar a prestação dos serviços públicos de água e esgotamento sanitário com exclusividade, na área delimitada no Plano de Metas, com base no Plano Municipal de Saneamento. Pode haver alterações na área atendível, mediante aditamento e com equilíbrio econômico-financeiro A prestação terá caráter regional	Arsesp

Ubatuba	18/05/2020 Validade: 30 anos renovável por mais 30	Contrato de prestação de serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no município de Ubatuba - 337/2020	O estado e o município asseguram à Sabesp o direito de explorar a prestação dos serviços públicos de água e esgotamento sanitário com exclusividade, na área delimitada no Plano de Metas, com base no Plano Municipal de Saneamento. Pode haver alterações na área atendível, mediante aditamento e com equilíbrio econômico-financeiro A prestação terá caráter regional	Arsesp
Ilhabela	26/06/2020 Validade: 30 anos renovável por mais 30	Contrato de prestação de serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no município de Ilhabela - 341/2020	O estado e o município asseguram à Sabesp o direito de explorar a prestação dos serviços públicos de água e esgotamento sanitário com exclusividade, na área delimitada no Plano de Metas, com base no Plano Municipal de Saneamento. Pode haver alterações na área atendível, mediante aditamento e com equilíbrio econômico-financeiro A prestação terá caráter regional	Arsesp

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2021.

Os contratos dos municípios do LN-SP com a Sabesp têm o mesmo conteúdo; as mesmas cláusulas e são acompanhados pelos mesmos anexos – Plano de Metas, Plano de Investimentos, Estudo econômico-financeiro; Relatório de bens e direitos; Termo de ciência e notificação; Indicadores de desempenho; Infrações e penalidades; Plano de adequação tarifária e Estratégia de compatibilização dos investimentos (SABESP 2019b, 2019d, 2020a, 2020b).

Os documentos enfatizam a necessidade absoluta do equilíbrio econômico-financeiro da prestadora, inclusive considerando o retorno de valor de repasse às prefeituras quando esta precise arcar com investimentos que não forem realizados pela empresa contratada, conforme já previsto (SABESP 2019b, 2019d, 2020a, 2020b). Qualquer ajuste contratual, bem como ampliação das áreas atendidas ou mudanças em relação ao estabelecido no PMS incluso no contrato, deverá ser pago à Sabesp, por meio de reajustes tarifários, repassados aos usuários. O que leva a concluir que a universalização, seja ela de acordo com conceito adotado pelos municípios ou pela definição da Sabesp, será viabilizada por tarifas pagas pelos usuários.

Fica a cargo das prefeituras realizarem o acesso ao abastecimento e a coleta, tratamento e afastamento de esgoto nos locais não apontados no contrato com a prestadora de serviços. Sobre a complementação dos serviços de saneamento básico pelas prefeituras, também é previsto em contrato o mecanismo de Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura (FMSAI), criado por Lei Municipal.

Pela Lei Municipal 232 de 22/10/2018 de São Sebastião o FMSAI é vinculado à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, destinado a suportar ações de saneamento básico, ambiental e de infraestrutura no Município (Artigo 10). Os recursos são provenientes de parte da tarifa que os cidadãos pagam à Sabesp, que é transferida para o fundo; dotação orçamentária do município e outras receitas eventuais (Artigo 11) e a ARSESP deverá assegurar tarifas sustentáveis ao subsídio de populações e localidades de baixa renda (Artigo 3) (PMSS, 2018).

PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO SETOR DE SANEAMENTO, APÓS A LEI 14.026 DE 2020

De acordo com a revisão do marco legal do saneamento, a Lei 14.026 de 2020, é previsto controle social sobre os serviços de saneamento, definido como “conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade, informações, representação técnica e participação nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação, relacionados com os serviços públicos de saneamento básico” (Artigo 3º. Item IV).

Define ainda que o controle social dos serviços públicos de saneamento básico poderá, e não deverá, incluir a participação de órgãos colegiados de caráter consultivo, em níveis nacional, estaduais, distritais e municipais e destaca o Conselho Nacional de Recursos Hídricos como órgão para tal finalidade (Art. 47).

Há menção também a um Conselho de Participação, quando se refere a alterações cruzadas na Lei 13.529 de 2017 (Artigo 8º). Porém, nessa situação, não fica claro a que se refere esse conselho, se apenas sobre temas relacionados a um fundo para custear serviços técnicos, ou se à participação de um modo amplo. Também não é definido o quadro de representantes desse conselho.

De forma geral, a revisão do marco legal do saneamento não deixa clara a participação social no setor de saneamento básico, seja ele realizado por empresas públicas, ou privadas.

Couto e Juruena (2022) afirmam que os espaços de participação são limitados e que as deliberações de conselho previstas na lei serão de cunho consultivo e que a inclusão de órgãos colegiados nos conselhos não é obrigatória. A participação desses órgãos seria fundamental para proposições e opiniões. Segundo os pesquisadores, a revisão do marco legal trata do controle social, mas como algo optativo e não fundamental, como dado na Constituição de 1988. A participação dependerá de escolhas do poder público local e deliberações de conselhos de recursos hídricos.

Couto e Juruena (2022) concluem que a previsão de participação nos moldes propostos na Lei 14.026 de 2020 não alcançará os objetivos propostos no modelo democrático previsto constitucionalmente, nem mesmo de melhoria das políticas públicas, que ocorre quando há participação social efetiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão do Marco Legal do Saneamento propõe um modelo que exacerba o atendimento a interesses de mercado privado de serviços de saneamento. Não se nota aperfeiçoamento das falhas da Lei 11.445 de 2007, em relação ao alcance da universalização do acesso à água e ao esgotamento sanitário, mas dá maior suporte para que o saneamento básico seja lançado definitivamente para o mercado de investimento.

As atuais discussões sobre privatização do saneamento enfatizam a necessidade de equilíbrio econômico-financeiro do contrato e universalização gradual e progressiva do saneamento básico, porém não garante o investimento privado para o alcance da universalização do saneamento no Brasil. Não fica claro se os investimentos em prol da universalização do saneamento virão dos próprios usuários, por meio das tarifas, após sucessivos ajustes visando o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, ou se viriam de aportes financeiros de investidores do setor privado.

Sabendo-se que o país apresenta déficit de acesso à água e ao saneamento nas regiões mais pobres dos estados, como as empresas privadas lucrariam para recuperar seus investimentos, nestes locais? Água e esgotamento sanitário são fundamentais para a sobrevivência humana e não são produtos de mercado, de forma que a livre concorrência e outros atributos típicos do setor privado teriam que ser desconsiderados para que se alcançasse a prometida universalização.

Os atuais contratos entre os municípios do LN-SP e a Sabesp têm foco na prestação de serviços para aqueles que poderão pagar por isso, já que se caracterizam pelo retorno total de custos, em detrimento ao cumprimento dos direitos humanos à água e ao saneamento e do objetivo da universalização.

A universalização do saneamento representa a distorção de uma pretensa ideia de acesso equitativo aos serviços de saneamento básico. Os instrumentos de política analisados demonstram que a universalização pode receber diversas definições, dependendo do que o legislador pretende que seja ou do que seja adequado para a empresa prestadora de serviços. Nos contratos da Sabesp, por exemplo, universalização parece significar cumprimento do contrato.

Ainda conforme previsto nos contratos entre a Sabesp e os municípios do LN-SP, sempre haverá vantagem à empresa prestadora dos serviços, pois os investimentos serão frutos da gestão do dinheiro dos cidadãos da região. Compreende-se que os acionistas da Sabesp, inclusive o governo do estado de São Paulo, fornecem recursos para investimentos iniciais, porém são totalmente recompensados, inclusive com os lucros gerados na gestão do dinheiro das tarifas pagas pelos usuários dos serviços.

Coloca-se em xeque que os investimentos próprios da prestadora de serviços venham alavancar a universalização do saneamento, uma vez que é contratual a definição de que as melhorias serão implantadas gradual e progressivamente, sempre mediante reajuste de tarifas pagas pelos usuários; fica a indagação sobre quem financia a universalização do saneamento, sob este ponto de vista.

Conforme pode ser visto no contrato entre municípios e Sabesp, o que é denominado no contrato como *universalização do saneamento*, não é exatamente levar água e esgotamento sanitário para toda a população, mas simplesmente, cumprir o contrato, com todas suas limitações espaciais, de cronograma e de equilíbrio econômico-financeiro. A adoção do termo *universalização do saneamento* parece atender à propaganda política, seja de empresas ou de representantes dos poderes executivo e legislativo. Na prática, atrapalha o controle social e a apropriação das reais necessidades dos municípios pela sociedade, que fica à espera de uma solução aparentemente mística e mágica da universalização, quando divulgada pela mídia.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA SENADO. Marco legal do saneamento deve ser votado na próxima semana. *Senadonotícias*, Online, 18 jun. 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/06/18/marco-legal-do-saneamento-deve-ser-votado-na-proxima-semana>. Acesso em: 20 jul. 2021.
- ALVES, Estela M. et al. Fighting for equal infrastructures - Coalitions for the sanitation-sewage public policies in Ubatuba. In: POUPEAU, Franck et al. (org). *Water Conflicts and Hydrocracy in the Americas - Coalitions, Networks, Policies*. São Paulo: Publishing Company, 2018, p. 124-141.
- BARLOW, Maude. *Água, pacto azul: a crise global da água e a batalha pelo controle da água potável no mundo*. São Paulo: M. Books, 2009.
- BRASIL. Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. *Senado Federal*, Brasília, DF, 08 jan.2007.
- BRASIL. Medida provisória nº 844, de 6 de julho de 2018. Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas [...]. *Congresso Nacional*, Brasília, DF, 6 jul.2018.
- BRASIL. Lei nº 14.026, de 20 de julho de 2021. Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) competência para editar normas de referência sobre o serviço de saneamento, a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003 [...]. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 16 jul. 2020, p. 01-26.

- BRITTO, Ana Lúcia. Observatório das Metrôpoles: Saneamento básico e infraestrutura. *O Estado de S.Paulo*, Caderno Política, São Paulo, 7 set.2012. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,observatorio-das-metropoles-saneamento-basico-e-infraestrutura,927438>. Acesso em: 21 jun. 2021.
- CARAGUATATUBA. Lei nº 2.473, de 15 de abril de 2019. Aprova a revisão e institui o novo Plano Municipal de Saneamento Básico – Água e esgotamento sanitário – (PMSB-AES) do município de Caraguatatuba. *Câmara Municipal*, Caraguatatuba, 15 abr. 2019.
- CBH-LN – Comitê de Bacias Hidrográficas do Litoral Norte. *Plano de Bacias Hidrográficas do Litoral Norte do Estado de São Paulo: Relatório I – informações básicas*. Ubatuba, 2016a. Disponível em: <http://www.sigrh.sp.gov.br/cbhl/estatuto>. Acesso em: 21 jun. 2021.
- CBH-LN – Comitê de Bacias Hidrográficas do Litoral Norte. *Plano de Bacias Hidrográficas do Litoral Norte do Estado de São Paulo: Relatório II*. Ubatuba, 2016b. Disponível em: <http://www.sigrh.sp.gov.br/public/uploads/documents/CBHLN/13694/relatorio-2-ugrhi3.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2021.
- COUTO, Clayton Santos do; JURUENA, Cynthia Gruending. A participação dos usuários no novo marco legal do saneamento básico. *Revista de Direito Administrativo, Infraestrutura, Regulação e Compliance*. n. 21. ano 6. p. 51-75. São Paulo: Ed. RT, abr./jun. 2022. DOI: [10.48143/rdai.21.couto].
- CRESWELL, John W. *Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens*. 3ed. Porto Alegre: Penso, 2014.
- DIAS TADEU, Natália et al. Acesso à água e a política nacional de saneamento – Alterações e implicações nos territórios hidrossociais de São Paulo. *Dossier del Área Temática 6 de la Red Waterlat-Gobacit*. No prelo.
- FRACALANZA, Ana P; FREIRE, Thais M. Crise da água na Região Metropolitana de São Paulo: a injustiça ambiental e a privatização de um bem comum. *GEOUSP Espaço e Tempo*, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 464-478, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/103064>. Acesso em: 20 jul. 2021.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Cidades*. Online, 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 20 jun. 2021.
- ILHABELA. Lei Complementar Municipal n. 1.397, de 28 de novembro de 2019. *Câmara Municipal*, Ilhabela, 28 nov. 2019.
- MADEIRA, Rodrigo F. O setor do saneamento básico no Brasil e as implicações do marco regulatório para a universalização do acesso. *Revista do BNDES*, n.33, p. 123-154 jun.2010. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/909>. Acesso em: 16 jun. 2021.
- MCIDADES – MINISTÉRIO DAS CIDADES. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. SNIS – Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento.

- Diagnóstico dos serviços de água e esgoto – 2015*. Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.snis.gov.br/diagnostico-agua-e-esgotos/diagnostico-ae-2015>. Acesso em: 20 abr. 2018.
- MDR. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL. SNIS Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento. *Diagnóstico dos serviços de água e esgoto – 2019*. Brasília, 2019. Disponível em: <http://www.snis.gov.br/diagnosticos>. Acesso em: 20 jun. 2021.
- O Estado de S.Paulo. Estados driblam nova regra sobre saneamento. *Caderno economia e Negócios*. São Paulo, 20 jul. 2021.
- ONDAS. Observatório Nacional dos Direitos à Água e ao Saneamento. *A regionalização do saneamento básico na Lei 14.026/2020 – Contribuições para a construção de uma visão crítica*. Um guia com respostas às perguntas essenciais. Online, abr.2021. Disponível em: <https://ondasbrasil.org/wp-content/uploads/2021/04/Guia-Regionaliza%C3%A7%C3%A3o-do-Saneamento.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2021.
- PMC. PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAGUATATUBA. *Plano Municipal de Saneamento Básico – Água e esgotamento sanitário – (PMSB-AES) do município de Caraguatatuba*. Caraguatatuba, 2019.
- PMI. Prefeitura Municipal de Ilhabela. *Plano Municipal de Saneamento Básico nos componentes: água, esgoto e drenagem urbana* (PMSB Ilhabela). Ilhabela, 2019.
- PMSS. Prefeitura Municipal de São Sebastião. *Plano Municipal de Saneamento Básico* (PMSB). São Sebastião, 2018.
- PMU. Prefeitura Municipal de Ubatuba. *Lei Municipal n. 4.222 de 6 de novembro de 2019 – [...] cria o Fundo municipal de saneamento ambiental e infraestrutura – FMSAI; e dá outras providências*. Ubatuba, 2019.
- SABESP. COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Convênio de Cooperação Técnica Município de São Sebastião nº 0.01/2019*. São Sebastião, 19 mar.2019a. Disponível em: http://site.sabesp.com.br/site/uploads/file/contratos_municipios/Sao_Sebastiao.pdf. Acesso em: 21 jun. 2021.
- SABESP. COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Contrato de Prestação de Serviços com o Município de São Sebastião nº314/2019*. São Sebastião, 31 mai.2019b. Disponível em: http://site.sabesp.com.br/site/uploads/file/contratos_municipios/Sao_Sebastiao.pdf. Acesso em: 21 jun. 2021.
- SABESP. COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Convênio com o Município de Caraguatatuba nº0.08/2019*. Caraguatatuba, 29 set.2019c. Disponível em: http://site.sabesp.com.br/site/uploads/file/contratos_municipios/Caraguatatuba.pdf. Acesso em: 21 jun. 2021.

- SABESP. COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Contrato de Prestação de Serviços com o Município de Caraguatatuba nº325/2019*. Caraguatatuba, 29 set.2019-d. Disponível em: http://site.sabesp.com.br/site/uploads/file/contratos_municipios/Caraguatatuba.pdf. Acesso em: 21 jun. 2021.
- SABESP. COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Município de Ubatuba Convênio nº0.06/2020 e Contrato nº337/2020*. Ubatuba, 18 mai.2020a. Disponível em: http://site.sabesp.com.br/site/uploads/file/contratos_municipios/Ubatuba.pdf. Acesso em: 21 jun. 2021.
- SABESP. COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Município de Ilhabela Convênio nº0.09/2020 e Contrato nº341/2020*. Ubatuba, 26 jun.2020b. Disponível em: http://site.sabesp.com.br/site/uploads/file/contratos_municipios/ilhabela.pdf. Acesso em: 21 jun. 2021.
- SÃO SEBASTIÃO. Decreto Municipal nº7.291, de 03 de agosto de 2018. Institui o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), e dá outras providências. *Prefeitura Municipal*, São Sebastião, 2018.
- SEADE. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. *Portal de Estatísticas do Estado de São Paulo*. Informações dos Municípios Paulistas. Online, 2021. Disponível em: <http://www.imp.seade.gov.br/frontend/#/perfil/>. Acesso em: 20 jun. 2021.
- SION, Alexandre O. Necessidade de investimentos em infraestrutura para universalização do saneamento básico no combate a pandemias - uma análise do enfrentamento à covid-19 à luz do Novo Marco Legal do Saneamento Básico. *Ciências Jurídicas e Sociais – IURJ*, Rio de Janeiro, v. 1 n. 1, 2020.
- UBATUBA. Lei Municipal 3.735 de 08 de janeiro de 2014. *Câmara Municipal*, Ubatuba, 8 jan. 2014.

CAPÍTULO 15

LEVAR A VIDA URBANA PRODUZINDO ALIMENTOS NA CIDADE

Rubia Fernanda Panegassi dos Santos; Diamantino Alves Correia Pereira

RESUMO

A produção agrícola é uma atividade que é geralmente associada ao ambiente do campo com a principal função de produzir alimentos e matérias-primas não alimentares. Apesar dessa relação entre a agricultura e o campo ser mais comum, a agricultura também está presente entre os espaços edificados da cidade. Por volta da década de 1990, essa agricultura, praticada em muitas cidades no mundo há muito tempo recebeu destaque pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) como atividade capaz de reduzir, em alguns casos, a insegurança alimentar nas cidades e construir cidades mais resilientes durante crises de diferentes naturezas. Produzir na cidade não é sinônimo de produzir no município na medida em que a cidade seja entendida como o lugar da concentração das edificações, das atividades e das pessoas, o que geralmente faz com que as áreas possíveis de serem utilizadas para a prática agrícola serem restritas. Mas no campo e na cidade do município pudemos encontrar as pessoas levando a vida urbana produzindo alimentos.

INTRODUÇÃO

O município de São Paulo, que conta com aproximadamente 12 milhões de habitantes (SEADE, 2020), possui em torno de 30% da sua área territorial classificada como rural, com predomínio na zona Sul, área com menor densidade demográfica e com a presença das extensões florestais mais significativas, ao contrário da zona leste, área que teve destaque neste estudo. Entre as regiões de São Paulo, as zonas sul e leste destacam-se pela maior presença de produtores agrícolas, sendo que na zona sul existiam em 2016 cerca de 400 produtores rurais e na zona leste 40 hortas com 79 famílias (SÃO PAULO, 2016a). Segundo o Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2019a) existiam 550 unidades de produção agropecuária (UPA) no município.

A página “sampa+rural” (<https://sampamaisrural.prefeitura.sp.gov.br/categoria/agricultores>) gerida pela prefeitura de São Paulo é responsável por atualizar esses números: em 09/2022 foram contabilizadas 728 UPA, 16% delas situadas na zona leste e 28% chefiadas por mulheres, além ainda da existência de 320 hortas urbanas, sobretudo comunitárias ou localizadas em equipamentos públicos.

Ainda que a quantidade de estabelecimentos tenha aumentado, os produtores enfrentam muitas dificuldades para manter a produção, como o acesso a água potável, aos insumos (sementes, mudas, fertilizantes, ferramentas) e ao suporte técnico (assistência, crédito) (COUTINHO; COSTA, 2011) essenciais para a produção agrícola. Mesmo diante das dificuldades, a presença desses agricultores representa o quanto resistem em permanecer na atividade, à especulação imobiliária e ao espalhamento territorial da própria cidade, como é o caso dos produtores das subprefeituras de São Mateus (zona leste) e de Parelheiros (zona sul) localizados nos extremos do município (BLAZOTI; SILVA, 2016).

Ainda que os agricultores resistam, a existência de políticas públicas relacionadas à produção agrícola na cidade é um fator que auxilia a sua permanência. Após uma série de mobilizações e eventos, o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana (PROAURP) (SÃO PAULO, 2004) foi institucionalizado em 2004 e teve como objetivo principal incentivar a geração de emprego e renda, auxiliar no combate à fome e promover a inclusão social. Diante da inserção cada vez maior de atividades agrícolas em uma cidade como São Paulo com a denominação de *agricultura urbana e periurbana*, o principal objetivo deste trabalho foi o de problematizar o uso desta denominação como marco conceitual para definir a agricultura que ocorre na cidade, com base na abordagem sobre o urbano, proposta por Henri Lefebvre, dado que a racionalidade que predomina na sociedade urbana não é definida pela localização e que a vida urbana não apresenta como requisito concentrar-se na base morfológica da cidade. Afinal, a agricultura é agricultura em qualquer lugar e é influenciada também por seu território de inserção, o que torna lógico supor e constatar, como fizemos nesta pesquisa, a esmagadora influência de uma cidade de 12 milhões de habitantes, com a expansão de sua área edificada, intensa especulação imobiliária e grande mercado de consumo.

Como objetivos específicos, buscamos conhecer a realidade da prática agrícola que ocorre na cidade, com recorte para a zona leste, por intermédio dos agricultores que fizeram parte das primeiras iniciativas de inserção da agricultura dessa região e

que fazem parte da Associação dos Agricultores da Zona Leste (AAZL), a partir da compreensão e análise das: (a) relações de produção, de trabalho e de comercialização; (b) formas de condução da produção agrícola e razões que embasam tal forma; (c) articulação com o poder público e com organizações do Terceiro Setor que atuam na área; e (d) dos valores, experiências e motivações que impulsionaram a permanência dos produtores na atividade agrícola.

A forma de condução da produção que prevaleceu nas propriedades pesquisadas foi a agroecológica. A escolha e manutenção por essa forma se deu por conta da presença ativa dos funcionários das Casas de Agricultura Ecológicas (CAE), coordenadas pela Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDET). As evidências para confirmar o uso dessa técnica se apresentaram tanto nas respostas dos produtores com relação ao modo de preparo do solo, aos insumos utilizados e à diversidade dos cultivos. É importante ressaltar que, embora os agricultores pesquisados tivessem experiência anterior na agricultura, eles não tinham o conhecimento das técnicas agroecológicas. Assim, a ação dos agrônomos das CAE se revestiu de maior importância, pois não se tratava apenas de produzir alimentos, mas de produzir a partir de procedimentos de regeneração e de recuperação ambiental, cujos procedimentos favorecem a redução do uso de métodos agressivos ao meio ambiente e que, inclusive, poderiam intensificar as mudanças climáticas.

Quando analisados os valores e as motivações para a continuidade desses produtores em suas hortas, esses suportaram o argumento de que a agricultura também é uma prática capaz de impactar diversas dimensões e funções (SANTANDREU; LOVO, 2007), o que nos permitiu ressignificar o sentido da agricultura. O conhecimento obtido sobre essas experiências expôs que existem possibilidades de levar a vida urbana praticando a agricultura na cidade e que essa atividade pode prosperar no município. Ademais, os produtores agrícolas representam a resistência a essa lógica urbana, também enquanto reivindicam o direito à cidade, mesmo com as dificuldades e consequências derivadas pelo “modelo de cidade” avesso à cooperação e ao mundo estrito da mercadoria.

O ESTABELECIMENTO DA AGRICULTURA NA CIDADE

No início da metade do século XX, o município de São Paulo possuía muitas atividades agrícolas, situadas em sítios e chácaras nas margens do município na década de 1950 (OLIVEIRA, 2004). Esses numerosos sítios e chácaras concentravam-se nos bairros de Itaquera, Guaianases, Poá e Ferraz de Vasconcelos. Com o passar do tempo, a expansão da área edificada da cidade faz com que as atividades agropecuárias sejam empurradas para áreas mais distantes, o que leva à diminuição da população ocupada nessas atividades dentro da cidade. Essa mesma situação também ocorre na agricultura do país como um todo: tanto o setor de Serviços quanto o da Indústria são os setores produtivos que concentram a maior geração de produto e a absorção de mão de obra, sendo que o pessoal ocupado tem diminuído continuamente na agropecuária, passando de 28,3% em 1992, para 9,2% em 2020 (IBGE, 2000, 2020).

O município de São Paulo se destacou, a partir do início deste século XXI, por conta de uma série de iniciativas e medidas que estimulam a prática agrícola dentro da cidade (SANTANDREU; LOVO, 2007). Considerando os Censos Agropecuários de 2006 e de 2017, ocorreu um aumento das UPA e das pessoas ocupadas na produção agropecuária. O PROAURP, legislação específica da Agricultura Urbana e Periurbana (AUP), marco legal do município de São Paulo, constituiu-se em um instrumento de estímulo tanto para a mudança no uso do solo para a atividade agrícola, como para a manutenção de atividades já existentes. Outro instrumento político capaz de fortalecer a agricultura é o Plano Diretor Estratégico (PDE) de 2014. No período de vigência do PDE de 2002 (SÃO PAULO, 2002) todo o território paulistano era considerado urbano do ponto de vista administrativo, apesar de algumas glebas e lotes serem tributados pelo Imposto Territorial Rural, estarem inseridas em uma Zona Especial de Produção Agrícola e Mineral e serem reconhecidas como áreas rurais, enquanto fosse mantida a atividade agrícola (SÃO PAULO, 2016).

Essa situação demonstra que independente da classificação territorial urbana ou rural de caráter administrativo na qual se situam as atividades agrícolas, a agricultura é agricultura onde quer que esteja. O que é importante destacar, nesse sentido, é o interesse e as possibilidades dos produtores darem continuidade à atividade, as influências que o entorno causa a essa atividade, bem como as políticas públicas que favorecem ou não a sua manutenção. Assim, com a instituição do PDE em 2014 (SÃO PAULO, 2014), as áreas agrícolas ficaram mais relevantes no território, pois o plano delimitou as áreas rurais, com predomínio de áreas agropecuárias e áreas de preservação e estabeleceu limites fronteiriços para o avanço da infraestrutura da cidade. Esses limites pretendem evitar que determinadas mudanças de uso do solo causem impactos negativos para as áreas verdes e, principalmente, para a população de baixa renda que muitas vezes é obrigada a se deslocar por conta da “consequente valorização imobiliária [...], compondo o que os especialistas têm reconhecido como fenômeno de gentrificação” (LIMA; ZANIRATO, 2016). Além do PDE tentar oferecer algum tipo de proteção institucional para a população dessas áreas agora definidas como rurais, também favorece os agricultores de propriedades localizadas em áreas com alta densidade de edificações e de pessoas, como é o caso da região da zona leste de São Paulo, pois garante seu status como imóvel rural na medida em que a atividade principal seja a agropecuária (SÃO PAULO, 2014).

Em contrapartida à proteção de áreas verdes, a supressão destas tem-se dado como resultado da expansão da cidade, o que representa a perda de serviços ecossistêmicos, que incluem uma diversidade de benefícios socioambientais, como a polinização das plantas, ciclagem dos nutrientes, sequestro de carbono, filtragem do ar, regulação do microclima, drenagem de água, redução de ruídos, tratamento de esgoto, valores culturais e de recreação (BOLUND; HUNHAMMAR, 1999). A área verde “[...] pode ser composta por parques, florestas, praças, hortas comunitárias e outras formas de paisagens naturais públicas ou privadas. Nas cidades incluem-se também a arborização urbana e os tetos verdes” (AMATO-LOURENÇO, MOREIRA et al., 2016). A partir dessa definição, fica evidente o quanto as atividades agrícolas são capazes de contribuir com “[...] benefícios ambientais, urbanísticos, sociais e de saúde pública à população” (idem, 2016).

A ARTICULAÇÃO DO DIREITO HUMANO À NATUREZA E O DIREITO À CIDADE

Na busca de problematizar o uso do termo urbano para definir a agricultura que ocorre na cidade, parte-se do pressuposto de interpretar o direito humano à natureza. Pensar esse direito nos permite pensar que a sociedade não tem incluído o ambiente natural em suas ações, inclusive dentro da própria cidade. Para compreender essa situação, cabe evidenciar que a concepção “da cidade apenas como ambiente construído reforça a visão dualista entre natureza e sociedade” (COUTINHO; COSTA, 2011).

Essa perspectiva que coloca a cidade como ambiente construído e o ambiente natural como pouco ou não construído assemelha-se à abordagem dicotômica que estabelece a relação cidade-campo, a partir da distinção da cidade por aspectos que se contrapõem aos aspectos do campo (MARQUES, 2015). Embora essa abordagem tenha surgido em um contexto diferente, ela ainda reflete o pensamento atual quanto às representações da cidade e do campo, ora como moderno ou tradicional, ora como atrasado ou degradado (ABRAMOVAY, 2000; VEIGA, 2006).

Ainda que tal abordagem seja utilizada por órgãos de estatística e planejamento, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), e constar na legislação, ela desconsidera uma série de fatores essenciais para iluminar a realidade das práticas socioespaciais de determinada localidade. Denominada como abordagem territorial e não setorial ela define o que é rural e o que é urbano por meio de “graus de artificialização”, sendo o rural associado aos ecossistemas quase inalterados (ou “intocados”) e o urbano associado aos ecossistemas mais artificializados (VEIGA, 2004). Embora essa seja uma tentativa de categorizar o território, tal percepção nos leva a entender que o autor apreende de forma naturalizada a manipulação da imagem do espaço rural como espaço natural (MARQUES, 2015).

A consideração dessas abordagens nos permite construir outro pressuposto no sentido de levar em conta as perspectivas existentes na sociedade com relação às representações da cidade e do campo, como exemplo da presença de valores que ora idealizam, ora criticam esses ambientes e das fundamentações teóricas que reforçam a sua caracterização quase imutável. Assim, é possível estarmos atentos às questões que impedem a observação e a análise da realidade de um local em sua totalidade e que, geralmente, afastam o horizonte de possibilidades por conta de uma análise reducionista. A cidade não é apenas o lugar da técnica materializada, nem o campo é apenas o lugar da agricultura e dos ritmos da natureza (COUTINHO; COSTA, 2011).

A partir dessa discussão, pensamos que reivindicar o direito humano à natureza seria contraditório, pois reforça o pensamento dicotômico. Lefebvre associa o direito à natureza a uma espécie de *pseudodireito*, pois representa a “tendência de fugir à cidade deteriorada e não renovada” (LEFEBVRE, 2008). Essa ideologia reforça a dicotomia que considera o campo como um local “[...] representado e produzido como lugar de refúgio, do descanso, em contraposição à vida na cidade pensada e produzida como o ambiente morto, distante dos ritmos da natureza e do trabalho alienado que é, também, uma visão preconceituosa da cidade” (COUTINHO; COSTA, 2011). Tais

perspectivas acabam, portanto, afastando a possibilidade de articulação de aspectos existentes em ambas as realidades. Entretanto, na verdade trata-se do direito à vida urbana, até mesmo quando ela se estenda ao campo e “aquilo que sobrevive da vida camponesa” (LEFEBVRE, 2008).

Para pensar o direito à cidade é necessário avaliá-la por meio de uma análise que não tenda para o reducionismo e à dicotomia, não se resumindo a observar “só os aspectos da racionalidade, postos pelas ações conscientes, racionais e planejadas” (ALVES, 2004), ou seja, os produtos da técnica ou dos planos estratégicos (COUTINHO; COSTA, 2011). A lógica por trás de tais planos é por si só reducionista, pois prioriza a reprodução do capital em detrimento da reprodução social. Geralmente, as consequências desse processo incluem o “deslocamento das favelas e a expulsão dos moradores indesejáveis dos ‘lugares valorizados’ pelos atos decorrentes do planejamento urbano” (CARLOS, 2007), além de eliminar “as parcelas da memória social da cidade e da vida existente” (ALVES, 2004). Nesse sentido, torna-se de extrema valia analisar outros aspectos, como as “práticas que ocorrem de modo informal, espontâneo e espraiado (pontual) pela cidade” (COUTINHO; COSTA, 2011), como é o caso da agricultura entre os espaços edificados. Diante disso, a abordagem teórica que se aproxima da totalidade para analisar a cidade e compreender o sentido do urbano é a tese de Lefebvre a respeito da urbanização completa da sociedade. A urbanização completa da sociedade tende a ocorrer por uma lógica global, pois o seu sentido atravessa a diversidade de sociedades por meio da alteração de estruturas sociais e territoriais para a reprodução do capital, processo que ocorre de forma hegemônica.

O nosso estudo buscou conhecer a trajetória das condições e situações dos agricultores e agricultoras, pois apresentam o histórico das transformações que a cidade passou e que deixou marcas no entorno de suas propriedades. A nossa pesquisa também evidenciou o perfil dos produtores a partir de dados relativamente fixos para fins comparativos, como o status social, nível de educação, idade, sexo, regime de propriedade, situação de segurança alimentar e outras informações relacionadas aos objetivos de pesquisa estabelecidos. Consideramos, portanto, que devemos analisar a realidade atual na sua totalidade e não apenas as ações técnicas e/ou planejadas denominadas como racionais e voltadas para a lógica da “exclusão do espaço, [em que] os ‘bons’ lugares sejam aqueles que [...] limitam a acessibilidade a poucos” (ALVES, 2004). A partir de então, definimos um caminho para o estudo da agricultura na cidade, atividade capaz de revelar outros sentidos para o uso do espaço.

A AGRICULTURA E A CIDADE

Para compreender a articulação entre a agricultura e a cidade foram necessárias pesquisas teóricas e de campo com a finalidade de compreender as condições dos agricultores da cidade. Assim, no campo teórico, negaremos o uso da denominação agricultura urbana e periurbana, embora reconheçamos e respeitemos o uso da mesma denominação em outras ocasiões, dado que se tornou uma expressão amplamente utilizada. Consideramos que a expressão *agricultura na cidade* é aquela que mais se

aproxima de uma definição para a agricultura que ocorre entre os espaços edificados da cidade, considerando que o urbano carrega o sentido de uma lógica que perpassa tanto a sociedade do campo como a da cidade. Nesse sentido, esperamos ter compreendido a realidade desses agricultores o mais próximo da sua totalidade, considerando o contexto no qual se encontram inseridos.

AGRICULTORES DA ZONA LESTE DE SÃO PAULO

Apesar da intensa expansão da cidade de São Paulo, existem propriedades agrícolas que resistem há décadas e que fizeram parte de um ambiente que possuía características geralmente associadas às do campo. Com o passar do tempo, o entorno dessas áreas mudou e tornou-se extremamente edificado caracterizando mudança no uso do solo com o estabelecimento de loteamentos e a construção de moradias, que, num primeiro momento, não dispunham de saneamento básico e nem eletricidade.

Nessa situação, observamos duas questões, a primeira como tendência da dificuldade que a população tem de adquirir moradias dotadas de infraestrutura básica e localizadas em áreas com equipamentos e serviços públicos, fato que perdura até hoje. Muitas dessas pessoas não possuem condições financeiras para comprar uma casa com mínima infraestrutura básica ou manter-se em locais que ganharam o status de “bairros valorizados”, daí surge a alternativa de migrar para locais ainda não disputados pela especulação imobiliária, como o entorno dessas propriedades ou áreas onde sítios e chácaras são loteados, muitas vezes, irregularmente. A segunda questão observada refere-se à possibilidade de contaminação do solo pelo esgoto. Ainda que a prefeitura e a Sabesp tenham construído as infraestruturas básicas, esse tipo de ação tem natureza pragmática, e, portanto, não se trata de uma solução. Nesse sentido, a obtenção dos relatos sobre as transformações espaciais foram necessários, não só para revelar o processo de expansão da cidade e de formação de espaços de segregação social, mas também para compreender como as tendências às mudanças no uso do solo e suas respectivas causas persistem e afastam cada vez mais o horizonte em que a agricultura possa manter-se dentro da cidade.

Quando investigamos mais a fundo a vida desses agricultores que resistem, percebe-se que muitos deles eram imigrantes que migraram por motivos diversos como decisões da própria família, períodos de seca no lugar de origem, falta de emprego e a baixa remuneração. Quando questionados se possuíam alguma experiência com agricultura, todos relataram que tiveram alguma, principalmente no período da infância. Para a maior parte dessas pessoas, essa experiência tornou-se atrativa quando surgiram oportunidades de acessar terra para plantar a partir da instituição do PROAURP. Considerando que um dos objetivos desse programa é a inclusão social, este fator ficou evidente quanto aos diversos níveis de escolaridade e à quantidade de mulheres ocupadas nessas áreas, evidenciando a capacidade de a agricultura ser uma alternativa de trabalho inclusiva.

A presença das mulheres é relevante, pois a dificuldade de acessar a terra atinge principalmente os grupos vulneráveis, como pobres, mulheres, imigrantes e refugiados (VALDIONES, 2013). O acesso à terra “possui dimensões de gênero, socioeconô-

micas, culturais, sociais e geográficas, as quais variam de cidade para cidade ao redor do mundo” (MOUGEOT, 2015). Assim, a oferta de oportunidades e melhores condições para que as mulheres acessem a terra e se dediquem à produção agropecuária é capaz de possibilitar a geração de renda e conseqüentemente fortalecer o “papel das mulheres nas decisões domésticas” (SMIT; NASR; RATTA, 2001). Outro ponto relevante diante do perfil dos agricultores foi a situação de segurança alimentar e nutricional. Ainda que a hortas complementem parte da alimentação dos agricultores, verificamos, com base nas escalas sobre a situação de segurança alimentar propostas pelo IBGE (IBGE, 2013), que entre as 11 pessoas ocupadas na produção 8 sofriam algum grau de insegurança alimentar (5 leve, 3 moderada). Em outras palavras, é contraditório promover a produção de alimentos na cidade, enquanto os próprios produtores não se encontram em uma situação de segurança alimentar.

Outro ponto fundamental é a disponibilidade e a relação do agricultor com a terra para plantar. Na pesquisa, verificamos que alguns dos agricultores que não possuíam ou terra ou espaço suficiente para plantar, conseguiram o acesso a essa por meio do regime de comodato, sendo essa uma das modalidades de uso da terra definidas pelo IBGE (IBGE, 2019a). Entre as hortas que pesquisamos na zona leste e participantes da AAZL a situação fundiária é diferenciada com alguns trabalhando em terras próprias, outros em áreas ocupadas (ou de domínio público) e outros em áreas cedidas em regime de comodato. A consideração das terras em regime de comodato (contrato ou acerto entre as partes) representa um avanço quanto ao reconhecimento de um novo regime das unidades agrícolas, mais comum nas cidades e menos onerosa, bem como nos expõe à ressignificação do uso do solo que tem ocorrido na cidade. O estabelecimento das hortas, tanto nas terras ocupadas como naquelas em regime de comodato, foi intermediado com a ação do poder público, inicialmente da esfera estadual na década de 1980, em uma das terras ocupadas e posteriormente da esfera municipal, sobretudo por meio das CAE criadas no âmbito do PROAURP no sentido de “atender e apoiar o agricultor, servindo como centro de referência técnica para políticas de desenvolvimento sustentável” (SÃO PAULO, 2004). Além da assistência oferecida, esse órgão estimula a implantação de hortas conduzidas com práticas com o mínimo de impacto ambiental, como a produção agroecológica. Segundo Marcos “em diferentes locais do Brasil e também da América Latina essa tem sido uma alternativa que tem alcançado cada vez mais espaço [...] entre os camponeses, sobretudo no que se refere à mudança na perspectiva de relação com a terra, o ambiente e as pessoas” (MARCOS, 2007). Para a AAZL, a agroecologia “[...] envolve as melhores técnicas de cultivo e aproveitamento de recursos naturais, além da preocupação com as condições de trabalho dos agricultores” (AAZL, 2019).

Embora esses produtores possuíssem alguma experiência com a agricultura, não conheciam o manejo agroecológico. Nesse sentido, os agricultores relataram a participação em cursos e oficinas oferecidos pela CAE e também por Organizações não Governamentais (ONG), para conhecer e continuar aprimorando as técnicas com base nos princípios agroecológicos. Entre as técnicas de manejo agroecológico passadas pelos técnicos, observamos a produção em policultivos, a rotação de culturas, presença de quebra-ventos e de vegetação nativa, a reciclagem dos nutrientes da própria horta, utilizados principalmente para a produção da compostagem, bastante uti-

lizada para o preparo do solo e constituída de resíduos da horta, esterco de animais, podas de árvores, resíduos orgânicos gerados na própria residência, como o pó de café, cascas de ovos, cinzas e outros elementos que eram comprados, como a torta de mamona e o calcário.

Com relação ao controle de pragas todos os agricultores relataram que aplicam receitas orgânicas e, no caso específico de uma agricultora, além das receitas orgânicas, o controle também é feito graças à manutenção do equilíbrio do solo. Muitas das mudas e sementes são produzidas e retidas pelos próprios produtores, mas quando não dispõem de determinada variedade de planta, adquirem mudas ou sementes em fornecedores particulares ou mesmo na própria estufa da AAZL, onde são produzidas mudas totalmente orgânicas e nos mercados agrícolas, geralmente localizados mais distantes das hortas, em Suzano e na CEAGESP. Além disso, as hortas que pesquisamos destacaram-se por possuir uma enorme diversidade de plantas: hortaliças, frutas, ervas medicinais e plantas ornamentais, inclusive as chamadas plantas alimentícias não convencionais (PANC).

Como discutido anteriormente, além das CAE, algumas ONG também oferecem assistência técnica aos agricultores. Tais organizações podem estabelecer parcerias com os agricultores, utilizando ou não os recursos do poder público, bem como fazer papel de intermediário entre produtores e empresas no regime de comodato. Geralmente, os terrenos sob esse regime pertencem às empresas concessionárias de energia e de água. A ocupação desses terrenos com hortas oferece vantagens tanto para a empresa como para os produtores, por conta de reduzir os custos de manutenção e evitar que as pessoas lancem lixo e entulho nos terrenos. De acordo com Machado e Machado (2002, p. 10), “a limpeza dessas áreas e sua utilização para plantio e outras formas de produção proporcionam melhoria considerável ao ambiente local, diminuindo a proliferação de vetores das principais doenças, como roedores e insetos” (MACHADO; MACHADO, 2002).

Os agricultores que trabalham há mais tempo nas hortas, ali permaneceram por conta da presença de outras fontes de renda, como a aposentadoria. Tal fator nos mostra que ainda existem muitas dificuldades de viver produzindo alimentos nas condições atuais. Outra questão problemática é a jornada de trabalho que é bastante exaustiva, pois a maior parte deles têm jornadas de mais de oito horas diárias e a maioria trabalha todos os dias da semana. Nessa situação, existe uma sobrecarga de trabalho, pois praticamente não possuem dias para descanso, fato que se agrava quando consideramos que a maioria desses agricultores e agricultoras são idosos.

No quesito das formas de comercialização incluíram-se opções variadas de locais, como as feiras livres, eventos e na própria horta, por meio da venda direta. No caso da venda direta, essa tem destaque por gerar impactos positivos da relação produtor-horta-consumidor, pois segundo Valdiones, “a venda direta ao consumidor, [...] beneficia a comunidade do entorno, colaborando para uma alimentação saudável tanto das famílias dos agricultores quanto das pessoas do bairro” (VALDIONES, 2013). A venda direta também favorece a troca de informações com benefícios inclusive para os produtores. Em uma das hortas, uma agricultora contou que recebe os resíduos orgânicos da vizinhança para produzir a sua compostagem, em contrapartida, essa ação é capaz

de reduzir alguma parcela de resíduos orgânicos destinados aos aterros sanitários. Os produtores também estabelecem relações de confiança e de responsabilidade social, pois o produtor garante uma clientela fixa e recebe estímulos para a melhoria contínua, considerando que, na venda direta, os consumidores têm a oportunidade de verificar o que é produzido e de que forma.

MOTIVAÇÕES PARA TRABALHAR COM A AGRICULTURA

As motivações principais têm relação com a sensação de bem-estar enquanto trabalham com a agricultura. A atividade agrícola, nesses casos, quase não é percebida como um trabalho, mas como uma oportunidade de unir a geração de renda com sensação de bem-estar que pode remeter a uma memória passada ou à percepção sobre o desenvolvimento das plantas e os frutos do trabalho. Diante disso, observamos que os agricultores revelaram mais uma função da agricultura na cidade, a capacidade das hortas servirem como locais de atividade terapêutica, com benefícios na dimensão da saúde física e mental (RIBEIRO; BÓGUS; WATANABE, 2015). Outros motivos tiveram relação com a alimentação, especificamente relacionado com a mudança do consumo de alimentos convencionais para o consumo de alimentos orgânicos, por questões de saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão do termo urbano para discutir o problema sobre seu uso para qualificar a agricultura que ocorre na cidade foi satisfatória em vários sentidos, pois a discussão envolveu a compreensão de uma lógica que é urbana, que perpassa a sociedade de forma hegemônica priorizando a reprodução do capital em detrimento da reprodução social e que busca enquadrar tudo e todos à sua lógica, como é o caso das pessoas que praticam a agricultura na cidade. Essa compreensão também nos leva a reconhecer as tendências que em algum momento podem prejudicar a manutenção das hortas, como o caso das moradias e loteamentos irregulares no seu entorno, situação que se apresenta como resultado da especulação imobiliária, que tende a beneficiar as classes de maior poder aquisitivo e excluir a grande maioria da população, e da inação do poder público em garantir moradia a essa população.

Além da questão teórica, o trabalho de campo com os agricultores nos possibilitou alcançar os objetivos específicos e evidenciar como essa agricultura na cidade, mesmo que esteja amparada por leis, ainda carece de um olhar para os agricultores e agricultoras que trabalham diariamente nessas hortas. Tanto as condições de renda e de segurança alimentar precisam ter maior ênfase, para que os agricultores trabalhem não só motivados, mas com assistência, saúde e qualidade de vida.

A presença das hortas nas cidades também aumenta a quantidade de áreas verdes capazes de desempenhar uma série de benefícios, esses expressos nas motivações dos agricultores, pois ressignificaram a agricultura como uma atividade capaz de impactar outras dimensões e possuir outras funções dentro da cidade.

Por fim, compreender a perspectiva e a realidade desses agricultores significa enxergar no horizonte a possibilidade de levar a vida urbana produzindo alimentos numa cidade como São Paulo, além de construir valores capazes de reduzir as dicotomias e estreitar os laços entre a sociedade e a natureza.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. *Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo*. Texto para discussão, Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2360/1/TD_702.pdf.
- ALVES, Gilmar A. Paisagens Metropolitanas. In: CARLOS, Ana F. A.; OLIVEIRA, Ariovaldo U. *Geografias de São Paulo: a metrópole do século XXI*. São Paulo: Contexto, 2004.
- AMATO-LOURENÇO, Luís Fernando et al. Metrôpoles, cobertura vegetal, áreas verdes e saúde. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 30, n. 86, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/79qP5WjNmMPYKCCQK3G78LD/?lang=pt>.
- ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES DA ZONA LESTE. *Certificações*. São Paulo: [s.n.], 2019. Disponível em: <https://agricultoreszonaleste.org.br/%20certificacoes/>. Acesso em: set. 2022.
- BIAZOTI, André R.; SILVA, Siane M. Ruralização da cidade de São Paulo: agricultura urbana e periurbana na perspectiva do desenvolvimento local. In: LUCAS, M. M. *Panorama da segurança alimentar e nutricional na cidade de São Paulo: Ações, desafios e perspectivas do papel da cidade na alimentação*. São Paulo: Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional de São Paulo – CAISAN-Municipal, 2016. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/trabalho/LIVRO%20Panorama%20Seguranca%20Alimentar%20Nutricional%20SP.pdf>.
- BOLUND, Per; HUNHAMMAR, Sven. Ecosystem services in urban areas. *Ecological Economics*, n. 29, 1999. Disponível em: <https://www.ltrr.arizona.edu/~sheppard/envirothon/BolundHunhammar1999EcosystemServicesUrbanAreas.pdf>. Acesso em: set. 2022.
- BRITO, Fausto. O deslocamento da população brasileira para as metrópoles. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 20, n. 57, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/ybD6Zn3KWKf3kffYcmSPRMh/?lang=pt>.
- CARLOS, Ana Fani. *O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade*. São Paulo: FFLCH-USP, 2007. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=4140418>.
- CHAYANOV, Alexander V. *Teoria dos sistemas econômicos não capitalistas*. [S.l.]: [s.n.], 1924. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:tNn1fjYdsXMJ:analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223914353V2aD-N7ku4Mf79OI1.pdf&cd=1&hl=ptBR&ct=clnk&gl=br&client=firefox-b-d>.

- COUTINHO, Maura N.; COSTA, Heloisa S. M. Agricultura urbana – prática espontânea, política pública e transformação de saberes rurais na cidade. *Revista Geografias*, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/geografias/article/view/13322>.
- FAO. *The State of Food Insecurity in the World 2015*. Meeting the 2015 international hunger targets: taking stock of uneven progress. [S.l.]: [s.n.], 2015. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i4646e.pdf>.
- IBGE. *Censo Agropecuário*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2006. Disponível em: <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/123456789/723>. Segunda apuração.
- IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – segurança alimentar*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2013. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=291984>.
- IBGE. *Censo Agropecuário: resultados definitivos*. [S.l.]: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019a. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-paulo/pesquisa/24/75511>. Acesso em: mar. 2020.
- IBGE. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. [S.l.]: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019b. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf>. Acesso em: maio 2020.
- LEFEBVRE, Herni. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2008.
- LIMA, Bruno A. A.; ZANIRATO, Sílvia H. Requalificação urbana e meio ambiente: a inserção da temática ambiental nas propostas de intervenção sobre centros antigos. *GeoGraphos*, 2016. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5579410>.
- MACHADO, Altair T.; MACHADO, Cynthia T. T. *Agricultura Urbana*. Planaltina: Embrapa Cerrados, 2002. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/handle/doc/565842>.
- MARCOS, Valéria. *Agroecologia e campesinato: uma nova lógica para a agricultura do futuro*. Agrária (São Paulo. Online), v. 7, 2007. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/agraria/issue/view/24>.
- MARQUES, Marta I. M. O conceito de espaço rural em questão. *Terra Livre*, v. 2, n. 19, 2015. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/160>.
- MARTINS, José S. *Expropriação e Violência: a questão política no campo*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- MOUGEOT, Luc. Urban Agriculture in Cities of the Global South: Four Logics of Integration. In: IMBERT, D. *Food and the City: Histories of Culture and Cul-*

- tivation. [S.l.]: Harvard University Press, 2015. Disponível em: <http://www.cityfarmer.org/LucMougeot2015.pdf>.
- OLIVEIRA, André U. São Paulo: dos bairros e subúrbios rurais às bolsas de mercadorias e de futuro. In: CARLOS, A. F. A.; OLIVEIRA, A. U. *Geografias de São Paulo: a metrópole do século XXI*. São Paulo: Contexto, 2004.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. *Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária*. São Paulo: Labur Edições, 2007. Disponível em: https://gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/modo_capitalista.pdf.
- PEREIRA, Diamantino et al. Região Metropolitana de São Paulo: do cinturão caipira ao verde e cinza. In: ZANIRATO, S. H. *Mobilização e mudança social: experiências de participação política na sociedade contemporânea*. São Paulo: AnnaBlume, 2013. p. 85/104.
- PRIMAVESI, Ana M. *Revisão do conceito de agricultura orgânica: conservação do solo e seu efeito sobre a água*. 1/2. ed. São Paulo: Biológico, v. 65, 2003. Disponível em: <https://anamariaprimavesi.com.br/wp-content/uploads/2021/08/Revisao-do-conceito-de-agricultura-organica-Conservacao-do-solo-e-seu-efeito-sobre-a-agua-palestra.pdf>.
- RIBEIRO, Silvana M.; BÓGUS, Cláudia M.; WATANABE, Helena A. W. Agricultura urbana agroecológica na perspectiva da promoção da saúde. *Saude e Sociedade*, São Paulo, v. 24, n. 2, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/H8sp5CgPgsJ6gf6nqtMwv9G/?lang=pt>.
- ROSA, Pedro Paulo V. Políticas públicas em agricultura urbana e periurbana no Brasil. *Revista Geográfica de América Central: XIII Encuentro de Geógrafos de América Latina (Versión Electrónica)*, Costa Rica, v. 2, n. 47, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2384>.
- SANTANDREU, Alain; LOVO, Ivana C. *Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção*. Belo Horizonte: REDE – IPES/RUAF, 2007. Disponível em: https://www.agriculturaurbana.org.br/textos/panorama_AUP.pdf.
- SÃO PAULO. *Lei Municipal nº 13.430*, de 13 de setembro de 2002. Plano Diretor Estratégico. São Paulo: PMSP, 2002. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=179530>. Acesso em: ago. 2019.
- SÃO PAULO. *Lei Municipal nº 13.727*, de 12 de janeiro de 2004. Cria o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana – PROAURP no município de São Paulo e define suas diretrizes. São Paulo: PMSP, 2004. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-13727-de-12-de-janeiro-de-2004>.
- SÃO PAULO. *Lei Municipal nº 16.050*, de 31 de julho de 2014. Aprova a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo e revoga a Lei nº 13.430/2002. São Paulo: PMSP, 2014. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-16050-de-31-de-julho-de-2014>.

- SÃO PAULO. *1ª Conferência Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável da cidade de São Paulo* – Discutindo o rural na cidade de São Paulo. São Paulo: PMSP, 2016. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/CARTILHARURAL.pdf>.
- SÃO PAULO. CAISAN – Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional – 1º Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional 2016/2020. São Paulo: PMSP, 2016. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/trabalho/PLAMSANVERSAOFINALcompleta.pdf>.
- SÃO PAULO. *Projeto Hortas e Viveiros Urbanos*. São Paulo: PMSP, 2020. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento/cursos/index.php?p=205077>.
- SEADE. Indicadores do Estado de São Paulo. [S.l.]: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados, 2020. Disponível em: <https://painel.seade.gov.br/>. Acesso em: fev. 2020.
- SMIT, Jac; NASR, Joe; RATTÀ, Annu. Cities That Feed Themselves. In: SMIT, Jac; NASR, Joe; RATTÀ, Annu. *Urban Agriculture: Food, Jobs and Sustainable Cities*. [S.l.]: The Urban Agriculture Network, Inc, 2001. Disponível em: The Urban Agriculture Network, Inc.
- VEIGA, José E. Nascimento de outra ruralidade. *Estudos Avançados*, São Paulo, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/J6wDVkj3Dpz7Kp33dbDZ9B-f/?lang=pt>.
- VEIGA, José E. Destinos da ruralidade no processo de globalização. *Estudos Avançados*, v. 18, n. 51. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/6yy4mkhMBx-CXdWDKjCRPpYm/?lang=pt>.
- WANDERLEY, Maria N. B. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, v. 2, 2000. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/22105>.

SOBRE OS AUTORES

Ana Paula Fracalanza Professora Associada da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP) desde 2005. Docente do Bacharelado em Gestão Ambiental e do Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política da EACH-USP. Docente e Ex-Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental (Instituto de Energia e Ambiente/USP). Participa do Grupo de Pesquisa Meio Ambiente e Sociedade do Instituto de Estudos Avançados. Trabalha com os temas governança da água, políticas públicas ambientais e saneamento básico.

Anna Carolina Longano Pedagoga e artista. Doutoranda no Programa de Mudança Social e Participação Política da EACH-USP.

André Felipe Simões Prof. Dr. do Programa de Mudança Social e Participação Política da Universidade de São Paulo Endereço Postal: Escola de Artes Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP), Rua Arlindo Bétio, 1000, CEP 03828-000, Vila Guaraciaba, São Paulo-SP <https://orcid.org/0000-0003-4887-309X> E-mail: afsimoes@usp.br

Beatriz Ferreira Pires Arquiteta, artista visual. Pós-Doutorado (FAPESP): SENAC/SP. Doutorado (FAPESP): FE/UNICAMP. Mestrado (CNPq): IA/UNICAMP. Livros: *O Corpo como Suporte da Arte*. SENAC, 2005; *Corpo Inciso, Vazado, Transmudado - Inscrições e Temporalidades*. Annablume/FAPESP, 2009.

Clara Vasconcelos Professora Associada com Agregação em Ensino e Divulgação das Ciências - CIIMAR - Centro Interdisciplinar de Investigação Marinha e Ambiental & Unidade de Ensino das Ciências & Departamento de Geociências, Ambiente e Ordenamento do Território, Faculdade de Ciências, Universidade do Porto, Portugal. cvascon@fc.up.pt

Cláudia Medeiros de Castro Doutora em Ciências. Mestre em Psicologia Social. Psicóloga. Docente do Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política e do Curso de Obstetrícia da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo.

Cristiane Kerches da Silva Leite Professora doutora no curso de Graduação em Gestão de Políticas Públicas e no programa de pós-graduação Mudança Social e Participação Política (ProMuSPP) da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP). Bacharel em Economia pela Universidade de São Paulo (1996), mestre e doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (2000 e 2006 respectivamente). Tem experiência na área de Ciência Política e Políticas Públicas, atuando principalmente nos seguintes temas: análise de políticas públicas; difusão de políticas públicas; federalismo e políticas públicas; neoliberalismo e políticas públicas. Pesquisadora junto ao Observatório Interdisciplinar de Políticas Públicas Professor Doutor José Renato de Campos Araújo da EACH-USP (OIPP) e participante do grupo de estudos do IEA/USP Neoliberalismo, Subjetivação e Resistências.

Denis Robson Rodrigues Mestre em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo/SP. Bacharel e licenciado em História pela Faculdade de Filosofia, Letras, e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Atualmente atua na conservação ambiental e na produção coletiva sustentável de alimentos junto aos movimentos sociais e movimentos dos povos originários e tradicionais da floresta Atlântica. E-mail: caapiviridis@yahoo.com.br.

Diamantino Alves Correia Pereira Geógrafo pela FFLCH-USP, doutor em Sociologia pela PUC-SP. Tem direcionado suas pesquisas e estudos para a compreensão da dinâmica dos Sistemas Alimentares com ênfase no setor de produção e seus aspectos socioambientais, assim como os movimentos sociais relacionados com a alimentação, com ênfase no movimento pela Soberania Alimentar.

Douglas Roque Andrade Professor do curso de graduação em Educação Física e Saúde e do programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo. Mestre e Doutor em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo. Faz parte do Grupo de Estudos e Pesquisas Epidemiológicas em Atividade Física e Saúde da EACH-USP. Diretor de Comunicação do Centro de Estudos, Pesquisa e Documentação em Cidades Saudáveis (2021-2022). Diretor de Educação e Conhecimento da Associação Brasileira de Qualidade de Vida (2022-2024). <http://lattes.cnpq.br/2723834613632963>

Elizabete Franco Cruz Professora doutora do Curso de Obstetrícia e do Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política EACH-USP. Coordenadora do Núcleo de Acolhimento Universitário, membra da coordenação da Rede Não Cala pelo fim da Violência Sexual e de Gênero.

Estela Macedo Alves Pós-Doutoranda no Centro de Síntese USP Cidades Globais, IEA e no Instituto René Rachou, Fiocruz-MG. Representante do IAB-SP no Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de São Paulo (CADES).

Pós-doutora pelo Instituto de Energia e Ambiente USP (2021). Doutora em Ciências pelo Programa de Pós-graduação em Ciência Ambiental, PROCAM-IEE-USP (2018). Mestra em Arquitetura e Urbanismo, na área de Planejamento Urbano e Regional, FAUUSP (2009) e graduada em Arquitetura e Urbanismo, FAUUSP (2003).

Gabriela Rosa Medeiros Mestranda no Programa de Pós-Graduação de Mudança Social e Participação Política da USP, no qual pesquisa o valor do território do Jaraguá na perspectiva Guarani M'bya e não indígena. É graduada em Gestão de Políticas Públicas pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP), com dupla titulação em *Dirección y Gestión Pública pela Facultad de Ciencias Sociales y de la Comunicación de la Universidad de Vigo*. Trabalhou como Assessora Técnica no Gabinete do Prefeito de São Paulo, na produção de material informativo e acompanhamento de projetos das secretarias de Cultura, Assistência Social, Educação e Direitos Humanos. Participou da produção e escrita do guia construtivo *Moradias Guarani* (USP Municípios); e colaborou em movimentos sociais ligados à defesa dos direitos indígenas (Frente de Apoio aos Povos Indígenas do Brasil-Sudentes (FAPIB/SE) e Articulação Universidade e Povos Indígenas (AUPI)), por intermédio de articulação direta às lideranças locais para projetos de construção de casas de reza e logística de aquisição e distribuição de mantimentos. Atualmente é membro-fundadora do Instituto Sawé, com atuação com povos de comunidades tradicionais, de terreiro e LGBTQIA+.

Jorge Machado Professor da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da Universidade de São Paulo, na qual trabalha desde janeiro de 2005. Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (1996), Diploma de Estudos Avançados em Políticas Públicas, Doutorado em Sociologia pela Universidade de Granada (2001), tendo realizado pós-doutorado junto ao Departamento de Ciência Política da Universidade de Campinas (2003-4). É docente e orientador do Programa de Pós-Graduação em Participação Política e Mudança Social da USP. É um dos coordenadores do Co-Laboratório de Desenvolvimento e Participação (COLAB). Teve pesquisas financiadas pela Fundação Ford, *United Nations Development Program*, Ministério da Justiça, IDRC, CNPq e Ministério da Cultura. Foi vencedor em 2006 do prêmio *Worldwide Competition for Junior Sociologists*, da *International Association of Sociology*. Foi professor convidado da *Zeppelin Universität*, Alemanha (2017). Atua na área de Políticas Públicas, dedicando-se principalmente aos seguintes temas: políticas de informação, políticas acesso ao conhecimento, participação política e temáticas associadas à tecnologia de informação e direitos.

José Roberto dos Santos É Bacharel em Música (instrumento clarinete) e Licenciado em História. Mestre em História Social pela Universidade de São Paulo (FFLCH) e doutorando em Ciências pelo Programa de Mudança Social e Participação Política da EACH-USP. É membro do Grupo de Estudos de Bandas do Laboratório de Musicologia da USP e do Grupo de Estudos Entre a memória e a História da música, do Departamento de História da FFLCH-USP. É Capitão do Quadro de Oficiais Músicos da Polícia Militar do Estado de São Paulo (veterano).

Kátia Silva Souza dos Anjos Mestre em Filosofia, pesquisadora do grupo Estudos em corpo e arte (ECOAR) da EACH-USP e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Gestão, Expressão e Educação (GEPGEE) da FEUSP. Doutoranda em Educação pela FEUSP. Professora de metodologia de pesquisa da pós-graduação em Acupuntura da Estácio de Sá. Docente do curso de Educação Física do Centro Universitário Senac - Santo Amaro.

Luiza F. G. Martins Mestranda pelo Programa Mudança Social e Participação Política na Escola de Artes, Ciência e Humanidades da Universidade de São Paulo. Psicóloga pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (2019). Pós-graduação lato sensu em Musicoterapia Preventiva e Social pela FMU (2020). Escritora e Proponente. Publicou o livro de poesia “Ecdises de Abaporu” (Ed. Urutau) em 2021”.

Marcia Mayumi Ninomiya Mestranda do Programa Mudança Social e Participação Política na Escola de Artes, Ciência e Humanidades da Universidade de São Paulo, sob a orientação do Professor Martin Jayo. Graduada em Educação Física, Especialista em Educação Física Escolar e professora do Centro Universitário Estácio de São Paulo.

Marco Antonio Bettine Professor Associado III da Universidade de São Paulo. Membro da *International Sociology of Sport Association*. Realizou Pós-doutorado em Sociologia do Esporte pela Universidade do Porto em 2012 e em Relações Internacionais e os Megaeventos Esportivos no Instituto de Estudos Avançados da USP em 2019. Foi Professor Colaborador no Instituto de Estudos Avançados em 2020 com o tema “BRICS e FIFA: as novas dinâmicas do Soft Power”. Recebeu financiamento das principais agências de pesquisa do Brasil, principalmente a FAPESP. Produz videoaulas e Podcasts para divulgação científica. Dentre as publicações destacam-se os livros *Para Compreender a Teoria do Agir Comunicativo de Jürgen Habermas* e *A Bola os Trilhos e a Cidade: os caminhos do Futebol pelo Estado de São Paulo*.

Marília Balbi Silveira Mestre em Ciências da Atividade Física pela USP, especialista em Dança e Consciência Corporal pela FMU (2009), integrante do grupo de estudos Estudos em Corpo e Artes (ECOAR). Atualmente é docente no curso técnico em Dança da Etec de Artes, em São Paulo, docente na graduação nos cursos de Educação Física e Psicologia das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU), e Coordenadora do curso de Pós-Graduação Lato Sensu Práticas Holísticas da FMU.

Marília Velardi Professora Associada na Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP) nos cursos de graduação em Educação Física e Saúde e no Ciclo Básico. Docente no Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política e no Bacharelado em Canto e Arte Lírica da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). Coordenadora do Grupo de Estudo e Pesquisa Estudos em Corpo e Arte (ECOAR).

Marta Paz Estudante de doutoramento em Ensino e Divulgação das Ciências (Especialização em Ensino das Ciências). Assistente Convidada na Unidade de Ensino das Ciências. Faculdade de Ciências da Universidade do Porto (FCUP), Portugal Bolsista de Investigação em Educação em Ciências Centro Interdisciplinar de Investigação Marinha e Ambiental (CIIMAR), Portugal. marta.paz@fc.up.pt.

Martin Jayo Professor da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP), onde atua no curso de bacharelado em Gestão de Políticas Públicas, no Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais e no Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política.

Nathália Ferreira de Souza e Silva Trabalhadora do Sistema Único de Saúde (SUS) da região metropolitana de São Paulo, escritora, militante antimanicomial e mestrandista do Programa em Mudança Social e Participação Política (ProMuSPP) da EACH-USP. Pesquisa as relações entre loucura e cidade no cotidiano de usuários dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). Publicou o livro *Ninguém sai ileso do corpo* (poesia) pela Editora Urutau (2022). <http://lattes.cnpq.br/4101730723040323>.

Raquel Fernandes de Araújo Rodrigues Doutoranda do Programa de Mudança Social e Participação Política da Universidade de São Paulo. Endereço Postal: Escola de Artes Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP). <https://orcid.org/0000-0002-2282-6466> E-mail: raquelfernandesaraujorodrigues@usp.br.

Renata Frazão Matsuo Doutoranda do Programa de Mudança Social e Participação Política na Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP). Docente na Faculdade Flamingo e coordenadora do Studio de Dança Grand Petit. Colíder do Grupo de Estudo e Pesquisa Estudos em Corpo e Arte (ECOAR).

Renata Pitombo Cidreira Doutora em Comunicação e Cultura Contemporâneas (UFBA), com pós-doutorados em Sociologia (*Université Paris V Descartes - Sorbonne*) e em Comunicação e Artes (UBI-Portugal). Professora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

Rosely Imbernon Graduada em Engenharia Química pela Universidade de Mogi das Cruzes (1986), Mestre e Doutora em Geociências (Geoquímica e Geotectônica-1993 e 1998) pela Universidade de São Paulo (1998), e Livre Docente em Ensino de Geociências pela Universidade de São Paulo (2012). Professora Associada MS-5.3 da Escola de Artes, Ciências e Humanidades - EACH da Universidade de São Paulo, Brasil. imbernon@usp.br.

Rubia Fernanda Panegassi dos Santos Mestre pelo ProMuSPP, apaixonada pela área acadêmica e pelos estudos que relacionam o ambiente natural, a sociedade e a participação política. Acredita que tal participação é a chave para estimular o diálogo e a compreensão da realidade social.

Sílvia Helena Zanirato Livre Docente da Escola de Artes, Ciências e Humanidades, professora do curso de Gestão Ambiental e dos Programas de Pós-graduação em Mudança Social e Participação Política e de Ciência Ambiental, todos da Universidade de São Paulo. Endereço Postal: shzanirato@usp.br.

Soraia Ansara Mestre e Doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Atualmente é Professora do Programa de Mestrado em Mudança Social e Participação Política, na Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP-SP; professora do Curso de Especialização em Psicologia Organizacional e do

Trabalho, na Universidade Presbiteriana Mackenzie e professora assistente I da Universidade Cruzeiro do Sul. Membro da Associação Brasileira de Psicologia Política (ABPP). E-mail: soraiansara@hotmail.com.

Vinícius Felix da Silva Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental na Prefeitura de São Paulo. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política, da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP). Mestre em Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal do ABC (2018), e Bacharel em Gestão de Políticas Públicas pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo - EACH-USP (2013). Tem interesse nos campos de Ciência Política, Análise de Políticas Públicas, Gestão Pública e Direito Público, com experiência em teoria política clássica, moderna e contemporânea, ciências das políticas públicas, indicadores sociais, e segurança pública, e estudos sobre estado de exceção e pacificação social.

ÍNDICE REMISSIVO

A

abordagem territorial 257
aborto legal 9, 166, 168, 169, 170, 171, 173, 175, 176, 177, 179, 180, 181, 182
ABORTO LEGAL 9, 165
Agricultura Urbana e Periurbana 254, 256, 265
anencefalia 180, 182
Aracaju 10, 12, 211, 212, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232
ARACAJU 10, 211, 226, 227, 230
arte 12, 21, 23, 31, 38, 39, 42, 43, 108, 113, 115, 117, 120, 269
Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) 146, 151

B

bandas de música 84, 85, 86, 88, 91

C

catadoras de mangaba 12, 211, 212, 214, 215, 217, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226
cimi 146, 162
colonial 11, 21, 22, 28, 31, 33, 34, 35, 36, 39, 40, 53, 57, 81, 89, 91, 110, 112
comunidades tradicionais 12, 211, 213, 214, 215, 217, 227, 231, 269
Conselho Indigenista Missionário (CIMI) 146
conservação das florestas 63, 64, 80
corpo 7, 12, 21, 34, 35, 36, 38, 39, 42, 73, 75, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 108, 109, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 120, 166, 167, 269, 270
cosmologia 67, 68, 69, 71
cosmologias indígenas 7, 66, 69, 73, 80

covid-19 8, 12, 47, 48, 96, 103, 125, 126, 127, 128, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 145, 146, 147, 148, 151, 152, 155, 160, 161, 162, 163, 165, 166, 171, 172, 181, 182, 184, 185, 186, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 203, 205, 206, 207, 208, 223, 251

D

desigualdade 21, 37, 87, 127, 132, 133, 135, 137, 140, 152, 172
DESIGUALDADE 8, 125
DIAS, João Carlos 105
direito à cidade 12, 13, 213, 218, 255, 257, 258, 264
direitos reprodutivos 9, 171, 177, 181
direitos sexuais 12, 165, 166, 168, 170, 176, 177, 178

E

Estamira 32, 33, 36, 38, 39, 40, 42, 43, 45

F

feminismo 111, 112
florestas 7, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 74, 79, 80, 256
Força Pública 85, 88, 90, 91
Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) 147

G

gênero 6, 21, 26, 31, 33, 39, 54, 56, 89, 108, 110, 120, 132, 133, 138, 139, 166, 171, 172, 176, 177, 178, 179, 181, 196, 259
Guarani 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 80, 81, 82, 151, 158, 269
Guarda Nacional 83, 84, 85, 86, 91

H

HAN, Byun-Chul 105

I

imagem 27, 56, 57, 88, 90, 96, 97, 98, 103, 190, 202, 257
inclusão social 254, 259
indígenas 7, 8, 12, 50, 52, 64, 65, 66, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 77, 79, 80, 133, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 168, 177, 178, 212, 214, 229, 230, 269
Instituto Socioambiental (ISA) 146

K

KRENAK, Ailton 44, 105

L

LE BRETON, David 105
Lei Federal 14.026/2020 234, 236, 241, 243
Litoral Norte Paulista 233, 234, 238, 244
loucura 29, 33, 34, 35, 36, 38, 40, 43, 44, 45, 270

M

Marco Legal do Saneamento 10, 233, 234, 235, 236, 237, 243, 247, 251
Mata Atlântica 63, 64, 68, 80, 81, 213, 238
Merleau-Ponty 95, 101, 102, 103, 104, 105
modernidade 5, 6, 11, 12, 13, 21, 22, 25, 31, 33, 34, 35, 37, 49, 50, 52, 53, 59, 105, 181, 217,
231
modo de ser indígena 63, 70, 73, 74, 78, 80
MODO DE SER INDÍGENA 6, 63
MOORE, K. 192

N

necropolítica 166, 167, 168, 176, 177, 178
negros 36, 50, 83, 84, 86, 87, 89, 90, 138, 139, 140, 172, 213, 216
Nhanderu 64, 67, 68, 71

P

pandemia 8, 12, 96, 103, 125, 126, 127, 128, 129, 132, 133, 134, 137, 138, 139, 140, 141, 142,
143, 145, 146, 147, 149, 151, 152, 154, 159, 160, 161, 162, 165, 166, 168, 171, 172, 173,
175, 176, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 193, 194, 195, 197, 200,
201, 205, 206, 207, 223
percepção 60, 101, 102, 105, 193, 257, 262
perigo amarelo 48, 53
Plano Diretor Estratégico 256, 265
poder 11, 13, 23, 28, 32, 33, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 52, 54, 71, 74, 84, 103, 104, 110, 119, 127,
150, 156, 166, 167, 196, 212, 213, 216, 219, 221, 222, 235, 246, 255, 260, 261, 262
políticas de saúde 141
POLÍTICAS DE SAÚDE 8, 125
Políticas Públicas 128, 132, 137, 138, 141, 268, 269, 271
povos indígenas 12, 52, 69, 71, 79, 145, 146, 147, 148, 149, 151, 152, 155, 158, 159, 160, 161,
177, 214, 230
POVOS INDÍGENAS 8, 145, 160, 161
PRECIADO, Paul 105
preconceito 47, 48, 50, 52, 59, 60
produção agroecológica 260

R

razão 6, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 40, 43, 77, 79, 84, 99, 104, 140, 206
Responsabilidade Social 130

S

saneamento básico 147, 224, 234, 235, 236, 237, 238, 240, 242, 244, 246, 247, 248, 249, 250,
251, 259, 267
segregação social 259
segurança alimentar 140, 146, 147, 154, 258, 260, 262, 263, 264
SIBÍLIA, Paula 105

T

Tekoa 64

território 25, 29, 33, 37, 53, 63, 64, 66, 67, 77, 78, 128, 129, 132, 134, 146, 147, 155, 160, 168,
213, 214, 219, 221, 223, 228, 229, 239, 243, 254, 256, 257, 269

Tóquio-2021 183, 190

U

universalização do saneamento 233, 234, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 247, 248, 251

UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO 10, 233

urbanização 12, 194, 211, 212, 217, 218, 220, 221, 227, 229, 239, 258

urbanização completa da sociedade 258

uso da terra 260

V

vida 12, 13, 19, 20, 21, 25, 26, 31, 36, 37, 39, 42, 43, 45, 48, 49, 50, 67, 68, 84, 87, 95, 96, 99,
105, 107, 108, 111, 112, 117, 133, 134, 140, 145, 153, 154, 160, 161, 166, 167, 168, 170,
171, 174, 175, 176, 177, 178, 182, 184, 189, 190, 194, 196, 211, 212, 213, 215, 217, 218,
219, 221, 222, 223, 226, 227, 228, 231, 253, 254, 255, 257, 258, 259, 262, 263, 264

vida urbana 13, 253, 254, 255, 258, 263

Violência 92, 146, 150, 153, 155, 156, 157, 158, 159, 162, 173, 264, 268

Violência Sexual 173, 268

vulnerabilidade social 126, 137, 140, 145, 146



O livro *Teoria social em transformação: dimensões teóricas e práticas sociais de construção de saberes e de relações de poder* traz um conjunto de textos de docentes e discentes do Programa de Pós-graduação em Mudança Social e Participação Política, elaborados no decorrer de 2022. São quinze capítulos organizados em quatro dossiês: *O outro na sociedade contemporânea*; *Investigações Baseadas nas Artes: sensibilidades, performatividades*; *Paradoxos pandêmicos*; e *Políticas urbanas e direitos à cidade*, que incorporam em suas análises a contestação ao modelo cognitivo classificatório ocidental, a partir do qual o mundo é descrito, conceituado e classificado. Nos conjuntos, observam-se o questionamento ao conhecimento eurocêntrico, considerado hegemônico, bem como o olhar dirigido aos sujeitos violentados por esse mesmo modelo, que não reconhece a humanidade daqueles que não se adequam ao seu lócus de enunciação e de saber.



openaccess.blucher.com.br

Blucher Open Access